



PSD p.4

É determinante a
"execução orçamental"



PSD p.5

PSD repudia "atos
bárbaros" em Bruxelas

Povo Livre



nº 1916

30 de março de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



36.º CONGRESSO REÚNE EM ESPINHO

36.º Congresso reúne em Espinho

O 36.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata (PSD) reúne, em sessão ordinária, nos dias 1, 2 e 3 de abril de 2016, em Espinho, distrito de Aveiro. A reunião magna terá os seguintes pontos de trabalho: apresentação da proposta de estratégia global; apresentação das propostas temáticas; discussão das propostas de estratégia global e temáticas; votação das propostas de estratégia global e temáticas; e eleição dos órgãos nacionais.

Os 750 delegados, que irão participar no Congresso, são oriundos do continente, regiões autónomas e comunidades portuguesas. Foram atribuídos 18 delegados ao círculo das comunidades portuguesas, 30 à Região Autónoma dos Açores, 30 à Região Autónoma da Madeira e um delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos ou com órgãos eleitos.

Participam no congresso, mas sem direito a voto, os membros dos órgãos nacionais, os deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros do Governo, da Comissão Europeia e do "Gabinete Sombra", o diretor do "Povo Livre", o presidente da Comissão de Relações Internacionais, o diretor do Gabinete de Estudos Nacional, o coordenador do Secretariado para as Comunidades Portuguesas e os secretários-gerais adjuntos.

O presidente da Comissão Política Nacional, ou alguém por ele designado, usará da palavra sem limite de tempo para apresentação da proposta de estratégia global, bem como no encerramento dos trabalhos e quando o solicitar ao presidente da Mesa.

Na discussão das propostas, podem ainda intervir o autor ou o primeiro subscritor de cada proposta temática, que dispõem de 7 minutos; os Presidentes das Comissões Políticas Regionais, que dispõem de 5 minutos; os presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das organizações especiais, que dispõem de 5 minutos; aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos, não podendo exceder três minutos a nível individual.

Só pode apresentar lista para a CPN o presidente da Comissão Política eleito (Pedro Passos Coelho obteve 95,11% dos votos, na eleição direta realizada em 5 de março de 2016). No que diz respeito à eleição dos restantes órgãos nacionais, as listas para a Mesa do Congresso, Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Nacional de Auditoria Financeira são entregues na Mesa do Congresso até às 19h00 de sábado, dia 2 de abril de 2016, devendo ser subscritas por 25 delegados e acompanhadas de declaração de aceitação dos candidatos.

Estão acreditados para o 36.º Congresso cerca de 300 profissionais de "media"/técnicos de comunicação. Os trabalhos podem ser acompanhados em www.psd.pt.



O 36.º Congresso decorrerá de acordo com o seguinte programa:

SEXTA, 1 DE ABRIL DE 2016

15h00 - Início da credenciação

21h00 - Abertura do congresso. Apresentação da proposta de estratégia global e das propostas temáticas.

SÁBADO, 2 DE ABRIL DE 2016

10h00 - Continuação da apresentação das propostas temáticas. Início da Discussão das propostas

19h00 - Fim do prazo de entrega das candidaturas aos órgãos nacionais

(No fim das intervenções – votação das propostas)

DOMINGO, 3 DE ABRIL DE 2016

09h00/11h00 - Eleição dos órgãos nacionais

13h00 - Sessão de encerramento



PSD expressa condolências às famílias das vítimas de um acidente rodoviário em França

O presidente do PSD declarou ter recebido "com enorme consternação" a notícia da morte de 12 portugueses num acidente rodoviário em França e expressou "as mais sentidas condolências" às famílias das vítimas. "Foi com enorme consternação que recebi a notícia do falecimento dos 12 portugueses que regressavam a casa para junto das suas famílias. Quero expressar, em meu nome pessoal e em nome do PSD, as mais sentidas condolências às famílias das vítimas deste trágico acidente", referiu Pedro Passos Coelho, numa nota enviada à comunicação social. Doze portugueses morreram num acidente de viação, em França, quinta-feira, 24 de março. A carrinha onde seguiam embateu de frente com um camião que vinha em sentido contrário.

Encerramento do 1.º Congresso Distrital Autárquico, Caldas da Rainha

É determinante a “execução orçamental”

Para o PSD, é “expetável” a decisão do Presidente da República de promulgar o Orçamento do Estado para 2016. José Matos Correia destaca ainda nas posições de Marcelo Rebelo de Sousa a exigência ao Governo de boa execução orçamental. “A promulgação do Orçamento do Estado pelo Presidente da República era um facto expectável, já que não há memória de uma chefe de Estado não promulgar um Orçamento e não havia razão para que as coisas agora se processassem de outra forma”, declarou o vice-presidente social-democrata José Matos Correia, no parlamento, após o Presidente da República ter anunciado a promulgação do Orçamento do Estado para 2016, através de uma comunicação ao país.

José Matos Correia destaca sobretudo dois pontos da intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa. “Destaco a exigência quanto à boa execução do Orçamento e ao cumprimento das suas metas, assim como o apelo que o Presidente da República à estabilidade política, económica e social”, apontou o “vice” do PSD.

Nesta declaração, o vice-presidente social-democrata reiterou as críticas ao Orçamento do Estado, considerando que se baseia num “modelo errado”, tendo como suporte o crescimento do consumo público e privado, assim como o investimento público. “Este modelo do passado já deu mostras que não servia os interesses de Portugal e foi esse mesmo modelo que conduziu o país à situação de resgate a que assistimos em 2011. A promoção da justiça social e da melhoria das condições de vida das pessoas deve ser a preocupação de qualquer partido e de qualquer orçamento, mas a questão é saber qual a via que concretiza esses objetivos”, referiu José Matos Correia.

De acordo com José Matos Correia, o PSD bateu-se por um outro modelo e que foi aplicado pelo anterior Governo, sendo baseado “no crescimento das exportações, no aumento do investimento privado e no robustecimento das empresas de forma a criar riqueza de forma sustentada”. “Mas o caminho deste Orçamento não é esse. Este Orçamento segue por um mau caminho”, advertiu Matos Correia, antes de desafiar o atual executivo a ser capaz de cumprir “pelo menos dois objetivos: fortalecer as contas públicas e cumprir as metas a que estamos internacionalmente confrontados”.

“Veremos se este Governo é capaz de o fazer”, sintetizou.



Governo anterior “cumpriu ponto de honra”

O deputado do PSD Manuel Rodrigues considera que o anterior governo “cumpriu o ponto de honra” de ter o défice no limite dos três por cento, saudando os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) na semana passada. “É de saudar estes dados económicos que mostram em primeiro lugar que em 2015 Portugal tem o quarto ano consecutivo de equilíbrio das contas externas. Sabemos que há mais de 40 anos Portugal não tinha quatro anos consecutivos com crescimento e equilíbrio das contas externas”, afirmou.

Em declarações no parlamento, o deputado entende ser relevante “Portugal ter alcançado um saldo orçamental no limite dos três por cento sem os efeitos extraordinários”, apesar de não se ter cumprido a meta dos 2,7 por cento.

O défice das administrações públicas, em contas nacionais, foi de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, um desempenho que foi penalizado pelo impacto negativo da resolução do Banif que corresponde a 1,4% do PIB. Ainda segundo o INE, excluindo o efeito do Banif, o défice teria sido de 3% do PIB no ano passado. “Num momento em que há um novo ciclo de governação, é fundamental saber que o governo anterior cumpriu o que era um ponto de honra de ter um défice orçamental no limite dos três por cento”, disse.

Manuel Rodrigues lembrou que um défice no limite dos três por cento “é condição necessária mas não suficiente” para Portugal sair do procedimento por défice excessivo, afirmando que é necessário “um plano de estabilidade” no qual possa ser ancorado esse objetivo também para 2016 e anos seguintes.

PSD repudia “atos bárbaros” em Bruxelas



O PSD repudiou os atentados terroristas em Bruxelas, qualificando de “atos bárbaros de uma selvajaria desumana”, ao mesmo tempo que considera ser essencial que todos saibam defender os valores de liberdade e modelo democrático e defendendo a punição severa dos responsáveis. Numa declaração de dois minutos que cada partido fez antes da aprovação, por unanimidade, de um voto de condenação e pesar da Assembleia da República, pelos atentados terroristas em Bruxelas, Luís Marques Guedes falou pelo PSD, afirmando que “os atentados terroristas são atos bárbaros de uma selvajaria desumana” e “merecem o nosso incondicional repúdio”.

“São mais do que isso: a arma do terror tem sempre alvos diretos, que através da infeção do medo, visa alcançar. Esses alvos somos nós, a nossa liberdade, a nossa tolerância, o nosso respeito pelo outro e pela diferença, o nosso modelo democrático de sociedade”, afirmou o deputado.

Na opinião de Marques Guedes, é essencial que hoje todos saibam defender, com firmeza, os valores que estão em risco, afirmando convictamente: “sim, somos homens e mulheres livres e queremos continuar livres”. “Sim, defendemos as liberdades de expressão e de circulação. Sim, somos pelo respeito intransigente das liberdades religiosa, de crenças e de ideologias. E sim, opomo-nos a todo o tipo de fundamentalismos e totalitarismos e à cultura do pensamento único”, disse ainda.

O deputado social-democrata defendeu determinação “a combater e punir severamente os responsáveis por estes ataques desumanos”. “Mas não cederemos ao propósito de deixar encolher estes valores. Temos o dever de nos saber defender e passar essa mensagem a quem nos procura destruir”, concluiu.

Pelo menos 28 pessoas morreram e perto de duas centenas ficaram feridas nas três explosões registadas em Bruxelas, dia 22 de março – duas no aeroporto internacional de Zaventem e uma na estação de metro de Maalbeek, junto às instituições europeias, no centro da capital belga. O nível de alerta terrorista na Bélgica foi elevado para quatro, o máximo da escala.

Coimbra

Convento de São Francisco merecia melhor programação

Os vereadores sociais-democratas da Câmara de Coimbra consideram que a programação do Convento de São Francisco, aprovada, dia 22, pelo executivo municipal, está “longe de proporcionar a ótima primeira impressão” que o novo espaço merecia. Num documento enviado à agência Lusa, os vereadores do PSD, eleitos no âmbito da coligação deste partido com o PPM e o MPT, afirmam que “o primeiro documento programático” para o segundo trimestre deste ano, apresentado pela Câmara, está “longe de proporcionar a ótima primeira impressão que o Convento de São Francisco merecia”.

“Infelizmente, só há uma hipótese de causar uma boa primeira impressão”, sublinham.

Mas “vamos dar o benefício da dúvida”, esperando que os “problemas iniciais se possam corrigir” e que Centro de Convenções e Espaço Cultural (CCEC) do Convento de São Francisco possa “cumprir o seu desígnio de transformar para melhor a cultura e a economia da cidade, durante muitas décadas”, acrescenta o PSD, explicando a sua abstenção em relação à proposta de programação da Câmara.

A programação do segundo trimestre deste ano para o Convento, foi aprovada durante uma reunião extraordinária do executivo municipal, com o voto favorável dos cinco eleitos do PS e a abstenção do representante da CDU e do eleito pelo movimento Cidadãos por Coimbra (CpC), além dos quatro vereadores do PSD. “O Convento de São Francisco, nas suas três principais vertentes de Espaço Cultural, Grande Sala de Espetáculos e Centro de Congressos, é o grande projeto de contemporaneidade que Coimbra sonhou, projetou e executou nas últimas décadas, um projeto capaz de mudar a face da cidade e de consolidar o lugar cimeiro que a cultura e a ciência têm nesta cidade, que é ímpar entre todas as cidades portuguesas de dimensão semelhante”, sustenta o social-democrata João Paulo Barbosa de Melo.

“A fase de obra está a chegar ao fim e é agora tempo de mostrar ao país esta grande infraestrutura ibérica e europeia”, acrescenta João Paulo Barbosa de Melo.

No início de atividade do Convento de São Francisco “aguardávamos, portanto, um documento programático de fundo que confirmasse o caráter único e o potencial” deste espaço, sustenta ainda o anterior presidente da Câmara e atual vereador na oposição à maioria do PS, liderada por Manuel Machado.

O Convento aposta numa “programação cultural de excelência”, asseguram os responsáveis pela sua programação, sublinhado que o novo espaço pretende contribuir para a “afirmação cultural da cidade” e apoiar a criação, “nomeadamente através de residências artísticas, orientando-se para a complementaridade da oferta cultural existente na cidade e região”.

A reabilitação e adaptação do Convento de São Francisco, envolveu, designadamente, a construção de um auditório, com mais de 1.100 lugares, salas de conferências e de reuniões, restaurante, café-concerto e estacionamento subterrâneo, implicando um investimento global superior a 40 milhões de euros, com financiamento, em cerca de 80%, de fundos comunitários.



Falta de enfermeiros na Guarda

Os deputados do PSD eleitos pela Guarda questionaram o Governo sobre a carência de enfermeiros na Unidade Local de Saúde, onde, segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, é necessária a contratação de mais 65 profissionais. Num requerimento enviado ao ministro da Saúde, através da Assembleia da República, os deputados do PSD referem que “são consabidas as dificuldades muitas vezes existentes no recrutamento de recursos humanos especializados para as unidades prestadoras de cuidados saúde do SNS localizadas no interior do país, de que a Unidade Local de Saúde da Guarda não deixa de constituir um exemplo”.

Os deputados apontam que entre 2013 e 2014 se verificou, em relação ao pessoal de enfermagem, “um recrutamento de mais 60 profissionais, o que correspondeu a uma variação positiva de 10,8%”, mas referem que continuam a faltar enfermeiros naquela unidade de saúde, que abrange dois hospitais (Guarda e Seia) e 13 centros de saúde do distrito (exceto o de Aguiar da Beira). “Sabemos continuar a verificar-se alguma escassez desses profissionais na ULS da Guarda, como ainda recentemente também o referiu o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que terá sustentado a necessidade de contratação de mais 65 profissionais para aquela unidade do SNS, a fim de melhorar a prestação de cuidados de saúde à população do distrito da Guarda”, sustentam.

No requerimento, os deputados do PSD Ângela Guerra, Carlos Peixoto e Miguel Santos indicam que importa assegurar a abertura dos concursos e a disponibilização das vagas e perguntam como e quando tenciona a tutela avançar com as contratações. “Quais são as carências de profissionais de saúde que atualmente se verificam na ULS da Guarda, em especial no que se refere a pessoal de enfermagem?” é outra das perguntas.

No documento entregue dia 23, os três eleitos do PSD interrogam também se o Governo considera que a necessidade de contratação de mais recursos não será prejudicada pela redução das dotações orçamentais que se registam este ano para pessoal na ULS da Guarda.



Concelhia de Leiria realizou périplo pelas empresas do concelho



A Secção do PSD de Leiria, liderada pelo vereador Álvaro Madureira, visitou a empresa GECO, que labora no setor dos moldes e está sediada na freguesia da Maceira, onde trabalham cerca de 250 pessoas. Inserida no âmbito da iniciativa “Concelho de Leiria, Economia e Emprego”, esta iniciativa teve a finalidade de conhecer o contexto de funcionamento das empresas, felicitar os empresários pelo sucesso das organizações que gerem e os funcionários pela da empresa. Procurou, por outro lado, dar a conhecer o que de bom se faz no concelho de Leiria, em termos económicos e na promoção do emprego, bem como identificar as dificuldades e constrangimentos com que as empresas se deparam no dia-a-dia e encontrar soluções que aumentem a criação de riqueza, de emprego e de novos investimentos para o concelho.

O roteiro de visitas foi iniciado nos Marrazes, na empresa do ramo das resinas, a RESPOL, uma empresa de referência na produção e comercialização de resinas e seus derivados, com aposta na excelência dos produtos, na segurança ambiental, investigação e desenvolvimento em busca constante da inovação. Possui uma “Etar” que confere o reaproveitamento da água tratada para o funcionamento da empresa e dispõe de um infantário próprio para as crianças dos funcionários. Uma empresa de sucesso com os olhos postos na promoção do emprego, do bem-estar dos seus trabalhadores e das suas famílias e com sensibilidade ambiental.

A LUSIAVES foi outra empresa visitada, um “grupo empresarial” que conta hoje com mais de 300 colaboradores, com unidades industriais do Algarve ao Minho, produzindo anualmente cerca de 50 milhões de frangos, 100 milhões de ovos e 80 milhões de pintos. O sonho da empresa começou há cerca de 30 anos. “Com pequenos passos. Mas muita determinação. Com ponderação. Mas muita vontade de chegar mais longe”.

Em plena época pascal a equipa alargada da concelhia de Leiria, vereadores e militantes, fizeram uma visita à PANIDOR. Empresa sediada na União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira conta com 22 anos de experiência na confeção de produtos de padaria e pasteleria tradicional. Tem por base numa empresa familiar com décadas de experiência na área e reforçou significativamente as exportações. Uma empresa exemplar e de sucesso. Os visitantes tiveram oportunidade de ver as Instalações, conversar com o Presidente da Empresa e felicitá-lo pelo sucesso da sua organização, cumprimentar os colaboradores e provar as iguarias que são de grande diversidade e qualidade.

Esta iniciativa visou dar a conhecer o que de bom se faz nas freguesias do nosso concelho e valorizar as empresas de sucesso.

De acordo com o PSD/Leiria, este “será o caminho que a Concelhia do PSD de Leiria, os vereadores e militantes se predispõem a fazer nos próximos anos em defesa de todos os municípios - muito trabalho, perseverança, determinação e resiliência”.

O presidente da Câmara Municipal da Guarda considera que a cidade tem condições para ser a “grande plataforma ferroviária de transporte de mercadorias”, tendo em conta o cruzamento do corredor norte e da linha da Beira Baixa. O presidente da autarquia da Guarda esteve, no dia 15 de fevereiro, na reunião do Conselho Regional do Centro, em Castelo Branco, onde o ministro do Planeamento e das Infraestruturas anunciou a requalificação da linha da Beira Alta e a eletrificação da linha da Beira Baixa, entre Covilhã e Guarda.

Para Álvaro Amaro, a cidade “tem que ser a grande plataforma entre os cruzamentos da linha da Beira Alta, ou melhor, o chamado eixo [corredor] norte da ferrovia portuguesa, que concorre em termos económicos com o chamado eixo sul”, Sines/Caia. “Este é um eixo importante, mas nós, na Guarda, temos que ser a grande plataforma daquilo que é o eixo norte mais a linha da Beira Baixa. É aqui que se encontra. Mas tem que ser aqui na Guarda”, defende.



Álvaro Amaro explicou que o corredor norte será, de acordo com o Governo, constituído por duas componentes importantes: o corredor Aveiro/Mangualde (seguindo por Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Guarda e Vilar Formoso) e a modernização da linha da Beira Alta entre Pampilhosa/Mangualde (até Vilar Formoso). “Para uma região Centro forte, como eu tive oportunidade de dizer nesse Conselho da Região, nós não podemos andar a disputar qual destes dois troços é o mais importante. São os dois. O Governo assumiu que iria propor o financiamento para os dois”, observou.

Em sua opinião, “para uma região Centro mais competitiva, é importante a linha da Beira Alta, mas é igualmente importante não desperdiçar o eixo Aveiro/Mangualde”.

O autarca referiu que defenderá “a compatibilização tecnicamente possível das duas componentes do chamado eixo norte, ou seja do [corredor] Aveiro/Mangualde e do [corredor] Pampilhosa/Mangualde, entenda-se a requalificação da linha da Beira Alta”: “Ou seja, nós não podemos perder, em termos de coesão do território, a importância da linha da Beira Alta, mas também não podemos perder, em termos da competitividade da economia, aquilo que vem da economia de Aveiro e do porto de Aveiro”.



Vencer o desafio da educação com os açorianos

Duarte Freitas desafiou os açorianos para, juntos, vencerem o desafio da educação: “Face à manifesta incapacidade de quem nos governa há 20 anos, lanço um desafio aos açorianos. Juntem-se a mim, juntem-se a quem pode mudar, para vencermos o desafio da educação”, expressou o presidente do PSD/Açores, numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, 23 de março.

Acompanhado pelo investigador do ISCTE Francisco Simões, responsável pelo setor da educação no Gabinete de Estudos do PSD/Açores, o líder social-democrata regional reiterou que, “o desafio do PSD, no governo, será criar as condições para atrair os melhores professores, as melhores instituições, os melhores alunos. Para que sejamos, em conjunto, melhores”.

Para Duarte Freitas, os estudantes de hoje são “os cidadãos adultos de amanhã, que queremos sejam responsáveis e realizados”, porque “não podemos permitir que se perca mais uma geração”, afirmou.

O presidente do PSD/Açores assumiu que a educação “é uma prioridade e, quando liderar o governo, iniciarei um programa para mudarmos o ensino e a educação nos Açores, com medidas concretas, objetivos definidos e metas quantificadas, para que as políticas sejam avaliadas com rigor”. “Não me conformo em viver numa terra onde, depois de 20 anos de governo socialista, temos os maiores índices de abandono escolar do país, com um terço dos jovens sem concluir o secundário”.

Duarte Freitas lembrou que “um estudante açoriano em cada quatro não acaba o ensino básico, quatro estudantes açorianos em cada dez chumbam e não acabam o secundário. E apenas 8,5% dos açorianos frequentam o ensino superior. É uma herança inaceitável, que ajuda a explicar o desemprego elevado, a desesperança dos jovens, e as consequências mais profundas da crise”, disse.

Francisco Simões elencou a estratégia para que, no final do verão, seja dada a conhecer “uma proposta concreta que integrará o programa de governo, depois de uma auscultação em quatro etapas com os vários participantes do setor e a sociedade açoriana”.



O psicólogo e investigador adiantou que a nova abordagem para a Educação nos Açores “deverá assentar em três eixos: integrar, valorizar e inovar. Trata-se de um desafio que implica todos os agentes do setor e todas as forças da sociedade, eles são a comunidade, e só a sociedade os pode integrar”, referiu.

Francisco Simões defende que “a escola tem de ser feita com e para a comunidade”, mas frisou os “problemas de identidade, com a desarmonia vigente, entre as escolas que temos, de dimensão urbana, uma população suburbana e uma cultura vincadamente rural”.

Segundo explicou, tem de haver “soluções diferentes para obtermos resultados diferentes”, uma vez que “os passos dados pela Região, mesmo em matéria de inovação, nunca foram conclusivos porque as iniciativas se dispersaram”, avançou.

Segundo Francisco Simões, uma região “não evolui”, se não completar o ciclo de inovação em que “concebe, testa, avalia, reajusta. E só então dissemina políticas e práticas eficazes. Propomos, igualmente, que haja uma melhor adequação das propostas educativas e formativas às necessidades de diferentes territórios, neste caso, ilhas”.

O investigador citou dados “preocupantes” da Região, como a taxa de abandono escolar precoce “acima dos 35% e da média nacional, que é de 27,1%”, as taxas de retenção no final do ensino secundário, “de 39,6%, a mais elevada do país”, e do ensino básico, “com 23,1% dos alunos matriculados no 9º ano a reprovarem, sendo também a mais alta do país”.

A isso acresce que “65% dos alunos açorianos beneficiam de apoio social escolar”, e que, nos Açores, “um em cada quatro jovens, entre os 18 e os 24 anos, não se encontra em emprego, formação ou educação. Necessitamos de uma alteração de políticas”, afirmou.

Uso criterioso de herbicidas e pesticidas



O PSD/Açores defende que o uso de herbicidas e pesticidas nos Açores “deve ser efetuado de uma forma criteriosa”, não tendo votado favoravelmente uma proposta legislativa que visava a proibição do uso na Região de herbicidas com glifosato. “Os herbicidas com glifosato têm associado um conjunto de riscos aquando da sua utilização. Mas são produtos necessários e úteis, que não têm, para as mesmas finalidades, substitutos de igual eficácia no mercado”, sublinhou o deputado Luís Rendeiro, na sessão plenária de 16 de março.

O social-democrata adiantou que, “também ao nível da proteção e conservação da natureza e das espécies endémicas dos Açores esse tipo de produtos é essencial, já que são aplicados em inúmeras ações de combate a espécies de flora invasora que se têm vindo a multiplicar na região e que têm ameaçado a riqueza natural das nossas ilhas”, afirma. “Claro que não basta legislar no sentido certo se depois não houver vontade nem capacidade de fazer cumprir as regras. E as regras têm de ser cumpridas, uma vez que os abusos e os erros devem ser evitados, tendo em conta a gravidade das suas consequências”, disse. “Aliás, este governo do PS deu um muito mau sinal quando, no Plano e Orçamento Regionais para 2016, dotou, para inspeção e fiscalização ambiental, a singela verba de 5 mil euros. Está tudo dito”, insistiu Luís Rendeiro. “Onde está então a solução para este problema? O PSD/Açores acredita que a solução está no uso criterioso destes produtos e não na sua proibição. Aliás, os agricultores são contra a proposta apresentada. E o que é que falha? Falha a fiscalização”, afirmou.

“Estes herbicidas não podem ser vendidos, detidos, armazenados, comprados ou utilizados por qualquer pessoa. O seu uso adequado, e uma fiscalização eficaz desse mesmo uso são o caminho certo. E não o da proibição absoluta”, concluiu Luís Rendeiro.

Número 665 • 1 DE JULHO DE 1987 • Preço 30\$00



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

ENTUSIASMO POPULAR EM TORNO DE CAVACO SILVA SUPERA EXPECTATIVAS



Em cima: Milhares de pessoas no comício em Braga; ao lado: A multidão saúda Cavaco Silva em Viana do Castelo

Nós cumprimos

— afirmou Cavaco Silva na apresentação do Manifesto Eleitoral do PSD, e do balanço dos nossos primeiros dezoito meses de Governo

(Páginas 8 e 9)

— Eu penso que estão todos surpreendidos, porque eu estou — disse Cavaco Silva aos jornalistas em jeito de comentário ao seu primeiro dia de campanha oficial nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

— Em Fafe havia mais gente do que nas presidenciais — afirmou o líder dos sociais democratas. — Fui várias vezes a Ponte de Lima e é a primeira vez que me senti em perigo físico — acrescentou Cavaco Silva.

— Não fiz comício em Viana do Castelo em 85 e viram aquela multidão às quatro e meia da tarde naquela torreira, é espantoso — prosseguiu o Primeiro-Ministro.

— Em Braga fiquei surpreendido, aquela praça gigantesca com tanta gente — acentuou o líder do PSD.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Alvaiázere, para reunir, no próximo dia 30 de Abril de 2016, (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Rua Dom João I, nº 18, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição dos órgãos da Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

– As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

– As urnas estão abertas das 14h00 às 21h00.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Covilhã, para reunir, em secção ordinária, no próximo dia 15 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apresentação e aprovação de orçamento da Comissão Política para o ano de 2016

2 - Análise da situação política

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 08 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

VIANA DO CASTELO / DISTITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório Municipal da Casa de Santo António do Buraquinho – Ponte da Barca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação e aprovação das contas relativas ao exercício de 2015

2 - Análise da situação política local e nacional

**ALTERAÇÃO DE HORÁRIO
ESTARREJA**

Houve uma gralha na convocatória para a eleição dos Delegados ao XXIV Congresso Nacional da JSD. A hora de eleições terá de ser alterada para o período entre as 20h30m e as 22h30m.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD do Fundão para reunir, em sessão extraordinária no próximo dia 7 de Maio de 2016 pelas 10h00, na sede concelhia do PSD do Fundão, sito na Rua dos Restauradores, Lt. 10, R/c - Bairro do Espírito Santo – 6230-338 Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Fundão.

Notas:

As Listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Castelo Branco, sito na, Rua do Pina nº 10 6000 – Castelo Branco, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD. As urnas irão estar abertas entre as 10h00 e as 12h00.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da Póvoa de Lanhoso, a reunir no próximo dia 08 de Abril de 2016, pelas 20h30 (Sexta-feira.) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Análise da situação política

Ponto Dois: Outros Assuntos

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, pelas 16h30m, (Sábado) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Póvoa de Lanhoso

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na Sede concelhia, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h30m às 19h30m.

CONSELHO DISTITAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD/COIMBRA

Ao abrigo do Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, convocam-se os conselheiros distritais da JSD/Coimbra para o Conselho Distrital Extraordinário a realizar dia 9 de abril de 2016, pelas 14h, na sede distrital do PSD-Coimbra, na Rua Lourenço Almeida Azevedo, n.º 16, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - XXIV Congresso Nacional da JSD;

3 - Outros Assuntos.

CONSELHO DISTITAL DE FARO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD da região do Algarve para reunir no dia 16 de Abril de 2016, pelas 15 Horas, na sede do PSD Lagos, sita na Rua Soeiro da Costa números 48-50, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Análise da situação política regional e nacional;

2- Apreciação das moções a apresentar no XXIV Congresso Nacional da JSD;

3- Outros assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 14 de abril de 2016, pelas 21 horas, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política.

PROPOSTAS TEMÁTICAS



36° CONGRESSO NACIONAL

PROPOSTAS

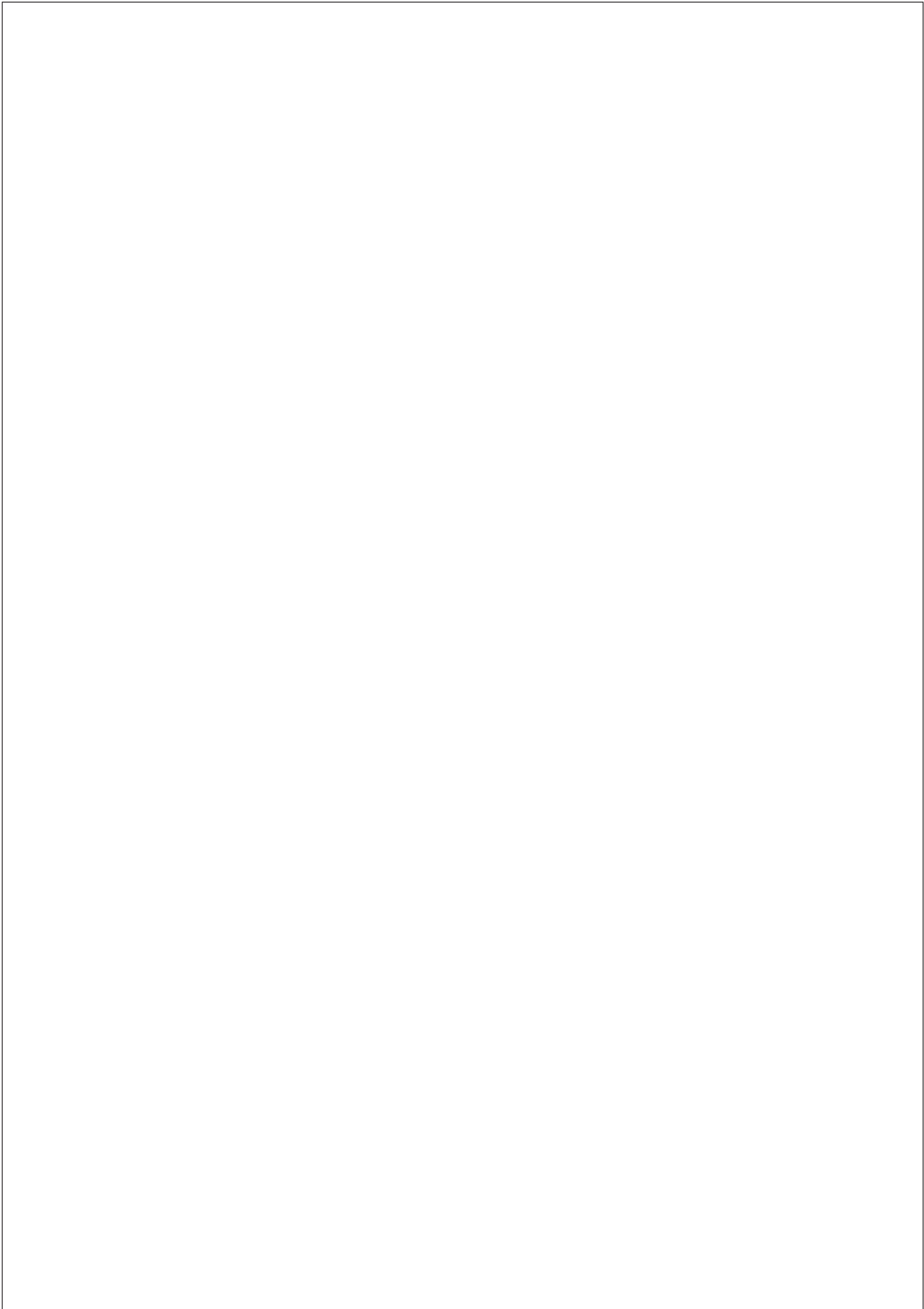
- B Afirmar Setúbal**
- C Novos Círculos Eleitorais, melhor proximidade**
- D Aveiro, um Distrito Social Democrata à Frente e ao Serviço de Portugal**
- E Uma Economia mais comprometida com os Territórios**
- F Acelerar a competitividade económica do norte, acelerar a competitividade económica do País**
- G Com a Social Democracia para um País mais justo**
- H No caminho do futuro - Estratégia do PSD no desenvolvimento do Alto Minho**
- I Dar expressão legislativa ao estatuto dos territórios de baixa densidade**
- J Mais Alto Alentejo**
- K O papel da Mulher na Sociedade - Por um PSD mais paritário**
- L Alentejo, Cidadania e Território**
- M Mais Confiança, Mais Proximidade, Melhor Democracia:
Uma proposta de Reforma do Sistema Eleitoral**
- N Promover e defender a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres**
- O Saúde, um desafio e uma causa**
- P Mais e Melhor PSD na afirmação de Portugal no sec. XXI**
- Q Alentejo com Sucesso**
- R Comunidades Portuguesas - Um desafio para Portugal**
- S Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos**
- T Cidades, Inclusão e Inovação Social**
- U Fortalecer a Democracia - Continuar a dar passos**
- V Um território, um recurso, um rio: Mondego**
- X Emprego Jovem: Mais que uma geração de sobrevivência**
- Y 40 Anos de Poder Local, Uma História com Futuro**
- Z Coragem**
- A1 Mais Portugal no interior e menos interior em Portugal**
- B1 O lugar da integração europeia depois de 30 anos**
- C1 Portugal com mais e melhor agricultura**

PROPOSTA TEMÁTICA

B

“AFIRMAR SETÚBAL”

1º Subscritor:
**Assembleia Distrital
PSD de Setúbal**



O PSD no Distrito de Setúbal

O PSD sempre foi o partido do Poder Local. Foi nas autarquias que muitas vezes o PSD encontrou o seu refúgio. Em termos autárquicos, só em quatro dos onze atos eleitorais o PSD não foi o partido maioritário em presidências de Câmaras.

No último ato eleitoral, em Setembro de 2013, o PSD alcançou o mais baixo resultado de sempre em presidências de Câmaras (139 em 2009 para 106 em 2013), teve uma redução significativa de eleitos para as Assembleias Municipais e uma diminuição de presidências de Juntas de Freguesias, tendo ficado com menos 49 que o PS.

No entanto, apesar dos resultados mais ou menos bons a nível nacional, a expressão nacional do PSD no distrito de Setúbal nunca teve qualquer efeito no quadro político autárquico, onde o cenário é francamente desfavorável ao PSD. A realidade dos últimos 42 anos tem sido madrastra para o PSD, pois nunca liderou nenhum município. Atualmente, à exceção da Freguesia de Canha, o PSD não detém mais nenhuma autarquia.

Ao longo destes quase 42 anos de democracia, o distrito tem sido governado à esquerda, quer pelo PCP, quer pelo PS.

O PCP, que tem no distrito de Setúbal um dos seus bastiões, utiliza as suas câmaras como braço armado para combate político aos governos e como centro de emprego para os seus apaniguados. Apesar do “mito” de que os comunistas gerem bem as autarquias, a forma como têm governado o poder autárquico tem contribuído para o atraso do nosso distrito e para o fraco desenvolvimento desta região. O legado do PCP nas autarquias é o do desemprego, da dívida, dos impostos altos, da falta de qualidade democrática, do atavismo, do conservadorismo e do sectarismo. O PCP é hoje um obstáculo ao progresso e ao investimento, paladino do “quanto pior melhor”, porque sabe que esse é o terreno fértil para o desânimo e que é no desespero que mais pode crescer eleitoralmente. O PCP é um partido castrador das liberdades e da emancipação dos jovens, sendo um explorador do medo e da insegurança.

O PS no distrito, tal como no País, tem governado amarrado a compadrios e a uma visão ultrapassada do poder autárquico. O PS, no distrito, como no País, usa uma linguagem demagógica e de constante propaganda, cujo único objetivo é perpetuação do po-

der, sem qualquer respeito pelos cidadãos, nem visão estratégica no desenvolvimento.

A falta de visão estratégica das autarquias locais, sejam elas do PCP ou do PS, faz com que os jovens acabem o seu percurso académico e vão viver e trabalhar para distritos vizinhos. Esta fuga dos nossos melhores quadros é reveladora da falta de capacidade para manter e atrair jovens para o nosso distrito, o que conseqüentemente potencia o envelhecimento demográfico

O PSD, apesar da coragem dos seus fundadores e do trabalho de inegável dedicação, abnegação e esforço ao longo destes anos, não tem conseguido obter no distrito de Setúbal os resultados condizentes com aquilo que é a sua implantação nacional e com a dedicação dos seus militantes e simpatizantes. Ao longo destes anos, arcamos com a responsabilidade de sermos o único distrito no país em que o PSD nunca ganhou uma câmara municipal. A comparação entre eleições autárquicas e eleições nacionais (legislativas, presidenciais) permite concluir que o eleitorado de Setúbal faz uma opção razoavelmente livre dos pressupostos ideológicos e sociológicos quando se trata de exprimir as suas preferências políticas em termos de políticas públicas nacionais, todavia, em eleições autárquicas, funciona o voto à esquerda, mormente no PCP e assistimos a um aumento brutal da abstenção.

Sem prejuízo da responsabilidade que nos assiste, na definição de uma estratégia para o nosso Partido na região, também o PSD a nível nacional, necessita de apostar no distrito de Setúbal, pois, só assim, poderemos almejar conquistar o poder autárquico e, assim, por em prática um conjunto de reformas que consigam colocar Setúbal num patamar de desenvolvimento diferente.

A alteração deste panorama depende muito do que o PSD e, eventualmente, outros partidos democráticos possam fazer por este distrito. Por isso é fundamental que o PSD, a nível nacional, aposte definitiva e decisivamente nesta região, envolvendo todo o partido na alteração do panorama eleitoral em Setúbal. O PSD, sendo o maior partido nacional, não pode continuar a ter um distrito com uma população residente superior a 800 mil pessoas, dos quais 726.468 têm capacidade eleitoral, onde nunca conquistou uma câmara municipal.

O atual panorama político nacional pode constituir uma oportunidade para a nossa afirmação nas próximas eleições autárquicas. Além das dificuldades de implantação, que subsistem, os nossos resultados eleitorais autárquicos neste distrito tendem a diminuir quando estamos à frente dos destinos do país. Seja pelo voto de protesto, seja pela abstenção do nosso eleitorado potencial, ao longo dos tempos verifica-se que a nossa votação é sempre mais baixa quando estamos no governo.

Nas próximas eleições autárquicas, se esta solução governativa durar até lá, pela primeira vez disputaremos umas eleições autárquicas em que o PCP está comprometido com a solução governativa do país. Daqui resulta uma oportunidade, não só confrontar a esquerda com as suas responsabilidades na ação governativa, mas também de não os ver a empunhar a bandeira do protesto contra o governo.

Para isso deve ser reforçado o apoio às estruturas partidárias locais, mas simultaneamente ter uma estraté-

gia articulada para o distrito e desenvolvida por todas as estruturas partidárias: nacional, distrital e concelhia.

O PSD deve apresentar-se unido e coeso ao eleitorado, com um discurso claro e de esperança para este distrito. Deve assumir uma política para o distrito que vise reduzir e eliminar a distância que atualmente o separa dos indicadores de desenvolvimento do resto do País, tornando num distrito mais competitivo, com maior capacidade de crescimento endógeno, menos sujeito aos enormes sacrifícios que os períodos de recessão lhe impõem, contribuindo assim para que assuma o papel de relevo que pode e deve desempenhar no País e mesmo a nível internacional.

Mas, paralelamente, deve adotar uma aposta forte no distrito, assumida pelos vários níveis de decisão de partido, que reforce os nossos resultados eleitorais nas autárquicas de 2017, e que, simultaneamente, assumam as autárquicas de 2017 como o início de uma caminhada que terminará nas eleições de 2021.

O que fizemos pelo Distrito de Setúbal

Não perdendo a perspetiva do que queremos para o nosso distrito, não podemos deixar de recordar o que, no passado recente, fizemos por esta região.

O Governo anterior, liderado pelo PSD e por Pedro Passos Coelho, e apesar da difícil situação em que encontrou o País, realizou obras fundamentais no distrito.

Foi assim no **emprego e na competitividade**, com apoios à inovação e ao investimento de inúmeras PME's do distrito, que hoje exportam mais e contribuem significativamente para a recuperação do País, no combate à burocracia, no apoio ao sector dos serviços, como o turismo, mas também aos sectores produtivos como a agricultura, as pescas ou as pecuárias que hoje competem internacionalmente. As instituições de referência da região reforçaram a sua posição como exportadoras modelo e foi possível recuperar o Arsenal do Alfeite de uma profunda crise que há décadas se arrastava e que hoje tem esperança fundada no seu futuro.

Na **solidariedade social**, para além do apoio a inúmeras Instituições de Solidariedade Social, com a realização de novos acordos de cooperação e a revisão em alta dos acordos existentes no valor global 90 Mi-

lhões Euros, que permitiram o apoio a mais de 36.000 utentes.

Na **saúde**, o número de habitantes com acesso a médicos de família ou isentos do pagamento de taxas moderadoras aumentou significativamente e a rede de cuidados continuados foi reforçada com a criação de mais 280 camas o que representou um aumento de quase 50% na rede que já existia. Novas Unidades de Saúde foram criadas na Quinta do Conde, em Sesimbra, Santo António, no Barreiro, Alhos Vedros, na Moita ou em Sines e que há muito eram reclamadas pela população.

Por fim, na **segurança**, o distrito deixou de ser notícia pelas piores razões. A criminalidade grave e violenta diminuiu de forma significativa e o distrito viu serem melhoradas ou criadas novas instalações. Foi assim na PSP de Corroios (Seixal), do Barreiro e de Setúbal, no GNR de Palmela, no Cercal (Santiago do Cacém), nos Bombeiros de Alcácer do Sal, no SEF e no Palácio da Justiça em Setúbal.

Nas dificuldades, o distrito não ficou parado nas áreas prioritárias e nunca foi esquecido pelo nosso Governo.

O Distrito de Setúbal que queremos

Setúbal é um distrito com dificuldades, mas também de oportunidades. Um distrito com um enorme e diversificado potencial, com litoral e interior, urbano e rural, com tradição e inovação, com mar e terra, com recursos naturais únicos. Mas, nesta diversidade, a sua principal riqueza são as pessoas: a sua tradição, o seu talento e a sua capacidade para arriscar, inovar e competir. Estas características singulares dotam a região de importantes vantagens competitivas. A extensa costa litoral assume um papel determinante para a sua afirmação, quer ao nível turístico e nas pescas, quer pelo seu contributo para a economia nacional, nomeadamente através dos portos de Setúbal e de Sines. No seu interior, o solo gera importantes recursos produtivos que devem ser acarinhados como o sector vitivinícola, a pecuária ou a floricultura. O distrito de Setúbal reúne assim cada vez mais condições para reforçar o seu papel fundamental no desenvolvimento de Portugal.

Esse é o nosso principal objetivo: aproveitar as potencialidades da região, captar investimento e gerar emprego.

Uma das áreas impulsionadora da economia da região é, sem dúvida, a área da logística.

A nossa região deve focalizar a sua estratégia logística interna e internacional com vista a tornar as empresas exportadoras mais competitivas e a melhorar fortemente a centralidade e a posição logística internacional. O distrito de Setúbal possui condições únicas para ser a aposta nacional na vertente da logística internacional. Está próximo da capital portuguesa, fazendo parte também da Região de Lisboa. Possui áreas de estuário e mar sem congestionamento no lado de terra, com possibilidade de construção de grandes terraplenos portuários para mercadorias e para novas atividades industriais e logísticas, sem conflitos com as áreas urbanas e na proximidade de fundos de acesso marítima para os grandes navios oceânicos. Possui mão-de-obra especializada nas vertentes portuárias e logística. Possui importantes escolas superiores e técnicas de formação neste domínio. Possui tradição e saber. Possui uma localização geoestratégica global e ibérica única para ser uma grande plataforma logística nacional, ibérica e global para mercadorias.

Cada região deve especializar-se nas funções onde possui melhores vantagens competitivas. O distrito de Setúbal deve ser o grande pólo logístico da Região de Lisboa e do Sul de Portugal até Madrid, servindo a

Andaluzia e a Extremadura espanholas. Portugal deve dar um salto mental nesta área e deve apostar em força nos portos do distrito de Setúbal, nas ligações terrestres, rodoviárias e ferroviárias, à região de Lisboa e a Espanha, tendo como nó de ligação principal a plataforma do Poceirão.

A visão que temos para este distrito é a de que se constitua como plataforma nacional e ibérica:

- Sines hub no transporte marítimo intercontinental com grandes navios;
- Setúbal no tráfego intraeuropeu e com África com navios de média dimensão;
- Os dois servindo Lisboa e o Sul de Portugal e ligados à Extremadura e Andaluzia através da Plataforma do Poceirão;
- O Poceirão ainda como polo aglutinador de cargas da região, realizando comboios bloco para Espanha, França e Alemanha no comércio intraeuropeu;
- O Barreiro com atividade portuária integrada numa estratégia de reestruturação do porto de Lisboa e do Arco Ribeirinho Sul;
- A implementação na Base Área n.º 6 do aeroporto complementar.

Por outro lado, mantemos a aposta na potenciação da estratégia para o Arco Ribeirinho Sul, que engloba os concelhos de Almada, Barreiro e Seixal, os quais devem ser recolocados no centro da estratégia de desenvolvimento da região e de reindustrialização do País, que tanto foi defendida por nós no Governo. Nesta vertente, são três os principais desafios que temos pela frente:

- A atração de investimento para os territórios do Arco Ribeirinho Sul, com o objetivo de criação de novas empresas, fomentando o empreendedorismo e a criação de emprego;
- A recuperação ambiental e reabilitação urbanística dos territórios, permitindo a criação de melhores condições aos seus atuais utilizadores e clientes dos parques empresariais;
- O essencial desenvolvimento dos planos urbanísticos dos territórios, com a inevitável revisão face a mudança de contexto económico do nosso

país, garantindo igualmente atratividade e novos investimentos.

A estratégia que deve ser seguida para superar estes desafios deve assentar em três pilares fundamentais: *Requalificação territorial, Requalificação ambiental e Promoção.*

Os territórios do Arco Ribeirinho Sul foram, são e devem continuar a ser fundamentais no processo industrial e empresarial do nosso País. Fazem parte integrante destes ativos, territórios que formam o Berço da Indústria em Portugal. Na verdade, quando se fala de reindustrialização do país e dada a sua vocação, dimensão, centralidade e acessibilidades, os territórios do Arco Ribeirinho Sul devem ser considerados, de forma inequívoca, como naturalmente vocacionados para acolher no seu seio, todo esse novo processo. Porque esse é, incontornavelmente, o seu ADN.

Na perspetiva dos recursos turísticos, o distrito de Setúbal caracteriza-se por uma grande diversidade de recursos naturais e culturais, potenciadora do desenvolvimento de produtos turísticos. No entanto, este património natural e cultural, embora apresente isoladamente algumas características diferenciadoras, assume relevância turística apenas no seu conjunto, numa óptica de complementariedade, sobretudo pelo seu estado de conservação e de preservação, e pelas questões paralelas que lhe estão associadas, nomeadamente as relacionadas com a segurança dos visitantes. É flagrante a inexistência de uma estratégia concertada entre os vários *stakeholders*, que promovam a rentabilização dos recursos existentes, aumente a sua visibilidade e direcione a sua exploração e consumo no sentido do combate à sazonalidade e da promoção do desenvolvimento turístico sustentável. Estes são os recursos disponíveis, há que agir intencional e concertadamente para promover a sua transformação em produtos turísticos que contribuam para o crescimento económico desta unidade territorial, para a qualidade de vida das populações, em paralelo com a protecção do património tangível e intangível.

Face à importância, presente e futura, do turismo no distrito de Setúbal, é fundamental o investimento na qualificação das populações desta unidade territorial, de forma a preparar os atores locais, direta e indiretamente relacionados com o turismo, para contribuírem para o desenvolvimento da sua área de intervenção, rentabilizando, simultaneamente, em proveito próprio, as mais-valias do próprio processo. Esta rentabilização inclui a ocupação dos postos de trabalho criados pelos promotores turísticos, mas sobretudo a autocriação de postos de trabalho e a valorização dos negócios já existentes, numa atitude de inovação

e empreendedorismo. Apenas desta forma, os residentes poderão contribuir para o desenvolvimento da sua região e simultaneamente serem recetores das mais-valias desse processo, numa lógica de sustentabilidade.

Fazer de Setúbal um destino turístico de excelência é um objetivo fundamental. Quem tem uma orla costeira tão rica, estuários como o Tejo e o Sado, uma serra com a Arrábida, praias com as da Costa da Caparica, do Meço, do Portinho da Arrábida, Troia e as da Costa Vicentina, está obrigado a que se aposte cada vez mais neste distrito como destino turístico.

O desenvolvimento económico da região deve coexistir com a preservação do meio envolvente.

O desenvolvimento que queremos para Setúbal deve ser feito sob o signo de um distrito com melhor Ambiente, um distrito ambientalmente exemplar, devendo fazer-se:

- Promoção do investimento na sensibilização e na educação ambiental, recorrendo à divulgação do nosso património natural.
- Defesa e preservação das áreas fundamentais na conservação da natureza e do património natural, nomeadamente através da criação de uma efetiva Rede de Áreas Protegidas, articuladas entre si, promovendo uma gestão integrada e participada, e criação de corredores ecológicos com efetivo estatuto de proteção e monitorização ambiental no distrito de Setúbal;
- Promoção das condições com vista ao aproveitamento lúdico, turístico e económico do património natural, salvaguardando a sua preservação;
- Reavaliação e revisão, no quadro de um debate amplo e participado, dos planos de ordenamento do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Reserva Natural do Estuário do Tejo, e respetiva zona de proteção especial, da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha;
- Limpeza e desassoreamento das linhas de água do distrito de Setúbal, com consequente valorização dos seus cursos navegáveis (onde se aplique), e monitorização dos movimentos de areia nas bacias hidrográficas dos estuários do Rios Tejo e Sado.
- Apoio à revalorização, requalificação, proteção e promoção das zonas ribeirinhas e da orla costeira.

- Incremento de ações ligadas à utilização racional de energia e à utilização de energias alternativas.

O desenvolvimento do distrito de Setúbal deve caminhar para que se atinja o principal objetivo da Economia Verde, que é possibilitar o desenvolvimento económico compatibilizando-o com igualdade social, erradicação da pobreza e melhoria do bem-estar dos seres humanos, reduzindo os impactos ambientais negativos e a escassez ecológica.

Sendo o distrito de Setúbal um distrito com um grande diversidade e riqueza, onde o urbano coexiste com o rural, devemos apostar nos produtos que o mar e a terra lhe dão: os vinhos, a floricultura e horto-fruticultura, o queijo e o mel, o arroz, a aquicultura e os produtos marinhos.

Como sempre temos dito, deve ter-se o cuidado de oferecer ao mundo rural uma base mais alargada de serviços que possa ser mais atrativo para a população, dinamizando a atividade económica em muitos espaços com potencial. No passado verificou-se a falta de bases de atratividade para mobilizar atividades e/ou população. Fato, que provocou evidentes problemas ao nível da coesão territorial. Neste sentido, é essencial uma visão integrada do território. Abranger a “agricultura” no mundo rural e envolver as dinâmicas de crescimento dos territórios. Sabemos que não é só a atratividade de atividades “ligadas à agricultura” que vão resolver, por si só, os problemas da coesão territorial, mas não temos qualquer dúvida, que são fundamentais, numa política integrada para diminuir disparidades territoriais.

Importa pois que essa integração possa ser ainda mais aprofundada. A agricultura está integrada num mundo rural cuja base territorial produz bens públicos, de natureza económica, social, ambiental e paisagística que têm de ser mais bem cuidados e mais bem remunerados.

O mar é fator identitário de Portugal e também deste distrito. Mas o mar e as suas imensas potencialidades foram esquecidos nas últimas décadas, não tendo havido uma estratégia articulada para tirar partido do que significa um dos melhores recursos de Portugal. Após anos e anos a ser reclamado a importância do mar, surge a Estratégica Nacional para o Mar, que entende primordial que *Portugal tenha uma estratégia para o mar*.

O PSD entende que isso deve agora ser refletido nas várias vertentes que o mar comporta e num aproveitamento sustentável do mar e à construção de uma economia marítima próspera. Na economia do mar sobressaem as pescas, que representam a principal

atividade da economia do mar. Essa dimensão é particularmente relevante num distrito, como o nosso, com uma grande costa e com muita atividade nessa área, onde o nosso Pescado, a sua qualidade é uma marca muito forte do distrito de Setúbal, contribuindo para a afirmação turística e gastronómica da nossa região. Para além da dimensão económica, valorizamos o papel na coesão socioeconómica das zonas ribeirinhas, na identidade cultural e no abastecimento alimentar.

Perante um distrito com um tão diversificado número de potencialidades, desde o mar à indústria, passando pelo ambiente, pela agricultura e pelo turismo, temos que reforçar a aposta no Ensino Vocacional ou Especializado, apostando em mão de obra especializada e qualificada, capaz de suprir necessidades da região.

Como se demonstrou, o distrito de Setúbal é uma região com um enorme potencial. Esse potencial permite-nos ambicionar o caminho da modernidade e do crescimento, ambição tantas vezes adiada por falta de um projeto mobilizador para o distrito.

O desafio da modernidade requer uma nova visão e novos protagonistas, de onde resulte uma resposta coordenada e consistente, concretizada num plano estratégico para o desenvolvimento económico do distrito. Esta visão passaria por criar uma agência distrital para atrair investimento para o distrito, à semelhança de outras agências para a dinamização económica que já existem noutros distritos do país. Essa agência, INVESTSETÚBAL, integraria, como parceiros estratégicos para o desenvolvimento económico, as Autarquias, as Empresas e Associações Empresariais, Comerciais, Industriais, Sindicais e Instituições de Ensino de diversos níveis, definindo áreas de intervenção que satisfaçam os interesses da comunidade, projetando o distrito para outros níveis de desenvolvimento. Esta Entidade, dotada de autonomia de atuação face aos diversos integrantes teria a responsabilidade de captar investimento, promovendo e estimulando a criação de emprego, promovendo as vantagens competitivas e recursos do distrito, através da gestão de uma rede local de agentes económicos, que propicie um ambiente favorável aos negócios e aos empreendedores.

Setúbal é um distrito cheio de oportunidades, aproveitemos as suas potencialidades.

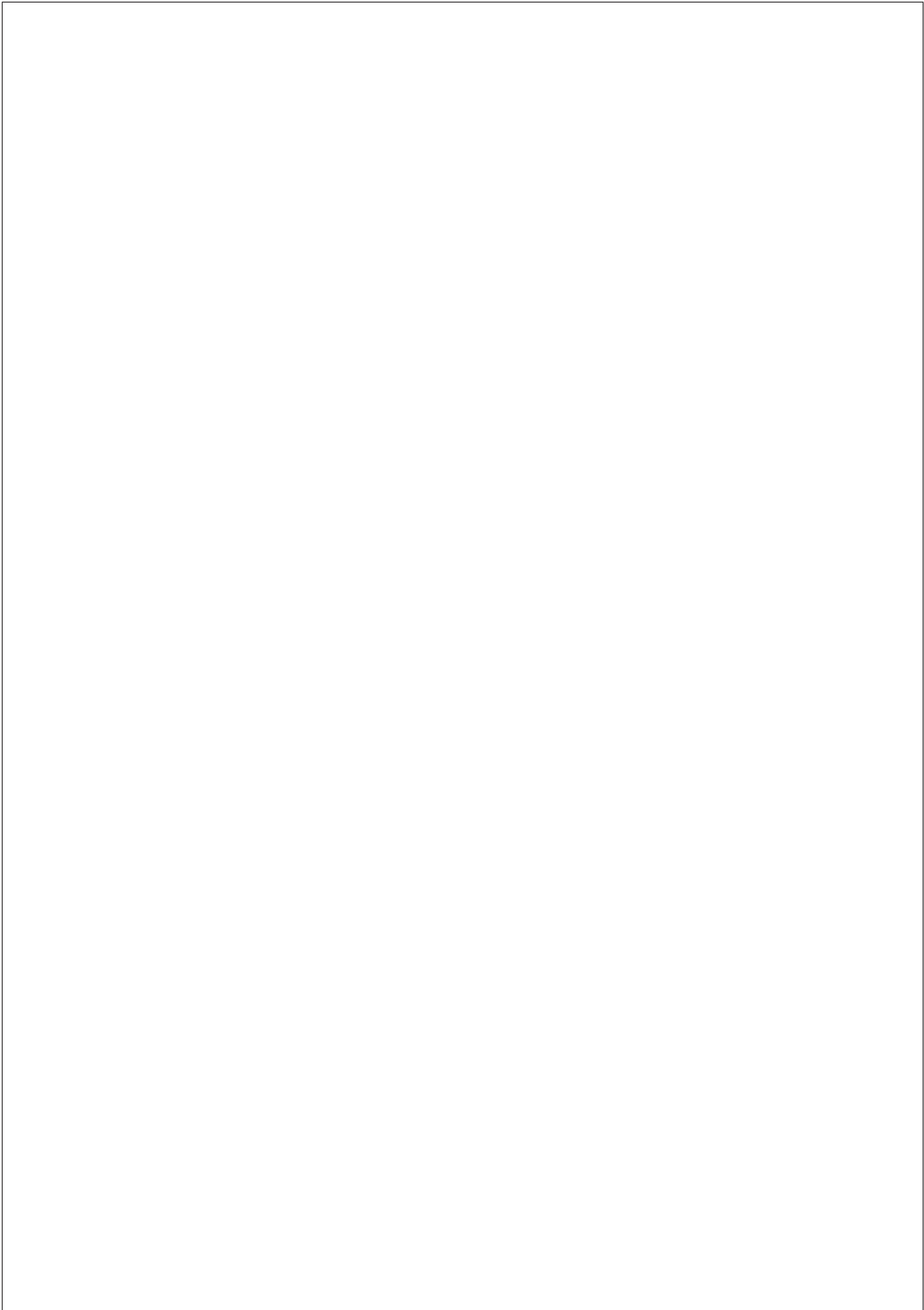


PROPOSTA TEMÁTICA

C

“NOVOS CÍRCULOS ELEITORAIS, MELHOR PROXIMIDADE”

**1º Subscritor:
Assembleia Distrital PSD Lisboa
da Área Oeste**



Resumo

Esta é uma proposta a defender que as Entidades Intermunicipais passem a ser a referência base para os círculos eleitorais, e para todas as outras funções que ainda se baseiem nos distritos.

1. A extinção dos Distritos

1.1. A nossa divisão administrativa

Em Portugal a divisão administrativa não é única, vai variando consoante os vários poderes instituídos, não há uma só estrutura, tornando-se por vezes complexa, e, em alguns temas de difícil identidade para o cidadão comum. Não é uma questão recente, vem-se arrastando ao longo dos séculos.

Mesmo no seio dos sucessivos Governos a organização territorial dos Ministérios vai variando, actualmente continua a ser fácil verificar que os Serviços Regionais de um Ministério não coincidem com a área geográfica dos Serviços Regionais de outro Ministério.

Sendo mais evidentes e mais tradicionais as diferenças entre as estruturas administrativas do Governo e dos Tribunais, dois dos Órgãos de Soberania consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Os distritos são as divisões administrativas criados no Século XIX, e as suas funções têm vindo a diminuir, sendo hoje muito questionável a sua existência. Raramente são tidos como identidade das populações, estando hoje descontextualizados com as divisões territoriais da administração local e do próprio Estado.

Os distritos deixaram de ser a principal referência administrativa, hoje são poucos os Ministérios e organismos que têm como base a divisão administrativa dos distritos, com excepção dos Ministérios com as áreas da Administração Interna, da Justiça, e Segurança Social, poucos mais organismos utilizam esta divisão, a regra passou a ter como base as NUTS.

As divisões distritais deixaram de ser a principal base de divisão administrativa do Estado e do Poder Local, que optam pelas cinco regiões-plano e pelas Entidades Intermunicipais.

Para fins estatísticos, tendo como referência o Eurostat, a divisão do território português, em regiões, tem por base a [Nomenclatura das Unidades Territoriais \(NUTS\)](#) estas subdividem-se em três níveis o nível I é o todo o território nacional. Na versão em vigor desde

2015, no Continente as NUTS II são cinco: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve. As NUTS III coincidem com as áreas das Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM).

1.2. As CIM e as Áreas Metropolitanas a substituir os Distritos

Quando em Setembro de 2011 o Governo do PSD extinguiu os Governos Cívicos, faltou coragem para extinguir de vez os distritos, e não devia ter permitido que algumas das reformas ocorridas mantivessem como referência estas divisões administrativas, permitindo incoerências entre Ministérios, e dificultando a obtenção de informação, pela diferenciação das áreas geográficas de referência.

Dois anos mais tarde, em Setembro de 2013, o mesmo Governo ao incrementar e implementar o regime jurídico das autarquias locais, aprovando o estatuto das entidades intermunicipais todo o sistema administrativo deveria ter passado a ter como base as NUTS ou as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas.

Pode-se hoje questionar para que servem os distritos, quando as populações através dos seus autarcas legitimamente eleitos decidiram associarem-se entre si criando as CIM e AM, com que as pessoas se identificam e que ao longo dos anos têm vindo a reforçar identidade, ganhando competências, elaborando as suas estratégias para estas regiões, e executando funções comuns.

O Estado tem vindo a reforçar as competências das Entidades Intermunicipais, o artº 81º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro tem entre as suas atribuições:

- a) *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
- b) *Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*

- c) *Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;*
- d) *Planeamento das actuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*

As 21 CIM e as duas Áreas Metropolitanas no Continente são hoje as verdadeiras divisões administrativas, e que devem substituir todas as funções que ainda estejam atribuídas, ou tenham como área de referência os distritos.

As 21 CIM e as 2 áreas metropolitanas são uma nova realidade administrativa, com identidade e coesão bem presentes, o que já não se verifica em relação aos distritos.

Há CIM com áreas em quatro distritos, e continuam a haver funções dispersas por esses distritos, faz sentido que numa mesma CIM que tem nas suas atribuições *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido* se essa CIM quiser realizar um pro-

jecto para toda a sua área de abrangência, no âmbito da Prevenção de Incêndios, ter de se articular com 4 CDOS?

Hoje se quisermos saber a população residente de um distrito, bem como a generalidade de dados estatísticos para esta área geográfica teremos de recolher dados parciais, uma vez que a informação estatística está toda organizada pelas NUTS.

Já é tempo de assumirmos em pleno as actuais divisões administrativas. As CIM e AM devem servir para fins estatísticos perante a Comunidade Europeia, como NUTS III, mas também como base para toda a divisão administrativa do Continente.

É tempo de extinguir inteiramente o que resta de atribuições e competências ainda baseadas nos distritos e o que ainda há e tenha como referência estas áreas administrativa passar para as áreas das NUTS, nomeadamente para as áreas das CIM, e AM.

Assim como se extinguiram os Distritos quando se criaram as Regiões Autónomas, também se devem extinguir os que restam no Continente.

2. Alteração dos Círculos Eleitorais

2.1. Enquadramento

A Moção de Estratégia Global apresentada pelo Presidente do Partido ao 36º Congresso Nacional, no Capítulo "Os novos desafios políticos e eleitorais" aborda mais uma vez a reforma do sistema político, apresentando propostas com grandes alterações ao actual sistema eleitoral, bem necessárias ao nosso regime democrático, onde inclui a reconfiguração dos círculos eleitorais.

É legítimo questionar o porquê desta Proposta Temática, quando o tema consta da Moção de Estratégia Global.

A Assembleia Distrital do PSD Oeste aprovou esta Proposta pelos seguintes motivos:

- a) Conhecendo-se as diversas iniciativas que ao longo dos anos se encetaram na Assembleia da República, para alterações às Leis Eleitorais, e os seus sucessivos insucessos, julgamos que no actual enquadramento político uma alteração profunda à Lei eleitoral para a Assembleia da República estará mais uma vez votada ao insucesso.

- b) A haver acordo para uma alteração à Lei Eleitoral da Assembleia da República, os círculos eleitorais devem ser alterados, e nós temos uma proposta concreta para novos círculos eleitorais.
- c) Julgamos que uma pequena alteração a essa Lei poderá ser viável, é o que passamos a expor.

2.2. Os actuais círculos eleitorais, os distritos

Na eleição para a Assembleia da República há hoje 22 círculos eleitorais, 18 com base nos distritos do Continente, 2 nas Regiões Autónomas de Açores e Madeira, e 2 fora do Território Nacional.

O actual modelo eleitoral continua a ter como base a primeira Lei eleitoral criada no pós 25 de Abril, a Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1975 (Decreto-Lei nº 621-C/74 de 15 de Novembro), no seu preâmbulo lê-se:

"Entre os diversos sistemas eleitorais possíveis optou-

-se pelo sistema de representação proporcional, segundo o método de Hondt, por ser aquele que melhor poderá traduzir a vontade do corpo eleitoral (...).

Pretende-se que a futura Assembleia Constituinte seja a imagem do eleitorado, refletindo, na medida do possível, as suas correntes de opinião e tendências políticas realmente significativas. Só a representação proporcional satisfaz este objectivo.

O território eleitoral será dividido por círculos coincidentes com as áreas dos distritos administrativos (...)."

A Lei nº 14/79 de 16 de Maio, e as suas sucessivas actualizações mantém no seu artigo 12º os círculos eleitorais coincidentes com as áreas dos distritos administrativos, para o Continente, e um para cada uma das Regiões Autónomas, uma vez que com a sua criação foram extintos os distritos que existiam naquelas ilhas.

A Constituição da República, quanto aos círculos eleitorais, no seu artigo 149º, diz-nos que:

"Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais geograficamente definidos na lei, a qual pode determinar a existência de círculos plurinominais e uninominais (...)."

O que esteve por base na criação dos círculos eleitorais foi a divisão administrativa, os distritos.

2.3. Proposta de novos círculos eleitorais

Como vimos os círculos eleitorais têm como circunscrição os distritos, mas os distritos deixaram de ser au-

tarquias locais com a Constituição de 1976, se esse era um dos motivos para serem a base dos círculos eleitorais, quem hoje tem essas funções são as, CIM e AM.

A necessidade e vantagem dos círculos eleitorais corresponderem às áreas de abrangência das CIM e AM podemos destacar:

Os círculos eleitorais mais pequenos permitem aproximar o cidadão eleitor aos Deputados, conferindo uma maior identidade e maiores responsabilidades entre eleito e eleitor, havendo por isso vantagens na existência de mais círculos eleitorais.

A nossa primeira intenção foi de propor a simples alteração dos círculos eleitorais passarem dos distritos para as CIM e AM, mas se numa área aproximava o eleitor ao Deputado, noutras ainda o afastava mais, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, onde o actual círculo é o maior do País com a eleição de 47 deputados, se fosse toda a AM esse número seria ainda maior.

Para contornar esta questão, dividimos a AML em dois círculos, atendendo às suas características naturais e sociais, a Grande Lisboa, e a Península de Setúbal.

Propomos que os círculos eleitorais passem a ser 28, em vez dos actuais 22. Mantendo-se os dois das Regiões Autónomas e os dois fora do Território Nacional, ficando o Continente com 24 círculos.

Com base nas eleições legislativas de 2011, escolhidas por terem o CDS a concorrer separado do PSD, fizemos a nossa simulação, obtendo-se a seguinte distribuição de Deputados, pelos círculos propostos:

REGIÃO NORTE

CÍRCULOS	ELEITORES	DEPUTADOS
Alto Minho	257.155	6
Cávado	368.926	9
Ave	395.437	10
Alto Tâmega	117890	3
Douro	215654	5
Terras de Trás os Montes	132781	3
Tâmega e Sousa	381255	9
Área Metropolitana do Porto	1534067	39

REGIÃO CENTRO

CÍRCULOS	ELEITORES	DEPUTADOS
Região de Aveiro	337579	8
Região de Coimbra	424403	10
Região de Leiria	268897	6
Oeste	308317	7
Médio Tejo	227779	5
Viseu, Dão-Lafões	268080	6
Beira Baixa	85493	2
Beiras e Serra da Estrela	244590	6

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

CÍRCULOS	ELEITORES	DEPUTADOS
Grande Lisboa		42
Península de Setúbal	650166	16

REGIÃO DO ALENTEJO

CÍRCULOS	ELEITORES	DEPUTADOS
Alentejo Litoral	83642	2
Baixo Alentejo	114064	2
Lezíria do Tejo	210524	5
Alto Alentejo	106444	2
Alentejo Central	145929	3

ALGARVE

CÍRCULOS	ELEITORES	DEPUTADOS
Algarve	360564	9

Com esta proposta de círculos eleitorais e com os resultados eleitorais de 2011, os Deputados eleitos, no Território Nacional, seriam: PSD – 106 (+1), PS – 77 (+4); CDS – 24; PCP – 13 (-3); BE – 6 (-2).

Perante os resultados de 2011, esta proposta de círculos eleitorais provoca uma diminuição de Deputados dos Partidos mais pequenos, PCP 3, e BE 2, a favor dos maiores PSD 1, e PS 4.

Para amenizar estas diferenças só se usássemos o Método Saint Laguê, em vez do Método de Hondt, mas a Constituição impõe este último Método.

2.4. Em conclusão propomos a alteração pontual na Lei Eleitoral

Propomos que caso seja inviável uma alteração mais profunda à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, o PSD proponha a seguinte alteração pontual à Lei nº 14/79, de 16 de Maio:

O ponto 2 do Artigo 12º passa a ter a seguinte redação:

2. Os círculos eleitorais do continente coincidem com as áreas das Comunidades Intermunicipais, correspondentes às NUTS III, na Área Metropolitana de Lisboa haverá dois círculos eleitorais: Grande Lisboa, Península de Setúbal. Os nomes dos círculos são os das Comunidades Intermunicipais e os referidos para a Área Metropolitana de Lisboa. A sede é a das CIM, da Grande Lisboa em Lisboa, da Península de Setúbal em Setúbal.

Esta é uma proposta aberta e negociável internamente no Partido a possíveis alterações, mas mantendo o princípio dos círculos terem por base as NUTS e as Entidades Intermunicipais.

Quando se concretizarem as alterações aos círculos eleitorais devem as estruturas distritais do partido ser também alteradas.



PROPOSTA TEMÁTICA

D

**“AVEIRO, UM DISTRITO
SOCIAL DEMOCRATA
À FRENTE E AO SERVIÇO
DE PORTUGAL”**

1º Subscritor:

Assembleia Distrital PSD de Aveiro

Aprovada por Unanimidade na Assembleia Distrital
PSD Aveiro em 18.03.2016.

ÍNDICE:

1 Velhos Problemas, Novas Soluções

2 Aveiro, Um Distrito Referência

3 O Nosso PSD

4 As Nossas Propostas

4.1 Competitividade

4.2 Gestão de Território

4.3 Erosão Costeira

4.4 Baixo Vouga Lagunar

4.5 Centros Hospitalares e Redes de Cuidados de Saúde Primários

4.6 Edifícios Escolares e Educação

4.7 Inclusão e Inovação Social

1. Velhos Problemas, Novas Soluções

O novo ciclo político que se iniciou com a nossa vitória nas legislativas e a nossa passagem para a oposição, com as singularidades que todos conhecemos e os perigos que se adivinham, **reclama um entusiasmo novo, um olhar diferente, um olhar à frente!**

Exige que possamos construir uma estratégia permanentemente ajustada a dinâmicas de curto, médio ou longo prazo, em função da resistência desta Aliança de Derrotados à erosão da sua própria incompetência. **Precisamos de ajustar a agulha e aprender a ser oposição depois de termos ganho as eleições nas urnas.**

A questão decisiva de qualquer Partido Político seja ele à escala local ou nacional é a existência de um **projeto de futuro! De futuro com realismo, de futuro com pragmatismo e de futuro com esperança. Esperança para as pessoas. Nunca se deve esquecer o princípio e o fim de toda a ação política: as PES-SOAS! Temos de estar à frente e olhar em frente!**

Portugal continua a necessitar de um **processo de transformação estrutural que consolide um modelo económico mais sustentável com pilares básicos de proximidade do Estado aos cidadãos** e a promoção da coesão e da competitividade territorial. O distrito de Aveiro não é exceção.

É imperativa a **redução dos níveis de desemprego, de pobreza e de exclusão social com a aposta na proximidade e na dinamização do tecido económico local**, revitalizando os mercados em articulação com territórios mais amplos.

O estímulo à inovação social e à concretização de novas respostas aos problemas supracitados, em contexto urbano, rural ou costeiro – quer por estarem economicamente mais fragilizados ou em razão da sua baixa densidade populacional – revela-se necessário para complementar o nível de articulação entre diferentes sectores da administração pública.

Portugal confronta-se com um nível de problemas que, cada vez mais, assola o seu território **como o envelhecimento da população, a perda de vitalidade e de atratividade. São Velhos Problemas que, face às constantes dinâmicas, exigem Novas Soluções.**

É necessário, por esse motivo, apostar **no desenvolvimento regional, com base no financiamento comunitário, e na articulação multinível com a participação de atores privados de forma a obter uma macro visão de políticas públicas que promovam o crescimento económico sustentável, a competitividade, o emprego e inclusão numa lógica de coesão territorial.**

2. Aveiro, um distrito referência

O distrito de Aveiro é uma região de forte dinâmica económica, empresarial e industrial, onde a **força motriz da sociedade assenta no seu forte tecido industrial, no empreendedorismo, na inovação, nas exportações e por isso na competitividade internacional.**

Esta região assume-se como uma das mais exportadoras do País, **com transações anuais no valor de 6 mil milhões de euros, 12,3% do total das exportações nacionais, e com um contributo muito importante para o equilíbrio da balança comercial Nacional com um saldo positivo de 2,3 mil milhões de euros.** Uma região onde os empresários e os trabalhadores têm como objetivo primeiro a criação de mais valor acrescentado para os seus produtos, apostando na criação de riqueza e consequentemente de emprego.

A competitividade e a internacionalização do nosso tecido económico são uma realidade que queremos ver cada vez mais consolidada, **através de políticas públicas ao nível da fiscalidade que dêem confiança, estabilidade e condições de criação de emprego às empresas. As nossas políticas devem apostar no emprego como razão primeira de ação.**

A nossa diáspora é também um enorme recurso e trunfo que temos de saber aproveitar. A ação política deve por isso, dedicar especial atenção aos mercados externos onde estejam radicadas grandes comunidades de portugueses. Devemos privilegiar esta realidade.

O distrito de Aveiro apresenta uma convivência salutar de **ria, rios, mar e floresta** que é ímpar no terri-

tório nacional e que importa ser defendida. Onde no sector primário **o leite, a carne e o vinho** têm um papel fundamental na nossa economia, e há que os saber proteger. E onde o **eucalipto** assume um papel capital merecendo uma discriminação positiva, sempre numa lógica de gestão equilibrada e eficiente da área florestal e das zonas de cultivo.

O **Enoturismo** é um elemento diferenciador que o Distrito de Aveiro tem na marca Bairrada e na Sub-Região de Paiva. A paisagem que a viticultura proporciona, a excelência das caves e adegas e a associação dos vinhos, cada vez mais premiados em todo o mundo, com a gastronomia única que a região tem, são, na área do turismo, elementos fundamentais para a atratividade do território e, conseqüente, aumento do número de turistas e das pernoitas dos mesmos.

Mas o distrito de Aveiro também é:

Viagem Medieval, Desporto, Termas, Vinho Verde, Leite, Espumante, Sampaio e...Carnaval;

Turismo Industrial, Serra, Geopark, Passadiços, Bird-watching, Buçaco e... Turismo Rural;

É Carregal, Pateira, Barrinha, Moliceiro, Surf, Mirtilos, e...Sal;

É Arouquesa, Marinhosa, Bacalhau, Enguias, Pão-de-ló, Fogaça, Ovos-moles e...Lampreia à Bordalesa.

Aveiro é tudo isto, mas é sobretudo **um paradigma dos valores das democracias ocidentais e do PSD, assentes na iniciativa privada sem esquecer os valores da solidariedade e da responsabilidade social**. O PSD tem na Região de Aveiro um exemplo para o País. Uma Região onde as políticas social-democratas são sufragadas maioritariamente. Queremos, por

isso, continuar a melhorar este paradigma social e económico. **O PSD é o partido liderante no Distrito de Aveiro e os resultados do modelo estão à vista.**

Neste contexto é inegável o **papel decisivo que o distrito de Aveiro tem, e pode desempenhar no futuro, enquanto catalisador de toda uma região e mesmo do País.**

Mais uma vez, **Aveiro está pronto para fazer melhor, o que já faz bem**, graças a uma competitividade ajustada à sua diversidade territorial e morfológica e ao valor do seu potencial humano.

Mais uma vez, **as gentes de Aveiro, estão prontas para contribuir para a dinamização da economia nacional e para o crescimento económico sustentado gerando emprego, valor acrescentado e estabilidade social**. E tal não se perspectiva só com a criação de novas empresas, mas também apostando fortemente na qualidade, antecipando mercados e inovando em parceria com as Entidades do Sistema Científico Nacional.

Os Social Democratas aveirenses querem contribuir para o sucesso de Portugal. Para tal querem fazer de Aveiro um distrito:

- + **Inovador + Empreendedor + Empregador**
- + **Inclusivo e Socialmente + Justo**
- + **Coeso Territorialmente**
- + **Mais Atrativo Turisticamente**
- + **Sustentável Ambientalmente**

Mas para tal acontecer com maior eficácia é necessário um estímulo e uma motivação decorrentes de políticas públicas assumidas e medidas concretas que só o PSD tem capacidade para implementar.

3. O nosso PSD

Temos a convicção de que a **social-democracia continua a ser a ideologia que mais se apropria aos desafios atuais da sociedade com vista ao bem comum**.

Defendemos a ação política pelo Exemplo! Temos que saber aproveitar e valorizar o capital de confiança e de credibilidade associado à governação e a personalidade de Pedro Passos Coelho.

O nosso PSD tem que continuar a ser um partido para o qual **o início e o fim da política reside na pessoa**

humana. É preciso proximidade com as pessoas e estar constantemente no terreno em contacto com as mesmas evidenciando a nossa **componente humanista tão característica da nossa génese. Do nosso PPD.**

O PSD tem que continuar a ser um partido com valores e princípios claros, permeável à criatividade e à imaginação, aberto à inovação e à mudança e como tal deve promover-se o salutar debate de ideias e a existência de opiniões diversas.

O nosso PSD é o partido da livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado. Um partido que, apostando na eficácia, valoriza o humanismo, bem como os grandes **princípios da justiça, da liberdade e da solidariedade.** Um partido interclassista, vocacionado para representar as diversas categorias da população portuguesa, e apostado na defesa da cooperação entre as classes sociais como a via mais adequada para a obtenção do bem comum e do progresso coletivo. Um Partido promotor do desenvolvimento, da qualidade de vida das pessoas e da mobilidade social. **O Partido da igualdade de oportunidades.**

O nosso PSD tem que apostar no **reconhecimento do mérito e na capacidade de afirmação pessoal e social,** cada vez mais necessários numa sociedade onde cresce o espaço para a realização das capacidades individuais, e onde importa distinguir os talentos pessoais que são contributos para o bem comum e para o progresso do País. E como tal **temos que saber aproveitar as enormes qualidades das novas gerações e de todos os quadros com valor.**

O PSD tem de ser **capaz de se abrir, de pensar e de agir.** Abrir à sociedade, passando a ser um seu interlocutor privilegiado. **Temos que ser um Partido competitivo. Um Partido que não tem medo de**

debater e de se relacionar com a sociedade, um Partido que privilegia os contactos com os meios universitários, com os sectores culturais, com os agentes económicos, com o movimento associativo e juvenil.

Pensar é essencial. Esta nova fase da vida do Partido deverá ser pautada pela preocupação de **produzir pensamento político e de gerar novas ideias e propostas para Portugal.**

Agir é outra prioridade fundamental. Temos que ser um Partido de referência para a sociedade em geral e particularmente para os seus sectores mais dinâmicos e empreendedores e para a juventude. **Há que manter o hábito de pensar, de refletir e de debater política e políticas. Os Gabinetes de Estudos têm de ser reativados e dinamizados.**

É neste contexto que queremos um PSD ativo, corajoso e ambicioso. Defendendo causas e medidas concretas. Medidas essas que possam contribuir para que Aveiro, um Distrito Social Democrata, esteja ainda mais à frente ao serviço do desenvolvimento de Portugal. O PSD do Distrito de Aveiro vai contribuir para que o PSD volte a liderar ANMP e ANAFRE vencendo de forma clara e inequívoca as eleições autárquicas de 2017 nas quais já estamos a trabalhar.

4. As nossas propostas

4.1. Competitividade

1. Defendendo o atual modelo institucional e de gestão do Porto de Aveiro, com a sua ligação ao Porto da Figueira da Foz, com a eventual fusão das duas empresas, é **fundamental garantir de forma competitiva, a ligação ferroviária do Porto de Aveiro, das suas duas plataformas multimodais, a Viseu, Guarda e Salamanca, defendendo a construção de um troço novo entre Aveiro e Viseu,** com a necessária oferta competitiva de transportes para a Espanha e para o centro da Europa. Esta é uma infraestrutura muito relevante para melhorar a competitividade das exportações para a Europa a partir das Regiões Norte e Centro de Portugal, responsáveis por 70% dessas exportações.
2. **Requalificar a Linha Ferroviária do Norte entre Ovar e Vila Nova de Gaia e da Linha do Vouga.**
3. Apostar nas **“Vias para a Competitividade”.** **Tratam-se de vias estratégicas, de percurso reduzido, para o fecho da rede estruturante da Região, sendo cruciais para a melhoria e otimização das deslocações rodoviárias das empresas,** promovendo uma deslocação segura e mais eficiente, designadamente:
 - a) Ligação da variante à E.N. 326 Feira – Arouca
 - b) Ligação da variante à E.N. 222 Castelo de Paiva – A32 Canedo - Feira
 - c) Ligação Aveiro – Águeda;
 - d) IC 35 (IP5/A25/EN328/Vale de Cambra) e ligação a Sever do Vouga;
 - e) Nó rodoviário a criar no IP1/A1 e Via Rápida de Ligação ao IP1/A1 (Anadia);
 - f) Ligação A25/ZI da Mota/ZI Vagos/A17 (Vagos

e Ílhavo);

- g) Prolongamento da EN 224 para a Murtosa (EN109-5);
 - h) Ligação da A32 de Oliveira de Azeméis à A25 (Vale de Cambra/Albergaria/Sever do Vouga);
 - i) Circular Nascente à EN 109 (Ovar);
 - j) Ligação ao IP1/A1 (Anadia/Oliveira do Bairro)
4. Aposta na **Sociedade do Conhecimento e nas Novas Tecnologias** potenciando a criação de novos negócios, de novas ideias, de riqueza e, consequentemente, o desenvolvimento económico. O Distrito de Aveiro caracterizado por uma forte vertente criativa e diferenciadora terá muito a ganhar com a **eliminação de falhas existentes na regulação estatal das relações entre universidade e empresas e da improdutiva independência entre estes três atores** (Estado-Universidades-Empresas), sendo decisivo por exemplo:
- a) **Rever a legislação nas áreas da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia e inovação**, de modo a estimular não só as Instituições de Ensino Superior (IES), mas também as empresas e os investigadores, académicos ou empresariais.
 - b) **Rever os estímulos para a criação de emprego científico, nomeadamente a integração de Doutorados no mercado de trabalho**, bem como aumentar o número de bolsas de investigação atribuídas a doutorandos que pretendam desenvolver o seu trabalho de investigação em contextos empresariais;
 - c) **Rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) no sentido de permitir à IES uma maior diversidade das suas fontes de financiamento.**
 - d) **Apostar intensamente no Parque de Ciência e Inovação de Aveiro**, como um fator de desenvolvimento económico e social, contribuindo para a atracção de empresas de alta tecnologia e de profissionais altamente qualificados.
 - e) **Defender, apostar e promover a Universidade de Aveiro.** A Universidade de Aveiro é um verdadeiro agente do desenvolvimento económico e social projetando Aveiro num mundo global e cada vez mais competitivo. **O triângulo de Aveiro, Oliveira de Azeméis e Águeda é bem demonstrativo do cresci-**

mento coeso e harmonioso da Universidade. Queremos e defendemos que esta referência conquiste espaço educativo, científico, investigação e desenvolvimento. As novas indústrias, a prototipagem e a indústria aditiva são desafios para o futuro. A ligação à comunidade empresarial e industrial deve ser reforçada e o relacionamento com o poder local aprofundado. Águeda e Oliveira de Azeméis complementam o Campus de Santiago transformando a nossa Universidade numa referência internacional. **Esta ligação natural e não artificial faz toda a diferença colocando o Distrito de Aveiro como protagonista incontornável na atração de investimento direto estrangeiro e de reforço permanente da nossa real capacidade competitiva, valorizando o nosso ADN empreendedor.**

- 5. **Defesa e valorização dos principais setores da indústria tradicional do distrito**, cujo contributo para a pujança da economia regional e nacional é assinalável, como são os casos do calçado, da cortiça, metalomecânica, cerâmica, moldes.
- 6. Aposta na crescente **afirmação da moda e do design em interligação com os vários setores tradicionais do distrito, estabelecendo sinergias determinantes na afirmação consolidada da economia do distrito de Aveiro.**
- 7. A **promoção e potenciação do Europarque** como equipamento de excelência na captação de grandes eventos nacionais e internacionais.
- 8. **Promoção de uma gestão florestal sustentável e de qualidade gerando mais-valias ao Mundo Rural e Industrial.** A fileira florestal é de reconhecido interesse estratégico para o Distrito de Aveiro, **utilizando matéria-prima nacional e renovável, concorrendo num mercado nacional e mundial extraordinariamente competitivo.** Importa referir o contributo de forma muito expressiva para a redução do défice da balança comercial, garantindo a empregabilidade a milhares, muito especialmente na fileira do eucalipto. Devemos refletir sobre a floresta que queremos convergindo e trabalhando para inverter a perda de área florestal que vimos silenciosamente assistindo nos últimos anos. É prioritário o aproveitamento das áreas incultas com valência florestal, melhorar a produtividade das áreas atuais, ultrapassando o grande défice de matérias-primas das indústrias de base florestal. Importa perceber as causas do não investimento e declínio das outras espécies como o pinheiro bravo ou as folhosas autóctones,

e tomar medidas para que o investimento seja reforçado, tomando como exemplo positivo a fileira do eucalipto no nosso distrito. **Em Aveiro defendemos a implementação de regulamentos que criem emprego, dinamizem a economia e sejam amigos do ambiente e do mundo rural, infelizmente cada vez mais voltado ao ostracismo.**

9. **Defesa da agricultura e das pescas como sectores estratégicos para o distrito de Aveiro e para o País;**
10. Promoção de uma **verdadeira Economia do Mar** alicerçada no potencial inovador e na especificidade dos territórios com forte história e tradição marítima e olhando para áreas **com elevado potencial de crescimento como a Aquicultura, a Náutica de Recreio e o Turismo Náutico;**
11. **Aposta clara no Turismo conferindo valor acrescentado e competitividade a “novos” sectores de forte crescimento global que encaixem com as vantagens comparativas do distrito de Aveiro e do País;**
12. Aposta na conservação, promoção e divulgação do património histórico edificado tão rico neste distrito.
13. Promoção de medidas de eficiência energética junto das PME's e autarquias locais visando o incremento da sua competitividade;
14. **Aposta nas indústrias culturais e criativas**, na vanguarda de uma nova economia, onde o digital e a capacidade para criar experiências sociais e para estabelecer redes são fatores de competitividade onde o exemplo do Oliva Creative Factory, um empreendimento de características únicas que tira partido de um antigo complexo industrial transformado em incubadora de negócios criativos e num espaço de promoção e divulgação cultural poderá servir de modelo de replicação noutras zonas do território nacional.
15. **Reavaliação da localização/funcionamento dos pórticos das portagens nas SCUT's no Distrito de Aveiro** e devida avaliação da aplicação de portagens na **A25, entendendo que essa via tem de ter um regime excecional dado o seu carácter único na servidão rodoviária da ligação entre a Região de Aveiro e Castela/Leão, Espanha.**
16. Defesa da **competitividade das nossas empresas**, pugnando sempre que possível por: i) dimi-

nuição da carga fiscal e dos processos burocráticos; ii) atuação justa no combate à fraude fiscal; iii) diminuição dos elevados custos energéticos e dos combustíveis; iv) maior liberdade para os Municípios na fixação dos valores dos impostos municipais no sentido da discriminação positiva das empresas criadoras de postos de trabalho e da correção de assimetrias.

17. Aposta na **diáspora portuguesa** como fator privilegiado de dinamização de negócios e potenciador de investimento direto estrangeiro em Portugal e promoção de uma ainda maior aproximação das **empresas aos mercados internacionais;**
18. Promoção da **excelência dos produtos “Made in Portugal”**, vocacionando-os para mercados consumidores de produtos de qualidade assentes no valor acrescentado e não nos baixos salários;
19. Promoção e atração de investimento que levem à **fixação dos jovens em Portugal;**

4.2. Gestão do Território

20. O distrito de Aveiro comporta 4 NUT's III. A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) que integra onze dos seus dezanove Municípios e é considerada com um dos melhores exemplos de gestão intermunicipal de todo o Portugal. A Área Metropolitana do Porto (AMP) que tem assumido, nos últimos anos, uma importância acrescida enquanto ator regional privilegiado da territorialização das políticas públicas em Portugal, integrando 6 Municípios aveirenses. E ainda Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Mealhada) e a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva). É absolutamente decisivo a **intensificação e aprofundamento da aposta política na dimensão intermunicipal da gestão do território**, como instrumento fundamental para o desenvolvimento de Portugal.

4.3. Erosão Costeira, Gestão do Litoral e da Ria de Aveiro

21. A costa marítima do Distrito de Aveiro, entre Espinho e Vagos, é uma das zonas da costa Portuguesa com maior nível de risco em termos de erosão. **Exigem-se medidas urgentes em termos de obra, que possam suster o processo erosivo em curso, e a execução e implementação de um plano de gestão e manutenção do litoral**, ao nível da intervenção operacional, que permita

cuidar regularmente da sua estabilidade. **A alimentação das praias com areia e a realização de obras pesadas para a poder suster, é uma necessidade que urge concretizar.**

22. Com a concretização do Programa de Qualificação e Valorização da Ria de Aveiro gerido pela sociedade anónima Polis Litoral **Ria de Aveiro** com balanço positivo, é fundamental:
- Dar continuidade ao investimento realizado com a utilização dos Fundos do Portugal 2020, **executando no terreno os projetos que estão prontos para serem obra, designadamente o desassoreamento da Ria de Aveiro com regulação de caudais.**
 - Implementar um modelo de gestão integrada liderado pela comunidade intermunicipal, no quadro de um contrato com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a participação de outras entidades relevantes.** A gestão da costa aveirense deverá ser sempre feita em íntima relação com a gestão da Ria de Aveiro.

4.4. Baixo Vouga Lagunar

23. **Defesa intransigente do projeto do Baixo Vouga Lagunar** lutando pela sua imediata concretização promovendo:
- A proteção dos terrenos agrícolas da invasão das águas salgadas da Ria de Aveiro,
 - A conseqüente paragem da progressão da cunha salina,
 - A valorização da capacidade de produção agrícola desses terrenos de comprovada aptidão,
 - A preservação dos valores ambientais em presença.

4.5. Centros Hospitalares e Rede de Cuidados de Saúde Primários

24. Defesa da **capacitação física e funcional do Centros Hospitalares do Baixo Vouga (CHBV) e de Entre Douro e Vouga (CHEDV)**. Os Centros Hospitalares do Distrito devem diferenciar-se na prestação de cuidados e na qualidade de todos os seus hospitais, ganhando dimensão, proximidade e adequação às necessidades da população.

Esta diferenciação deve traduzir-se numa aposta clara na requalificação dos hospitais do Distrito, em estreita articulação com os respetivos ACES.

- Defesa e promoção de uma **boa ligação entre os Centros Hospitalares e as respetivas redes de cuidados de saúde primários (USF e Extensões de Saúde)**.
- Defesa de uma rede de cuidados de saúde primários o mais abrangente possível em termos territoriais.**
- Reforço da capacidade de resposta, da reconversão ou melhoria de equipamentos e serviços sociais e de saúde e da geração sinergias** entre os recursos institucionais (infraestruturas e pessoal especializado) e os recursos da comunidade (e.g. rede familiar e de vizinhança) como forma de **resolver os desequilíbrios decorrentes do envelhecimento populacional. Potenciar as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação** (e.g. teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica) enquanto instrumentos para a melhoria do acesso dos cidadãos aos serviços. Diversificar serviços: (i) de apoio às populações mais idosas e com incapacidades, (ii) que promovam a qualidade de vida, o bem-estar das pessoas idosas e o envelhecimento ativo e saudável e (iii) Mecanismos de suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias.

4.6. Edifícios Escolares e Educação

- Reavaliação da rede de Edifícios Escolares**, do Pré-Escolar ao Ensino Secundário, e entre a Rede Pública e a Rede Privada, devendo a mesma ser respeitada em sede das Cartas Educativas, na gestão dos investimentos e na utilização dos Edifícios Escolares, rentabilizando as estruturas existentes.
- Adoção e defesa de políticas de combate ao insucesso e ao abandono escolar, promoção da coesão social com um papel mais relevante da Escola e melhoria da gestão da oferta educativa do ensino profissional.**

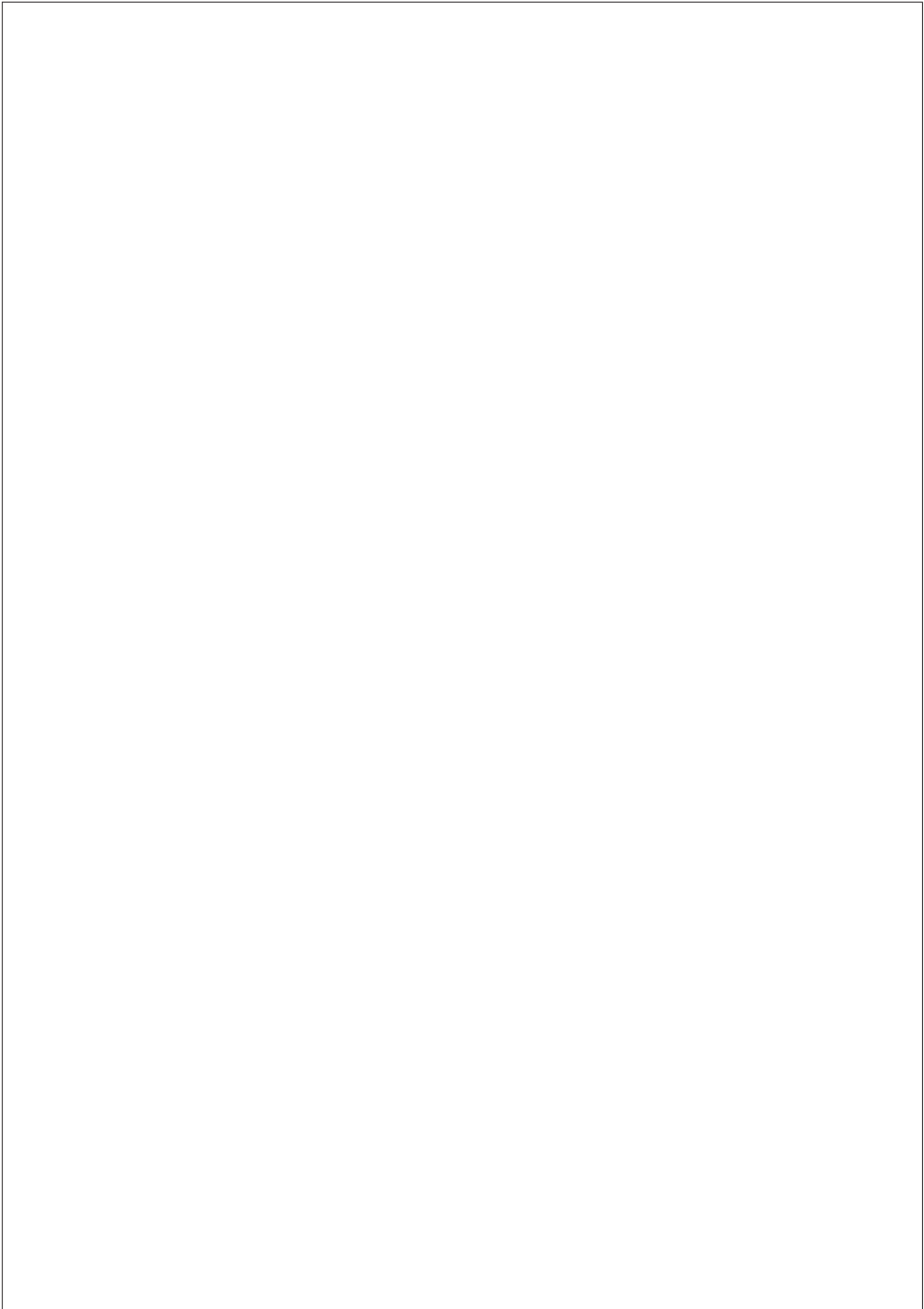
4.7. Inclusão e Inovação Social

- Forte aposta na economia social com a adoção e defesa de políticas públicas que fomentem territórios amigos das crianças, dos séniores, das pessoas com deficiência, das famílias mais**

vulneráveis e das minorias. As causas sociais têm que estar na primeira linha de ação do Partido fazendo jus à sua génese. Deverão ser dadas orientações claras para as estruturas locais do Partido no sentido da inclusão expressa de medidas de desenvolvimento social em parceria com a rede de IPSS's nos programas eleitorais das Juntas de Freguesia das Câmaras Municipais e mesmo nos planos de atividades das secções concelhias e das Distritais.

31. **Valorização do papel da mulher na política. Mais do que respeitar a Lei da Paridade o PSD deve atrair mais mulheres para a militância,** promover a sua formação política e autárquica, e integrar mais mulheres nos diferentes órgãos de gestão do partido e nas listas das próximas eleições autárquicas e/ou legislativas. As mulheres, com a sua mundividência, podem trazer novos contributos para a política que ajudarão a refrescar a organização, o discurso e a prática política. **Defendemos a criação das Mulheres Social Democratas (MSD) enquanto organização especial autónoma no seio do PSD, tal como acontece com a JSD, os TSD e os ASD.**

**Viva O PSD! Viva o Distrito de Aveiro!
Viva Portugal**



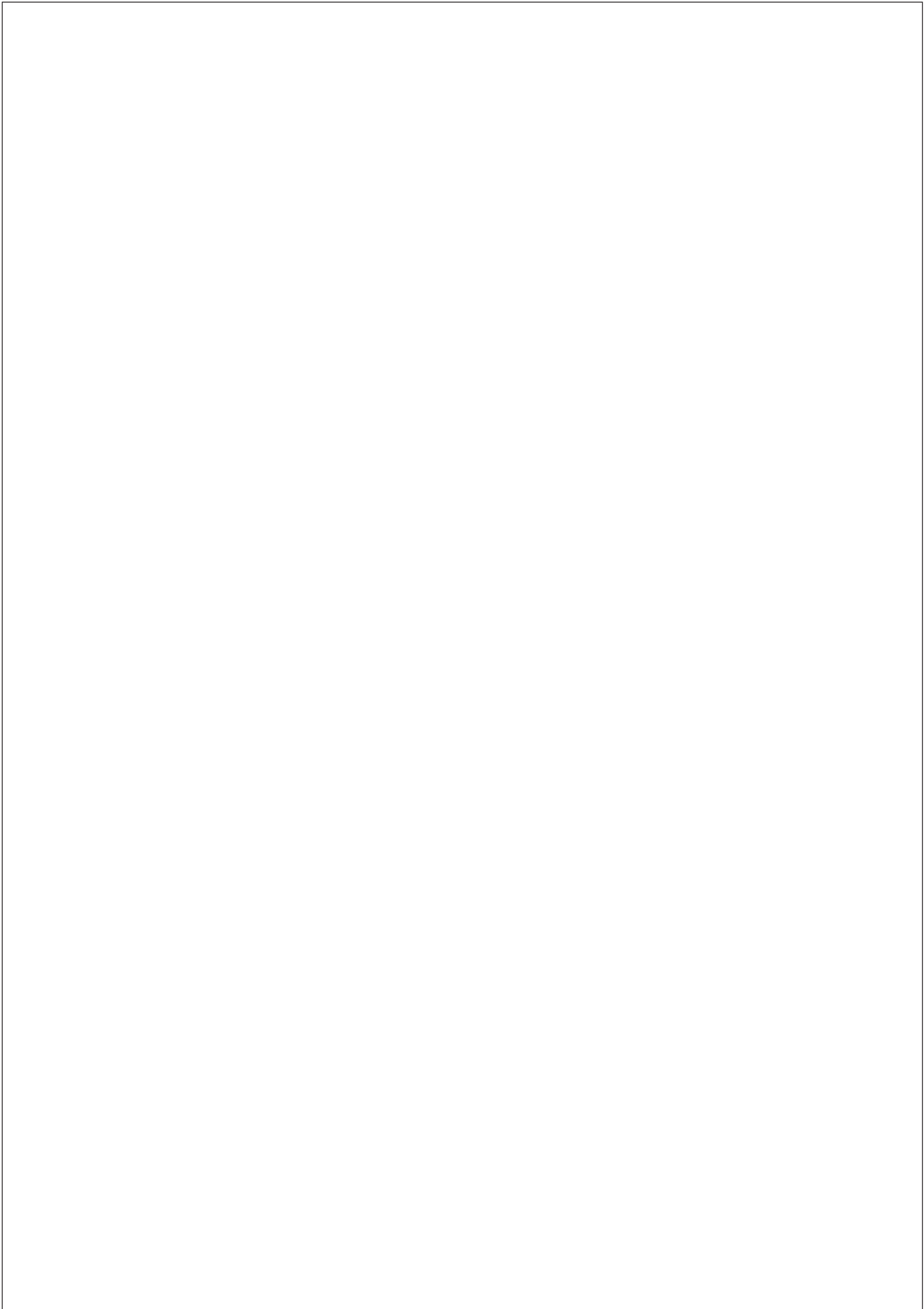
PROPOSTA TEMÁTICA

E

“UMA ECONOMIA MAIS COMPROMETIDA COM OS TERRITÓRIOS”

**CRIAR E FIXAR VALOR ACRESCENTADO
E EMPREGO QUALIFICADO NOS
TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE**

1º Subscritor:
**Assembleia Distrital PSD
de Vila Real**



1. Romper o círculo vicioso das baixas densidades

O PSD aprovou no Conselho Nacional de 21 de setembro de 2014, realizado em Ansião, um Documento Orientador e Programático intitulado «*TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE, TERRITÓRIOS DE ELEVADO POTENCIAL. Acelerar o crescimento duradouro e a criação de emprego qualificado*». Neste documento faz-se um breve diagnóstico dos principais problemas com que se debatem os territórios da faixa Interior do país - o círculo vicioso do esvaziamento e do envelhecimento demográfico, do declínio social e económico, da redução de serviços públicos, do abandono progressivo do território – e enuncia-se uma estratégia de desenvolvimento assente na valorização económica dos recursos e das competências dos territórios e um conjunto de políticas e medidas consideradas essenciais para garantir o princípio constitucional da igualdade de oportunidades, necessária para o reforço da competitividade e da coesão territorial. Tomando boa conta das recomendações aprovadas neste Conselho Nacional, o XIX Governo Constitucional implementou algumas das medidas preconizadas neste relatório, iniciando, assim, uma nova abordagem estratégica e implementando uma nova agenda para a promoção e o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

O legado político do XIX Governo Constitucional em matéria de políticas públicas de promoção e dinamização económica dos Territórios de Baixa Densidade é indiscutível. O Governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho criou a Equipa para os Assuntos do Território (EAT) e o Conselho de Concertação Territorial, aprovou o mapa dos Territórios de Baixa Densidade, que determina os concelhos e freguesias destinatários de uma diferenciação positiva no quadro dos apoios e incentivos do Portugal 2020, lançou o Programa VALORIZAR-Criar Valor com o Território, criou a marca NATURAL.PT para valorizar as Áreas Protegidas e Classificadas e concebeu e desenvolveu o Compromisso para o Crescimento Verde. Mas foi mais longe: reestruturou o setor de abastecimento de água e saneamento, promovendo uma efetiva solidariedade tarifária entre Litoral e Interior e garantindo uma repartição mais justa e equilibrada dos encargos com os custos da interioridade; lançou o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas PETI3+, com uma aposta clara na capilaridade dos investimentos e dos serviços ferroviários; reestruturou e relançou o serviço de transporte

aéreo de passageiros na faixa Interior, entre Bragança e Portimão; lançou as bases do Programa Portugal Porta-a-Porta, que permitirá alargar os serviços de transporte público a todo o país; aprovou o Código Fiscal do Investimento, que introduz benefícios fiscais a investimentos que criem ou mantenham emprego nos territórios de baixa densidade; aprovou a Reforma para a Fiscalidade Verde; apoiou a criação de 3 centros de competências e de excelência nas Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade da Beira Interior e Universidade de Évora; e implementou o Programa +SUPERIOR, que apoia os alunos do litoral que estudam em instituições sediadas em regiões do Interior. No âmbito da reforma e reorganização das redes de serviços públicos, lançou a RLIS – Rede Local de Intervenção Social, um instrumento privilegiado de descentralização de competências, envolvendo as autarquias locais e as instituições do setor social e solidário, lançou os Programas DESCENTRALIZAR e APROXIMAR, criando e instalando um conjunto significativo de lojas, espaços do cidadão e unidades móveis do cidadão.

A prossecução destas políticas e medidas é fundamental para romper o «círculo vicioso das baixas densidades» e minimizar os seus impactos sociais, económicos e ambientais numa parte significativa (cerca de 2/3) do território nacional. Os Territórios de Baixa Densidade não querem ser um encargo para o país. Pelo contrário, querem ser um ativo e uma oportunidade para o seu desenvolvimento. E sê-lo-ão, desde que sejamos capazes de criar e fixar valor acrescentado e emprego qualificado a partir dos seus recursos endógenos, das suas competências e suas das amenidades territoriais. Nesse sentido, importa aprofundar e desenvolver a estratégia e as políticas públicas que estimulem uma maior interação da economia com o território, o reforço da atratividade e da competitividade territorial, a promoção da capacidade de iniciativa e de empreendimento, o incentivo à criatividade e à inovação, a garantia de limiares mínimos de equidade e coesão social e territorial e a melhoria dos níveis de eficiência coletiva ou o reforço da governança territorial. É este o desafio que temos pela frente e o para o qual estamos todos convocados: o de assegurar um maior compromisso da economia com os territórios que faça de Portugal um país mais competitivo e coeso.

2. Uma economia mais comprometida com os territórios

Uma nova visão da coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza e valor em cada território, em detrimento da função eminentemente corretora e redistribuidora do Estado, pressupõe uma nova estratégia de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade. O que está em causa é a integração destes territórios nas dinâmicas e nos processos de desenvolvimento económico nacional, garantindo a sua mobilização para um crescimento mais verde, mais inteligente, mais sustentável e mais inclusivo que o PSD defende para o País.

Nesse âmbito, uma das principais prioridades estratégicas é a de garantir um maior compromisso da economia com os territórios e dos territórios com a economia, com reforço do contributo das empresas e atividades produtivas locais na criação e fixação de riqueza e emprego, nomeadamente a agricultura, a floresta, as indústrias extrativas, o turismo rural, cultural e de natureza, os serviços ambientais e a economia verde. O aprofundamento deste compromisso deverá fazer-se através de medidas adequadas que permitam modernizar do tecido produtivo, progredir nas cadeias de valor e promover os recursos e produtos associados ao território, valorizando o papel desempenhado pela inovação e empreendedorismo social, as produções artesanais, tradições e saberes endógenos. Os instrumentos e os incentivos disponibilizados pelo Portugal 2020 deverão apoiar a valorização dos conhecimentos e dos saber-fazer tradicionais, a consolidação de novas competências e atividades que explorem as sinergias dos setores tradicionais com outras atividades e o reforço das vantagens competitivas de cada território, nomeadamente as que permitam produzir e vender produtos e serviços transacionáveis e exportáveis de maior valor acrescentado.

O reforço da atratividade e da competitividade dos Territórios de Baixa Densidade passa também pela minimização dos custos de contexto (transportes, água, energia, comunicações) com que se confrontam as suas empresas e, ainda, pela promoção do empreendedorismo e do apoio ao lançamento de novos projetos capazes de valorizar recursos e a transformar oportunidades em negócios rentáveis e sustentáveis. A criatividade e a inovação são também indispensáveis para atrair empresas e investimentos, criar e fixar valor acrescentado nas atividades tradicionais, na economia e na economia social. Do mesmo

modo, importa alargar os incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com os agentes empresariais, criando redes de captação e de difusão de informação, desenvolvendo projetos específicos de inovação e empreendedorismo, instalando valências de transferência de tecnologia e do conhecimento adequadas a cada realidade territorial específica.

As políticas de coesão territorial não podem deixar de promover a igualdade de oportunidades no acesso a serviços públicos (segurança, saúde, justiça, educação, segurança social, etc.), garantindo os princípios da equidade social e territorial e, simultaneamente, a racionalidade e sustentabilidade das redes públicas de provisão de bens e serviços. Importa, por isso, neste domínio, consolidar e aprofundar os programas de descentralização e de proximidade aos serviços públicos, adequando os modelos de organização às especificidades territoriais, repensando os modelos de organização dos serviços desconcentrados da administração central, redistribuindo funções e competências (back-office) pelas estruturas periféricas ou garantindo racionalidade na alocação de recursos e um maior equilíbrio territorial.

Finalmente, importa reforçar o associativismo, a cooperação e a governança territorial, através da mobilização dos atores locais em torno dos estratégias e projetos coerentes e consequentes de desenvolvimento, da construção de visões estratégicas partilhadas e da criação e dinamização de redes de formação, competências e instituições. A realização desse objetivo pressupõe aprofundar a consolidação do associativismo municipal ao nível das Comunidades Intermunicipais (CIM) mas também, e sobretudo, o reforço das associações empresariais locais e regionais (AE), contribuindo para o reforço das suas atribuições e competências, criando condições para a capacitação dos seus recursos humanos e a melhoria dos níveis de qualidade dos serviços prestados às populações e às empresas. Pressupõe ainda o incremento do apoio público à melhoria dos níveis de eficiência coletiva, através da densificação das redes de cooperação institucional e empresarial e da qualificação dos dispositivos e das práticas de governança territorial, baseadas nos princípios de uma efetiva descentralização de competências e real adesão ao princípio da subsidiariedade.

3. Criar e fixar valor acrescentado e emprego qualificado

Para romper, com sucesso e de modo duradouro, o «círculo vicioso das baixas densidades» é necessário fazer com que estes territórios sejam mais produtivos, mais competitivos e mais atrativos. Ou seja, consolidar uma estratégia de desenvolvimento regional que estimule um maior compromisso da economia com o território. Um compromisso que passa pelo reforço e dinamização da capacidade de iniciativa empresarial e que reclama, portanto, apostas firmes numa fiscalidade mais justa e mais amiga das empresas, no reforço dos meios e instrumentos de financiamento às atividades produtivas, na redução de custos de contexto, no apoio à internacionalização e à conquista de novos mercados, no fomento do empreendedorismo e da inovação, na formação e qualificação dos recursos humanos. No sentido de consolidar esta estratégia e materializar o compromisso que ela encerra, importa reforçar e consolidar as políticas públicas e as medidas de dinamização económica e empresarial, nomeadamente:

- **Uma fiscalidade amiga do investimento e da criação de emprego e comprometida com o justo retorno para os territórios da riqueza aí gerada.** Considerando que nos Territórios de Baixa Densidade cerca de dois terços das empresas existentes são classificadas como microempresas e, na sua esmagadora maioria, entidades com fragilidades estruturais reconhecidas, importa criar incentivos fiscais, para as unidades existentes ou que aí se venham a instalar, que promovam o investimento produtivo e a criação de emprego. Do mesmo modo, e considerando que a «lógica económica extrativa» que predomina nestes territórios faz com que uma parte significativa do valor aí gerado seja canalizado para fora deles e não contribua, ainda que em parte, no seu desenvolvimento, importa criar mecanismos fiscais que garantam um maior equilíbrio e um justo retorno para os territórios da riqueza aí gerada. Assim, no que

diz respeito ao IRC e às relações das empresas com o Estado em matéria fiscal, propõe-se que sejam implementadas as seguintes medidas:

- Redução da taxa fixa de IRC (em pelo menos 5%) para entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, classificadas como microempresa com CAE nos sectores de atividade onde são utilizados recursos locais (produção direta, transformação ou comercialização);

- Fixação de uma taxa dual de IRC para entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, classificadas como pequena ou média empresa (ex: 10% para os primeiros € 100.000 de matéria coletável e 21 % para matéria coletável remanescente);
- Redução dos valores fixados no Pagamento Especial por Conta (PEC) para as entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes com volume de negócios até um limiar fixo (ex:700.000 euros);
- Fixação de um regime de tributação autónoma para as entidades com CAE nos sectores de atividade diretamente associadas à produção, transformação e/ou comercialização de recursos territoriais (energia, agricultura, floresta, indústria extrativa, etc.) e que tenha em conta não o lucro obtido mas o volume total de negócios gerado em cada território;
- Criação de conta corrente do estado de direitos e obrigações que possibilite o encontro de contas entre os valores a pagar pelas empresas e dos reembolsos adquiridos, evitando assim o absurdo das empresas não poderem receber do Estado um valor superior ao que têm a pagar, sem que antes tenha de fazer prova do efetivo pagamento da menor obrigação;

No sentido de atrair empresas e investimento produtivo de maior dimensão que valorizem recursos e competências territoriais, propomos um conjunto de medidas específicas (de natureza fiscal ou contributiva) de apoio à contratação de trabalhadores nos territórios de baixa densidade, nomeadamente:

- Redução das taxas de contribuição para a segurança social da entidade empregadora, reduções aos ganhos tributáveis com base no acréscimo no número de empregados e outras despesas relacionadas com o trabalho, em comparação com o período imediatamente anterior.
- Isenção da taxa de mais-valia fiscal, taxa de derrama ou tributação autónoma, se ocorrer o reinvestimento do capital em I&D, qualificação do pessoal, equipamentos e inovação no prazo de 24 meses ou menor.

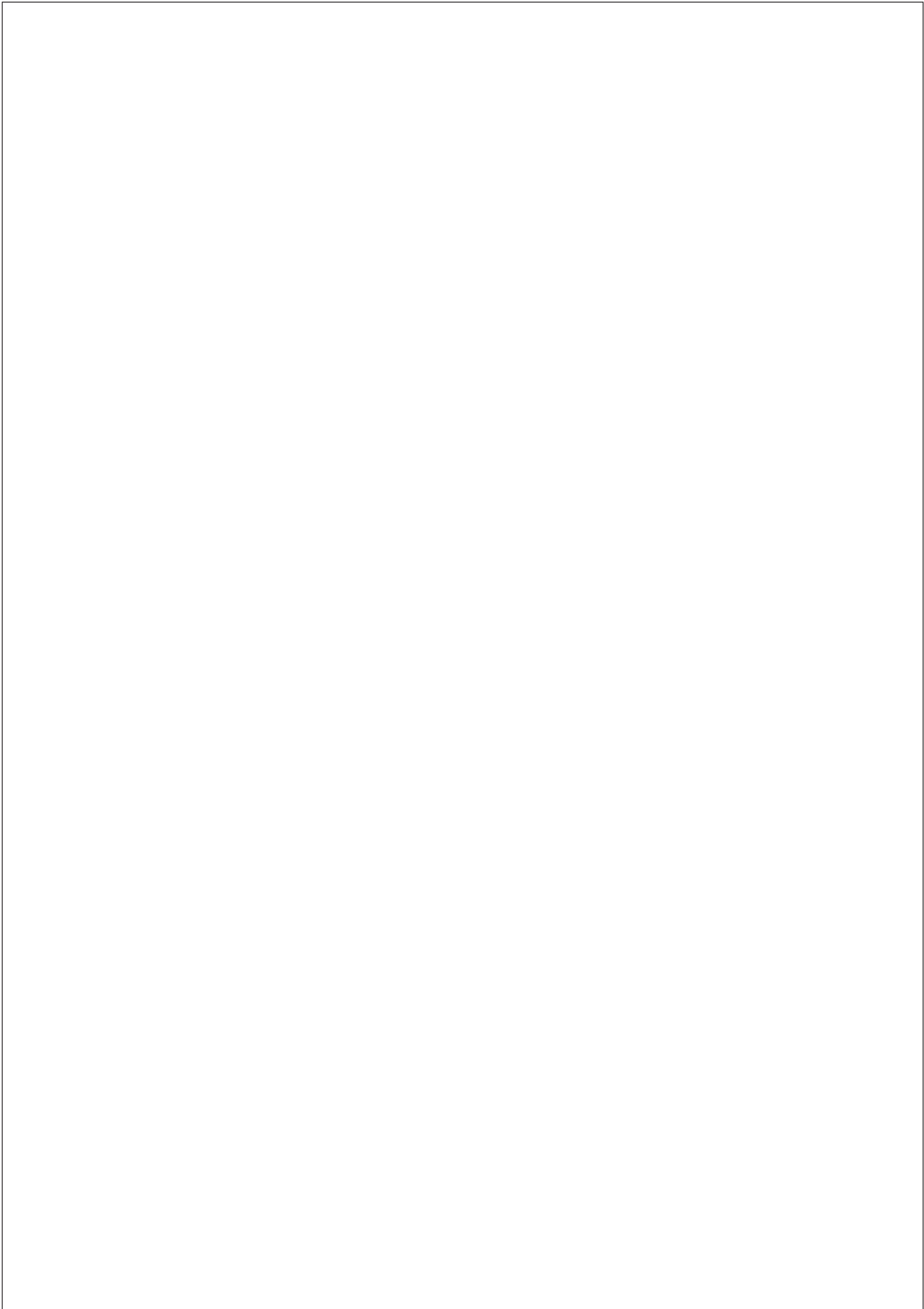
- Isenção da taxa de segurança social correspondente à entidade empregadora, nos casos do trabalhador contratado estar nas condições de primeiro emprego ou desemprego de longa duração (6 meses em vez de 12);
- Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo com desempregados qualificados inscritos no IEF (ex: correspondente a 1,5 do IAS x 24 meses).
- **Garantir às empresas dos territórios de baixa densidade o acesso aos fundos de capitalização e ajustar os incentivos do PT 2020 às suas especificidades.** O financiamento das empresas, por via do recurso ao crédito bancário, aos fundos de capitalização, ao capital de risco ou aos fundos comunitários, é crucial para dinamizar o investimento e produtivo e a valorização dos recursos territoriais. Para além do alargamento aos territórios e empresas da faixa interior do país dos instrumentos facultados pela banca comercial ou pelas entidades públicas especializadas, importa assegurar uma justa e adequada repartição dos meios disponibilizados pelos programas comunitários, nomeadamente:
 - Pugnar pelo cumprimento do princípio da «adicionalidade», contemplado no acordo de parceria, assegurando que os fundos estruturais são aplicados nas regiões de convergência e são complementares ao investimento proveniente do orçamento de estado, não permitindo uma desigual e injusta repartição territorial dos investimentos públicos nacionais;
 - Garantir meios de financiamento dos fundos europeus para os territórios de baixa densidade, possibilitando concursos específicos para as regiões do interior, quer ao nível das instituições públicas quer das empresas;
 - Ajustar os critérios de avaliação das candidaturas empresariais e institucionais à diversidade territorial, majorando os incentivos, atribuindo maior peso aos critérios regionais e da baixa densidade e permitindo a imputação de recursos humanos próprios para efeitos de cofinanciamento;
 - Simplificar as condições de acesso aos fundos das micro e pequenas empresas e adequar as condições de financiamento às suas especificidades, repondo os subsídios reembolsáveis diretos (de 100 mil a 250 mil €) e garantindo uma justa repartição dos meios de apoio à inovação empresarial.
- **Apoiar os esforços de internacionalização e de conquista de novos mercados das pequenas e médias empresas dos territórios de baixa densidade.** A fragmentação económica e empresarial dos territórios de baixa densidade dificulta a implementação de estratégias eficazes de promoção e internacionalização das empresas e das atividades aí localizadas que permitam criar e fixar valor acrescentado e emprego qualificado. No sentido de superar essas dificuldades e de potenciar os recursos e competências territoriais, propomos um conjunto de medidas de política, nomeadamente:
 - Assegurar uma presença efetiva da AICEP nos territórios de baixa densidade, através da instalação de delegações regionais (1 por NUT II), junto de instituições de ensino superior e em parceria com as associações empresariais, com a missão de atrair investimentos e empresas e de dinamizar as exportações e a internacionalização das fileiras e agentes;
 - Conceber e implementar programas específicos de atração de investimentos produtivos e de projetos empresariais orientados para a exploração e a transformação de recursos (agricultura, floresta, turismo), produtos e bens transacionáveis de elevado potencial comercial e competitivo;
 - Lançamento de uma estratégia de valorização dos produtos endógenos dirigida aos territórios de baixa densidade, que promova a criação de valor acrescentado através da sua transformação e comercialização;
 - Apoiar projetos conjuntos das associações empresariais dos territórios de baixa densidade destinados ao agrupamento de produtores e produtos, à promoção externa e à conquista de novos mercados e consumidores.
- **Redução dos Custos de Contexto e minimização dos seus impactos nas atividades das empresas e melhoria dos níveis bens e serviços públicos.** Um dos problemas adicionais com que se debatem os territórios de baixa densidade é o dos elevados custos de contexto provocados pelas assimetrias territoriais na cobertura de infraestruturas ou mesmo das tarifas e preços de serviços em domínios como as portagens a água, o gás natural, as comunicações móveis, a banda larga, etc. Assim, de modo a assegurar a equidade efetiva na provisão de bens públicos fundamentais e as condições de produção que garantam a competitividade das empresas e dos territórios de baixa densidade, propomos:

- Rever o modelo e o sistema tarifário das portagens rodoviárias de modo a assegurar que as empresas e as populações da faixa interior do país são objeto de uma diferenciação positiva que permita que as tarifas praticadas são indexadas ao seu nível de desenvolvimento socioeconómico.
 - Garantir o direito à mobilidade das populações dos Territórios de Baixa Densidade, através do financiamento dos serviços públicos de transporte nas principais cidades e na implementação dos transportes porta-à-porta.
 - Defender intransigentemente a reestruturação do setor da água (fusão e uniformização de tarifas) e do princípio da solidariedade interterritorial que garanta tarifas mais justas e equilibradas entre Litoral e Interior.
 - Minimizar os custos de contexto associados às falhas de mercado provocadas pela inexistência de uma rede de gás natural que garanta às empresas dos territórios de baixa densidade condições similares nos encargos com energia destinada às atividades residenciais e industriais.
 - Assegurar uma cobertura adequada das redes de comunicações móveis e banda larga, garantindo o princípio da universalidade no acesso às redes em condições de mercado (nível de serviço e tarifas) similares às do Litoral.
 - **Promover o Empreendedorismo Jovem em estreita articulação com as instituições de ensino superior e apostar na inovação e na criatividade**
- de.** A fixação de recursos humanos qualificados depende, em larga medida, da dinamização do empreendedorismo, da inovação e criatividade empresarial, tecnológica ou organizacional, que gere oportunidades para os mais jovens. Nesse sentido, importa continuar a apostar num conjunto de programas e medidas, iniciados pelo anterior governo, nomeadamente:
- Consolidar o papel das instituições de ensino superior do Interior na promoção da investigação, da inovação e do empreendedorismo que promovam a valorização dos recursos territoriais, através, da celebração de contratos-programa específicos de desenvolvimento regional;
 - Confirmar e aprofundar a descentralização de centros de competências e de excelência para os territórios de baixa densidade, associados aos recursos e competências territoriais, implementando programas de fixação de doutorados nas instituições de ensino superior e nas empresas do interior;
 - Implementar programas de apoio à captação e contração de recursos humanos qualificados para as empresas locais, assegurando a resposta das estruturas de apoio às reais necessidades dos empreendedores;
 - Apoiar a criação de cursos superiores de 2 anos orientados para operacionalização de programas de promoção e dinamização do empreendedorismo em territórios de baixa densidade.

4. Um Portugal mais competitivo, coeso e solidário

O reforço da coesão territorial é um objetivo nacional e europeu. Portugal tem de prosseguir e intensificar o combate por um desenvolvimento territorial mais equilibrado e por uma garantia efetiva de igualdade de oportunidades a todos os seus cidadãos. Um combate que sustenha as tendências de regressão demográfica, social e económica de uma parte significativa do seu território e que afaste do horizonte o cenário inaceitável de um País fraturado, opondo um Litoral Congestionado a um Interior Abandonado. Mas este combate deve assentar sobretudo num modelo de

desenvolvimento que valorize economicamente os recursos e o capital dos Territórios de Baixa Densidade, criando e fixando valor e emprego. Estes territórios não se querem transformar num fardo para o País, nem depender cronicamente do “assistencialismo” público e estatal. Querem contribuir diretamente para o crescimento e emprego e querem participar ativamente no processo de reformas e de modernização social, económica e política que o País reclama. Querem ajudar a construir um Portugal mais Competitivo, Coeso e Solidário.



PROPOSTA TEMÁTICA

F

**“ACCELERAR A COMPETITIVIDADE
ECONÓMICA DO NORTE,
ACCELERAR A COMPETITIVIDADE
ECONÓMICA DO PAÍS”**

1º Subscritor:

Assembleia Distrital PSD do Porto

Aprovada na reunião de 7 de Março de 2016.

A proposta tem como primeiro subscritor o Presidente da Comissão Política Distrital,
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo, Militante n.º 114 471.

ÍNDICE:

1 Enquadramento

2 A Região Norte

- 2.1 Apostar na Competitividade
- 2.2 Capacitar
- 2.3 Desburocratizar
- 2.4 Descentralizar
- 2.5 Competir Globalmente

3 Conclusão

1. Enquadramento

Foi num ambiente de grave crise financeira, económica e social que o governo liderado pelo PSD e por Pedro Passos Coelho conseguiu recuperar o País da falência em que nos deixou o anterior governo do Partido Socialista.

Pelos Portugueses e com os Portugueses, o governo iniciou de forma corajosa e absolutamente determinada, um programa de mudança, saneando as contas públicas, reduzindo o défice herdado da governação socialista de 11,2% do PIB para próximo dos 3% do PIB, valor que se teria atingido em 2015, caso tivesse havido continuidade governativa legítima e de quem ganhou as eleições. O menor défice dos últimos 40 anos. Em simultâneo foram criadas as bases para que a economia portuguesa começasse novo de novo a crescer e a uma taxa que nos permite quebrar a divergência em relação à União Europeia, acentuada entre 2005 e 2011.

Os últimos 4 anos da vida dos portugueses foram assim marcados por um processo de ajustamento da economia portuguesa sem precedentes, em resultado da execução do Programa de Assistência Económica e Financeira. Mas não só. Estes 4 anos ficaram também marcados pela execução de reformas estruturais que direccionaram o país no sentido do aumento da produtividade dos recursos, do aumento da competitividade internacional e do crescimento económico, para além da consolidação orçamental e sustentabilidade financeira das contas públicas.

Um país mais credível, com acesso aos mercados internacionais de dívida soberana e com maior confiança por parte dos investidores internacionais. Resultado extremamente positivo, que confirma a virtuosidade do caminho traçado e seguido, que contrasta claramente com o resultado de políticas assentes em princípios distintos, que convém recordar, e que nos trouxeram até uma situação de pré-falência, a um pedido de ajuda externa e à assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira.

De facto, é hoje importante, mais do que nunca, porque vivemos o tempo da “política da reversão” e do regresso ao passado, recordar as políticas e os fundamentos que nos levaram até ao pedido de ajuda ex-

terna, para evitarmos que tal volte a acontecer. Para o Partido Socialista, que fez o pedido de ajuda externa e assinou o Programa de Assistência Económica e Financeira, a “culpa” foi exclusivamente da crise económica e financeira internacional que se iniciou em 2008 com a queda do Lehman Brothers, mas na verdade esta veio apenas colocar a descoberto as fragilidades e desequilíbrios existentes em alguns países como era o caso de Portugal. Fragilidades e desequilíbrios graves que poderiam ter começado a ser corrigidos em 2008, 2009 e 2010, mas que não só não o foram como foram ainda agravados, por uma política assente no consumo interno e no investimento público não indutor do crescimento potencial da economia e sem ter presente a restrição orçamental intertemporal do país. Quer isto dizer que os estrangulamentos de natureza estrutural e os desequilíbrios macroeconómicos existentes, bem como o elevado défice externo e o elevado nível de dívida pública foram agravados pela política adotada pelo Governo do Partido Socialista em resposta à crise económica e financeira internacional.

Foram e continuam a ser “tempos” difíceis, e por isso o PSD nunca escondeu as dificuldades e nunca alinhou em eleitoralismos fáceis, mas também sabemos que o percurso que fizemos foi de responsabilidade e patriótico que permitiu salvar o País da bancarrota e do colapso financeiro e iniciar uma recuperação segura, tendo sempre em conta políticas de justiça social e de protecção aos mais desfavorecidos da nossa sociedade. Apesar das dificuldades deixamos uma marca social democrata reformista na governação de Portugal.

A evidência dos factos confirma portanto que reverter o caminho de consolidação das contas públicas e recolocar o caminho do crescimento económico assente em políticas de facilitismo e centrado no consumo interno só levará Portugal a um segundo pedido de ajuda externa, a um segundo resgate internacional e a um segundo processo de ajustamento. Um segundo processo de ajustamento que terá as mesmas consequências económicas e sociais do primeiro, eventualmente agravadas pelo facto destas não terem ainda sido totalmente mitigadas, nomeadamente o aumento do desemprego, que tem vindo a diminuir desde 2013.

2. A Região Norte

A Região do Norte é a região com maior orientação exportadora, representando, cerca de 40% das exportações de bens assumindo-se portanto naturalmente como o “motor” do país sendo a Região com a maior Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações, com mais de 140%, e a que mais contribui positivamente para o saldo da Balança Comercial Portuguesa.

Também é a região com maior intensidade exportadora (cerca de 30% do peso das exportações no PIB), e que se tem vindo a intensificar como demonstra o crescimento de 34,85% para 36,25% entre 2013 e 2014, em contraste com outras regiões do país, como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa que recuou de 26,24% para 24,09%.

Um tecido industrial, de PME (s), que tem como base um empreendedorismo competitivo e que assenta numa especialização inteligente de valorização dos recursos endógenos e de um modelo de economia aberta e fortemente exportadora. Na Região localizam-se 1/3 do número de empresas em Portugal e cerca de 50% das empresas ligadas à indústria transformadora e que são fonte geradora de investimento e criação de emprego.

Mas a Região Norte sentiu também de forma severa nos últimos 4 anos os efeitos do processo de ajustamento da economia portuguesa pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira, nomeadamente no aumento da taxa de desemprego até 2012, em níveis superiores aos verificados a nível nacional, a redução do rendimento interno, quer pelo aumento da taxa de desemprego, quer pela redução do salário médio dos trabalhadores da Região Norte em 2,1% em 2012 e 1,1% em 2013, de acordo com os dados do INE.

A Região enfrentou esta realidade com empenho e determinação, lançando mão a todos os instrumentos disponíveis e colocados à disposição pela política reformista levada a cabo pelo anterior governo. Reformas estruturais que direccionaram o país no sentido do aumento da produtividade, do aumento da competitividade internacional, do investimento privado e do crescimento económico, traduzido na redução da taxa de desemprego a partir de 2013, de forma gradual e sustentada, e no aumento do salário médio dos trabalhadores da Região Norte de 1,2% em 2014. Traduzido no aumento da intensidade exportadora, como já re-

ferido acima, contributo fundamental para o início da recuperação económica Portuguesa. Acelerar a competitividade económica da Região Norte é acelerar a competitividade económica do País.

Uma política reformista iniciada pelo Partido Social Democrata nos últimos 4 anos, de aposta na endogeneização dos recursos regionais, políticas horizontais que permitam corrigir os défices estruturais e estrangulamentos que ainda existem ao processo de desenvolvimento económico, na definição das prioridades e afectação dos recursos, numa especialização inteligente transversal do tecido económico sublinhando a importância de uma construção dinâmica de vantagens competitivas fundadas nas idiosincrasias do território e nas possibilidades de posicionamentos competitivos. Uma aposta clara no desenvolvimento das especificidades da Região, no que diz respeito às actividades económicas, à capacidade científica e tecnológica, ao capital humano e ao conjunto de recursos específicos intimamente associados ao território, com a consolidação de um sistema estratégico basilar de inovação e de selectividade das políticas públicas potenciadoras de crescimento económico através do investimento, e do reforço da competitividade em economia aberta de bens transaccionáveis e de aposta continuada no modelo exportador.

Assim, a aceleração da trajetória de crescimento económico só é possível num quadro de forte competitividade da economia regional, alicerçado no investimento em tecnologia e conhecimento, na valorização do potencial económico dos recursos endógenos e num quadro estratégico de especialização de produção de bens transaccionáveis. A prossecução das políticas reformistas de base horizontal e o investimento público deverá estar assente numa estratégia estruturada em cinco pilares:

1. Apostar na Competitividade;
2. Capacitar;
3. Desburocratizar;
4. Descentralizar;
5. Competir Globalmente

2.1. Apostar na Competitividade

“A única maneira de uma economia ser competitiva é aumentar sustentadamente a produtividade” – M. Porter

Portugal e a Região Norte serão mais competitivos se investirem desde logo na produção de bens e serviços transaccionáveis, onde detêm mais vantagens competitivas, ou seja nos setores de atividade económica que valorizam as especificidades do território, a capacidade científica e tecnológica, o capital humano, entre outros recursos específicos distintivos da Região Norte. Investir nos setores tradicionais como o calçado, o vestuário, a madeira, o vinho, o azeite e o turismo, numa perspectiva de inovação tecnológica e diferenciação face aos outros países e outras regiões.

O Fator Tecnológico é central na dinamização de uma nova agenda de Inteligência Competitiva na Região, que realce soluções lidas a partir do mercado e da fase final da cadeia de valor, e que estimule a inovação e o empreendedorismo para que se alcance um desenvolvimento que consiga gerar equilíbrios sociais, territoriais e geracionais.

É fundamental investir em Investigação e Desenvolvimento e criar sinergias entre o setor empresarial e as universidades. De acordo com os dados disponíveis no INE, o investimento em I&D na Região Norte passou, entre 2003 e 2012, de 0,63% para 1,45% do PIB Regional. Uma evolução muito positiva se considerarmos que se encontra acima do investimento médio nacional nos anos de 2012 (1,41%) e 2011 (1,50%, que compara com 1,53% na Região Norte), mas ainda assim abaixo da meta definida na Estratégia Europa 2020 (3%).

O setor do calçado e do têxtil é já um bom exemplo do investimento em I&D+I, na produção de calçado de elevadíssima qualidade, diferenciando-se da concorrência mundial pela qualidade e pelo *design*, com elevada produtividade em produtos personalizados. Investir na diferenciação e na qualidade com inovação e personalização, permite às empresas, à Região Norte e ao País obterem maiores margens, pelo maior valor acrescentado que incorporam nos seus produtos, podendo praticar políticas de melhores salários, que são a retribuição de mão-de-obra mais qualificada e capacitada para fazer a diferença no mercado global.

Por outro lado, verificamos também uma terciarização da economia da Região Norte, pelo aumento do setor dos serviços intensivos em conhecimento, mas fundamentalmente do setor do turismo. Nos últimos 10 anos, os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros da

Região Norte cresceram 62,11%, cotando-se como a região com maior crescimento, não só neste indicador, mas também no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros onde cresceu 59,5%.

O turismo é estratégico e um fator de competitividade para o desenvolvimento regional. Estratégico para a modernização, inovação e desenvolvimento da economia através da sua contribuição para o PIB, para o crescimento do emprego e para a visibilidade internacional.

Valorizar as diferenças, assentes nos territórios são a melhor forma de induzir um efeito multiplicador nos setores de serviços, comercial e industrial, contribuindo assim para um reequilíbrio e integração global de desenvolvimento regional.

A valorização do turismo de base regional e diferenciadora passará sempre pela defesa do património histórico e cultural, dos monumentos, das tradições, da gastronomia, do ambiente e da natureza, diversificando e desconcentrando as origens, os destinos e os produtos, numa lógica de desenvolvimento integrado.

A marca turística Porto e Norte têm que ser um conjunto de marcas diversificadas de base local, com visibilidade e valor acrescentado, que faça o turista optar por diferentes destinos na região função dos valores e ofertas próprias de cada território. Marcas diferenciadoras dos produtos e de segmentos, que marquem uma autenticidade genuína de valores e que garantam a competitividade e a capacidade de consolidação e conquista de novos mercados.

A política de turismo exige uma integração de base local, estratégica e diversificada, de forma a potenciar a horizontalidade das políticas, tendo em conta a potenciação do turismo em toda a região. Um plano articulado em rede será estratégico e prioritário para a criação de verdadeiros “clusters” na promoção e gestão do turismo, que deve envolver o poder local na definição das estratégias das marcas territoriais.

Uma entidade autonomizada e institucionalizada tendo como principio a sustentabilidade da diferenciação e diversificação dos produtos turísticos, na promoção e defesa da respetiva lógica turística dos territórios de abrangência e tendo em conta um modelo de gestão tendencialmente autofinanciado e envolvente de todos os agentes públicos e privados regionais: os Municípios, as Comunidades Intermunicipais, a Área Metropolitana, os Agentes Económicos e Culturais, e as Universidades.

Valorizar os diferentes segmentos com forte endogeneização, como o turismo azul, o turismo de natureza,

o turismo histórico e cultural, o turismo universitário e o turismo de bem-estar.

2.2. Capacitar

O conhecimento é o fator chave para a inovação, para o aumento da produtividade e para o aumento da competitividade. A capacitação dos fatores de produção e dos agentes económicos e sociais é decisiva para o acelerar a competitividade económica da Região Norte e do país.

O investimento numa sociedade de conhecimento e numa maior interligação, cooperação e cumplicidade entre Universidades e Centros Tecnológicos, Indústria e Estado, devem potenciar a inovação e o desenvolvimento económico e social, através da partilha de conhecimento. Esta "Triple Helix" é geradora de conhecimento e de inovação, decisivos para a competitividade da Região Norte.

A criação de "clusters" e principalmente de pólos de competitividade, onde universidades, empresas e setor público cooperam começa a ser uma realidade, mas há ainda um longo caminho a percorrer. Por isso se torna decisivo investir na capacitação dos agentes económicos, quer do setor privado, quer do setor público, no sentido de reorientar a sua atuação para a verdadeira cooperação e para a criação de redes setoriais e/ou multi-setoriais geradoras de sinergias, quer de escala, quer de inovação e de conhecimento.

A essência de uma nova "*inteligência competitiva*" deve assim centra-se num conjunto de novas "ideias de convergência", a partir das quais se ponham em contacto permanente todos os que têm uma agenda de inovação e renovação e que seja base de uma cultura empreendedora na Região Norte e capaz de mobilizar as capacidades de Criação de Riqueza. Fazer do Empreendedorismo a alavanca duma nova criação de valor que conte no mercado global dos produtos e serviços verdadeiramente transacionáveis.

O empreendedorismo e o risco são fatores que têm que ser valorizados numa assunção cultural de competitividade e gestão de oportunidades, no ensino secundário, universitário, na formação, na cidadania e nas empresas. O contacto com o empreendedorismo e a inovação deverá começar na escola.

As PME's são a base do tecido industrial, da Região e geradoras da criação de emprego, pelo que a promoção em I&D, nestas empresas, é estratégico para a dinâmica do crescimento empresarial, capaz de gerar a diferença e colocar a Região na fronteira do conhecimento e de

envolvimento. É crucial incentivar a contratualização entre as universidades, os centros tecnológicos e as PME's, no investimento em I&D, através de programas em consórcios.

Assim, tendo presente os setores onde a Região Norte apresenta vantagens competitivas e onde deve portanto investir mais para ser mais produtiva e mais competitiva, deve ser feita uma aposta clara na investigação orientada, no sentido de apoiar claramente estes setores de atividade. Apoiar a criação de núcleos de inovação e de I&D nas empresas, integrando-os inclusivamente no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) como forma de acederem aos apoios públicos a que universidades e centros de investigação têm acesso, como forma de incentivar e aumentar a cooperação e a ligação das empresas às universidades tornará o investimento em I&D+I mais produtivo, uma vez que estará direcionado para a chamada "economia real".

Outra vertente importante em matéria de capacitação para aumentar a competitividade da Região Norte é a dotação dos agentes económicos das ferramentas necessárias à promoção do desenvolvimento económico e social. Ou seja, é de extrema importância investir na formação profissional, através de Escolas Tecnológicas funcionando em rede com as empresas, adequando a oferta de trabalho à procura que resulta do investimento da Região Norte nos setores de atividade considerados "chave" para o seu desenvolvimento económico e social, como são os setores do calçado, vestuário, madeira, vinho, azeite, automóvel e turismo.

Uma aposta decisiva no ensino técnico e na formação profissional, o qual deverá conjugar a formação de base sociocultural, científica e tecnológica, desenvolvida nas escolas com a formação prática obrigatoriamente em contexto de trabalho.

Esta aposta tem também que passar pela revisão das várias modalidades de ensino profissional para racionalizar a oferta em conjunto com uma maior flexibilização dos respetivos currículos, com o objetivo de facilitar uma mais rápida adequação destas formações às necessidades do mercado de trabalho próprio da Região Norte e adaptada aos diversos sectores da economia regional.

Por fim, e apesar da trajetória das exportações verificada na Região Norte, existe um potencial de crescimento muito significativo atendendo ao número de empresas na Região Norte que não exporta. Neste sentido, é necessário capacitar as empresas e os agentes económicos para a internacionalização e para a captação de investimento, uma vez que são ainda evidentes as dificuldades das empresas em exportar e dos agentes

económicos locais e regionais em captar investimento. A oferta de formação na área da internacionalização é ainda escassa, o que se repercute na escassez de capital humano especializado em quantidade suficiente para o número de empresas e agentes económicos na Região Norte.

Mais inovação significa mais competitividade. Mais inovação requer mais conhecimento e mais cooperação entre sistema de ensino, empresas e estado, um novo paradigma que exige reorientar a atuação dos agentes económicos, exige a sua capacitação.

2.3. Desburocratizar

Os custos de contexto continuam a ser elevados e são causa de improdutividade e que dificultam a competitividade das empresas na região produtoras de bens transaccionáveis e a atuarem no mercado internacional

Assim, é fundamental implementar um Plano Nacional de “Burocracia ZERO” em todos os serviços da Administração Pública como forma de reduzir os custos de contexto das empresas, tornando-as mais sustentáveis e mais competitivas. Consideramos que hoje, depois de fechado o Programa de Assistência Económica e Financeira e recuperado o acesso do Estado aos mercados de dívida soberana pela recuperação da credibilidade externa, é possível acelerar o ímpeto reformista iniciado nos últimos quatro anos, apesar das contingências económicas e financeiras, no sentido de modernizar a Administração Pública, simplificando e desburocratizando, como é bom exemplo o Programa Aproximar que reorganizou os serviços de atendimento da Administração Pública e permitiu aproximar o Estado dos Cidadãos através da abertura de Lojas e Espaços do Cidadão.

É necessário um Estado que tenha como suporte a alteração do paradigma de “Gestão de Recursos”, para “Gestão pelo Resultado”. O serviço é para ser prestado ao cidadão, com eficácia e não a prestação de serviços internos, de e para a Administração, por vezes perfeitamente inúteis e sem nenhum reflexo no resultado final para o cidadão.

Os portugueses têm que perceber a modernização do Estado e que a reorientação e redução da despesa tem como objectivo aumentar a eficiência da mesma, fomentar a equidade e salvaguardar sempre a sustentabilidade e a competitividade da economia.

Para desburocratizar, precisamos de um Estado Reformista e não dum Estado “reversor”. Precisamos dum Estado que promova reformas no sentido de tornar a

Justiça mais eficiente e mais célere, de promover mais e melhor emprego, que assegure os direitos e proteção dos trabalhadores, mas também dos investidores.

Precisamos dum Estado que crie as condições para que a economia seja mais eficiente, produtiva e competitiva, que atue como “parceiro” e coopere com os cidadãos e com as empresas. Queremos um Estado capaz de assegurar os serviços públicos essenciais à sociedade Portuguesa, mas de forma mais eficiente e mais produtiva.

A redução da burocracia na Administração Pública repercute-se na redução dos custos de contexto das empresas, mas também na redução da despesa do Estado. Redução necessária para reduzir o deficit público e a dívida pública, mas também para libertar recursos para prioridades de investimento promotoras do desenvolvimento económico e social.

2.4. Descentralizar

Deverá ser aproveitado a redução da despesa pública ao nível do Estado central para de forma estrutural, desconcentrar e descentralizar, tendo por base que a gestão de mais proximidade é mais produtiva e melhor percebida e fiscalizada pelos portugueses.

A descentralização de competências não deverá ser vista como um fim, mas como um caminho, com a introdução de uma visão harmonizadora entre o poder local e o poder central, que permita a instituição futura de unidades geográficas com efetivos poderes políticos e órgãos legitimados pelo voto direto das populações.

Esta deverá ser uma aposta decisiva que se pretende agregadora de todas as forças vivas tendo em vista alcançar, num espaço de tempo razoável, um consenso político e social para uma reforma administrativa que garanta uma efetiva desconcentração e descentralização, com a assunção do exercício do poder democrático a partir do território local.

Com a aceção de uma política regional, não serão apenas as autarquias locais mas também o País que ganhará em competitividade e em crescimento sustentado, com a reorientação dos recursos para um desenvolvimento equilibrado e subsidiário entre o litoral e interior, entre as regiões e neste caso em particular dentro da própria Região Norte.

A descentralização de competências e de meios permite maior proximidade aos recursos disponíveis, melhor adequação às necessidades e portanto maior eficiência na sua utilização, maior produtividade e finalmente a utilização de todos os recursos disponíveis, maximizan-

do a sua utilização.

Neste sentido, consideramos fundamental descentralizar ainda mais competências em matéria de desenvolvimento económico, atração de investimento e promoção dos setores de especialização territorial nos Municípios, nas Comunidades Intermunicipais, nas Áreas Metropolitanas e nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Desta forma, a maior proximidade e o maior conhecimento das necessidades dos territórios e de cada setor onde detém maiores vantagens competitivas, permite um desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e mais eficientes na utilização do território, sem esquecer a devida coordenação dos territórios ao nível regional e o trabalho em rede.

Por outro lado, atendendo ao facto da Região Norte ter um peso significativo na economia nacional, nomeadamente no setor industrial e de forma crescente no setor dos serviços, na produção de bens e serviços transacionáveis, conforme demonstram nomeadamente os números das exportações, defendemos uma descentralização da Direcção-Geral das Atividades Económicas para a Região Norte e um maior investimento na presença na Região Norte da AICEP Portugal Global, E.P.E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. A maior proximidade destes centros de decisão nacional das empresas exportadoras da Região Norte, a região que representa quase 40% das exportações nacionais e com enorme potencial ainda de crescimento, e a região do país com a maior Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações do país, com mais de 140%, permitiria alavancar e acelerar a competitividade da Região Norte e, diríamos mesmo, através do efeito de “spillover” acelerar a competitividade de Portugal.

2.5. Competir Globalmente

Numa economia global como aquela que vivenciamos nos dias de hoje, as regiões e os países competem pela captação de investimento e pela internacionalização das suas empresas e dos seus produtos endógenos. O sucesso de cada região e de cada país neste processo está diretamente relacionado com a capacidade dos territórios serem competitivos, o que exige especialização nos setores de atividade onde detenham vantagens competitivas e investimento em inovação nesses setores para se diferenciarem doutras regiões que tenham vantagens competitivas nos mesmos setores. Mas não só. A competitividade de qualquer região, a sua capacidade para captar investimento direto estrangeiro (IDE) e de internacionalizar as suas empresas, pro-

ductos e serviços, é influenciada por fatores de ordem nacional, nomeadamente de natureza fiscal.

Portugal deve ter um sistema fiscal estável e competitivo com os sistemas fiscais europeus e mundiais.

Hoje existe já uma evidência clara de que o investidor procura a melhor relação qualidade/custo do capital humano, ao contrário do que aconteceu no passado relativamente recente onde o fator de seleção da região no mundo para investir era apenas o custo. Portugal e a Região Norte têm já uma boa relação qualidade/custo do capital humano, que pode ser melhorada em paralelo com o aumento do nível salarial, através do aumento da produtividade. É exigível contudo, estabilidade no sistema fiscal, que confira certeza de médio prazo ao investidor no momento em que decide investir.

Paralelamente à estabilidade e previsibilidade fiscal é fundamental reduzir o volume de impostos cobrados em Portugal, de forma gradual e responsável, acompanhando a redução da despesa pública do Estado. O nível de fiscalidade tem impacto, na competitividade internacional dos produtos endógenos da Região Norte que competem lado a lado em matéria de qualidade com os produtos de outras regiões de outros países.

Um último aspeto decisivo para a Região Norte e Portugal competirem globalmente é a cooperação empresarial para internacionalizar, ganhar escala e inovar, que regista ainda níveis bastante baixos. Neste aspeto, é importante investir na capacitação dos agentes económicos, como já foi referido anteriormente, mas é também importante estimular o desenvolvimento de iniciativas integradas de internacionalização através dum sistema de incentivos fiscais, bem como a dinamização de instrumentos financeiros exclusivamente direcionados à cooperação empresarial e internacionalização. A cooperação empresarial e a criação de parcerias são fundamentais para as empresas potenciarem a redução de riscos e custos, aumentando assim a sua competitividade internacional.

Tendo em consideração o exposto, o PSD do Distrito do Porto defende de forma intransigente a implementação duma reforma fiscal, no sentido da que estava a ser aplicada com a introdução da Reforma do IRC, orientada para a competitividade, para o crescimento e para o emprego. Estabilidade, previsibilidade e redução do nível de fiscalidade são os princípios que devem nortear esta reforma, fundamental para deixarmos de assistir a deslocalizações de investidores internacionais e até mesmo nacionais para outras regiões que conseguem oferecer semelhantes fatores produtivos, mas melhores e mais baixos níveis de fiscalidade.

3. Conclusão

A Região Norte deverá seguir uma estratégia de desenvolvimento regional, assente numa especialização inteligente tendo por base o investimento e a produção de bens e serviços transaccionáveis, acentuando as vantagens competitivas que valorizam as especificidades do território. O fator tecnológico deverá ser crucial na dinamização desta estratégia, que realce as soluções lidas a partir do mercado, e que estimule a inovação e o empreendedorismo. Potenciar os sectores tradicionais, investindo na diferenciação e na qualidade com inovação e personalização, de forma a aumentar o valor acrescentado bruto.

A aposta numa política de turismo integrada e de base local, e diversificada, que potencie o turismo em toda a região tendo como principio a sustentabilidade da diferenciação e diversificação dos produtos turísticos, na promoção e defesa da respetiva lógica turística dos territórios de abrangência e tendo em conta um modelo de gestão tendencialmente autofinanciado e envolvente de todos os agentes públicos e privados regionais.

Também o mar deve ser um vetor estratégico para a Região Norte, com imensas potencialidades e recursos, pelo que é necessário articular e reforçar uma estratégia do e para o mar tendo em conta a valorização e internacionalização da economia azul, desde as pescas, ao sector de transformação, dos congelados e das conservas, do turismo azul.

A inovação e a tecnologia são fatores fundamentais, para o desenvolvimento desta economia, para melhoria do rendimento das Pessoas, e do emprego, pelo que a implementação de centros tecnológicos e de investigação, bem como a cooperação das universidades com os agentes do sector em políticas de inovação e desenvolvimento, de certificação e de marcas são essenciais para o aumento da competitividade dos produtos tradicionais, mas também para novas actividades económicas que atraiam investimento direto nacional e estrangeiro, fomentem o empreendedorismo na expansão de actividades emergentes associadas à biotecnologia, à indústria farmacêutica, à energia, ao desporto.

A competitividade acelerada exige a concretização de políticas públicas de proximidade, descentralizando funções e competências nomeadamente para as autarquias e para as instituições da Economia Social. Uma aposta decisiva, numa reforma administrativa que garanta uma efetiva desconcentração e descentralização, com a assunção do exercício do poder democrático e que permita a instituição futura de unidades geográficas

com efetivos poderes políticos e órgãos legitimados pelo voto direto das populações.

É necessário o combate à burocracia para reduzir os custos de contexto que são um entrave à competitividade à internacionalização das empresas e da economia regional pelo que se exige um Estado que tenha como suporte a alteração do paradigma de “Gestão de Recursos”, para “Gestão pelo Resultado”. O serviço é para ser prestado ao cidadão, com eficácia e não a prestação de serviços internos, de e para a Administração, por vezes perfeitamente inúteis e sem nenhum reflexo no resultado final para o cidadão.

Uma economia regional que consubstancie o crescimento económico, baseado no investimento e na internacionalização e que é fundamental para a criação de emprego e diminuição do desemprego estrutural, quer jovem, quer de longa duração.

A competitividade acelerada passa também pelo reforço da coesão social e territorial da Região Norte, pelo que se impõe no âmbito das políticas públicas elevar os padrões de qualidade ambiental e energética, no reforço da mobilidade e por consolidar as principais plataformas de transporte e logísticas essenciais à inserção internacional da economia da Região, valorizando e apostando no desenvolvimento dos sistemas aeroportuário, portuário e ferroviário de suporte à conectividade internacional no quadro ibérico, europeu e global, nomeadamente: O porto de Leixões, com a sua vocação claramente de multivalências e que representa já hoje o escoamento de 25% das exportações nacionais, o aeroporto Francisco Sá Carneiro, que atingiu já claramente uma posição de liderança no Noroeste Peninsular e a modernização da linha ferroviária Porto – Vigo promovendo a sua integração plena no espaço ferroviário europeu.

Neste contexto, o PSD Distrital do Porto entende que se deve assumir toda esta Região Norte, como força agregadora dos cidadãos, dos agentes económicos e sociais, das universidades, das instituições e da qualidade de vida das populações.

A Região do Norte deve tornar-se num bastião europeu da competitividade, afirmando-se pela inovação, internacionalização, empreendedorismo e construindo vantagens competitivas dinâmicas que suportem uma trajetória de forte crescimento económico, criação de emprego, de aposta nas Pessoas e na coesão social e territorial.



PROPOSTA TEMÁTICA

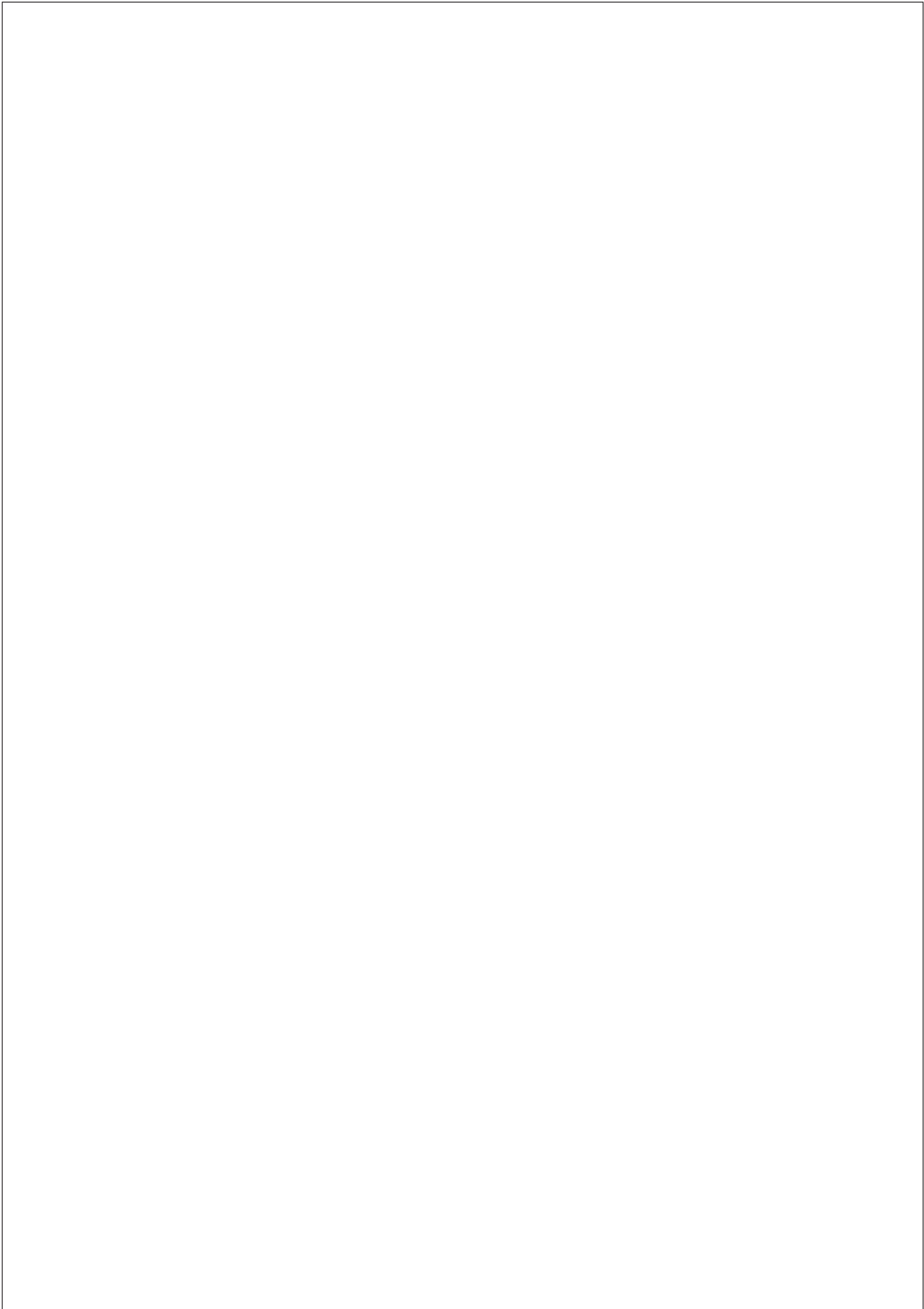
G

**“COM A SOCIAL DEMOCRACIA
PARA UM PAÍS MAIS JUSTO”**

1º Subscritor:

Pedro Roque Oliveira

Secretariado Nacional dos TSD – Trabalhadores Social Democratas



1. O PSD é o grande partido da sociedade e dos trabalhadores portugueses

O PSD sempre se afirmou como um verdadeiro partido interclassista, aberto à sociedade, com um ideário, princípios e valores que persistem desde a sua fundação, mas com uma leitura necessariamente dinâmica tendo em conta a própria evolução social.

A ninguém surpreenderá que o PSD seja considerado, também e sobretudo, um Partido de trabalhadores. De resto ao ser o maior Partido Português é precisamente ele que representa o maior número de trabalhadores.

Os **TSD - Trabalhadores Social Democratas** constituem a estrutura autónoma do PSD para o mundo laboral e o movimento sindical. É absolutamente natural que o PSD, em virtude das suas características, possua uma estrutura deste tipo e tenha uma implantação tão marcada no movimento sindical em função da sua enorme aceitação política e social.

Os **TSD** projetam o PSD nesta realidade social tão impor-

tante e visam contribuir para a construção de uma sociedade orientada pelos princípios da Social-Democracia, zelando pelo cumprimento dos princípios programáticos do PSD na área laboral e na defesa da independência e autonomia das associações sindicais.

Mas este é também um caminho de dois sentidos: se representamos o PSD junto do mundo laboral e do movimento sindical, por maioria de razão também representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, anseios e necessidades no seio do Partido que orgulhosamente constituímos.

Os **TSD - Trabalhadores Social Democratas** entendem que, mais do que nunca, os grandes valores do trabalho, da justiça social, da negociação e do diálogo e do efetivo combate à pobreza, não podem ser ignorados ou sacrificados no altar da tecnocracia macroeconómica ou da insensibilidade social.

2. O papel social insubstituível do PSD como partido do centro político em Portugal

O PSD após o relevante papel histórico que desempenhou na liderança de um Governo que recuperou e devolveu a dignidade a Portugal deverá manter-se fiel à sua matriz ideológica social-democrata que o coloca no centro político rejeitando, a um tempo, o coletivismo derrotado pela História e um certo capitalismo desregulado e insensível aos aspetos sociais.

Todas as propostas do PSD deverão seguir esta premissa, isto é: aliar sempre os aspetos económicos aos sociais. A instrumentalidade da Economia, constitui para nós um valor inalienável. Assim se constrói a Economia Social de Mercado.

Porém sejamos claros: a uma economia falida corresponderá um Estado Social falido. Por isso, assegurar a sustentabilidade económica constitui a marca identitária do PSD e que é, ideológica e pragmaticamente, diferenciadora relativamente ao Partido Socialista.

O PS, desde o 25 de abril e à frente da governação do país, tem tido como marca idiossincrática o exaurir das contas públicas, os incumprimentos financeiros do Esta-

do e a necessidade de sucessivos e humilhantes resgates financeiros de urgência para evitar a bancarrota.

Por seu turno, a visão social-democrata em Portugal, assenta na perceção nítida que o interesse coletivo passa por assegurar as condições de sustentabilidade do crescimento económico para que a redistribuição da riqueza e a manutenção do Estado Social seja suportável.

Mais uma vez, no presente momento estas duas características diferenciadoras entre os partidos surgem bem vincadas.

O Orçamento de Estado para 2016, recentemente aprovado na Assembleia da República, não dá sinais de credibilidade de molde a deixar tranquilos os trabalhadores portugueses quanto ao futuro.

Depois de, com um enorme esforço coletivo, Portugal ter recuperado a confiança, o caminho do crescimento económico, o prestígio internacional perante os investidores e a redução do desemprego, vem agora este Orçamento

suscitar sinais preocupantes por parte de diversas instituições nacionais e internacionais que lançam avisos de alerta sobre a viabilidade da sua execução.

Sejamos novamente claros: o exercício de 2016 arrisca-se, em meia dúzia de meses, a destruir 4 anos de sacrifícios dos portugueses.

Parece que, afinal, a economia não irá florescer como no conto de fadas com que procuraram iludir os eleitores. À prometida remoção da austeridade sucede-se uma *“austeridadezinha mitigada”*, suportada no aumento de impostos indirectos, inimigos da economia e que não

distinguem os mais necessitados dos mais favorecidos, com que se contenta a esquerda radical enquanto que, à cautela, se reservam medidas extraordinárias (leia-se *“mais austeridade”*) para não enfurecer Bruxelas.

Os TSD, em nome do interesse nacional e sobretudo dos mais desfavorecidos, esperam que Portugal - de novo pela mão de um Governo socialista - não volte a ser confrontado com situação idêntica à que conheceu em maio de 2011.

Felizmente os social-democratas são responsabilmente diferentes.

3. Um país mais desenvolvido economicamente como garantia da sustentabilidade do estado social

O país sabe que pode confiar no PSD e que, mais importante do que *“dar agora”* (para retirar logo de seguida), é a previsibilidade e a sustentabilidade em matéria económica como o único suporte de um Estado Social e de uma redistribuição verdadeiramente efetivos.

Aliás o Estado Social é, provavelmente, o tema em que as diferenças entre PSD e PS são mais nítidas. Não do ponto de vista do seu escopo ou dos seus objetivos últimos, mas antes do modo de garantir a sua sustentabilidade no tempo.

O Estado Social é um ganho civilizacional, sem dúvida. Porém, o cuidar da criação de riqueza para fazer face à sua sustentabilidade deve ser a primeira das preocupações políticas já que o mesmo não se alicerça nem se mantém com base na retórica ou em utopias politicamente corretas de esquerdas mais ou menos radicais.

As provas desta evidência foram por demais óbvias no passado recente quando um Governo socialista (do qual faziam parte muitos dos atuais ministros) não cuidou da *“coisa pública”*, necessitou de mais um humilhante resgate financeiro internacional e viu as políticas sociais serem inevitavelmente afetadas.

Com esforço Portugal recuperou a confiança, o caminho do crescimento e o prestígio internacional, garantindo a sua capacidade de atração perante os investidores, condição *“sine qua non”* para o crescimento económico e a criação sustentada de emprego.

Porém esta nova governação socialista (resultante de uma interpretação parlamentar bizarra da vontade dos eleitores) parece nada ter aprendido com os erros do

passado.

De facto, começam já em matéria económica a manifestarem-se sinais preocupantes. Para além da incerteza internacional (que não dominamos) temos novamente em Portugal os juros da dívida dando mostras de nervosismo; a taxa de desemprego (que vinha continuamente a descer desde o início de 2013) a estagnar, o investimento privado, os índices de confiança e de produção industrial a retraírem.

Temos, de novo, o país suspenso pelas decisões das agências de rating, a boa vontade do BCE e os avisos de Bruxelas.

O dilema deste Governo entre cumprir os pactos com a extrema-esquerda, por um lado, ou as responsabilidades internacionais e a sustentabilidade das contas públicas, por outro, opta por uma irresponsável fuga para diante em busca de uma mirífica inversão nas sondagens e a precipitação de eleições que, desta vez, possam tentar legitimar a sua governação.

Perante esta situação, em nome do interesse nacional, dos trabalhadores e da sustentabilidade da economia, o PSD enquanto Partido nuclear da sociedade portuguesa e responsável pelos períodos de governação coincidentes com as fases de crescimento económico e de desenvolvimento, deverá estar preparado para, quando o país assim o decidir, voltar ao Governo de Portugal em nome de todos aqueles que querem um país mais próspero e mais justo.

Em nome da social-democracia, em nome de Portugal.

PROPOSTA TEMÁTICA

H

**“NO CAMINHO DO FUTURO -
ESTRATÉGIA DO PSD NO
DESENVOLVIMENTO DO ALTO MINHO”**

**1º Subscritor:
Assembleia Distrital PSD
de Viana do Castelo**

ÍNDICE:

1 Introdução

2 Alto Minho, 10 Municípios, 1 Território, Uma Estratégia

3 Propostas Subsetoriais Relevantes

- 3.1 Floresta
- 3.2 Agro-Alimentar
- 3.3 Energias Renováveis
- 3.4 Actividade Empresarial/Euroregião
- 3.5 Plataforma Comum/Conteúdos

4 Conclusão

1. 36º Congresso do PSD Nacional

O 36º Congresso do PSD Nacional realiza-se após curtos meses de governo da coligação PS, PCP e BE. Trata-se de uma situação abruptamente interrompida numa continuidade de governação natural da coligação PSD/CDS, em circunstâncias historicamente

inesperadas e certamente com tristes recordações e reflexos futuros.

Considera-se este, um desafio arrojado e histórico na democracia portuguesa.

2. Alto Minho, 10 Municípios, 1 Território, Uma Estratégia

- O Alto Minho tem uma localização privilegiada, com uma beleza natural e uma combinação fabulosa entre o mar e a montanha. O património aliado ao clima e localização geográfica, faz do Distrito de Viana do Castelo uma das regiões mais marcantes e aprazíveis do país e da Europa a nível da biodiversidade.

- A Região do Alto Minho acolhe cerca de 245 mil habitantes (*Censos 2011*), o que representa cerca de 2% da população do país e cerca de 7% da Região Norte.

- A população residente decresceu cerca de 2%, entre 2001 e 2011, o seu índice de envelhecimento evidencia um nível particularmente desfavorável, superando os valores médios nacionais e da Região Norte. A tendência de envelhecimento é alarmante quando se constata que atinge níveis entre os 10% e os 30% das perdas populacionais de população jovem nos diversos concelhos. A perda populacional no Alto Minho é maioritariamente explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com a intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população.

A grande maioria dos Concelhos abrangidos pela Região do Alto Minho registou, ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos Municípios menos densamente povoados. Esta constatação é corroborada por uma análise mais detalhada, ao nível de Freguesia, onde emergem como demograficamente mais dinâmicas as freguesias com um pendor urbano mais evidente, nomeadamente as coincidentes com as sedes de Concelho.

Constata-se ainda que os municípios que configuram de forma mais determinante a valência da Região no que respeita à população activa (Viana do Castelo e Ponte de

Lima) detêm os índices de envelhecimento mais baixos no contexto dos 10 concelhos da Região. Os índices de envelhecimento e dependência dos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Monção prefiguram situações particularmente desvantajosas comparativamente com as províncias da Galiza.

- Nas dinâmicas económico-sociais, o sector primário representa cerca de 3% da riqueza produzida no Alto Minho, ligeiramente superior ao peso deste sector na riqueza produzida no País.

- A Galiza revela especialização mais forte no sector primário em relação ao padrão espanhol, em contraste com o Alto Minho, com especialização mais acentuada nas indústrias e construção, face ao País.

- Os 72 mil habitantes, de superfície agrícola utilizada ocupam 34% da área total do Alto Minho. As explorações agrícolas de pequena dimensão representam mais de um quarto desta superfície. Melgaço, Caminha e Monção são os concelhos onde é mais expressiva a grande exploração agrícola. A expressão social da actividade agrícola no Alto Minho reflecte-se no facto de 15 em cada 100 habitantes exercer actividade agrícola numa lógica familiar (este valor desce para 8/100 habitantes no País). A actividade agrícola é tipicamente exercida em Portugal numa lógica onde predomina o emprego familiar, acentuando-se no Alto Minho, onde a proporção do emprego familiar no total do emprego agrícola é superior a 90%. Infelizmente, os produtores agrícolas do Alto Minho apresentam um perfil envelhecido e ainda apresentam baixo nível médio de formação.

- Na indústria é importante referir que as extractivas, têxtil, vestuário e calçado, metálicas, material de transporte e construção têm uma maior concentração do emprego do Alto Minho, quando se estabelece comparação com o patamar de referência

concedido pela estrutura nacional do emprego por sectores de actividade.

- O sector dos serviços é responsável por cerca de 65% da riqueza produzida no Alto Minho. A Galiza e as suas províncias evidenciam um menor pendor do sector terciário, no contexto espanhol. A especialização produtiva do Alto Minho, quando analisada na óptica da criação de riqueza, evidencia que, em geral, esta é uma região onde os sectores ligados à produção de bens (agricultura, indústria) são mais representativos, antecipando-se um percurso evolutivo onde os serviços necessariamente devem progredir.
- O Alto Minho é um dos destinos do Norte de Portugal, que se diferencia pelos recursos turísticos que possui e pela sua localização privilegiada na zona de fronteira com a região espanhola da Galiza.
- A existência de um evidente problema de **abandono e desertificação das zonas rurais** que importa combater, por contraste com o maior dinamismo e crescente valorização dos centros urbanos/históricos.

- Tem sido, e vai certamente continuar a ser objectivo do PSD, criar estratégias que fomentem o desenvolvimento da região, não apenas através dos concelhos onde é poder, e aí, louvar-se os nossos brilhantes Presidentes de Câmara em Valença e Arcos de Valdevez, mas também, nos concelhos em que não sendo poder, o potencial da “marca” Alto Minho se desenvolve e amplifica. Lembremos a título de exemplo o Alvarinho em Monção e Melgaço, a Bienal em Vila Nova de Cerveira, a Serra D’Arga nos concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima, o magnífico Parque Natural da Peneda Gerês que cruza Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, lembrar também o Corno do Bico e o festival de música em Paredes de Coura.

Mas não é suficiente, o Alto Minho precisa de mais, de muito mais, é necessário criar riqueza explorando e valorizando os recursos endógenos, a floresta, o agro-alimentar, o Mar e o Ar, assim como a actividade empresarial, todos eles catalisadores fundamentais para o desenvolvimento do nosso distrito, assim sendo propõem-se:

3. Propostas Setoriais Relevantes

3.1 Floresta:

- 3.1.1 Promover a internacionalização da marca “Parque Nacional da Peneda Gerês – reserva da biosfera”;
- 3.1.2 Promover a especialização produtiva que garanta a preservação e gestão sustentável dos recursos florestais;
- 3.1.3 Captar investimento em actividades ligadas à floresta, através da simplificação administrativa e facilitação dos processos de instalação das empresas;
- 3.1.4 Promover a aproximação do ensino superior e profissional ao tecido empresarial local, permitindo aproximar os utilizadores e produtores de conhecimento;

3.2 Agro-Alimentar:

- 3.2.1 Promover a valorização económica da biodiversidade do Alto Minho, nomeadamente os produtos biológicos que tenham por base as espécies hortofrutícolas tradicionais;

- 3.2.2 Definir uma estratégia de comercialização e promoção conjunta de produtos agro-alimentares locais, com integração à escala nacional e internacional;

3.3 Energias Renováveis:

- 3.3.1 Conceber Projecto integrado de promoção da sustentabilidade energética do Alto Minho;
- 3.3.2 Fomentar a Diversificação da oferta formativa no domínio das energias renováveis ao nível de cursos de especialização tecnológica

3.4 Actividade Empresarial/Euroregião:

- 3.4.1 Contribuir na complementaridade e parcerias empresariais com os clusters da Galiza;
- 3.4.2 Promover a inserção das empresas do Alto Minho em redes globais que permitam a atracção de investimento, o acesso à informação e a partilha de conhecimento;

3.4.3 Projectar o posicionamento da região à escala internacional, valorizando a sua posição geográfica e potencial de mercado.

3.5. Plataforma Comum/Conteúdos:

3.5.1 Propor plataformas e infra-estruturas de conteúdo digital partilhados entre os concelhos do Alto Minho.

4. Conclusão

Cabe ao PSD Alto Minho colocar estas questões na agenda política nacional, pela necessidade de acompanhamento ao nosso Distrito, que pretende desenvolver esforços no caminho do desenvolvimento, económico e social, num combate a uma diversidade de situações, entre elas, as desigualdades territoriais que criam iniquidades sociais.

O Alto Minho assume uma pluralidade nas várias especificidades que caracterizam a nossa região com projecção Nacional e Internacional.

O Alto Minho necessita de um PSD que, sendo coerente e ambicioso nas suas opções, tenha também a capacidade de promover um diálogo sistemático e construtivo com todos os interlocutores válidos, de modo a não comprometer a possibilidade de gerar consensos sociais, políticos e partidários.

Devemos assumir, por isso, de forma empenhada uma procura de pontos convergentes e de entendimento num compromisso entre todos, porque existem áreas onde esses compromissos são essenciais para que os objectivos de recuperação económica, de crescimento do emprego e de estabilidade social sejam alcançados e sustentáveis no tempo.

Trabalharemos, nesse sentido, para construir as bases de entendimento com todos os que estiverem disponíveis para fazer parte desses compromissos, sem exclusões ou preconceitos.

Desde logo, as matérias de soberania serão decerto prioritárias nesse esforço. Mas um apoio alargado à defesa dos interesses da região e nacional em matéria de política europeia, à construção da estabilidade fiscal e da estratégia em áreas chave das políticas económicas, bem como na promoção da coesão social serão, igualmente, de enorme relevância.

Urge criar em cada Concelho um plano de acção concertado e sustentado por forma a combater a fuga dos jovens para o exterior, com incentivos à criação de postos

de trabalho, promovendo igualdade de oportunidade, com dinâmicas competitivas e um objectivo estratégico que implica a continuidade de um ciclo de recuperação iniciado nos 4 anos com o governo da coligação.

Urge também promover a natalidade contrariando a actual tendência para um envelhecimento acentuado e generalizado da população no Distrito, acompanhado evidentemente de escalas médias de cidadania e qualidade de vida.

Existe uma necessidade urgente de criação de políticas natalistas e sociais ambiciosas, que quebrem e contrariem a problemática tendência do envelhecimento. A quebra de natalidade tem sido alimentada por dificuldades conjunturais, como a crise económica dos últimos anos.

No cumprimento da sua estratégia, o PSD Alto Minho tem desenvolvido e pretende continuar a desenvolver um trabalho de reflexão, de propositura e de proximidade com todo o Distrito em acções determinantes por forma a vencer dificuldades atuais e desafios futuros.

O PSD Alto Minho numa verdadeira e legítima missão, deve, pretende e vai continuar a estabelecer um permanente diálogo com as suas gentes, os seus eleitores, por forma a reconquistar a confiança dos Alto Minhotos e consequentemente as Autarquias.

Acreditamos com convicção e determinação no futuro e num Alto Minho mais forte e competitivo.

Queremos demonstrar que o PSD tem qualidade, tem gente capaz de criar sinergias, capacidade de pensar, de mobilizar, de intervir e sobretudo, **CAPAZ DE VENCER!**

Viva o Alto Minho
Viva o PSD

Carlos Morais Vieira



PROPOSTA TEMÁTICA



“DAR EXPRESSÃO LEGISLATIVA AO ESTATUTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE”

1º Subscritor:

Manuel Joaquim Barata Frexes

Presidente da Comissão Política Distrital de Castelo Branco
do Partido Social Democrata



Estou disponível, como sempre estive, para resolver os problemas do país.

Pedro Passos Coelho

1. Introdução

“O Partido Social Democrata assume-se como um partido popular, social e democrático. Tal quer dizer que somos um partido essencialmente participativo, deliberativo e representativo, no qual se discutem e confrontam abertamente diferentes projetos e perspetivas do que poderá ser o futuro. Para nós, o futuro não está determinado, nem se encontra depositado em grupos autodesignados que se proponham moldar a sociedade de acordo com a sua visão daquilo em que ela se deverá tornar, ignorando, numa atitude elitista, os projetos, referências e expectativas dos cidadãos. Assim, a relação essencial do PSD com a sociedade deve ser genuinamente representativa. Consequentemente, a forma político-constitucional mais coerente com estes pressupostos é providenciada por um sistema democrático essencialmente assente na representação e na proximidade entre eleitos e eleitores. Além disso, por ser um partido social, o PSD, em nome do valor da justiça social e da regulação dos equilíbrios sociais, expressa na sua ação e concretiza nas suas políticas a solidariedade, quer entre grupos sociais e etários, quer entre zonas geográficas, elemento indispensável na construção de uma sociedade próspera. Em sentido último, o propósito político fundamental

do PSD consiste em contribuir para o desenvolvimento em Portugal de uma democracia avançada e de uma sociedade aberta, livre e solidária. E concorrer para a constituição de um Estado ativo e eficaz, mas não invasivo; enérgico, mas não omnipresente; dotado de autoridade política, mas respeitador da iniciativa, da liberdade e da pluralidade dos seus cidadãos.

Inclui também os imperativos da coesão territorial. Os desequilíbrios e assimetrias regionais geram consequências perniciosas óbvias no domínio da justiça social, diminuindo as oportunidades e perspetivas de vida a quem reside em lugares mais desfavorecidos, põem em causa a preservação do nosso património cultural, deterioram a projeção ambiental e estratégica do território e minam o sentido comunitário e solidário dos cidadãos.”

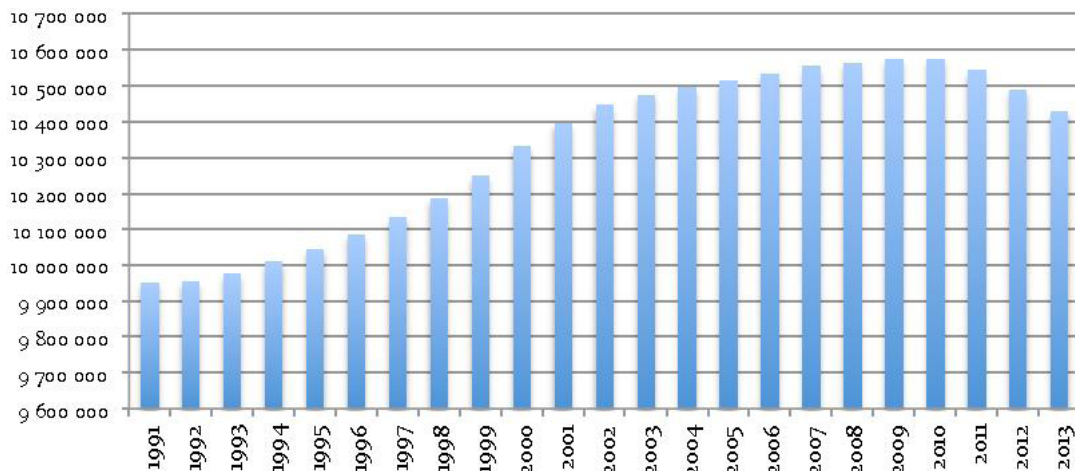
Programa do Partido Social Democrata

O Problema Demográfico

Contexto nacional

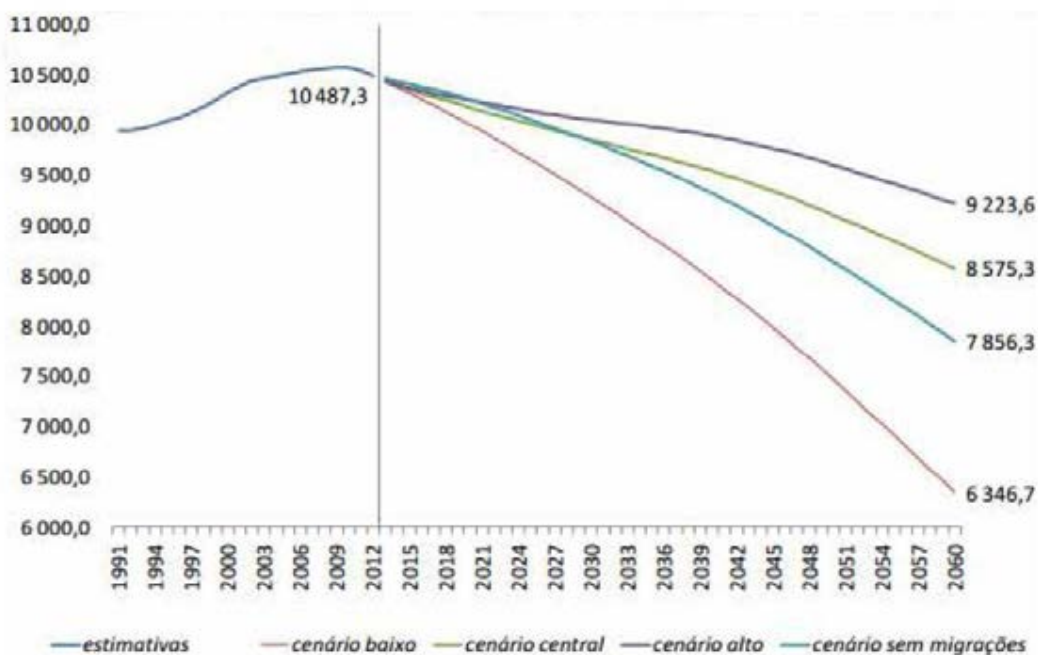
O futuro da concreta realidade demográfica portuguesa perspectiva-se bastante sombrio, não sendo já neste momento algo que deva preocupar exclusivamente os territórios do interior mais profundo, pois, o decréscimo que se vem atualmente verificando no número de habitantes em Portugal, tem claramente tendência para se manter, ou até acentuar.

População residente (em milhares), Portugal, 1991 - 2060 (estimativas e projeções)



INE, 2014 http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=215593684&att_display=n&att_download=y.15MAI14

Ainda mais preocupante mostra-se a circunstância de projeções feitas recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística apontarem para a possibilidade de que se registem em 2060 valores mínimos na população portuguesa de 6,3 milhões de habitantes, num cenário "baixo" de migrações e fecundidade.



MAOTDR (2006): Programa nacional da política de ordenamento do território – programa de ação.

Mesmo em cenários mais favoráveis os números do INE apontam para projeções que podem variar entre os 8,5 milhões de habitantes e os 9,2 milhões, sendo para o efeito necessário que se venha a verificar um maior volume de migrações e um significativo aumento da fecundidade.

No que à evolução das componentes diz respeito, o INE esclarece:

- as hipóteses de variação da fecundidade situam-se entre os valores atuais, próximos de 1,28, e um valor máximo de 1,8 no final do período;
- a esperança de vida média atende (cenário central), ao acréscimo desta em cerca de 5 anos a mais para a população masculina (84,2 anos no final do período) e feminina (89,8 em 2060);
- os saldos das migrações consideram um saldo de 51,9 milhares de indivíduos no final do período, num cenário alternativo à inexistência dos movimentos migratórios.

Estes cenários evidenciam as consequências previsionais de mudanças significativas nos padrões sociais, económicos e culturais, com consequências muito relevantes no que se refere à demografia no todo nacional, contribuindo para o despovoamento estrutural do território, agravando as assimetrias espaciais predominantes.

Já no que se refere à sustentabilidade social do país, o prognóstico é igualmente sombrio, pois, de uma proporção de 340 portugueses em idade ativa para cada 100 idosos, segundo os cálculos feitos pelo INE, existe a possibilidade real de podermos passar para um total de 110 ativos para 100 idosos, o que, a suceder, tornaria absolutamente insustentável os atuais modelos, quer da Segurança Social, quer do Estado Social.

Efetivamente e de acordo com os cálculos do INE, a evolução demográfica negativa far-se-á acompanhar da alteração da estrutura da população residente acentuando os efeitos do duplo envelhecimento geracional decorrente do défice de nascimentos e do acréscimo de idosos, tal como se verifica no traçado das pirâmides etárias.

Neste momento é unanimemente reconhecido que a variação conjunta do saldo natural e do saldo migratório acarretou alterações significativas na estrutura da população portuguesa, pois e no que se refere à primeira destas realidades, a quebra no número de nascimento determinou o agravamento das condições do envelhecimento da base da pirâmide demográfica.

Depois, o aumento da esperança de vida conduziu ao aumento do número de idosos, ao mesmo tempo que se tem verificado a saída de muitos jovens e alguns adultos, numa nova vaga de emigração, o que conduziu a uma

inelutável redução dos cidadãos ativos, com o consequente estreitamento do âmago da pirâmide social.

“Uma vez que não tem sido possível atenuar as disparidades territoriais e sociais reforçadas pelos movimentos natural e migratório, tao pouco a “litoralização” e o despovoamento do Interior, a tendência das dinâmicas demográficas reforça a imagem de “dois Portugais” ligados por contrastes geográficos, eixos de circulação, rede urbana e distribuição de habitantes, que acentuam a diversidade da terra e da sociedade portuguesa.”

http://www.dgotdu.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_PROGRAMA_DE_ACCAO.pdf 8Jun14

Perante alguma incapacidade em corrigir o problema, as autarquias têm procurado assumir um papel interventivo relevante no âmbito da implementação de políticas de incentivo à natalidade, pois, estando mais próximas dos cidadãos, muitas têm vindo a ser confrontadas com uma erosão demográfica que coloca em causa o seu futuro e das suas regiões.

“As autarquias talvez constituam, na atualidade, as instâncias de intervenção pública que mais imediata e dramaticamente sentem os efeitos da inexistência de crianças: fecham escolas, incluindo algumas recentemente construídas ou reconstruídas, fecham outros serviços públicos, encerram empresas, pequenos negócios desaparecem, numa ligação inextricável entre a crise económica e o desemprego, os efeitos da nova “revolução reprodutiva” e a mudança de valores e comportamentos. Ainda assim, é importante constatar que a implementação de políticas locais e sociocomunitárias de promoção da natalidade tem sido uma realidade por todo o país, no litoral e no interior, em zonas mais despovoadas e noutras com densidade populacional elevada.

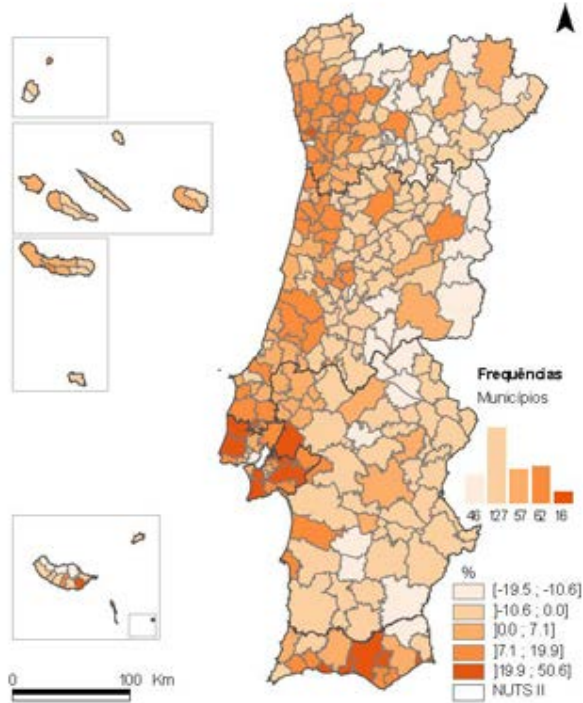
Este trabalho contínuo e empenhadamente desenvolvido pelos municípios, e frequentemente acompanhado por um discurso de afirmação da necessidade da existência de políticas públicas com sinais idênticos do estado central que complementem as suas políticas, reforçando os sinais para que os efeitos se possam sentir mais nitidamente.

Da parte do Estado e da Administração Pública tem havido atenção contínua a esta situação e têm sido tomadas medidas de política. No entanto, é evidente para todos que elas não só têm sido insuficientes, diante da gravidade da situação, como têm sido desconexas e, por vezes, dão aos cidadãos sinais contraditórios, ora de valorização ora de desvalorização da natalidade.”

Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035): remover os obstáculos à natalidade desejada - IFSC - Instituto Francisco Sá Carneiro - Julho 2014 - Joaquim Azevedo (Coord.), Ana Cid Goncalves, Ana Sampaio, Bruno Moreira, Joana Morais e Castro, Jorge Arroiteia, Luísa Anacoreta, Margarida Neto, Maria do Ceu Soares Machado, Pedro Furtado Martins, Ricardo Luz

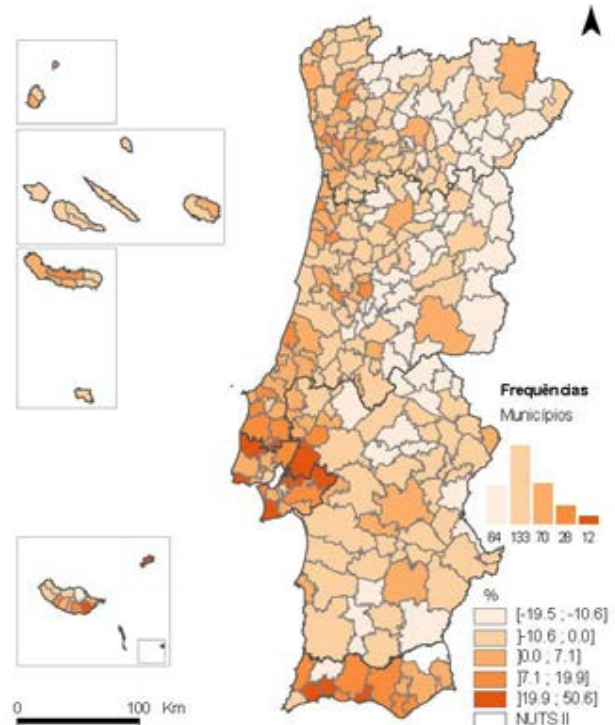
● Cartograma 1.1.1

Taxa de variação da população por município 1991-2001



● Cartograma 1.1.2

Taxa de variação da população por município 2001-2011



No final de 2014, a população residente em Portugal foi calculada em 10.374.822 pessoas, o que se traduziu num decréscimo face aos anos anteriores.

Esta tendência, que se verificava em todo o país desde 2010, revelou-se em 2014 transversal a todas as regiões NUTS II, com uma única exceção, que foi a da área metropolitana da grande Lisboa.

No seu conjunto a região Centro detém a segunda maior superfície do território nacional (cerca de 28.000 km²) e a terceira maior população residente (2.328.000 habitantes, que correspondia a 22% do total de residentes em Portugal em 2011), conduzindo a uma densidade populacional de 83 habitantes/km².

É no município de Coimbra que reside o maior número de indivíduos da região Centro, mas é no município do Entroncamento que se regista a maior densidade populacional da região.

Vejam-se, por exemplo, o gráfico à margem, relativo à "Taxa de Variação da População por Município", de 1991 a 2001 (Fonte: INE - CENSOS 2011 – Resultados

provisórios, 2011)

Apesar de terem sido feitas algumas tentativas no sentido de discriminar positivamente alguns territórios do interior, procurando ali promover uma maior criação de emprego e fixação da população, pelo seu carácter esporádico, efémero e avulso, não foi possível observar retrocessos significativos no processo de despovoamento.

A tendência para a saída dos jovens e para o envelhecimento da população, acabou assim por não ter qualquer variação significativa no decénio seguinte, o que é evidenciado pelo gráfico à esquerda.

Há depois territórios, neles se incluindo entre muitos outros os concelhos de Oleiros, Vila de Rei, Mação, Ferreira de Zêzere, Proença-a-Nova, Sertã e as regiões ponte dos concelhos de Castelo Branco e do Fundão, que se confrontam há várias décadas com processos de acentuado despovoamento, que motivaram perdessem de mais de metade da sua população residente desde os anos sessenta:

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE							
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Oleiros	14020	15137	15553	13110	10183	7767	6677	5721
Vila de Rei	8818	8407	7568	6209	4654	3687	3534	3452
Sertã	27183	28623	27997	23846	21503	18199	16720	15880
Proença-a-Nova	18183	18927	17552	13805	11953	11088	9610	8314
Mação	20659	21814	19045	14920	12234	10060	8442	7338
Ferreira do Zêzere			15739	11099	9954	9422	9345	8619
Figueiró dos Vinhos			11545		8754	8012	7352	6169
Castanheira de Pera			5739		5137	4442	3733	3191
Arganil			19237		15507	13926	13623	12145
Penela			9438		8023	6919	6594	5983
Pampilhosa da Serra			13459		7493	5797	5220	4481

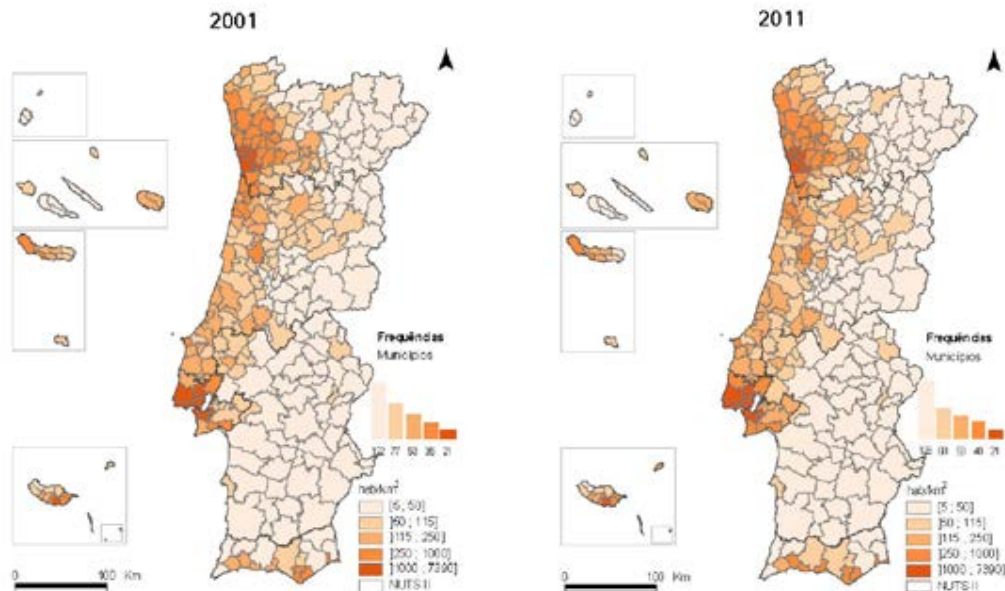
De todas estas realidades emerge localizarem-se no interior da região centro alguns dos municípios com menor densidade populacional do país e da Europa, como é evidenciado por este novo mapa:

CONCELHO	ÁREA (KM ²)	N.º HABITANTES CENSOS 2011	N.º HABITANTES POR KM ²
Oleiros	471,0	5 721	12,15
Vila de Rei	192,0	3 452	17,98
Sertã	447,0	15 880	35,53
Proença-a-Nova	395,0	8 341	21,12
Mação	400,8	7 338	18,31
Ferreira do Zêzere	184,3	8 619	46,77
Figueiró dos Vinhos	172,0	6 169	35,87
Castanheira de Pera	66,78	3 191	47,78
Arganil	332,84	12 145	36,49
Penela	132,49	5 983	45,16
Pampilhosa da Serra	396,46	4 481	11,3

Esta realidade não é infelizmente exclusiva destes concelhos, pois afeta outras vastas áreas do todo nacional, como demonstram os mapas seguintes.

Neste primeiro à direita, é evidenciada a densidade populacional por município em 2001.

Situação que no essencial se manteve até à atualidade, o que é demonstrado pelo gráfico à esquerda, este já relativo a 2011.



As Assimetrias na Educação

Os estudos promovidos com anterioridade pelo PSD e os dados publicados pelo INE permitiram depois evidenciar quem também existem significativas assimetrias regionais no que concerne aos níveis de escolaridade.

O retrato feito ao nível dos municípios relativamente à média das habilitações académicas da população portuguesa em 2011, evidenciou níveis de escolaridade superiores num conjunto de municípios localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, em Aveiro, Ílhavo e Coimbra, mas também na região Norte, onde sobressaem o Porto, a Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, São João da Madeira e de Espinho.

Noutra perspetiva, distinguem-se igualmente habilitações académicas mais elevadas num conjunto de municípios que incluem cidades de média dimensão, nomeadamente as 18 capitais de distrito.

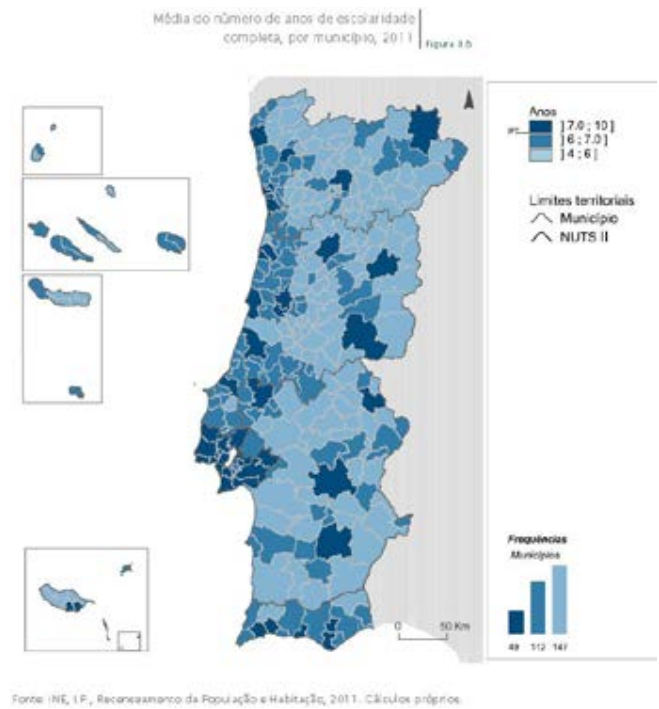


Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011. Cálculos próprios.

No Algarve, para além do município de Faro, também os municípios de Albufeira, Portimão, Lagos e São Brás de Alportel apresentavam uma escolaridade média mais elevada.

Nas regiões autónomas, apenas os municípios do Funchal e de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, apresentavam uma escolaridade média acima do valor de referência nacional.

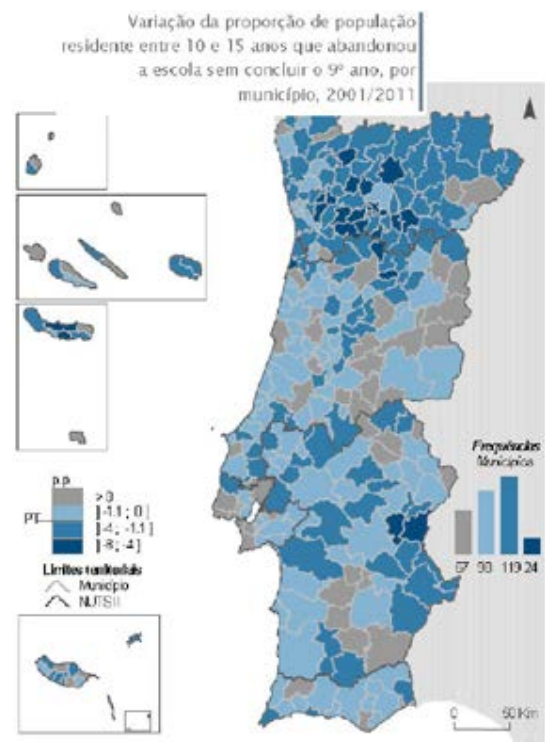
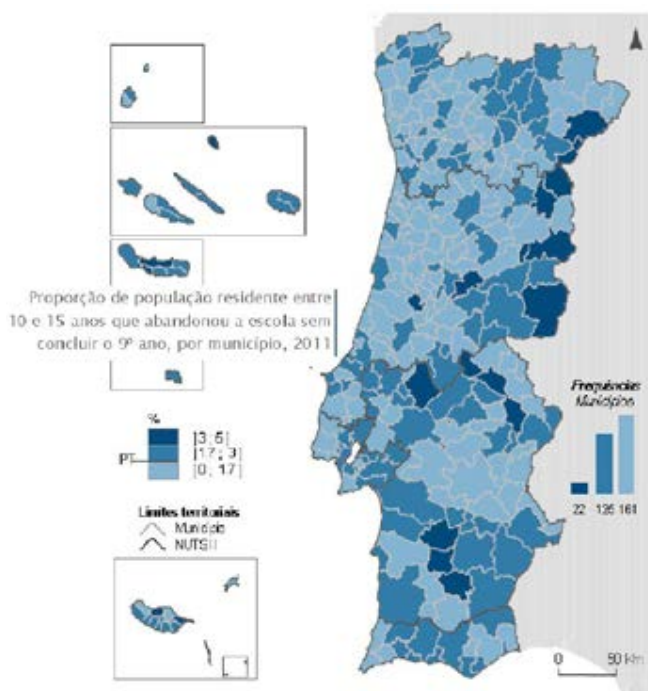
Numa perspetiva Municipal, o panorama relativo ao número médio de anos de escolaridade, é o que se pode ver no gráfico à direita.



Agora o Abandono Escolar

No que se refere ao todo nacional e aos últimos 20 anos, verificaram-se ganhos significativos ao nível da diminuição do abandono escolar. Em 1991, a proporção de população entre os 10 e os 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano era de 12,6% para o total do território nacional, valor superado pela região Norte e pela Região Autónoma dos Açores que atingiam proporções de 18,2% e 17,2%, respetivamente. Em 2001 aquele valor nacional caiu para 2,8% e para 1,7% em 2011.

A leitura ao nível municipal permite constatar que a diminuição da proporção de população entre os 10 e os 15 anos que abandonou a escola sem terminar o 9º ano não se mantém transversal ao nível dos diferentes contextos territoriais e que, entre 2001 e 2011, o fenómeno do abandono, aferido a partir da informação censitária, registou um aumento em alguns municípios do país, que se localizam maioritariamente no interior das regiões Centro e Alentejo.



O retrato deste indicador relativo a 2011 destaca valores mais elevados para um conjunto de 22 municípios maioritariamente do interior, nomeadamente o de Gavião no Alto Alentejo, de Aljustrel e de Castro Verde na sub-região do Baixo Alentejo, o município de Idanha-a-Nova na sub-região da Beira Baixa, os municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal na sub-região de Beiras e Serra da Estrela, os municípios de Freixo de Espada à Cinta e do Mogadouro nas sub-regiões do Douro e das Terras de Alto de Trás-os-Montes, respetivamente.

(Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011)

PIB Regional - Repartição e Evolução

Segundo as contas regionais do INE, em 2012 o PIB nacional em termos reais registou uma variação de - 3,2% (menos três vírgula dois por cento).

Por NUTS II, os resultados evidenciaram que o PIB no continente decresceu mais acentuadamente que a média nacional no Centro -4,0% (menos quatro por cento), no Algarve -3,5% (menos três e meio por cento) e no Alentejo -3,4% (menos três vírgula quatro por cento). Em 2011, a Formação Bruta de Capital Fixo do país diminuiu 9%, também devido ao contributo da região Centro -2,8% (menos dois vírgula oito por cento).

O Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD) das famílias decresceram respetivamente 0,7% e 1,4%, em termos nominais em 2011, com a maioria das regiões a contribuir negativamente, excetuando a Região de Lisboa que apresentou acréscimos de 0,5% no RP e de 0,1% no RD.

Quadro 1
Produto Interno Bruto Regional

Regiões	2010				2011Pe				2012Pe			
	10 ⁹ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)	10 ⁹ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)	10 ⁹ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	48 830	28,3	3,5	2,7	48 675	28,4	-0,3	-0,7	47 430	28,7	-2,6	-2,6
Centro	32 019	18,5	2,1	1,1	31 629	18,5	-1,2	-1,4	30 329	18,4	-4,1	-4,0
Lisboa	64 300	37,2	2,2	2,0	63 572	37,1	-1,1	-1,3	61 226	37,1	-3,7	-3,0
Alentejo	11 252	6,5	4,2	2,8	11 059	6,5	-1,7	-1,5	10 660	6,5	-3,6	-3,4
Algarve	7 302	4,2	0,8	-0,2	7 152	4,2	-2,1	-3,2	6 922	4,2	-3,2	-3,5
R.Açores	3 743	2,2	2,5	1,8	3 714	2,2	-0,8	-0,6	3 569	2,2	-3,9	-3,0
R.AMadeira	5 207	3,0	1,3	0,7	5 141	3,0	-1,3	-2,2	4 812	2,9	-6,4	-7,1
Extra-região	199	0,1	1,0	0,0	184	0,1	-7,3	-6,8	160	0,1	-13,0	-6,3
Portugal	172 860	100,0	2,6	1,9	171 126	100,0	-1,0	-1,3	165 109	100,0	-3,5	-3,2

Pe - dados provisórios
Pe - dados preliminares

Fonte: INE. Contas regionais de 2011 e 2012

Uma apreciação mais por-menorizada, evidencia que as disparidades do poder de compra entre os concelhos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos são deveras significativas e não se têm reduzido, determinando condições e perspetivas de desenvolvimento local significativamente diferentes, mesmo em concelhos limítrofes.

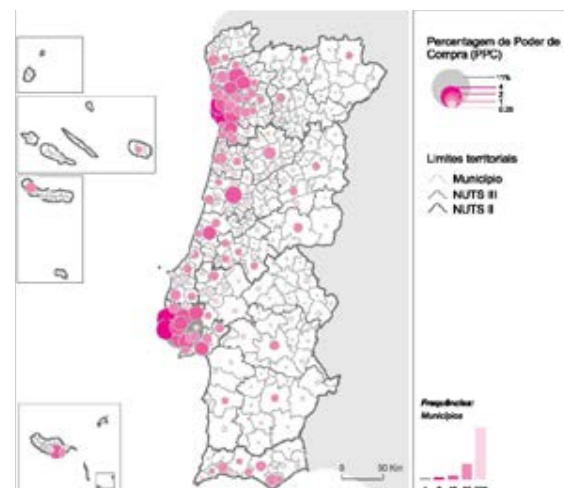
De todas as outras realidades diferenciadoras dos vários territórios, decorre que a repartição do poder de compra total no país é, também ela, significativamente diferente.

São estas disparidades regionais que determinam que os portugueses tenham condições de vida muito diferentes, ao mesmo tempo que levam à desertificação de muitas regiões, pois motivam há muitos anos significativos movimentos migratórios para as regiões do litoral.

«Para restituir a dignidade indispensável a todos é urgente reequilibrar o espaço português, promovendo o desenvolvimento regional como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento nacional.»

Francisco Sá Carneiro

Porcentagem de Poder de Compra por município, 2013



As Preocupações do PSD com as Assimetrias Regionais

O Partido Social Democrata sempre teve uma preocupação muito especial com toda esta problemática.

“A coesão territorial voltou a ocupar o centro das atenções e do debate político no XXXV Congresso Nacional do PSD, realizado em Lisboa, entre 21 e 23 de fevereiro. Das 25 Moções Temáticas apresentadas, 11 abordaram as problemáticas da coesão territorial, do desenvolvimento regional e, de um modo mais específico, da interioridade e dos territórios de baixa densidade, lembrando a relevância e a atualidade política destes temas: O Interior é uma Paisagem, cujo primeiro subscritor é Júlio Sarmiento, Presidente da CPD da Guarda; Coesão Territorial - Valorizar o Território-Defender as Pessoas, Mário Magalhães, Deputado eleito pelo Círculo Eleitoral do Porto; O Alentejo é Futuro, António Costa e Silva, Presidente da CPD de Évora; Uma Agenda para o Território, Álvaro Santos; Um Portugal mais Competitivo e Solidário, Domingos Dias, Presidente da CPD de Vila Real; O Alto Alentejo faz Falta a Portugal, Cristóvão Crespo, Deputado e Presidente da CPD de Portalegre; Confiança no Poder Local + Portugal, Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda e dos ASD; Pela Criação do Estatuto de Territórios de Muita Baixa Densidade, António

Carvalho, Presidente da CPD de Castelo Branco; Alentejo, Desenvolvimento, Economia e Participação Política, Mário Simões, Deputado e Presidente da CPD de Beja; A Desertificação do Interior. Que futuro para os territórios de baixa densidade, Vasco Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Mação; O Desenvolvimento regional como dinamizador da recuperação económica, Miguel Seabra, Presidente da CPS do Porto.”

TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE, TERRITÓRIOS DE ELEVADO POTENCIAL - RELATÓRIO FINAL / SETEMBRO 2014 - Luís Leite Ramos - Deputado e Vogal da CPN

Tendo-lhe sido entretanto atribuída pelo povo português e pela terceira vez, a responsabilidade de salvar Portugal da situação de pré-bancarota em que o mesmo foi deixado pela irresponsabilidade da governação socialista, perante problemas muito mais sérios e difíceis, não houve tempo no anterior Governo para dedicar a esta problemática toda a atenção que a mesma merecia.

Apressa-te a viver bem e pensa que cada dia é, por si só, uma vida.

Séneca

É Tempo de Agir

O PSD é um partido reformista e de ação. Portugal a várias velocidades é um estigma que a todos nos responsabiliza e para o qual urge encontrar soluções que, não serão fáceis, nem de efeito imediato.

É que o problema demográfico assenta numa infeliz conjugação de perda de população, com o seu envelhecimento e com um baixo índice de fecundidade, que se traduz em taxas de crescimento negativas e pirâmides etárias invertidas. Tendo o fenómeno começado sobressair sobretudo no interior, começa agora também já a evidenciar-se em certas zonas do litoral.

A criação de condições efetivas para minorar as assimetrias, para além de poder começar a resolver problema da falta de pessoas no interior, acabará por propiciar melhores condições de vida a todos os portugueses.

A irrazoável macrocefalia urbana que se tem promovido em vastas áreas do país em competição desenfreada pelos sempre poucos recursos, não tem tido obviamente a capacidade de criar melhores condições de vida às pessoas, mas tudo o contrário.

Ora hoje é absolutamente pacífico que no nosso modelo de sociedade, o acréscimo da natalidade está intrinsecamente ligado à qualidade de vida e à estabilidade.

Para a coesão nacional é estratégico discutir o desafio da competitividade nas regiões com menor densidade populacional, sob pena de se acabar por estabelecer uma irremediável cisão no país.

Se continuarmos na deriva não teremos natalidade nos grandes aglomerados porque ali é cada vez mais

difícil viver e não a termos no interior, porque lá não há gente nem empregos.

Tendo a questão vindo a ser discutida transversalmente na sociedade portuguesa nos últimos anos, é tempo de passar à ação.

É tempo do Partido Social Democrata passar à ação.

Alguns homens veem as coisas como são, e dizem "porquê?" Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo "Porque não?"

George Bernard Shaw

Por tudo, **pelo interesse do país, pelo futuro dos portugueses, é essencial promover de forma efetiva a criação do Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade.**

Tendo o PSD retirado o país da situação de resgate financeiro, depois de ter recebido a confiança maioritária dos Portugueses para continuar a liderar o nosso

destino coletivo, apesar da coligação negativa das esquerdas, **devemos continuar a evidenciar a ímpar capacidade reformista que nos assiste e de que Portugal tanto precisa.**

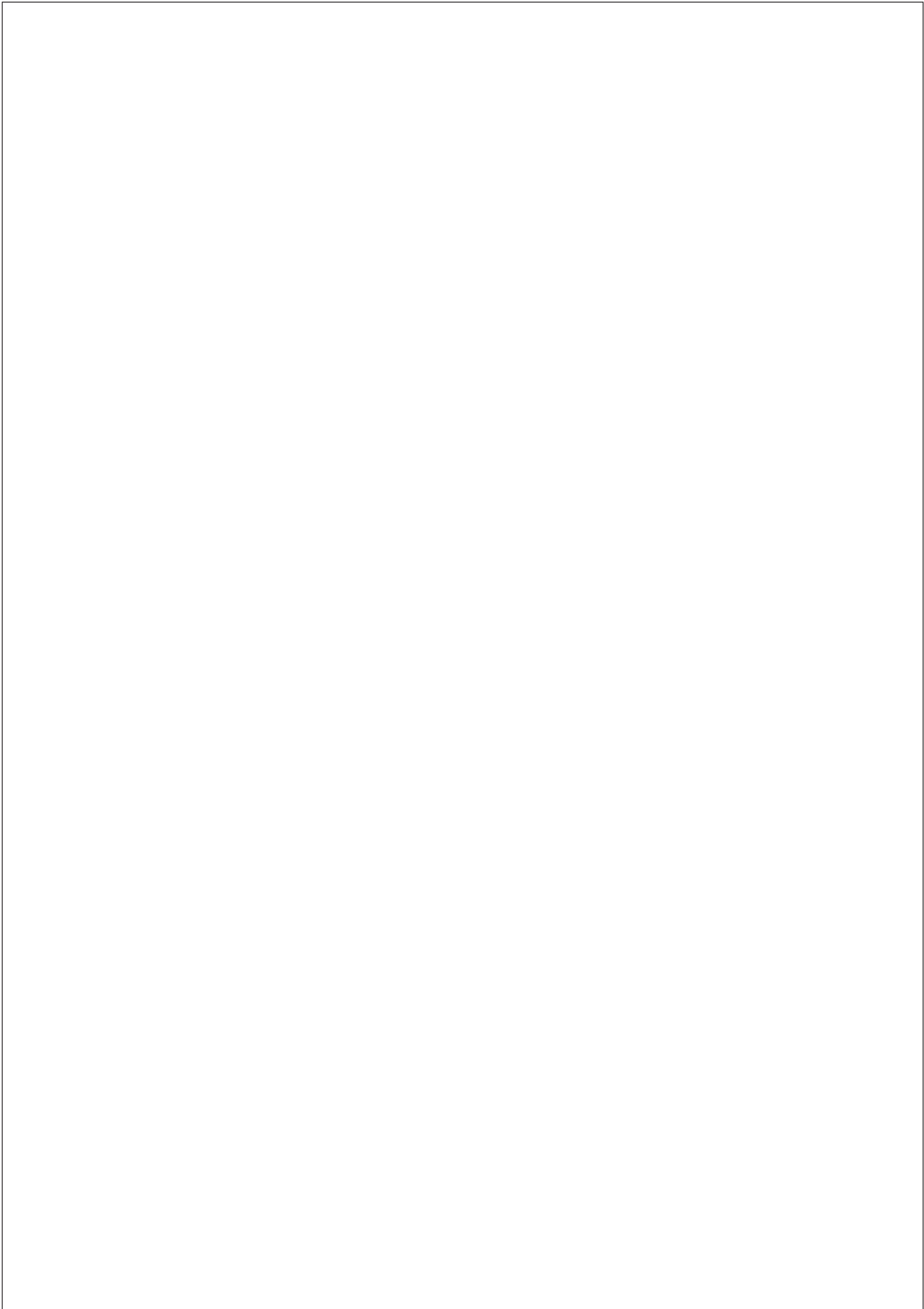
E isso pode e deve ser feito no Parlamento, neste caso concreto, **isso pode e deve ser feito através da apresentação de um Projeto de Lei da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, que reflita as nossas propostas e a nossa forma de pensar para o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade.**

Só com a criação da Lei do Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade, será possível asseverar que os modelos de governação e **desenvolvimento** das regiões mais desfavorecidas passem a ser delineados de modo articulado, incluindo o Estado, as autarquias e todos os agentes promotores do crescimento, gerar economias de escala e coesão que viabilize a sua operacionalidade e, sobretudo, uma efetiva pro-atividade na redução das assimetrias.

Afinal, todos os Portugueses têm direito à esperança, todos os portugueses têm direito a um melhor porvir que só o PSD tem capacidade de lhes assegurar.

"Todas as dificuldades porque passámos não terão servido para nada. Servirão para alguma coisa (...) quando não nos comportarmos como baratas tontas e soubermos bem para onde vamos."

Pedro Passos Coelho



PROPOSTA TEMÁTICA

J

“MAIS ALTO ALENTEJO”

1º Subscritor:

Armando Jorge Mendonça Varela

militante nº 96724

Aprovado em reunião de Comissão Política Distrital de Portalegre em 2016-03-14.

Aprovado em reunião de Assembleia Distrital de Portalegre em 2016-03-21.



Introdução

Sá Carneiro queria “um País em que, um dia, os idosos tivessem presente e os jovens tivessem futuro”.

Nesta frase, simples mas profunda, resumiu o ideal social-democrata que sempre o inspirou.

A Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade, têm de continuar a ser para nós, hoje, princípios efetivos da ação política que permanentemente nos devem orientar, colocando sempre a dignidade da pessoa como o fim último de toda a atividade humana, promovendo a correção das assimetrias regionais, democratizando o acesso as oportunidades de desenvolvimento, garantindo um Estado, Social, mais justo, mais fraterno, mais solidário, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Mas, quase 42 anos volvidos sobre o 25 de Abril, num Portugal que cresceu e que se desenvolveu, 30 anos após a entrada na União Europeia, as assimetrias entre o distrito de Portalegre agravaram-se a níveis que nunca julgamos serem possíveis em Democracia.

Efetivamente, o Alto Alentejo apresenta hoje um enorme défice de população, de juventude, de emprego e de empresas, ao saldo negativo entre quem nasce e quem morre acresce o saldo negativo daqueles que emigram para o litoral Português ou para o estrangeiro, na procura de condições de vida que aqui sistematicamente lhe são negadas.

Durante os últimos anos, confrontado com um legado socialista que deixou o país a beira da bancarrota, não foi possível ao PSD numa só legislatura resolver os problemas de emergência financeira que encontrou e promover ao nível do distrito de Portalegre, a lançamento das reformas, importantes, que se impunham para inversão do despovoamento, acelerando a coesão territorial e o combate às assimetrias regionais.

Sendo certo que cabe em primeira linha às empresas criar emprego e riqueza, não é menos verdade que cabe à política e aos políticos promover mecanismos que potenciem os equilíbrios fundamentais para o Estado e para a Sociedade.

Se o Estado foge do distrito de Portalegre como esperar que a iniciativa privada aqui possa investir e promover emprego?

Desde o ensino, à economia, à justiça, à informática, muitas são as áreas onde o Estado podia e devia privilegiar Portalegre e os distritos do Interior.

Temos espaço, temos edifícios públicos, podemos aproveitá-los.

Este trabalho, por si só, seria uma forte alavancagem para a iniciativa privada através das sinergias geradas.

42 Anos depois do 25 de Abril, no distrito de Portalegre, os idosos já têm presente mas os jovens continuam sem ter futuro.

É pois tempo para recomeçar de novo.

Mas, para isso o PSD tem de vencer os próximos desafios eleitorais, as Autárquicas de 2017 e as Legislativas de 2019.

E é para isso que aqui estamos, para apoiar o PSD neste nobre desígnio de continuar a salvar Portugal, disponíveis para o combate político, mesmo que por vezes divergindo, democraticamente, como pode acontecer nas diferentes propostas temáticas.

O PSD deve apresentar-se unido na ação.

Só assim conseguiremos recuperar a confiança das Portuguesas e dos Portugueses.

Social-Democracia Sempre

“A dignidade da Política consiste em estar ao serviço da dignidade da Pessoa, isto é, do ser humano entendido como fim em si mesmo e portanto razão de ser, medida e limite da ação política.”

Devemos assim ser intransigentes na defesa da Felicidade das Pessoas e dos seus direitos á liberdade de escolha, pugnando por um Estado ao serviço das pessoas contrariamente aqueles que têm como objetivo colocar as pessoas ao serviço do Estado.

Devemos lutar por um Estado forte que estimule a criação de riqueza, que possa gerar igualdade de oportunidades e justiça social, priorizando sempre as políticas de solidariedade e de apoio aos pobres e desfavorecidos, mas um Estado que seja rigorosamente e apenas, um Estado necessário e suficiente.

A nossa matriz social-democrata de natureza interclassista, do Primado do Homem sobre o Estado, personalista, em que a Liberdade e condição necessária mas não suficiente, que se revê numa sociedade descentralizada nos seus centros de decisão, de poder e de iniciativa, deve impor-se usando apenas a força da razão, com firmeza, mas nunca confundindo poder com autoridade.

É justamente em função desta mesma matriz que cabe ao PSD, no âmbito dos seus valores e opções fundamentais, liderar um processo de mudança determinan-

te para o relançamento e a sustentabilidade do distrito de Portalegre que não se pode dissociar de uma política de coesão social e da redução de assimetrias e disparidades de riqueza entre regiões, essencial para a consolidação da recuperação económica e financeira em Portugal.

E isso não depende só do envolvimento dos atores regionais e municipais e das suas lideranças, depende também das prioridades definidas ao nível do Poder Central.

Para este território, hoje descrente, a esperança tem de morar no PSD, e o nosso desafio é o de irmos de novo ao seu encontro, das suas angústias e anseios, darmos as mãos a uma classe média que mais uma vez é o principal alvo dos governos socialistas, cuja única estratégia parece ser a de reverterem todas as reformas iniciadas nos últimos anos, como se voltar a seguir o mesmo rumo do passado nos pudesse levar agora a um porto diferente daquele a que chegamos em 2011.

O Alto Alentejo sempre tem estado solidário com o PSD e com Portugal. Este é o tempo do PSD e de Portugal serem também solidários com o Alto Alentejo.

Precisamos de continuar a consolidar a Liberdade e de menos e melhor Estado, precisamos de Coragem e Lucidez, precisamos de definir uma nova agenda de prioridades virada para o Futuro, para o Alto Alentejo 2030.

Estratégia Mais Alto Alentejo

Emprego

Este será sem dúvida alguma o fator chave na fixação da população, a criação de emprego.

A principal motivação das migrações para fora da região prende-se, sobretudo, com a dificuldade em encontrar uma fonte de rendimento que permita o usufruto da qualidade de vida que o Alto Alentejo tem já para oferecer em termos de equipamentos e serviços.

Será em torno deste desígnio e da sua operacionalização que terão de basear-se as linhas mestras dos próximos anos.

Aumentar a resiliência do território implica dinamizar a atividade económica. Baseada na especialização inteligente preconizada pela estratégia Europa 2020, que aponta agendas de transformação económica integradas de base local como o caminho para um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo, definindo um rumo que seja capaz de, no espaço de uma geração, rejuvenescer o Alto Alentejo, dar-lhe Esperança.

À sua concretização, para além do natural envolvimento de todos os agentes públicos e privados da região, é também imprescindível uma mudança de postura do Poder Central.

O Alto Alentejo não precisa de discriminação positiva.

Necessita de oportunidades, adequadas à sua especificidade.

De investimentos cirúrgicos em projetos âncora, capazes de colocar em marcha o processo de mudança, de forma verdadeiramente sustentável e duradoura.

Precisa, acima de tudo, de não ser alvo de marginalização face a regiões mais desenvolvidas.

Precisa de não ser esquecido!

Porque existe capacidade de habitação para novos residentes; estabelecimentos de ensino e qualificação; capacidade de resposta a eventuais necessidades de formação profissional; estabelecimentos de saúde com capacidade de resposta; vida cultural e animação; ambiente de excelência; segurança e hospitalidade; equipamentos coletivos diversificados; condições e qualidade de vida.

É fundamental a criação de um ambiente favorável ao investimento com o apoio da AICEP e da Administração Central para a Internacionalização e canalização de investimentos e investidores nacionais e estrangeiros para o Alto Alentejo, como forma de muito rapidamente poderem ser criados postos de trabalho e travar o despovoamento, o êxodo dos jovens, a insustentabilidade do território.

É necessária a afirmação de uma marca forte, de identidade territorial, transversal, que sirva de suporte à internacionalização e potencie o investimento e notoriedade da região.

É importante que a Administração Pública Central possa dar esse mesmo exemplo, não encerrando serviços e fugindo do território, antes pelo contrário, potencie novas centralidades em serviços públicos que podem com recurso as novas ferramentas tecnológicas e com vantagem para a qualidade de vida de Todos, ser descentralizados de Lisboa para o distrito de Portalegre.

Devemos ter a coragem de reconhecer o que não foi feito no passado, ou foi feito erradamente, e por isso explica muitas das atuais fragilidades e menor capacidade de resposta, e encontrar-mos em conjunto as melhores soluções que permitam fazer voltar a acreditar que o Futuro poderá em Portalegre ser melhor que o passado, conseguindo mobilizar as pessoas para uma alternativa que só o PSD pode liderar.

É necessário abraçar um novo paradigma de desenvolvimento, uns pais com 200 Km de largura não pode confiar as oportunidades ao litoral e o desespero ao interior.

O crescimento pode, e deve, ser sustentável, assente nos recursos endógenos do território e aproveitando as mais-valias comparativas que cada território encerra,

reconhecendo a importância dos principais polos de desenvolvimento urbano mas não deixando ninguém para trás.

Educação, Formação e Qualificação

Num território caracterizado pela forte redução demográfica e pouco atrativo para a população mais jovem, o Instituto Politécnico de Portalegre tem sido um dos principais dinamizadores do Alto Alentejo, combatendo o êxodo para outras regiões, formando técnicos superiores especializados essenciais no desenvolvimento do distrito.

Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado a redução do número de alunos do ensino superior politécnico com particular ênfase nas instituições afastadas dos grandes centros urbanos.

Urge reformar a oferta formativa tornando-a atrativa e potenciadora de respostas às necessidades de valorização da economia e dos serviços regionais e nacionais, evitando a sua duplicação e redundância, rentabilizando recursos.

Será preciso promover uma mais intensa cooperação com os diferentes atores e entidades do território, diagnosticando carências na formação em função da estratégia de desenvolvimento da região, apostando na diferenciação, atraindo o dinamismo, energia e irreverência de uma população jovem indispensável à transformação que se almeja para o Alto Alentejo e para o país.

A organização em rede que se preconiza para o ensino superior deve ser estendida também aos outros níveis de ensino, articulando a oferta formativa entre o ensino secundário e o ensino superior, criando áreas de especialização de acordo com os interesses do território, trabalhando em conjunto com empresas e instituições, com especial relevância para os Centros de Formação Profissional do IEFP e Escolas com cursos profissionais.

Neste setor, defendemos um Programa de Formação Específico, em que o Instituto de Emprego e Formação Profissional assumiria a responsabilidade da sua execução, que vise combater a sazonalidade do emprego e que reforce a produtividade e a competitividade dos setores de atividade identificados na CAE, com maior valor percentual de desempregados.

A promoção de políticas de educação e formação ajustadas à realidade regional é fundamental no desenvolvimento competências na população capazes de garantir condições adequadas na atração de investimento.

Que Futuro para o Alto Alentejo?

No 36º Congresso, apresentou a CPD de Portalegre na sua moção, um conjunto de ideias e de propostas, em que acreditávamos que sob a liderança de um governo PSD seria possível o lançamento de políticas de desenvolvimento para correção das assimetrias que são por demais evidentes quando desagregamos os indicadores do distrito de Portalegre com o resto do Alentejo e de Portugal.

Acreditávamos que depois do extraordinário trabalho efetuado pelo governo no combate a situação de emergência financeira, económica e social com que se havia confrontado e 2011, então seria o tempo de lançar as bases de uma mudança efetiva nos instrumentos de desenvolvimento e de competitividade que nos permitissem, em Portalegre, melhorar a capacidade de captar investimento e fazer crescer o emprego, inverter o despovoamento e voltar a dar Esperança ao território.

Porém, não foi isso que aconteceu.

Quando foram lançadas as propostas e as bases de investimento consubstanciadas no Plano Juncker, foi com desilusão que constatamos a irrelevância com o que o distrito de Portalegre continuava a ser tratado.

Era determinante consolidar os investimentos que ao longo de anos lançaram bases de desenvolvimento dos territórios, e que também aumentaram a dívida, priorizando os investimentos que potenciassessem um maior retorno a Economia Nacional.

Certo, quem em Portugal pode discordar deste superior critério de eficiência financeira?

Mas, em Portalegre, não é possível consolidar investimentos que nunca foram efetuados.

IC13

Nos últimos 20 anos o maior investimento estruturante público foram 32 Km do IC13 entre Alter do Chão e Portalegre, sem tuneis e sem pontes!

Para quando a sua conclusão?

Ligação A23-A6

Para quando o melhoramento da ligação entre a A23 e a A6, que nem necessita ser em perfil de autoestrada, mas que poderia reduzir o isolamento de Portalegre, a única capital de distrito de Portugal sem ligação

por Autoestrada, mas nem sequer prevista em projeto de execução.

O caminho mais curto entre as 2 principais cidades, Elvas e Portalegre, continua, hoje como há 100 anos a não permitir o trânsito de viaturas pesadas, de mercadorias ou de passageiros, com uma altura superior a 2,80m.

O PSD está disponível para assumir a defesa destes projetos, ou vai continuar a espera que outros o façam?

Barragem do Crato/Pisão

O setor agrícola constitui, a par do Turismo, a área mais importante para o desenvolvimento sustentável do território e para a valorização do mundo rural, abrangendo a produção, extração, transformação, comercialização e distribuição de produções, atividades que alimentam perspetivas de criação de riqueza e de emprego.

Entendemos todos que a disponibilidade de água potencia uma agricultura moderna, competitiva, geradora de emprego e riqueza.

Foi este pensamento, correto, que fundamentou investimentos em barragens e redes de rega que pelo pois inteiro somaram vários milhares de milhões de euros.

E, se não tivessem sido esses investimentos o desemprego que chegou quase aos 18% teria certamente ultrapassado os 20%.

Em Portalegre, o projeto da Barragem do Pisão tem mais de 50 anos, são 100 milhões de euros que podem numa primeira fase irrigar 9350 hectares de regadio, mas continua a não constar em nenhuma das prioridades Portuguesas.

O PSD está disponível para assumir a defesa deste projeto, ou vai continuar a espera que outros o façam?

Plataforma Logística

Desde que se fala na ligação do velocidade elevada entre Sines e Madrid que é referenciada em todos os documentos do Portugal Logístico como uma das principais plataformas portuárias nacionais, em con-

junto com Leixões, Lisboa e Aveiro. Trata-se de uma infraestrutura que permitirá complementar a atividade portuária, nomeadamente Sines, Setúbal e Lisboa, conferindo maior valor à sua operação, promovendo a intermodalidade, particularmente com o transporte ferroviário (com a ligação a Poceirão/Sines e completando e melhorando a Linha do Leste); alargar o *hinterland* portuário, estendendo-o a Espanha; e ordenar o conjunto de atividades logísticas já hoje presentes na imediação dos portos.

Este é o exemplo de uma estrutura que decisivamente poderia arrancar o distrito de Portalegre do progressivo despovoamento e definhamento económico, colocando-o no centro da distribuição e serviços logísticos para Espanha e para a Europa como uma área de ancoragem de distribuidores e empresas exportadoras/importadoras e de atividades de indústria ligeira e logística de valor acrescentado.

Mas, para que assim seja, deverão construir-se Hubs em ambos os lados da fronteira. Espanha tem feito o trabalho de casa, infraestruturando terrenos e preparando os Planos de Pormenor. E do lado Português? Entende-se que este é um investimento a ser assumido por privados? Como inverter o despovoamento se o próprio estado não está disponível para potenciar as oportunidades oferecidas por esta localização de

excelência pelo caminho mais curto entre Sines e Madrid?

O PSD está disponível para assumir a defesa deste projeto, ou vai continuar a espera que outros o façam?

Aeródromo de Ponte de Sor

O Aeródromo Municipal de Ponte de Sor é uma infraestrutura de utilização pública de iniciativa do Município e certificada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil para operações de proteção civil e das entidades sedeadas. Esta infraestrutura tem uma localização relativamente central no território nacional, a 120 km de Lisboa, Évora, Espanha e Fátima, com um espaço aéreo livre de obstáculos, sem restrição de operações e com tecnologia de ponta ILS, que constitui uma mais-valia à realização de voos, com uma duração média de percurso entre Ponte de Sor e Lisboa de cerca de 30 minutos.

As condições de operação da pista, as infraestruturas técnicas existentes (hangares), bem como a disponibilidade de terreno para futuras construções, poderão potenciar a continuidade de investimentos na área aeronáutica no concelho e com reflexos em todo o distrito.

Conclusões

Por um Partido Social Democrata comprometido com a competitividade do Alto Alentejo.

Cabe ao Partido Social Democrata, no âmbito dos seus valores e opções fundamentais, liderar este processo de mudança e assumir a bandeira do desenvolvimento e da igualdade que una todo o território nacional, do mar até à raia; de Trás os Montes, Beiras e Alentejo, até ao Algarve.

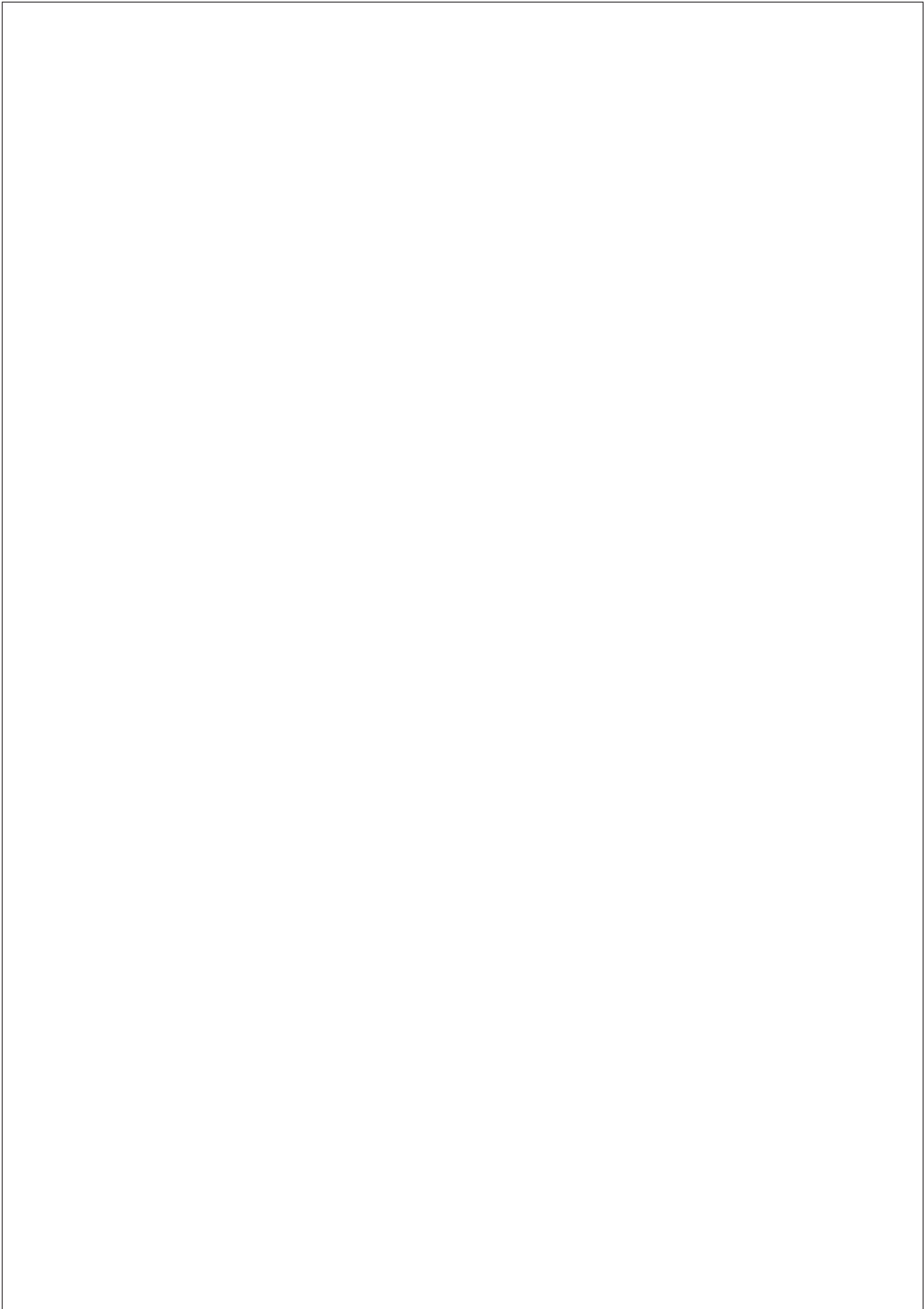
Sabemos que não é um caminho fácil, mas é o caminho certo.

Porque a coesão territorial é peça determinante num Portugal com futuro.

Porque Portugal precisa de Mais Alto Alentejo.

Social-democracia, Sempre.

Mas sempre, sempre e Acima de Tudo, Portugal.



PROPOSTA TEMÁTICA

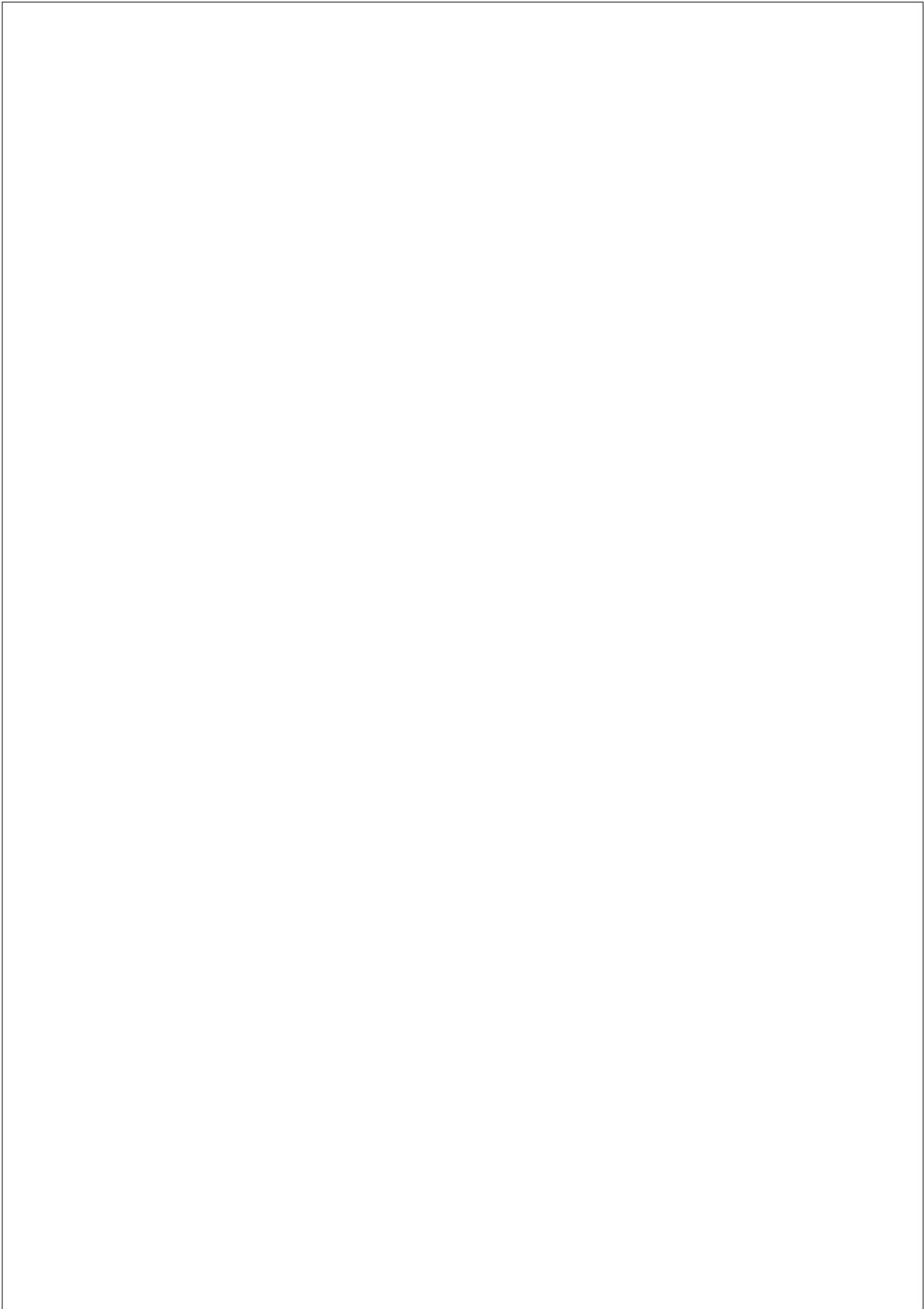
K

**“O PAPEL DA MULHER NA
SOCIEDADE – POR UM PSD
MAIS PARITÁRIO”**

1º Subscritor:

Maria da Trindade Morgado do Vale

militante nº 61648



O papel da mulher na sociedade - por um PSD paritário

O século XX afirmou-se como o século da Revolução de Género, durante o qual movimentos sociais um pouco por todo o Mundo e, em especial nas democracias ocidentais, obtiveram importantes conquistas para a igualdade formal entre mulheres e homens, nomeadamente o direito ao voto.

A evolução do pensamento sobre o significado de Democracia espelhou-se, a partir da década de 80, nas estratégias para a igualdade adotadas pelas principais organizações internacionais, como a ONU e a UE, passando de uma conceção somente focada na representatividade e no pluralismo para o nível social, abrangendo também os direitos económicos sociais e culturais de todos.

Inaugurava-se, assim, o conceito de Democracia Paritária que sublinha a dualidade do género humano e o reconhecimento de igual valor e dignidade a mulheres e homens, sem o condicionamento a papéis que limitem a sua liberdade de participação em toda e qualquer esfera da sociedade.

Efetivamente, 16 anos após a Declaração do Milénio (ONU, 2000), os níveis de desigualdade nas esferas da educação, do emprego e da representação política foram reduzidos significativamente e os Estados vêm promovendo práticas e adotando legislação no sentido de uma maior Igualdade de Género. Portugal tem acompanhado esta tendência de inovação legislativa e apresenta atualmente resultados francamente positivos.

Não obstante estes factos encorajadores, no século XXI, as desigualdades entre mulheres e homens são ainda evidentes em muitos aspetos da vida em sociedade, sendo na arena política especialmente pronunciadas.

Na verdade, o progresso das mulheres na esfera política depende diretamente do seu avanço nas dimensões da educação e da atividade profissional e num maior equilíbrio na assunção das responsabilidades familiares entre mulheres e homens.

Apesar dos desenvolvimentos do último século, permanecem distintas as expectativas relativamente ao comportamento de mulheres e homens, nomeadamente no que toca à sua participação na vida familiar e profissional, sendo o papel de cuidadora ainda predominantemente associado à figura feminina.

Não obstante a condição feminina ser, atualmente, mais respeitada, mais justa e mais equitativa, persistem ainda traços de um sistema de valores que induz nas mulheres algum sentimento de inferioridade e de inadequação que as condiciona numa plena atuação política.

O cenário é particularmente preocupante quando falamos de participação na vida partidária, ainda alicerçada em práticas que a condicionam, moldando assim a própria oferta de aspirantes políticas.

Por força de uma maior e inequívoca acumulação de responsabilidades familiares e profissionais, as mulheres dispõem de recursos francamente limitados, nomeadamente em termos de tempo disponível para as atividades partidárias ainda enraizadas numa normatividade predominantemente masculina.

Determinação, empenho, criatividade e inteligência emocional são características reconhecidas das mulheres que têm que ser valorizadas e aproveitadas em outras dimensões da sociedade.

Se as mulheres deram um impulso tão grande ao terceiro setor, podem com certeza ser um *apport* igualmente relevante em matérias de gestão, por exemplo. Competentes elas são; tem é que lhes ser dada a oportunidade de ascenderem de forma mais evidente à esfera da decisão e, nomeadamente, ao poder político-partidário.

As organizações partidárias enfrentam pois, neste novo século, a responsabilidade mas também a oportunidade de definirem novas estratégias que respondam ao desafio de uma maior pluralidade no recrutamento político, que espelhe os interesses dos vários grupos que compõem a nossa sociedade e que viabilize uma maior liberdade efetiva de participação feminina na vida pública e política.

Desde a sua fundação que o PSD tem reiterado a importância de uma efetiva igualdade de oportunidades entre mulheres e homens sendo imperativo que passemos do discurso à promoção de medidas por uma estrutura partidária efetivamente mais paritária.

O Distrito do Porto tem sido especialmente pró-ativo nesta dimensão, contribuindo de forma evidente para uma formação de quadros mais equilibrada em termos de género, nomeadamente ao nível dos seus órgãos distritais.

Com efeito, o movimento das Mulheres Social-Democratas, órgão consultivo lançado em 2007 no Distrito do Porto, tem contribuído fortemente para contrariar a sub-representação das mulheres na esfera política, designadamente através da implementação de Secretariados Femininos de Secção. Estes órgãos deverão ser vistos pelas militantes de cada concelho como um meio de canalização dos seus interesses, promovendo o estabelecimento de parcerias com atores locais, esclarecendo e mobilizando as mulheres para a ação política com o mesmo empenho que o fazem nas suas vidas familiares, profissionais e associativas.

Este 36º Congresso Nacional do PSD afigura-se, pois, como espaço perfeito para refletir sobre a forma como, em conjunto, poderemos fazer cumprir os direitos das mulheres consagrados na Constituição, para que possam vivenciar a efetiva igualdade nas diversas dimensões das suas vidas, enquanto cidadãs, trabalhadoras, mães e – no nosso caso – militantes de um partido.

Acreditamos que tal implica um aprofundamento do compromisso do partido com os princípios da igualdade de género na esfera política, à semelhança do que vem acontecendo nos principais partidos políticos europeus e do que é proposto pelas instituições europeias. Para tal, propomos que o partido **promova uma composição progressivamente mais equitativa das listas candidatas aos** vários atos eleitorais, **observando critérios paritários semelhantes nos processos eleitorais internos.**

Nesse sentido, as listas candidatas deverão ser elaboradas com o objetivo claro de assegurar a representação mínima de 33% de elementos de cada sexo, fomentando assim o desenvolvimento de uma massa crítica essencial à dinamização e contínua modernização da militância social-democrata. Acresce ainda que o papel das Mulheres Social-Democratas, e das estruturas locais implementadas pelo movimento, deve ser tido como um instrumento decisivo nesta estratégia, sendo fomentado e dinamizado por cada estrutura distrital de forma consistente e empenhada.

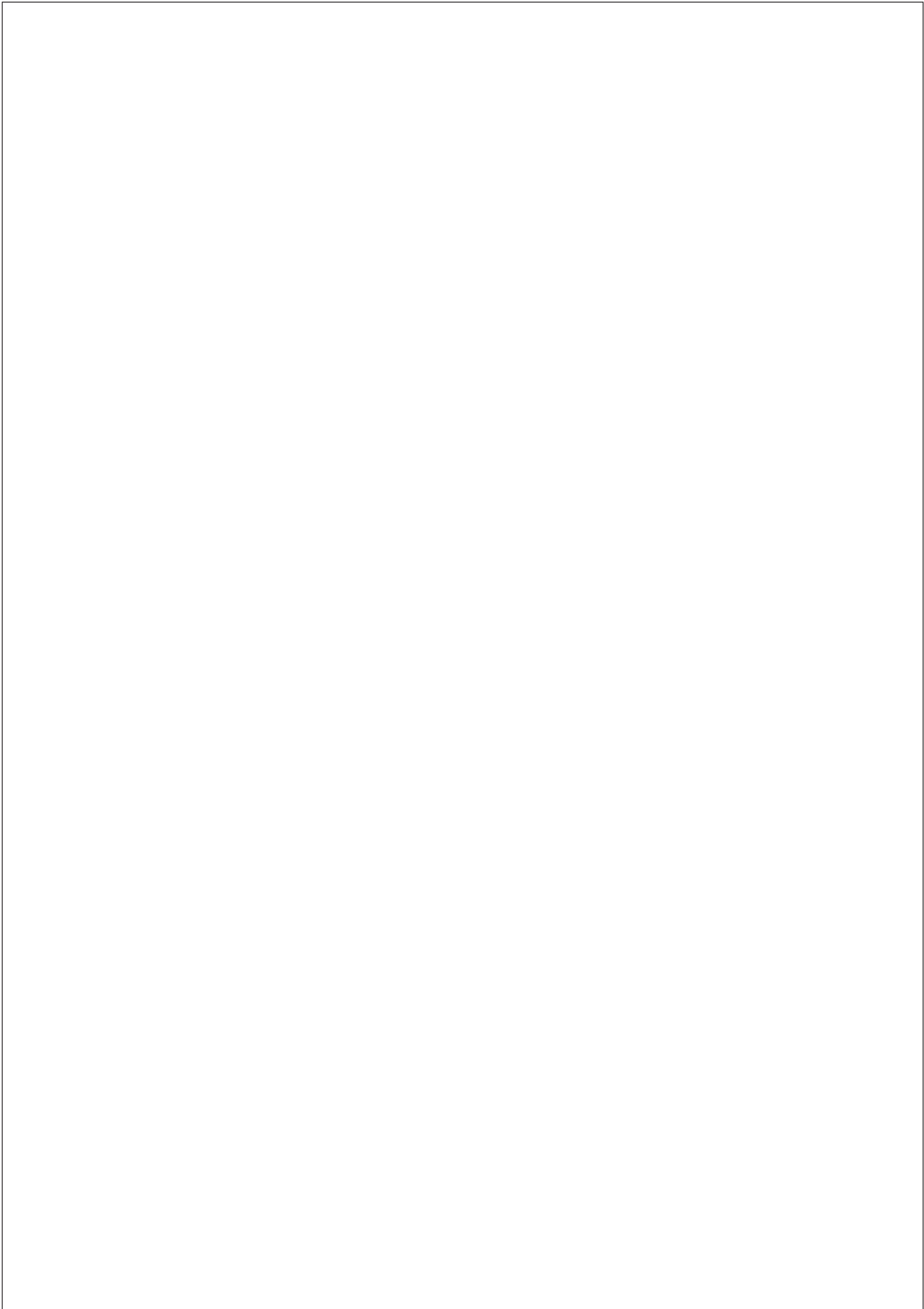
O Partido Social Democrata tem pugnado pelo fomento da participação das mulheres na vida partidária, o que reconhecemos de forma inequívoca, mas julgamos ser chegada a hora de dar mais um passo significativo nesta causa que é de todos e todas. Façamos história neste Congresso!

PROPOSTA TEMÁTICA

L

“ALENTEJO, CIDADANIA E TERRITÓRIO”

1º Subscritor:
Assembleia Distrital PSD de Beja



Portugal atravessa um período preocupante, **complexo, atípico e até de alguma agitação política com um novo Governo socialista apoiado numa maioria minoritária de esquerda fraturante e radical.**

O espaço político governativo é hoje, ocupado por quem, não ganhando eleições soube tirar partido e proveito de um limite constitucional de circunstância, e que mostra a fragilidade do nosso regime e mais grave, a permissividade jurídico-constitucional e a perversão dos **princípios da ética Republicana.**

Por isso, a Distrital de Beja do PSD quer começar esta moção por deixar claro e plenamente expresso, o orgulho no trabalho realizado pelo Governo do nosso líder **Pedro Passos Coelho**, que contra os velhos do Restelo e os profetas da desgraça soube tirar Portugal da bancarrota introduzindo na ação governativa, critérios de transparência e rigor há décadas arredados da gestão da *coisa publica*.

O PSD, hoje na oposição, deverá continuar a ser um baluarte de credibilidade e de esperança para Portugal.

Pedro Passos Coelho continua a ser um líder capaz de abraçar e vencer os maiores desafios com inequívocas provas dadas de competência e de capacidade de liderança e governação.

Mas a riqueza do PSD não se esgota no seu líder. Somos um partido de quadros, de homens, mulheres e jovens capazes de assumir as mais elevadas responsabilidades e exercer qualquer função com competência e inquestionável sentido de Estado.

Acreditamos em Portugal.

E Acreditamos NA FORÇA E RIQUEZA DO ALENTEJO em Portugal e sabemos que pela sua natureza histórica o Partido Social Democrata (PPD/PSD) é de todos os agentes da estrutura política o que está em melhores condições para efetuar as transformações que o País precisa. Portugal está cansado de visões parcelares, fragmentadas e desconexas. O País precisa de se reconhecer numa estratégia ampla, plural e mobilizadora.

Apresentamos, assim, um conjunto de ideias desenvolvidas por quadros do Partido e da sociedade civil.

Como ponto de partida para o diagnóstico do potencial estratégico podemos identificar **Portugal como um País euroatlântico** com quatro tipologias de fronteira: fronteira de soberania (terrestre, aérea e marítima); fronteira linguística (espaço lusófono); fronteira de defesa (Organização do Tratado do Atlântico Norte); fronteira económica e social (União Europeia).

No domínio da **fronteira de soberania** temos a considerar a dimensão terrestre, aérea e marítima. Na primeira abordagem ressalta Portugal como um País arquipelar. Uma dimensão que potencia o Território para além da leitura clássica de pequeno retângulo no sul da Europa. Um País que diz presente na Agência Espacial Europeia e que sendo cerca de 5 por cento terra e 95 por cento mar, com a maior zona económica exclusiva da União Europeia com 1,7 milhões de quilómetros quadrados e a quinta maior do mundo, dá às pescas europeias a maior fatia de mar que a UE tem. Se atentarmos que o comércio nesta parte do mundo é feito maioritariamente pelo mar compreendemos, cabalmente, a importância geoestratégica do Território Português.

No que respeita à **fronteira linguística** temos que começar por recordar que a língua Portuguesa é mais falada no mundo que o Francês, o Alemão ou o Italiano. O espaço lusófono é composto por nove Estados com língua oficial Portuguesa, o que faz com que o Português seja a terceira língua mais falada no ocidente e, consoante os autores, entre a quinta e a sétima mais falada no mundo.

Daqui resulta a extraordinária importância da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. O Partido Social Democrata deverá promover o reforço estratégico do aprofundamento desta comunidade de modo a torná-la uma alavanca da lusofonia e expressão da portugalidade, num mundo de linguagens cada vez mais standardizadas.

Defendemos igualmente que a CPLP enquanto espaço comunitário da lusofonia deverá evoluir no sentido da criação de um mercado comum de livre circulação de pessoas, bens e serviços.

Em matéria relacionada com a **fronteira de defesa**, é importante lembrar que Portugal, sem a vontade de Salazar, foi membro fundador da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Tal deveu-se naturalmente ao reconhecimento da importância geográfica do nosso País. Também geograficamente temos, nesta leitura, novamente Portugal a ganhar centralidade. Neste plano, Portugal, através da base das Lages nos Açores, surge como a primeira plataforma continental. Este facto não pode ser relativizado na sua importância à mesa das negociações. Se tivermos presente “quem somos” teremos certamente maiores condições de sucesso.

No âmbito da **fronteira económica e social**, Portugal confronta-se com outra tipologia de fronteira - a União Europeia. A UE obedece a critérios de decisão aos quais subjaz o índice demográfico dos Estados

Membros, o que em princípio relega o nosso País para uma posição menos favorável. Há que compreendê-lo para que politicamente se desenhem estratégias que compensem essa, relativamente diminuta, condição. A importância na UE depende da valorização que se faça do nosso papel na NATO, por via da importância geoestratégica e na CPLP ancorado na lusofonia. Um caminho estrategicamente concebido potenciará o grau de autonomia de Portugal bem para lá da sua dimensão convencional.

Em suma, é fundamental dar passos na definição e implementação de um conceito estratégico nacional. De um projeto mobilizador para Portugal. A geopolítica aponta-nos alguns caminhos que o País poderá trilhar. Pela sua posição e pelo seu passado histórico, Portugal pode encontrar, no mar e no correspondente espaço aéreo, importantes mais-valias que deverão merecer a devida atenção, pois poderá ser significativo o retorno decorrente das contrapartidas que daí poderão resultar.

Para tal é preciso pensar Portugal para lá do imediato retomando a estratégia desenvolvida pelo Governo de Pedro Passos Coelho.

Pensar Portugal numa pluralidade de variáveis. Consideramos nesta moção duas das que em nosso entender, pelas conexões que estabelecem, se revestem de maior importância. A Economia e a Democracia. Cada uma delas, associada respetivamente à coesão, crescimento e desenvolvimento e ao reforço da participação política e cívica dos cidadãos.

Começamos, então, por sublinhar o papel que a coesão regional reclama no Território que, como verificámos, parece ter um potencial inquestionável.

Desde logo importa ressaltar que não haverá verdadeiro desenvolvimento no País enquanto não forem esbatidas as assimetrias de facto, que existem entre as várias Regiões, pela simples razão de que essas assimetrias não são justas e não há desenvolvimento sem justiça.

No Alentejo sabemos bem a importância de delimitar o âmbito do nosso combate. São infelizmente clássicas as dimensões que compõem o esquecimento a que regularmente somos votados. E por isso é fácil identificar os nossos adversários. A perda de população, o desemprego sistematicamente acima da média nacional e a baixa coesão social!

Sabemos também que fruto de decisões que o Governo do PSD tomou e reabriram uma janela de esperança o nosso Alentejo tem hoje um tempo histórico

único que não nos podemos dar ao luxo de perder e que o actual Governo não só põe em causa como compromete.

Queremos, portanto, um PSD que continue a ser parte determinante na construção das soluções que o interior do País precisa e que, em concreto, o Alentejo anseia.

Há que reconhecer que se muito foi conseguido em 40 anos de democracia, também muitos desequilíbrios territoriais persistem. A lógica de um certo positivismo económico fez o Estado ceder o passo, no que respeita à sua função equilibradora das dinâmicas territoriais.

Não é aceitável que o investimento público no Alentejo indutor da modernização agrícola e potencializador do desenvolvimento económico tenha tradução nos documentos de estratégia territorial regional, perspectivação, afixação populacional, e o estado *a contrário* vai esvaziando os territórios de baixa densidade, de serviços fundamentais na proximidade com os cidadãos.

A manutenção do *status* condenará as Regiões de menor densidade populacional a serem cada vez mais desamparadas pelo poder político, menos coesas economicamente, mais pobres e por isso mais injustas. Se a social-democracia é reformista e continua a pautar a sua ação política pela capacidade de transformar a realidade com sentido de justiça e equidade, então, não poderá deixar de atender à visão expressa neste documento.

Defendemos para o Alentejo objetivos de crescimento, emprego e verdadeira coesão social.

Temos a ambição de crescer. Crescer demograficamente e crescer economicamente. É crucial para o Alentejo inverter a tendência de perda populacional. É fundamental a fixação de residentes e a captação de novos migrantes. Tal só será conseguido, ao contrário do que alguns poderão pensar e dizer, através não de uma visão curta de matriz regional, mas de uma visão larga e **social-democrata**, de um País como um todo, equilibrado e solidário, que saiba colocar investimentos onde eles mais necessários se afirmam.

Consideramos lúcido, justo e urgente uma visão programada que aponte sem hesitações nem titubeâncias para a implementação do conceito de cidades de média dimensão assentes no conhecimento, como base de desenvolvimento territorial no interior do País. Pólos de competitividade e crescimento. De acordo com especialistas nesta matéria esta construção assenta na relação permanente e densa entre as

bases do conhecimento, capital humano e estrutura económico-productiva. O conceito de cidade do conhecimento, aqui associado ao conceito inicial de cidade de média dimensão, ganha conteúdo quando é compreendido que o conhecimento é um elemento-chave do desenvolvimento.

Tal, no caso da região Alentejo, implica o reforço do peso institucional dos Politécnicos de Beja e Portalegre. A este propósito queremos aqui deixar clara a nossa posição de que não é possível continuar a narrativa da importância dos Institutos Politécnicos no desenvolvimento do interior, em convergência com a manutenção do ensino politécnico em Lisboa e no Porto. Deixamos a este congresso a nossa firme convicção de que continuar com o ensino politécnico em Lisboa e no Porto é um passo em sentido contrário à coesão territorial e consequentemente ao desenvolvimento harmonioso do País.

Esta posição constitui um pilar no combate aos problemas típicos dos territórios de baixa densidade. Só com o alcance de equilíbrios sócio-político-territoriais é realizável um cenário de equidade. Não é possível continuar a falar de desenvolvimento sem que este seja convergente para uma matriz de economia ética.

Só um desenvolvimento harmonioso das regiões possibilitará um quadro de economia ética.

Perante este contexto deve o PSD defender o caminho de uma economia promotora do bem-estar com padrões de ética inquestionável. **O modelo de aproximação que sugerimos é o que há mais de uma década valeu o prémio Nobel da economia a Amartya Sen.** Não obstante o desenho do mesmo ter em conta uma dimensão para além do Estado-Nação é possível através de um exercício de *domestic analogy* referenciá-lo como inspiração política a adotar. Importa que a definição estratégica de suporte das políticas social-democratas, visem **o desenvolvimento como liberdade.**

O desenvolvimento pode e deve ser encarado como um processo de alargamento das liberdades efetivas ao dispor do cidadão. A ênfase que esta abordagem coloca nas liberdades humanas difere substancialmente, e em nossa opinião supera, as perspetivas mais comuns de desenvolvimento, que o identificam com critérios estritamente quantitativos como sejam o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento dos rendimentos pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Parafraçando Amartya Sen diremos que “Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os

fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenhem papéis de relevo. O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas”.

Um País com a história e o potencial de Portugal só é forte quando todas as regiões estiverem (des)envolvidas. Só será mais forte se for mais coeso. Também em matéria de Territórios é necessário ter presentes os critérios kantianos fundadores da nossa visão ocidental de respeito pela autonomia dos indivíduos e determinação na solidariedade na relação com os outros.

No Alentejo de hoje, longe vai felizmente o tempo de uma certa visão paternalista, de proteção concedida pelos ricos aos pobres, que José Cutileiro estudou em meados dos anos sessenta do século passado no seu “Ricos e Pobres no Alentejo”. Como já referimos, temos a ambição de crescer. Crescer demograficamente, crescer economicamente.

Passados quinze anos a disparidade persiste. É por isso urgente reforçar a criação de incentivos à fixação de pessoas no interior. Implementar um quadro claro e constante de princípios de discriminação positiva em matéria fiscal, nomeadamente em impostos diretos. É uma das medidas que se impõe. Desde a isenção temporária à redução gradual e escalonada destes impostos existe um caminho que é preciso definir de modo a mitigar os custos da interioridade.

A coesão pode promover-se desde a implementação de simples alterações legislativas até à captação de investimentos geradores de postos de trabalho. Desde uma simples medida, como seja associar aos regimes de mobilidade na função pública um quadro especial de progressão de carreira e de contagem de tempo de reforma favorável aos residentes dos concelhos do interior. Ou medidas mais ambiciosas, como pôr as estruturas de diplomacia económica do poder central ao serviço dos Territórios do Interior, através de protocolos com as associações supra municipais de modo a garantir uma programação plurianual designando o Alentejo como zona prioritária de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Tal possibilitaria uma procura ativa de investimento consubstanciada em dois tipos de ação: ação do lado da oferta e influência do lado da procura. Atuar, por um lado, no plano da oferta ao criar condições para investir e, por outro, influenciar a procura de investidores internacionais.

Neste contexto exige-se que o AICEP em articulação com a EDIA desenvolvam trabalho mais efetivo na angariação e captação de investimento estrangeiro, tendo em conta o potencial agrícola da região possibilitado pelo Alqueva.

Não é, em nosso entender, igualmente desprezível o impacto que poderá resultar de uma melhor organização das estruturas do Estado existentes. Estas poderão permitir uma importante simplificação de processos, bem como, através de ajustado benchmarking, criar condições para desenvolver significativamente alguns clusters como são os casos, exemplificativos mas paradigmáticos, dos Produtos do Regadio, do Enoturismo ou do Sobreiro.

Estamos certos que uma visão empenhada do PSD na concretização das medidas que identificamos neste documento terá como resultado a redução da taxa de desemprego no Alentejo para valor abaixo da média nacional e permitirá uma janela de oportunidade para crescer sustentadamente e em coesão com o resto do território.

Em suma, a característica definidora do nosso projeto de desenvolvimento, a nossa ação política, deve favorecer, regionalmente, a construção de mecanismos de apoio ao desenvolvimento territorial. **Queremos que o PSD tenha uma estratégia para a nossa Região. Uma estratégia que passe por dar densidade à opção pela competitividade Territorial.** A uma competitividade Territorial que é classicamente suportada em duas vertentes: por um lado a capacidade de valorizar recursos existentes (naturais e construídos) e recursos com origem na identidade Histórica e Cultural locais; e por outro a capacidade de atrair e fixar novos recursos suscetíveis de valorizar os fatores locais na competição com outros Territórios, pela captação de novos residentes, de investimentos e de fluxos de visitantes.

Neste sentido reputamos fundamental, como fator de desenvolvimento e atração de investimento, indutor da fixação da população, a concretização das acessibilidades ferro e rodoviárias, no âmbito do Portugal 2020, e com o calendário definido pelo Governo de Pedro Passos Coelho, para em tempo útil e desde já poder proporcionar as tendências supra referidas e outrossim viabilizar o desenvolvimento sustentado e integrado da Região e o estancamento do êxodo demográfico.

Neste sentido o levantamento da suspensão das obras no IP8, no IP2 e a sua conclusão imediata, e a eletrificação da linha ferroviária, Casa Branca-Beja, no período que vigorará o “Portugal 2020”, de-

verão ser prioridades de investimento no quadro das infraestruturas de elevado valor acrescentado.

O Território é moldado ao longo do tempo pelas ações dos agentes económicos e pelas políticas públicas. A realidade de cada espaço é nada mais, nada menos, que o resultado de um processo contínuo de sedimentação das consequências dessas ações. E é desse resultado que emerge um conjunto de características económicas e sociais que conferem ao Território um maior ou menor potencial de desenvolvimento. Podemos dizer que o modo como essa plasticidade, ou rigidez, se relaciona com os agentes económicos e institucionais determinam aquilo a que podemos chamar de *personalidade do território*. Temos o privilégio de viver num território de grande personalidade. Se, a somar a este conceito tivermos em linha de conta o conjunto dos seus recursos, temos então a chamada **identidade territorial**. A forma como ela se deve posicionar, como deve ser gerida, como e em que medida deve ser percebida, é para nós a grande pedra de toque, pois disso depende o nosso presente e o nosso futuro.

Depois do reconhecimento do Cante como Património Imaterial da Humanidade e mais recentemente a Arte Chocalheira associado à excelência dos nossos vinhos e gastronomia e o reconhecimento internacional do Alentejo como destino turístico, impõe-se, exige-se, dar notoriedade à **Marca Alentejo**.

É urgente alterar o caminho desenhado e redirecionar a democracia para um perfil de máximo possível de participação dos cidadãos na condução da vida pública. Seguindo com Bachrach: “o povo não pode desistir da própria inteligência e dos próprios sentimentos, entregando a capacidade decisória a um Governo e retirar-se para a vida privada”. No mesmo passo, nos partidos, os militantes não podem alhear-se da vida interna entregando a capacidade decisória da sua representação às nomenclaturas. Isto vale dizer que o militante partidário deve sentir-se ator principal no quotidiano da decisão partidária e sentir que contribui também quotidianamente para a construção do projecto colectivo que a direção do seu partido corporiza e executa.

A ação política do PSD deve, pois alicerçar-se em mecanismos promotores de novas formas de participação cívica e política.

Propomos uma ampla e profunda reflexão e discussão em torno dos limites e das possibilidades de participação política e cidadã. Sentimos, e assim há que assumi-lo, uma particular dissonância associada aos valores e práticas políticas dos cidadãos. Se por um

lado, é claro um alargado e estável apoio popular aos sistemas políticos democráticos, por outro, variadas pesquisas expressam resultados convergentes com níveis de participação e envolvimento cívico considerados baixos. Assistimos, em suma, a um processo de empobrecimento político. Não erraremos ao citar Castoriadis quando afirma que “é politicamente pobre o cidadão que se entrega ao Estado e dele aguarda a sua defesa de modo acomodado; que se encolhe diante do poder económico que o agride; que não se organiza, para cuidar da sua defesa, de maneira democrática e competente”.

Perante este contexto surge a inevitável questão de como tornar viável uma participação ativa e estruturada dos indivíduos na condução do Estado e da *coisa pública*?

Não obstante o desgaste das fórmulas existentes, nas novas gerações é possível verificar um desejo de envolvimento em causas transversais ao Território Político Tradicional, sem todavia se prenderem a conteúdos ideológicos e ainda menos a estruturas formais e hierarquizadas. É nossa opinião que o tempo histórico contemporâneo exige a integração de uma visão sistémica que complementa, e nalguns casos substitua, a abordagem linear que enformou a participação política que desenhou a *praxis* do final do século passado. Enriquecer as formas de participação política, reorganizar a realidade partidária indo além do estatuto de militante são duas das muitas maneiras de garantir condições de participação e influência da pluralidade emancipatória que se faz sentir na sociedade portuguesa e que urge ser canalizada, para além das obsoletas estruturas herdeiras do estado-nação. **Acreditamos no potencial dos nossos concidadãos. Acreditamos no potencial e na capacidade dos Homens e Mulheres do nosso País. Mas acreditamos sobretudo na ligação do Cidadão à sua Terra e no conhecimento profundo que tem do seu território.**

Assim, entendemos e propomos que deverá, em sede de revisão estatutária, mas desde já como recomendação de comportamento ao Presidente do Partido a alteração do critério da escolha dos cabeças de lista nos círculos eleitorais de baixa densidade, garantindo o respeito pelas decisões dos órgãos distritais do partido.

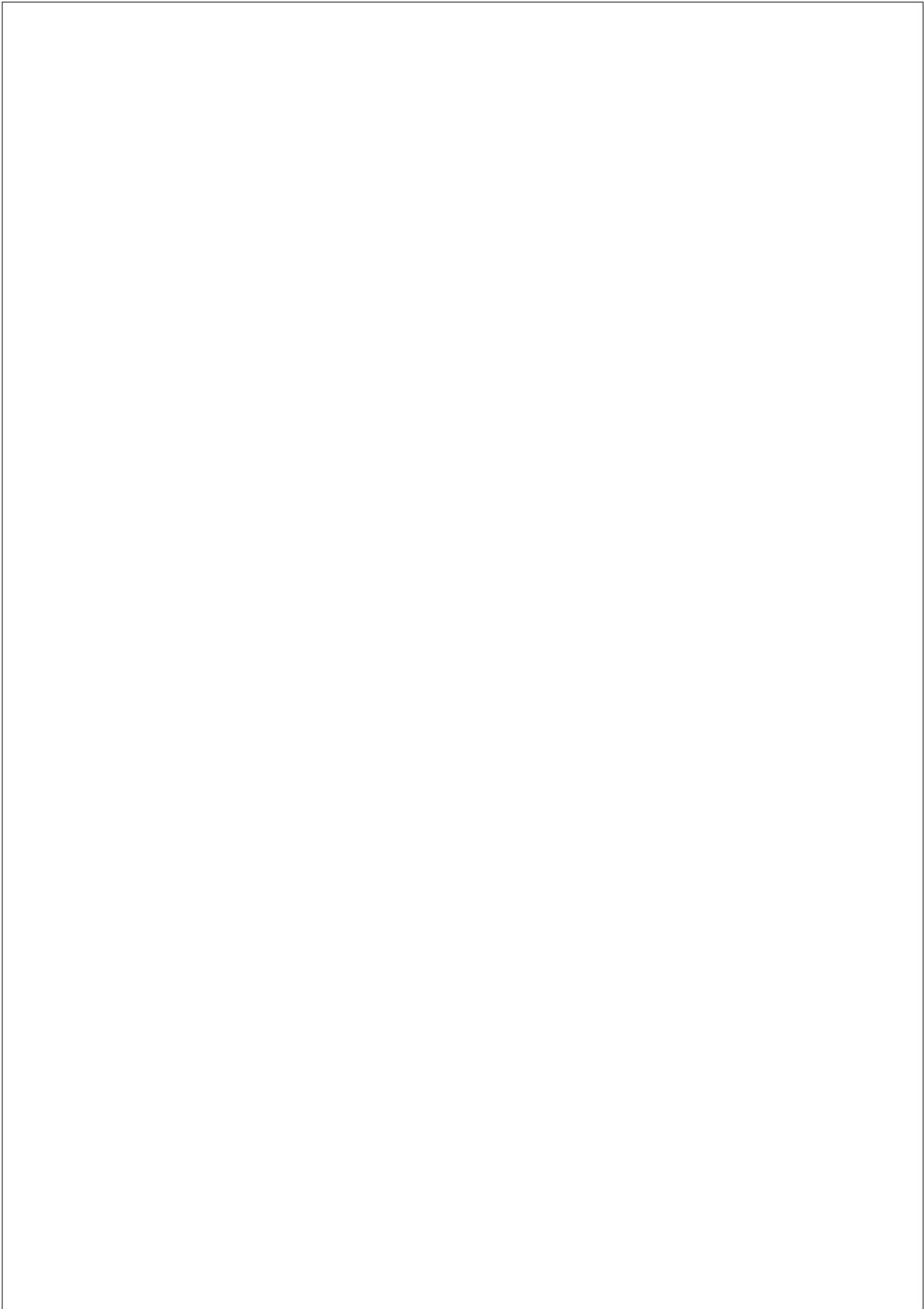
Ainda no que respeita, em matéria de representação no órgão de Soberania Assembleia da República, talvez seja pertinente retomar a discussão em torno dos círculos uninominais, bem como fazer a tão discutida **redução do número de deputados**, garantindo uma maior proporcionalidade na representação territorial corrigindo as assimetrias de representatividade de cada círculo eleitoral.

Esta moção é o resultado de um trabalho de 4 anos em contacto permanente com as pessoas. É uma visão de proximidade, de luta quotidiana com as instituições sociais, com os empresários, com o meio académico, com os sindicatos, com os trabalhadores agrícolas. Em suma, com o vários agentes económicos desta vasta área de território tão abandonada, envelhecida e empobrecida.

É o pensar crítico ligado ao empirismo da experiência do real vertido numa proposta realista para melhorar o futuro colectivo da nossa região.

Tal como no passado no Governo hoje na oposição o Partido Social Democrata tem a responsabilidade de se assumir como a força liderante deste processo criando as condições para a convergência de esforços e reinvidicação permanente indispensáveis ao bom sucesso desta iniciativa.

Pedimos por isso a sua aprovação.
Beja, 21 de Março de 2016

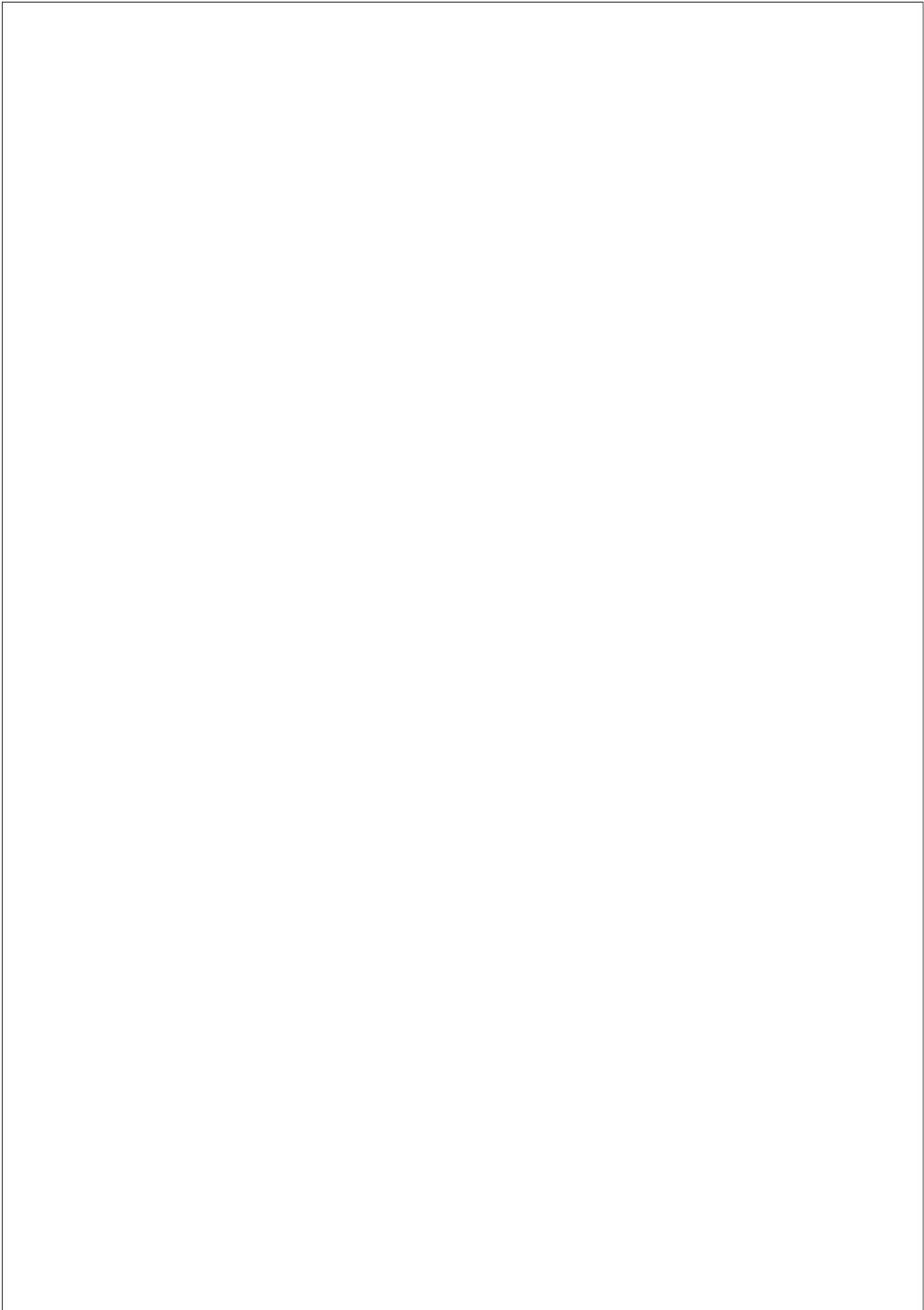


PROPOSTA TEMÁTICA

M

**“MAIS CONFIANÇA,
MAIS PROXIMIDADE, MELHOR
DEMOCRACIA: UMA PROPOSTA DE
REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL”**

1º Subscritor:
Ricardo João Barata Pereira Alves



1. Abstenção e Confiança no Parlamento Nacional

A qualidade da nossa Democracia está profundamente ligada ao nível de participação dos eleitores e à confiança que estes depositam nos eleitos.

Em Portugal, os níveis de abstenção em Eleições Legislativas têm vindo a aumentar de forma muito significativa, como se pode constatar no gráfico seguinte:

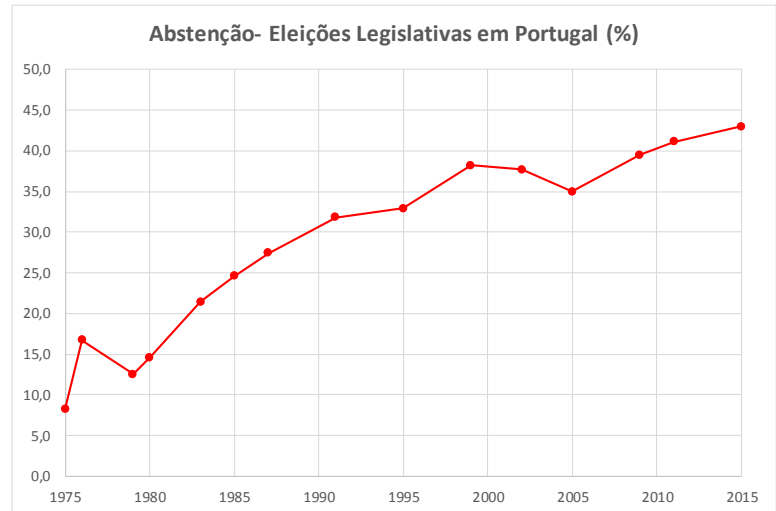


Gráfico 1.1- Evolução da Abstenção nas Eleições Legislativas, em Portugal¹

Relativamente à evolução da confiança dos eleitores no Parlamento Nacional na última década verifica-se um decréscimo significativo, que está bem patente no gráfico seguinte:

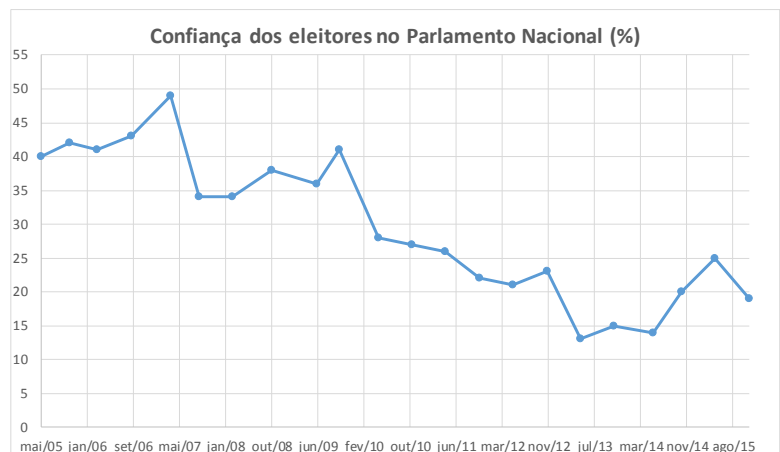


Gráfico 1.1- Evolução da confiança dos eleitores no Parlamento Nacional²

O aumento dos níveis de abstenção e a diminuição da confiança no Parlamento Nacional indicia um progressivo afastamento dos eleitores face aos eleitos.

Perante esta realidade, exige-se uma reflexão profunda sobre as razões porque chegámos aqui, mas, sobretudo, como podemos sair daqui.

Os partidos têm olhado com relativa indiferença para esta constatação: o País está cada vez mais afastado dos seus eleitos.

A reforma do Sistema Eleitoral tem sido sucessivamente adiada, sempre por razões conjunturais, sendo objeto de visões diferentes por parte dos partidos políticos, que mudaram, eles próprios, várias vezes de posição sobre o caminho a seguir.

Estamos convictos, que não é possível esperar mais, sob pena de chegarmos à situação de a maioria dos portugueses não participarem na escolha do futuro do seu país e ser residual o número daqueles que acreditam no seu Parlamento!

¹ Por data ² Eurobarómetro

2. A Reforma do Sistema Eleitoral: Estudo de um caso prático

2.1. O Caso da Alemanha

Têm sido apontados ao longo dos anos várias soluções para aproximar os eleitos dos eleitores, designadamente, através da criação de círculos uninominais ou da introdução do voto preferencial.

Na verdade, estas propostas foram sempre criticadas por “colocarem em causa o princípio da proporcionalidade”, “protegerem os dois maiores partidos” ou “reduzirem drasticamente a representação dos partidos mais pequenos”.

Na Europa existem diferentes sistemas eleitorais: os maioritários, os proporcionais e os sistemas mistos.¹

Normalmente, a participação é maior no caso dos sistemas proporcionais.²

No caso da Alemanha, o sistema eleitoral é um sistema misto: 299 eleitos através do voto por círculos uninominais e 299 eleitos através de círculos de compensação regional (dezasseis regiões).³

Neste caso, os eleitores utilizam dois boletins de voto para cumprir o seu dever cívico: no primeiro, têm oportunidade de escolher o candidato do seu círculo uninominal, que pretendem que os represente no parlamento alemão (votam no partido correspondente); no segundo, escolhem o partido da sua preferência no círculo de compensação regional, que, no fundo, é o que pretendem ver a governar o país.⁴

No apuramento atribuem-se primeiro os mandatos correspondentes aos círculos uninominais e, depois, recorre-se aos círculos de compensação, a fim de obter a configuração final de distribuição dos mandatos, de acordo com os resultados eleitorais correspondentes ao segundo boletim.

Pode acontecer, numa dada região, que o número de mandatos obtidos por uma força política, através dos círculos uninominais, seja superior ao que teria direito, face aos resultados do segundo boletim. Neste caso é atribuída à força política o número de mandatos obtidos através dos círculos uninominais. Daí,

o número total de deputados do parlamento alemão ser variável.

Para ter assento no Parlamento alemão (Bundestag), um Partido tem de alcançar, no mínimo, 5% dos votos do segundo boletim ou obter, no mínimo, três mandatos, através dos círculos uninominais (primeiro boletim).

Os níveis de abstenção na Alemanha são bastante inferiores a Portugal. O pico máximo da percentagem de abstencionistas em eleições alemãs ocorreu, em 2009, nas quais atingiu os 29,2%⁵, bem abaixo dos 43,0%⁶, que se registaram nas eleições legislativas portuguesas de 2015.

Também relativamente à confiança dos eleitores no Parlamento Nacional a diferença é significativa: na Alemanha, 42% dos eleitores confiam no Parlamento, contrastando com os 19% de Portugal.⁷

Certamente, que não será apenas o tipo de sistema eleitoral, que justificará estas diferenças tão significativas, entre a Alemanha e Portugal, ao nível da abstenção e da confiança no parlamento nacional, mas terá um peso importante.

2.2. Cenário base para aplicação de um sistema misto em Portugal

Em Portugal, o Parlamento tem 230 deputados, dos quais quatro são eleitos por dois círculos da emigração: Europa e Fora da Europa.

No cenário base que apresentamos, mantêm-se os dois círculos da emigração (4 deputados) e os restantes 226 deputados são eleitos através de círculos uninominais (113 deputados) e através de círculos de compensação regionais (113 deputados).

Os círculos de compensação são 7: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

¹ (Freire, André- Sistemas Eleitorais e Reformas Políticas: Portugal em Perspetiva Comparada, E-Pública, Nº4 de 2015)

² (Freire, André- Sistemas Eleitorais e Reformas Políticas: Portugal em Perspetiva Comparada, E-Pública, Nº4 de 2015)

³ Der Bundeswahlleiter (The Federal Returning Officer), <http://www.bundeswahlleiter.de/>

⁴ <http://www.dn.pt/dossiers/mundo/eleicoes-na-alemanha-2013/noticias/interior/como-funcionam-as-eleicoes-alemas-3407136.html>

⁵ Der Bundeswahlleiter (The Federal Returning Officer), <http://www.bundeswahlleiter.de/>

⁶ Por data

⁷ Eurobarómetro (Novembro 2015)

O Norte integra as seguintes NUT III: Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

O Centro é constituído pela Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela.

Lisboa e Vale do Tejo inclui o Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e a Área Metropolitana de Lisboa.

O Alentejo integra o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo e o Alentejo Central.

Tendo por base os eleitores inscritos em cada círculo eleitoral, para as Eleições Legislativas de 2015⁸, a distribuição do número de mandatos, obtida através da aplicação do método de Hondt, é a seguinte:

Tabela 2.2.1- Distribuição de mandatos

CÍRCULO	ELEITORES	MANDATOS TOTAIS	CÍRCULOS UNINOMINAIS	MANDATOS COMPENSAÇÃO
Norte	3 414 322	82	42	40
Centro	1 605 897	38	19	19
Lisboa e Vale do Tejo	3 133 825	76	38	38
Alentejo	431 526	10	5	5
Algarve	370 764	9	4	5
RA Açores	227 546	5	2	3
RA Madeira	255 821	6	3	3
TOTAL	9 439 701	226	113	113

No Norte, os círculos uninominais encontram-se distribuídos da seguinte forma: Alto Minho (3), Cávado (5), Ave (5), Área Metropolitana do Porto (20), Alto Tâmega (1), Tâmega e Sousa (5), Douro (2) e Terras de Trás-os-Montes (1).

No Centro a distribuição é a seguinte: Região de Aveiro (4), Região de Coimbra (5), Região de Leiria (3), Viseu Dão Lafões (3), Beira Baixa (1) e Beiras e Serra da Estrela (3).

Em Lisboa e Vale do Tejo: Oeste (4), Médio Tejo (2), Lezíria do Tejo (2) e a Área Metropolitana de Lisboa (30).

No Alentejo, a distribuição dos círculos uninominais é a seguinte: Alentejo Litoral (1), o Baixo Alentejo (1), o Alto Alentejo (1) e o Alentejo Central (2).

O número médio de eleitores, por cada círculo uninominal, é 83 537.

2.3 A distribuição de mandatos num sistema misto, tendo por base os resultados das Eleições Legislativas 2015

Existe um conjunto muito diversificado de opiniões sobre a reforma do sistema eleitoral. No entanto, alguns dos modelos defendidos, nunca foram sujeitos a uma aplicação prática.

Qual será a distribuição de mandatos do parlamento português tendo por base um sistema misto? Os grandes partidos ganham ou perdem deputados? Os partidos mais pequenos são prejudicados ou beneficiados?

A obtenção de respostas para estas e outras questões foi a base e a inspiração para o desafio: a partir dos resultados eleitorais das Eleições Legislativas 2015 simular o apuramento do número de mandatos de cada partido num sistema eleitoral misto.

Assim, foi possível obter os seguintes resultados:

Tabela 2.3.1 - Distribuição de Mandatos no Norte

PARTIDO	NORTE		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	36	3	39
PS	6	23	29
BE		8	8
CDU		5	5
PPD/PSD			0
PAN		1	1
TOTAL	42	40	82

Tabela 2.3.2 - Distribuição de Mandatos no Centro

PARTIDO	CENTRO		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	14	5	19
PS	5	8	13
BE		4	4
CDU		2	2
PPD/PSD			0
PAN			0
TOTAL	19	19	38

Tabela 2.3.3 - Distribuição de Mandatos em Lisboa e Vale do Tejo

PARTIDO	LISBOA E VALE DO TEJO		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	17	11	28
PS	21	8	28
BE		9	9
CDU		9	9
PPD/PSD			0
PAN		1	1
TOTAL	38	38	76

Tabela 2.3.4 - Distribuição de Mandatos no Alentejo

PARTIDO	ALENTEJO		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	0	3	3
PS	5	1	4
BE		1	1
CDU		2	2
PPD/PSD			0
PAN			0
TOTAL	5	5	10

Tabela 2.3.5 - Distribuição de Mandatos no Algarve

PARTIDO	ALGARVE		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	2	1	3
PS	2	2	4
BE		1	1
CDU		1	1
PPD/PSD			0
PAN			0
TOTAL	4	5	9

Tabela 2.3.6 - Distribuição de Mandatos nos Açores

PARTIDO	AÇORES		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP			0
PS	2	1	3
BE			0
CDU			0
PPD/PSD		2	2
PAN			0
TOTAL	2	3	5

* Por data

Tabela 2.3.7 - Distribuição de Mandatos na Madeira

PARTIDO	MADEIRA		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP			0
PS		2	2
BE		1	1
CDU			0
PPD/PSD	3		3
PAN			0
TOTAL	3	3	6

Nota: Na Madeira o PPD/PSD concorreu autonomamente

O Parlamento ficaria com mais um Deputado, uma vez que no Alentejo o PS elegeria 5 Deputados, através dos círculos uninominais, apesar de só ter direito a 4, aplicando o método de Hondt aos resultados obtidos no segundo boletim.

A única forma desta situação não acontecer seria num contexto de apenas 105 círculos uninominais, cuja aplicação prática também foi testada.

Importa ainda referir, que os resultados aqui apresentados não refletem a possibilidade de num dado

Em termos nacionais, os resultados são os seguintes:

Tabela 2.3.8 - Distribuição de Mandatos em Portugal

PARTIDO	PORTUGAL		
	Uninominais	Compensação	Total
PPD/PSD CDS/PP	69	23	92
PS	41	44	85
BE	0	24	24
CDU	0	19	19
PPD/PSD	3	2	5
PAN	0	2	2
TOTAL	113	113	227

círculo uninominal os eleitores poderem diferenciar o voto do primeiro para o segundo boletim.

Nas eleições alemãs de 2013, para o Bundestag, registou-se essa situação em 22 círculos uninominais, o que corresponde a 7,36% dos casos.⁹

Se considerarmos um comportamento similar nas eleições portuguesas, poderíamos ter 8 círculos uninominais em que haveria diferenciação de voto entre o primeiro e o segundo boletins de voto.

2.4. A distribuição de mandatos das Eleições Legislativas 2015 versus a distribuição de mandatos de um sistema eleitoral misto

Na tabela seguinte apresentam-se as distribuições de mandatos das Eleições Legislativas de 2015 e da aplicação prática de um sistema eleitoral misto, respetivamente:

Tabela 2.4.1 - Mandatos das Eleições Legislativas 2015 vs Mandatos da aplicação do sistema eleitoral misto

PARTIDO/COLIGAÇÃO	MANDATOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2015	MANDATOS SISTEMA ELEITORAL MISTO	DIFERENÇA
PPD/PSD. CDS/PP	99	92	-7
PS	85	85	0
BE	19	24	5
CDU	17	19	2
PPD/PSD	5	5	0
PAN	1	2	1
TOTAL	226	227	1

Nota: Nos Açores o PPD/PSD concorreu autonomamente

Da leitura da tabela anterior constata-se que, da aplicação prática do sistema eleitoral misto, a coligação PPD/PSD.CDS/PP perderia sete mandatos, face aos resultados obtidos nas Eleições Legislativas de 2015, o PS manteria o mesmo número de mandatos e o Bloco de Esquerda, a coligação PCP-PEV e o PAN ganhariam, respetivamente, 5, 2 e 1 mandato.

Conclui-se, assim, que o sistema eleitoral misto não coloca em causa o princípio da proporcionalidade, não protege os dois maiores partidos, que perderiam ou manteriam o número de mandatos e não reduz drasticamente a representação dos partidos mais pequenos, que até obteriam mais mandatos.

3. O Sistema de Eleição do Parlamento Europeu: Proporcionalidade Degressiva

No modelo de proporcionalidade degressiva, o rateio entre população e o número de mandatos no Parlamento permite que os deputados de um círculo eleitoral mais populoso representem mais cidadãos que os deputados de um círculo eleitoral menos populoso, mas também estipula que nenhum círculo eleitoral menos populoso tenha mais mandatos que um círculo eleitoral mais populoso. Há a consolidação do princípio da solidariedade, através do qual os círculos eleitorais mais populosos aceitam a sub-representação para permitir a melhor representação dos círculos menos populosos, fortalecendo a coesão territorial.¹⁰

A eleição dos deputados do Parlamento Europeu baseia-se num sistema degressivamente proporcional, com a adoção de uma solução pragmática, que, para além de outros aspetos, prevê que nenhum país possa ter uma representação parlamentar superior a 96 mandatos e inferior a 6 mandatos.¹¹

O modelo de proporcionalidade degressiva, elaborado por Taagepera e Hosli (2006), permite a distribuição equilibrada dos mandatos entre os círculos eleitorais, através de uma fórmula que amortece as grandes distorções¹²:

$$S_i = (S P_i^n) / \sum P_j^n$$

Sendo:

$$n = [1/\log(N) - 1/\log(S)] / [1/\log(N) - 1/\log(P)]$$

Onde:

S_i = número de mandatos por círculo eleitoral

P_i = população do círculo eleitoral

P = população total

S = total de mandatos

N = número de círculos eleitorais

Aplicando o sistema degressivamente proporcional ao caso português, considerando a existência dos atuais círculos eleitorais, obteríamos a seguinte distribuição:

⁹ Der Bundeswahlleiter (The Federal Returning Officer), <http://www.bundeswahlleiter.de/>

¹⁰ Carmo, Erinaldo Ferreira e Outros, Aplicando o modelo de proporcionalidade degressiva na representação dos Estados na Câmara dos Deputados, REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 7, N. 3, P. 191-204, SET./DEZ. 2012.

¹¹ Relatório sobre a composição do Parlamento Europeu tendo em vista as eleições de 2014 (2012/2309(INI)), aprovado em 12.02.2013

¹² Relatório sobre a composição do Parlamento Europeu tendo em vista as eleições de 2014 (2012/2309(INI)), aprovado em 12.02.2013

Tabela 3.1.1 - Distribuição de mandatos no Sistema Degressivamente Proporcional e nos Sistema Eleitoral atual

CÍRCULO	ELEITORES	MANDATOS SISTEMA DEGRESSIVAMENTE PROPORCIONAL (SDP)	MANDATOS NO SISTEMA ELEITORAL ATUAL (SEA)	DIFERENÇA ENTRE SDP E SEA
AÇORES	227 546	8	5	3
AVEIRO	653 597	15	16	-1
BEJA	128 926	6	3	3
BRAGA	787 768	16	19	-3
BRAGANÇA	147 465	7	3	4
CASTELO BRANCO	181 378	7	4	3
COIMBRA	390 947	11	9	2
ÉVORA	141 258	6	3	3
FARO	370 764	11	9	2
GUARDA	163 462	7	4	3
LEIRIA	423 801	12	10	2
LISBOA	1 900 982	27	47	-20
MADEIRA	255 821	9	6	3
PORTALEGRE	101 189	5	2	3
PORTO	1 591 787	24	39	-15
SANTARÉM	393 314	11	9	2
SETÚBAL	726 049	16	18	-2
VIANA DO CASTELO	253 219	9	6	3
VILA REAL	228 497	8	5	3
UISEU	371 931	11	9	2
TOTAL	9 439 701	226	226	

Como se pode constatar, a aplicação de um sistema degressivamente proporcional produziria uma alteração significativa na distribuição de mandatos do parlamento português, com especial impacto nos círculos eleitorais mais populosos, nomeadamente, em Lisboa e no Porto, e nos menos populosos, como são os casos de Bragança, Açores, Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda, Madeira, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real.

No entanto, a adoção de um sistema eleitoral degressivamente proporcional no nosso País pode não ser possível no atual quadro constitucional. A Constituição da República Portuguesa em vigor prevê, no nº 2 do Artigo 149º, que " O número de Deputados por cada círculo plurinominal do território nacional, excluindo o círculo nacional, quando exista, é proporcional ao número de cidadãos eleitores nele inscritos."

4. Uma proposta de Reforma do Sistema Eleitoral

Tendo presente que as Eleições Legislativas em Portugal têm registado um aumento significativo da abstenção, que se situou nos 43% no último ato eleitoral, e que a confiança dos eleitores portugueses no Parlamento Nacional desceu a um nível historicamente baixo, fixando-se nos 19%, em Novembro de 2015;

Considerando que é cada vez maior a distância entre eleitores e eleitos, estando em causa a qualidade da representação;

Entendemos, que chegou o momento de repensar o nosso sistema eleitoral, em nome de uma Democracia mais saudável, mais próxima e, sobretudo, mais verdadeira.

O Partido Social Democrata deve, por isso, no espírito reformista e empreendedor, que sempre o distinguiu das outras forças políticas, liderar este debate, cuja importância para o futuro é primordial.

Neste contexto, queremos deixar o nosso contributo para uma verdadeira Reforma do Sistema Eleitoral, alicerçada num modelo, que testámos com os resultados das últimas Eleições Legislativas, e que contribui para reduzir a distância entre eleitos e eleitores, sem comprometer o princípio da proporcionalidade.

Assim, em síntese, propomos:

1. Que Portugal adote um sistema misto nas suas Eleições Legislativas, no qual 113 deputados sejam eleitos através de círculos uninominais, 113 deputados por círculos de compensação regionais e 4 pelos círculos da emigração da Europa e Fora da Europa;
2. Que sejam criados os seguintes círculos de compensação regional: **Norte** (constituído pelo Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes), com 40 mandatos; **Centro** (que integra a Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela), com 19 mandatos; **Lisboa e Vale do Tejo** (que inclui o Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e a Área Metropolitana de Lisboa), com 38 mandatos; **Alentejo** (constituído por Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo e o Alentejo Central), com 5 mandatos; **Algarve**, com 5 mandatos; **Açores**, com 3 mandatos, e **Madeira**, com 3 mandatos;

3. Que sejam criados 113 círculos uninominais, com a seguinte distribuição, que resulta da aplicação do método de Hondt ao número de eleitores, de cada região: 42 no Norte, 19 no Centro; 38 em Lisboa e Vale do Tejo, 5 no Alentejo, 4 no Algarve, 2 nos Açores e 3 na Madeira;
4. Que, no Norte, os círculos uninominais, considerando a aplicação do método de Hondt ao número de eleitores, tenham a seguinte distribuição: Alto Minho (3), Cávado (5), Ave (5), Área Metropolitana do Porto (20), Alto Tâmega (1), Tâmega e Sousa (5), Douro (2) e Terras de Trás-os-Montes (1);
5. Que, no Centro, os círculos uninominais, considerando a aplicação do método de Hondt ao número de eleitores, tenham a seguinte distribuição: Região de Aveiro (4), Região de Coimbra (5), Região de Leiria (3), Viseu Dão Lafões (3), Beira Baixa (1) e Beiras e Serra da Estrela (3);
6. Que, em Lisboa e Vale do Tejo, os círculos uninominais, considerando a aplicação do método de Hondt ao número de eleitores, tenham a seguinte distribuição: Oeste (4), Médio Tejo (2), Lezíria do Tejo (2) e a Área Metropolitana de Lisboa (30);
7. Que, no Alentejo, os círculos uninominais, considerando a aplicação do método de Hondt ao número de eleitores, tenham a seguinte distribuição: Alentejo Litoral (1), o Baixo Alentejo (1), o Alto Alentejo (1) e o Alentejo Central (2);
8. Que a escolha dos candidatos do Partido Social Democrata aos círculos uninominais seja feita através de eleições primárias nas quais participam os militantes e simpatizantes da área territorial correspondente;

Entendemos ainda que, num futuro processo de revisão constitucional, e em nome da coesão territorial, deve ser ponderada a distribuição do número de mandatos, através da aplicação de um sistema degressivamente proporcional, de forma a potenciar a melhor representação dos círculos eleitorais menos populosos, sem colocar em causa a representação maioritária dos mais populosos.

Se aceitamos e defendemos o sistema de eleição para o Parlamento Europeu, baseado na proporcionalidade degressiva, porque não ponderar a sua aplicação em Portugal?

PROPOSTA TEMÁTICA

N

**“PROMOVER E DEFENDER
A IGUALDADE DE
OPORTUNIDADES ENTRE
HOMENS E MULHERES”**

**1º Subscritor:
Lina Lopes**



“A social-democracia é a autêntica concepção do socialismo democrático, que arranca do voto popular, caminha pela via da liberdade, da igualdade, da justiça e da solidariedade.”

Sá Carneiro

“A tradição das sociais-democracias é a conquista da igualdade na realidade, é a eliminação progressivas das desigualdades e das contradições económicas, sociais e culturais que estão na origem da luta das classes.”

Sá Carneiro

As Mulheres Social Democratas (MSD) têm por finalidade a promoção e defesa da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os planos da sociedade portuguesa - político, social, económico e cultural.

As MSD inspiram-se nos valores do Estado de Direito, nos princípios e na experiência da Social Democracia, e consideram a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres uma componente essencial de uma sociedade moderna livre e democrática, como pretendem que seja a sociedade portuguesa.

Em 1974, Sá Carneiro, escrevia: *“Entendemos que a despolitização do povo Português, que é muita intensa, atinge sobretudo a mulher. (...) sendo um dos principais objetivos dos partidos o esclarecimento político, temos que nos dirigir com mais intensidade ao eleitorado feminino.”*

Desde então o país evoluiu muito e hoje podemos dizer que a politização do povo e em particular das mulheres é uma realidade indiscutível. As MSD orgulham-se de viver hoje numa sociedade cuja Constituição consagra como uma das atribuições fundamentais do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres (art.º 9º, alínea h) e que reconhece a todos os cidadãos portugueses o direito à igualdade (artº 13).

Mas, as palavras que o mesmo Sá Carneiro pronunciou em 1976, na Assembleia da República, continuam, in-

felizmente, bem atuais: *“Há na nossa sociedade demasiadas estruturas mentais e materiais anquilosadas; há gritantes desigualdades de oportunidades.”*

As MSD alertam para alguns factos que preocupam profundamente esta estrutura, designadamente:

- o elevado número de atos discriminatórios e persecutórios cometidos contra as mulheres no mundo laboral e profissional;
- a persistente desigualdade salarial entre homens e mulheres (13% em 2014);
- a persistente desproporção entre homens e mulheres em posições de topo nas grandes empresas (8,2% nas 10 maiores empresas portuguesas em 2014);
- a sub-representação das mulheres na administração pública e nos órgãos de política social, económica e partidária.

Este factos contrastam com outros que caracterizam a população portuguesa, designadamente:

- as mulheres constituem a maior parte da população (52,22% segundo o censo de 2011) e são o factor determinante do combate à degradação da natalidade da população;
- as mulheres apresentam qualificações muito elevadas (cerca de 61% dos licenciados em 2015 e 62% dos doutorados em 2015).
- as mulheres representam 49% da população ativa em Portugal.

E a persistência do contraste torna-se quase absurda quando consideramos ainda outros factos amplamente divulgados nos últimos anos revelando que:

- a participação de mulheres na administração de topo das empresas contribui para o aumento da sua produtividade;
- a participação de mulheres nos altos cargos da administração pública e de decisão política beneficia o seu funcionamento e o desiderato da igualdade de oportunidades;

Para ultrapassar esta lamentável situação exige-se uma aposta redobrada em ações que promovam uma sociedade mais equitativa, tal qual a mesma é preconizado na legislação em vigor e pelas organizações nacionais e internacionais atentas a este problema.

As MSD consideram essencial e prioritário ajudar a constituir uma sociedade mais justa e mais equilibrada entre homens e mulheres.

As MSD não podem aceitar a indiferença com que muitos olham esta situação, ajudando assim a perpetuá-la, pelo que se propõem:

1. Contribuir para a prevenção, diagnóstico e mais ampla divulgação das situações relativas à desigualdade de tratamento entre homens e mulheres na sociedade portuguesa;
2. Defender os direitos das mulheres a um tratamento igual ao dos homens, sempre que se justificar e não existam fundamentos objetivos para um tratamento diferente;
3. Colaborar ativamente com todas as entidades que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
4. Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres junto de todos aqueles em cujas mãos reside a possibilidade de contribuir para a mudança da situação atual, com especial relevo para os empresários, governantes e restantes decisores políticos;
5. Elaborar documentos e desenvolver ações que promovam a participação paritária de homens e mulheres nas várias vertentes da sociedade portuguesa;
6. Contribuir para uma cidadania responsável, opondo-nos por todos os meios ao nosso alcance à criação e manutenção de barreiras à participação económica, política e social das mulheres;

Revemo-nos na afirmação de Sá Carneiro: *“A social-democracia é, comprovadamente, o caminho autêntico e, até agora, único duradouro, de socialismo democrático e personalista, preocupado acima de tudo com a realização do Homem e, por isso, permanentemente ativo na reforma das instituições e das estruturas.”* E por isso consideramos que o PSD deverá desempenhar um papel determinante na prossecução das ideias expostas acima.

Assim sendo, e tendo presente tudo o que se alegou, consideram as Mulheres Social Democratas ser de toda a relevância para a dimensão transversal e eclética de sociedade que o PSD pretende abranger, que o próximo Congresso seja de índole estatutária e se integre como estrutura reconhecida e parte integrante da família social-democrata, precisamente, a organização Mulheres Social Democratas.

Pretende-se assim formalizar uma estrutura preocupada em criar condições para que mais mulheres possam participar ativamente na política e que trará certamente mais portuguesas e portuguesas ao PSD, sobretudo os que se revêem nas causas da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

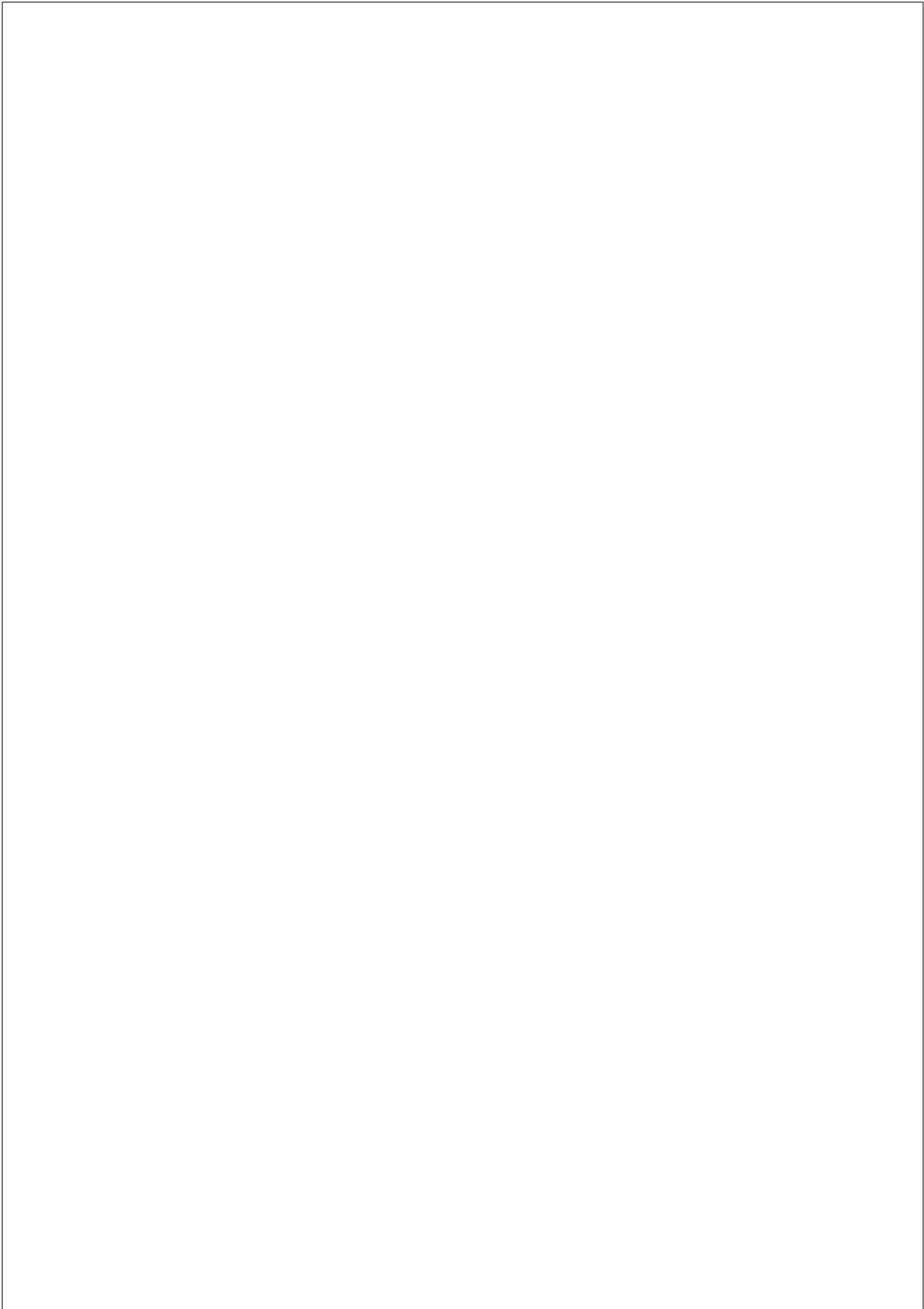
Assim, propomos que nos Estatutos do Partido Social Democrata, no capítulo III - *Organizações Especiais* (Juventude Social Democrata – artº 10º, Trabalhadores Social Democratas – artº 11º, Autarcas Social Democratas – artº 12º), à semelhança das outras Organizações Especiais, seja criada a organização “Mulheres Social Democratas”, acrescentando-se um artigo para o efeito, no caso, o 13º.

PROPOSTA TEMÁTICA

O

“SAÚDE, UM DESAFIO E UMA CAUSA”

1º Subscritor:
José Cancela Moura



1. A Saúde e o Ideal Social-Democrata

O que a Constituição da República Portuguesa estatui sobre a saúde é um ponto de equilíbrio entre tendências e soluções, marcadamente influenciado por uma visão social-democrata. Liberdade, igualdade, e solidariedade são os pilares da social-democracia e, também, de qualquer sistema de saúde justo, moderno e sustentável.

De acordo com estes ideais, a saúde é um direito básico e cabe ao Estado o dever de a promover e defender.

O Estado providencia e organiza os cuidados fundamentais para o conjunto da população, conjugando essa resposta com as iniciativas privadas e sociais. A ideia central é a de que nenhum cidadão seja discriminado nos momentos particularmente vulneráveis da sua vida. A primeira e última garantia é assegurada pelo Estado.

Mais ainda, quando existe uma forte pressão sobre o sistema de saúde, fruto da evolução da esperança média de vida, da evolução científica e técnica, da desigual distribuição dos cidadãos pelo território, e de outros fatores, alguns incontornáveis.

A discussão sobre como manter este ideal, perante um crescimento permanente das solicitações, e das necessidades em saúde, que dificultam a tarefa do Estado em proporcionar soluções relacionadas com o acesso à saúde, é cada vez mais pertinente.

O Estado disponibiliza os serviços públicos gerais, a educação, a segurança social, a defesa, a segurança, a justiça, os transportes e, naturalmente verá dificultada a multiplicidade das respostas em função das suas disponibilidades orçamentais. Ou seja, o Estado Social está ameaçado pela insustentabilidade crónica das contas públicas, devendo repensar-se qual o núcleo essencial das suas funções e responsabilidades.

Queremos menos Estado mas melhor Estado. Mas não tem sido esta a discussão conseguida na sociedade portuguesa.

Na perspetiva da social-democracia o Estado deve garantir a todos o acesso à saúde, não sendo decisivo qual a natureza jurídica do operador.

Por isso defendemos soluções complementares ao Serviço Nacional de Saúde, designadamente organizações de solidariedade social e do terceiro setor, tais como as Misericórdias, que oferecem alternativas de excelente qualidade, desde logo em áreas como os cuidados continuados e paliativos.

Também as unidades hospitalares privadas têm vindo a aumentar sustentadamente, demonstrando a enorme vitalidade do setor da saúde e a excelente qualidade dos seus profissionais.

Mas, subsistem, ainda assim, lacunas importantes no acesso à saúde, seja a tecnologias sofisticadas, a medicamentos inovadores ou mesmo uma injusta distribuição de recursos pelo território nacional.

Questões como a falta de organização e de planeamento, o desperdício e a ineficiência, a falta de articulação e de integração, a insuficiência de alguns grupos profissionais, são algumas das questões que nos devem fazer refletir sobre o tema.

A questão fundamental não é, então, como responder em momento de crise económica, mas sim como garantir uma resposta equilibrada e permanente, capaz e oportuna, competente e ajustada aos meios e às necessidades.

Por isso mesmo, para além de qualquer pressão conjuntural, que limite o campo de observação, entendemos ser necessário afirmar o nosso pensamento, e os princípios nos quais se baseiam os nossos ideais.

Isto é Social-Democracia, sempre.

2. Um Projeto Individual e Coletivo

A saúde é, simultaneamente, um direito individual e uma condição de vitalidade da sociedade.

Promover a saúde, prevenir a doença, tratar e reabilitar é uma tarefa complexa que deve envolver todos os agentes sociais e exige um duplo compromisso — do Estado e da cidadania.

Pelo que se exige uma distribuição equitativa, promovendo a acessibilidade e qualidade a todos os cidadãos, sem exceção, em todas as regiões, e garantindo a confiança e a satisfação dos utentes e a sua adesão e envolvimento nas decisões essenciais.

Numa sociedade próspera e desenvolvida, e com a responsabilidade histórica que Portugal assumiu perante a comunidade internacional, considera-se essencial e prioritário:

1. Prevenir a morte prematura;
2. Aumentar a qualidade de vida das pessoas que têm maior longevidade;
3. Ajudar as pessoas a recuperar da doença ou acidente;
4. Garantir que os cidadãos têm uma experiência positiva da prestação dos cuidados;
5. Tratar os cidadãos num ambiente seguro e protegê-los dos riscos evitáveis.

É essencial o envolvimento de todos os cidadãos num projeto de saúde coletivo, com a consciencialização dos riscos e da necessidade de adoção de estilos de vida saudáveis, em articulação com os prestadores de cuidados de saúde, das autarquias, das comunidades educativas, das instituições comunitárias civis ou religiosas, empresariais ou culturais, numa rede criativa, inovadora e potenciadora de melhores resultados.

Assim como a melhoria das estruturas de apoio na rede social e comunitária, proporcionando melhor autocuidado e autonomia, diminuindo o tempo de doença em instituição e promovendo a integração na família, no domicílio e na comunidade.

Contribuindo então para a melhoria da satisfação das pessoas e das famílias com os cuidados prestados, com uma integração eficaz dos vários níveis de acompanhamento em proximidade.

A educação das crianças num ensino que privilegie tempos letivos direcionados para o desenvolvimento de competências nas áreas da saúde mental, cidadania, alimentação saudável e educação sexual permitirá elevar

os níveis de literacia das gerações seguintes e fazer com que as crianças de hoje sejam adultos mais responsáveis e mais solidários.

Em Abril, de 2000, a Diretora-Geral da OMS, Gro Harlem Brundtland, referia que *“um programa de saúde escolar efetivo é o investimento de custo-benefício mais eficaz que um país pode fazer para melhorar, simultaneamente, a educação e a saúde”*. De facto, os estudos de avaliação do custo-efetivo das intervenções preventivas têm demonstrado que cada euro gasto na promoção da saúde, representa um ganho futuro de cerca de € 14,00 em cuidados de saúde.

Torna-se também vital otimizar os níveis de desempenho, a qualidade e o impacto da força de trabalho dos recursos, através de políticas de saúde com evidência demonstrada, contribuindo para uma vida saudável e de bem-estar, cobertura universal efetiva, resiliência e qualidade a todos os níveis de prestação de cuidados - cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares.

E construir e reforçar a capacidade das instituições prestadoras de cuidados de saúde aos níveis local, regional e nacional para uma liderança efetiva e uma boa governação clínica.

É assim fundamental dinamizar as associações e redes de utentes promotoras de equipas de voluntariado ao nível dos cuidados de saúde primários considerando que o voluntariado assume a maior importância, tendo em conta o impacto negativo sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade no contexto económico, social e ambiental da comunidade, família e/ou indivíduo.

Assim como assegurar cuidados específicos de saúde mental a grupos especialmente vulneráveis, destacando-se, entre estes, e para além das crianças e dos idosos, as vítimas de violência doméstica, e os sem-abrigo que continuam a representar um flagelo na nossa sociedade.

No que concerne aos pacientes com doença mental grave é necessário melhorar a Lei n.º 36/98, de 24 de julho, já alterada pela Lei n.º 101/99, de 26 de julho e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 35/99, de 5 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental, de forma a permitir uma ajuda mais célere daqueles que se encontram gravemente doentes mas não preenchem os requisitos de internamento urgente à luz da atual lei.

Por outro lado, será importante legislar no sentido dos doentes mentais graves que, em consequência da sua doença, cometeram crimes — alguns dos quais, quando em liberdade, acabam por viver na condição de sem-abri-

go —, nunca deixem de estar integrados numa eficiente rede de cuidados de saúde mental, na eventualidade de continuarem a padecer de doença mental que justifique essa integração.

Mas, todas estas metas e objetivos necessitam de uma profunda reforma na administração da saúde.

Nomeadamente através de uma verdadeira descentralização administrativa do Estado iniciada, aliás, com grande coragem pelo XIX Governo Constitucional, mas ainda muito tenuemente implementada.

De facto a Constituição da República Portuguesa prevê que o *“Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento... os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública”* (artigo 6.º, n.º 1) e que *“a lei estabelecerá adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativas, sem prejuízo da neces-*

sária eficácia e unidade de ação da Administração” (artigo 267.º, n.º 2).

Mais ainda, o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro, refere expressamente que *“uma organização administrativa mais descentralizada pode potenciar ganhos de eficiência e eficácia com a aproximação das decisões aos problemas, a promoção da coesão territorial e a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações através de respostas adaptadas às especificidades locais, a racionalização dos recursos disponíveis e a responsabilização política mais imediata e eficaz”*.

É nestes termos que acreditamos que a descentralização administrativa do Estado deve ser claramente assumida não apenas como um objetivo estratégico da política de saúde, mas como uma das mais relevantes reformas do Serviço Nacional de Saúde.

3. A Melhoria do Acesso e da Qualidade do Sistema de Saúde

Em síntese queremos um Sistema Nacional de Saúde com:

1. Recursos dirigidos e vocacionados para o cumprimento das expectativas sociais e para a obtenção de ganhos em saúde na clareza dos limites, regras e políticas estabelecidas;
2. Uma ênfase especial na promoção da literacia em saúde na área do medicamento e do autocuidado, valorizando a intervenção das farmácias, como geradoras de valor acrescentado, podendo ser muito úteis, nomeadamente, através da colaboração com os cuidados de saúde primários.
3. Abertura à mudança com particular atenção aos tempos de crise, salvaguardando um modelo suficientemente elástico para responder ao aumento das vulnerabilidades sociais e económicas, à doença e ao seu impacto;
4. Garantia de proteção de todos, especialmente dos que não disponham de rendimentos suficientes, nem de apoio social ou de proximidade ao Sistema de Saúde, concentrando-se o esforço nas áreas onde seja mais efetivo e onde devolva maior valor;
5. Respostas institucionais que promovam e se insiram em redes, parcerias e estratégias nacionais de saúde, e que se constituam como forma de capitalizar ganhos e sinergias interinstitucionais e intersetoriais que monitorizem o resultado das suas ações, selecionando as boas práticas e disseminando-as como modelo;
6. Capacidade para prosseguir uma reforma profunda e estrutural através da exigência da formação, da dignificação das carreiras, da avaliação das práticas e resultados do desempenho visando a excelência profissional;
7. Um claro incentivo a uma cultura de segurança e qualidade nas entidades prestadoras de cuidados de saúde, de forma a avaliar o risco, prevenir acidentes e mortes evitáveis, dedicando especial atenção ao correto cumprimento da terapia medicamentosa.
8. Capacidade para consolidar o sistema de prescrição e dispensa de medicamentos promovendo complementarmente o reforço de atividades de controlo e monitorização, bem como o serviço e a comunicação entre os profissionais de saúde, as farmácias e o utente, no fomento do uso racional, seguro e eficaz do medicamento e das tecnologias de saúde e da adesão à terapêutica.
9. Capacidade de mobilização social e das instituições, em torno de objetivos e determinantes em saúde, consciencializando e clarificando a influência destes na saúde, na economia e no bem-estar dos cidadãos.

Ou seja, queremos um sistema de saúde que esteja em conformidade com os valores, a tradição e o legado da Social-Democracia. Sempre!



PROPOSTA TEMÁTICA

P

**“MAIS E MELHOR PSD
NA AFIRMAÇÃO DE
PORTUGAL NO SÉC. XXI”**

1º Subscritor:

Rui Alexandre Novo e Rocha

militante nº 34425

Assembleia Distrital PSD de Leiria



ÍNDICE:

Enquadramento e contexto da moção temática

1 LEIRIA: Região e Preocupações

- 1.1 O PSD no distrito de Leiria
- 1.2 Leiria, uma região dinâmica e empreendedora
- 1.3 Concretizações vitais para a região de Leiria
 - 1.3.1 A evolução para a Universidade de Leiria & Oeste: A ambição de uma região
 - 1.3.2 As acessibilidades prioritárias para o desenvolvimento regional: A requalificação adiada do IC8 / IC2 e a eletrificação prometida da Linha do Oeste
 - 1.3.3 Apostar no potencial da riqueza natural da região: a economia do mar e a gestão sustentável da floresta

2 Política: Distrital e Nacional

- 2.1 Os compromissos e linhas programáticas da Distrital de Leiria do PSD
 - 2.1.1 A nova cultura de organização e envolvimento distrital
 - 2.1.2. O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD
- 2.2 A renovação e mobilização do PSD
 - 2.2.1 O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD
- 2.3 Contributos para a dinamização da vida interna do PSD
 - 2.3.1 A extinção da figura do militante suspenso
 - 2.3.2 A realização de primárias para escolha dos candidatos do PSD
 - 2.3.3 O fim da “livre militância”
- 2.4 O objetivo prioritário e coletivo do PSD: Ganhar as Autárquicas de 2017
 - 2.4.1 Implementar uma estratégia vencedora para as Autárquicas 2017
- 2.5 A reforma urgente do sistema político
 - 2.5.1 A reconfiguração dos círculos eleitorais de maior proximidade: A evolução para os círculos uninominais
 - 2.5.2 A introdução do voto preferencial
 - 2.5.3 A modernização administrativa ao serviço da cidadania: o voto eletrónico
 - 2.5.4 A limitação de mandatos para todos os titulares de cargos políticos
 - 2.5.5 Uniformização da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos

3 Questões nacionais: crescimento, coesão territorial e natalidade

- 3.1 A captação de investimento e o estímulo ao desenvolvimento económico
 - 3.1.1 A criação e desenvolvimento de empresas como vetores principais da criação de emprego
- 3.2 Priorizar os equilíbrios regionais, os desafios demográficos e a coesão social
 - 3.2.1 O reforço do municipalismo: Intensificar a descentralização de competências nas autarquias locais
 - 3.2.2 Aprofundar a reorganização e aproximação do Estado aos cidadãos: Potencializar o Programa Aproximar
 - 3.2.3 A diferenciação positiva e inadiável dos territórios de baixa densidade
 - 3.2.4 Responder aos desafios demográficos e promover a natalidade

Conclusão**Súmula das principais propostas**

Enquadramento e Contexto da Moção Temática

Nesta moção, subscrita pelos órgãos distritais do PSD, importa ter em consideração o contexto em que a mesma é promovida. Estamos a viver um momento decisivo e intenso em termos políticos e partidários. O PSD, que venceu as últimas eleições legislativas numa coligação pré-eleitoral com o CDS-PP, denominada Portugal à Frente, está agora na oposição, enquanto o Partido Socialista, que sofreu uma pesada derrota nesse ato eleitoral está agora na governação do país, suportado no Parlamento por acordos individuais e pouco sólidos com partidos políticos da esquerda radical cuja única motivação foi bloquear uma opção de governo que respeitasse fielmente aquilo que foi a clara intenção manifestada nas urnas pelo eleitorado português, que votou maioritariamente nas listas da coligação PàF.

Ao Congresso Nacional do PSD, de acordo com os nossos Estatutos, compete definir a estratégia política do Partido, nos termos do disposto no artigo 14º, nº2, a).

Para além disso, refere também o nosso Presidente na sua Moção de Estratégia Global que *“apesar de este Congresso não envolver uma dimensão de alteração estatutária que abra caminhos para novas formas de trabalho interno e de organização, é importante que estes dois próximos anos possam ser relevantes para testar e consolidar diferentes metodologias que sejam melhor suportadas pelos novos recursos tecnológicos que abram mais espaço de participação e de envolvimento com a sociedade civil”*.

Ora, é precisamente neste âmbito que se insere a pertinência e alcance desta moção, assumindo-se como um **contributo das estruturas distritais de Leiria do PSD para a estratégia a ser empreendida pelo Partido para enfrentar os próximos desafios**, não deixando, por isso, de aproveitar a reunião do órgão supremo do Partido, o Congresso Nacional.

Neste contexto, esta moção tem algumas propostas que visam mobilizar os militantes e simpatizantes do PSD, assim como, apresentar algumas **ideias que o PSD deve defender e implementar na construção reformista de um país moderno e empreendedor**.

Vivemos no contexto nacional, uma situação insólita na história da nossa democracia. O PSD, que venceu as eleições, em coligação com o CDS-PP, está na oposição, enquanto que o Partido que perdeu as eleições lidera um governo mino-ritário, só possível porque no âmbito da nova geometria parlamentar, PCP, BE e PEV celebraram acordos instáveis e pouco consistentes que permitiram rejeitar o Programa do XX Governo Constitucional e viabilizar o Programa do XXI Governo Constitucional, liderado pelo Partido Socialista.

No âmbito destes acordos de incidência parlamentar, surge a aprovação do Orçamento de Estado para 2016, que coloca seriamente em causa a recuperação económica, social e financeira registada no nosso país, depois de um período muito exigente ultrapassado com a resiliência e determinação dos portugueses.

A verdade é que a reversão das reformas estruturais implementadas nos últimos anos e a adoção de medidas que aumentam de forma abrupta e irresponsável a despesa pública, levantam sérias e fundadas dúvidas sobre o caminho de sustentabilidade económica e financeira que o nosso país precisa de consolidar para que sejam criadas as condições efetivas para o crescimento económico-social do nosso país.

A bem de Portugal, somos a favor da estabilidade, contudo, **não podemos ignorar que a fragilidade desta solução governativa, para além de poder gerar custos graves para o país, pode resultar na necessidade do PSD voltar a ser chamado a assumir responsabilidades governativas**.

No entanto, em nosso entender, o PSD deve assumir uma atitude pró-activa, não devendo ficar à espera que este governo socialista falhe. Neste âmbito, estamos em crer que deve **o PSD estar preparado, interna e externamente**, para esta realidade. Nesse sentido, **defendemos nesta moção algumas ideias e contributos para que o PSD se torne mais forte**, modernizando o seu modo de funcionamento e mobilizando os seus militantes, assim como, apresentamos algumas linhas orientadoras e prioritárias que o PSD deve liderar na afirmação de um país adaptado à realidade do século XXI, que possa corrigir as assimetrias regionais e sociais agravadas ao longo de décadas.

O PSD tem que afirmar a sua visão estratégica de modernização de Portugal.

Temos que fazer ver às pessoas aquilo que seriam as medidas que implementaríamos se estivessemos a governar o país, mas sobretudo, temos que apresentar aos portugueses aquilo que será a nossa agenda reformista quando formos chamados, novamente, pelos portugueses a assumir a governação do nosso país.

A verdade é que os portugueses confiam em nós e sabem que podem contar com o nosso compromisso e determinação em prol do desenvolvimento da nossa nação, importando agora apresentar as linhas principais deste **projeto de esperança que deve mobilizar a população portuguesa**.

1. LEIRIA: Região e Preocupações

1.1 PSD no distrito de Leiria

O distrito de Leiria é sociologicamente social-democrata, como temos bem presente nas evidências que nos são reveladas pelos resultados eleitorais obtidos ao longo dos últimos anos, seja nas eleições autárquicas, legislativas ou nas europeias. A verdade é que, ainda nas últimas eleições legislativas, obtivemos o quarto melhor resultado em termos nacionais.

A predominância da votação do PSD no distrito de Leiria é motivo de orgulho para os seus dirigentes, mas é sobretudo uma enorme responsabilidade que recai diariamente sobre os nossos ombros, no sentido de manter e reforçar uma constante relação de confiança e proximidade com as forças vivas da nossa região.

Estamos empenhados em manter o PSD vivo, ativo, dinâmico e mobilizador no distrito de Leiria, contando, para isso, com o entusiasmo e dedicação de muitos militantes anónimos e dirigentes locais que, de forma voluntária e abnegada, defendem e promovem diariamente os valores e princípios da social-democracia, assim como apoiam e difundem as propostas das várias estruturas do PSD.

É também em homenagem a estes militantes e dirigentes, que apresentamos esta moção que reúne os diversos contributos que nos têm feito chegar.

1.2 Leiria, uma região dinâmica e empreendedora

O distrito de Leiria fica situado no centro de Portugal. Com 3517 Km² de área, o distrito de Leiria integra parte da ancestral Estremadura portuguesa. Limita a norte com o distrito de Coimbra, a leste com os distritos de Santarém e Castelo Branco, a sul com o distrito de Lisboa e a oeste com o Oceano Atlântico.

O distrito de Leiria é constituído pelos concelhos de **Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.**

Segundo os últimos Censos (2011), conta com mais de 500 mil habitantes, registando globalmente uma variação positiva na última década. Este facto, associado à dinâmica empresarial que é, fundamentalmente, do tipo urbano-industrial, faz de Leiria uma das regiões do

País que regista um maior crescimento sustentável.

O distrito de Leiria é um exemplo daquele que deve ser o paradigma de desenvolvimento da economia portuguesa. Com um tecido empresarial fortemente baseado na indústria e nos bens transaccionáveis, o distrito demonstrou uma grande resiliência à crise. A taxa de desemprego foi, ao longo dos últimos anos, sempre inferior à média nacional, fruto da capacidade das empresas em adaptar-se à nova realidade e em encontrar formas de abordar novos mercados e de aumentar a sua competitividade.

O distrito de Leiria teve, em 2015, 121 empresas distinguidas com a classificação de PME Excelência e 594 empresas consideradas PME Líder. Estes números demonstram bem a vivacidade e o dinamismo do tecido empresarial da região.

Merece também destaque a capacidade exportadora das empresas do distrito, que aumentaram entre 2011 e 2014 o valor das exportações de 1.521.424.031€ para 1.870.816.633€, o que representa um aumento de 23%.

A indústria da região baseia-se em indústrias de elevado valor acrescentado e integradas em cadeias de valor exigentes, com elevados padrões de qualidade e de cumprimento de prazos. A afirmação das empresas da região, a capacidade de aumentarem a intensidade de exportações e a entrada em novos mercados deve-se, em grande parte, à inovação constante.

Bom exemplo deste potencial inovador regista-se em diversos domínios, nomeadamente, no sector agroalimentar, onde nos assumimos como uma referência de qualidade a nível internacional.

Destacamos ainda o papel crescente que a região desempenha na afirmação do nosso país como um destino turístico por excelência. A verdade é que temos boas soluções para promover a região de Leiria e o país nos diversos segmentos: turismo histórico-cultural, turismo religioso, turismo natureza, turismo de sol e mar, turismo rural, entre outros atrativos que compõem uma oferta abrangente de uma região com muito potencial de crescimento.

1.3 Concretizações vitais para a região de Leiria

1.3.1 A evolução para a Universidade de Leiria: A ambição de uma região

No XXXV Congresso Nacional do PSD, realizado nos dias 21, 22 e 23 de Fevereiro de 2014, em Lisboa, foi aprovada uma proposta sectorial, por unanimidade, que defendia a evolução das instituições de ensino superior existentes na região para a criação de uma Universidade de Leiria.

Dois anos volvidos, vários avanços se foram realizando neste domínio. Desde logo, o próprio Conselho Geral do Instituto Politécnico Leiria (IPL) deliberou transformar num objetivo estratégico a evolução para Universidade, tendo sido este desígnio assumido publicamente na sessão solene de comemoração dos 35 anos da instituição.

Neste seguimento, a Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, reagiu de forma muito positiva e entusiasta ao mote do Conselho Geral do IPL, manifestando publicamente o seu **apoio incondicional à evolução do Politécnico de Leiria para o estatuto de Universidade**, considerando que este é um importante desígnio da região e do país. Tal como os órgãos distritais do PSD, várias outras instituições de referência, tal como o NERLEI – Núcleo de Empresários da Região de Leiria, o Centro Hospitalar de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e as diversas Assembleias Municipais se associaram a esta pretensão de toda a região.

O IPL é hoje uma instituição de ensino superior de referência no nosso país com dimensão internacional, reunindo todos os requisitos legais, nomeadamente, ao nível da aposta na área da investigação e na própria qualificação do corpo docente, para que possa ministrar o grau de doutoramento e ter na sua designação a menção de Universidade.

Para a distrital de Leiria do PSD esta importante qualificação contribui positivamente para a valorização desta instituição e para aumentar a sua atratividade, considerando que este desígnio assume um importante relevo no combate ao défice de qualificação da população, de acordo com as metas estabelecidas no âmbito do Portugal 2020, para além de contribuir para o desenvolvimento da dinâmica económico-social da nossa região e para a valorização do nosso território, fruto da boa articulação existente entre o IPL, o sector empresarial, as autarquias locais e as instituições da região.

Entendemos que, no quadro da reorganização das instituições do ensino superior, deve dar-se este importante e justo passo para a região e para o país.

1.3.2 As acessibilidades prioritárias para o desenvolvimento regional: A requalificação adiada do IC8 / IC2 e a eletrificação prometida da Linha do Oeste

Todos os territórios precisam de boas acessibilidades que contribuam de forma positiva para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, no distrito de Leiria defendemos, há vários anos, algumas intervenções que consideramos prioritárias, cuja realização tem um efeito multiplicador decisivo para a região e para o país.

O **IC 8** é um itinerário complementar que faz a ligação entre a A 17, junto ao Outeiro do Lourçal, e a A 23, perto de Vila Velha do Ródão, via que promove uma ligação principal entre o litoral e interior do país, sendo uma das vias estruturantes da região do Pinhal Interior que já iniciou o seu processo de requalificação.

Contudo a requalificação desta via rápida não está ainda terminada, faltando a intervenção no troço entre Pombal e Avelar (Ansião), com cerca de 20 km, que atualmente é uma adaptação da antiga Estrada Nacional 237, com bastantes cruzamentos de nível que têm provocado um significativo aumento da sinistralidade rodoviária e atropelamentos frequentes.

Este troço é o único que falta para completar a requalificação deste itinerário tão crucial para o desenvolvimento estratégico e integrado do nosso país, acrescendo ainda o facto desta intervenção ter sido retirada da Concessão do Pinhal Interior Norte e não estar incluída em nenhum documento estratégico da Infraestruturas de Portugal.

Recorde-se que esta é uma via estratégica para o nosso país, pela ligação direta entre Portugal e Espanha, assumindo uma importância decisiva numa lógica de intermodalidade, com a ligação ao Porto da Figueira da Foz e à plataforma logística, assim como, pela sua conexão às linhas ferroviárias do Norte e do Oeste e às Autoestradas A1, A23 e A17 com ligação à A8.

Este investimento também é decisivo no contexto da promoção da coesão territorial e do combate à desertificação dos concelhos do interior destas regiões, que há muitos anos reclamam para requalificação desta via nevrálgica para o pinhal interior e que assume uma importância verdadeiramente nacional, numa óptica de captação de investimento e fixação das pessoas, tão importante para o futuro desta região.

Relativamente ao **IC2**, referimo-nos a uma via rodoviária

ria de âmbito nacional que liga Lisboa e Porto, correspondendo à antiga Estrada Nacional nº1.

O IC2 assume um papel de destaque no contexto rodoviário regional e nacional. O tráfego nesta via é muito intenso, atravessando inúmeros núcleos urbanos em muitos dos seus pontos, para além de ser o traçado adotado pelos peregrinos, como um dos principais corredores pedonais do país, apesar de estar desprovido de infraestruturas que garantam a segurança e rapidez desejáveis.

Esta é uma estrada da maior importância para a região centro e para a coesão da rede de acessibilidades do distrito de Leiria em particular desta ligação sul - norte que liga Leiria a Coimbra e em termos macro Lisboa ao Porto, sendo o principal eixo de transporte de mercadorias do país.

É também a principal via utilizada pelos peregrinos que se deslocam a pé para o Santuário de Fátima, ao longo de todo o ano, oriundos, na sua grande maioria, do norte do país, sem reunir quaisquer condições de segurança para o tráfego pedonal, sendo, por isso, notícia todos os anos pelos atropelamentos que ali ocorrem.

Recordamos que esta via foi alvo de uma recente requalificação no troço entre Condeixa e Coimbra e junto ao perímetro urbano da cidade de Leiria, sendo premente que se avance com a intervenção no troço entre Leiria e Pombal completando assim a requalificação desta importante via estruturante.

No que respeita à **Linha do Oeste**, não podemos escamotear que a mesma tem sido negligenciada durante décadas, numa lógica completamente errada de desprezo pelo investimento na ferrovia. Este foi um erro estratégico cometido no passado e que acentua as dificuldades e constrangimentos do nosso país em termos de acessibilidades.

Em nossa opinião, a Linha do Oeste tem potencial para ser um dos principais eixos de transporte de mercadorias do país, ligando o Porto de Lisboa e o Porto da Figueira da Foz, dois locais estratégicos de entrada e saída de mercadorias em Portugal.

O investimento na eletrificação e requalificação da Linha do Oeste torna-se também fundamental sob o ponto de vista ambiental, dado que muitas das toneladas de mercadorias que atualmente circulam entre Lisboa e a zona Centro do país, via camião, na fatigada EN1/IC2, poderão fazer esse percurso num meio de transporte mais ecológico, também com ganhos económicos a médio e longo prazo, integrando todas as externalidades.

A Linha do Oeste liga as principais cidades e polos urbanos da faixa atlântica entre Lisboa e a Figueira da Foz, o que lhe traz em si mesma um grande potencial ao nível, também, do turismo, desde que as composições de passageiros fossem melhoradas e os horários ajustados às reais necessidades dos passageiros diários e turistas, como se faz em qualquer país da Europa central, onde o transporte ferroviário é prioritário em termos de investimento.

Dada a importância estratégica que esta linha ferroviária assume para toda a região oeste e para toda a zona litoral do centro de Portugal, congratulamo-nos pela priorização do investimento na Linha do Oeste promovida pelo XIX Governo Constitucional, contudo, preocupam-nos os sucessivos adiamentos porque urge promover o investimento na melhoria desta infraestrutura ferroviária que vai provocar um efeito multiplicador na dinamização económica e social de toda a região, assegurando que esta intervenção permita a ligação a uma estação intermodal, em Lisboa, e a sua extensão a Leiria e Coimbra, para garantia de ligação à linha do Norte e benefício do transporte marítimo, na Figueira da Foz.

No passado mês de fevereiro, o governo PS divulgou um documento onde apontava a modernização da Linha do Oeste, incluindo a eletrificação e intervenção nos sistemas de sinalização e telecomunicações e na criação de desvios ativos e de pontos de cruzamento para comboios de 750m, mas somente no troço entre Meleças e Caldas da Rainha, cuja intervenção estará concluída em 2020.

Apoiamos este investimento, mas julgamos que o mesmo só terá o necessário retorno económico, social e ambiental, para a Região Centro e para o país, se a intervenção de modernização não ficar apenas pelo troço entre Meleças e Caldas da Rainha, mas que se estenda até ao Lourical, com ligação à Figueira da Foz.

1.3.3 O potencial da riqueza natural da região: a aposta na economia do mar e na gestão sustentável da floresta

O distrito de Leiria, tendo em conta a sua posição geográfica, possui uma grande afinidade com o mar. **Esta particular intimidade com o mar deverá cada vez mais afirmar-se enquanto alavanca para o progresso e para desenvolvimento económico de todo o distrito.** “Cluster do Mar” tem pertencido sistematicamente ao léxico dos nossos governantes e é unânime que se deve explorar o mar em todas as suas vertentes, estabelecendo vasos comunicantes que permitam

uma reação em cadeia capaz de desenvolver todos os sectores ligados ao mar de forma sinérgica.

No entanto, importa encarar com pragmatismo o “nosso” mar pondo de lado os líricos floreados associados ao estrangeirismo. As oportunidades de desenvolvimento para o distrito de Leiria através do mar são concretas, contribuindo para o efeito não só o mar em si mas também as zonas “secas” a ele associadas. Toda a Zona Portuária, sob jurisdição da Autoridade Portuária, tem uma dimensão e representatividade territorial considerável, sobretudo nos concelhos de Peniche e Nazaré e tem sido alvo de interesse de investidores. Importa diligenciar no sentido de conferir uma organização a toda esta área como um todo, perspetivando o que deverão ser os concelhos onde se encontram inseridos e as referidas zonas em concreto no futuro.

A fixação empresarial do sector ligado à economia do mar tem de ser um desígnio, registando-se a necessidade de criar condições nas zonas portuárias, conferindo a todas as áreas uma organização que permita a instalação de empresas, criando emprego e, simultaneamente, compatibilizando-a com o desenvolvimento integrado da região, tendo também em conta a vocação turística que o distrito de Leiria apresenta.

Pensamos que **esta aposta estratégica na economia do Mar é uma oportunidade de afirmação de Portugal**, colocando em primeiro plano a valorização do património cultural, tangível e intangível, que o distrito de Leiria representa no domínio do Mar.

Deve igualmente apostar-se na investigação, desenvolvimento e na inovação, aproveitando as particularidades do Canhão da Nazaré e da ilha da Berlenga, entre outras, já que, **a nossa costa é detentora de extraordinários ecossistemas e laboratórios naturais por excelência**, sendo uma boa oportunidade para promover a captação de investimento qualificado, associado ao meio académico.

Ainda neste campo, alertamos para a necessidade de se intervir de forma urgente na resolução dos principais problemas associados ao sector das pescas, tão importante do ponto de vista económico e social para a região.

A verdade é que, apesar de Portugal ser detentor de uma das maiores zonas económicas exclusivas na União Europeia, de ter acumulado conhecimentos científicos e domínio tecnológico sobre o mar e sobre as atividades marítimas, e de ser ainda o maior consumidor de peixe *per capita* na Europa, é o país que menor nível de produtividade e de rentabilidade consegue obter da exploração dos recursos marinhos na União Europeia, atravessando sérias dificuldades.

Merece, neste âmbito, um destaque positivo a **intervenção na requalificação da Lagoa de Óbidos** que foi aprovada pelo XIX Governo e que consistia num problema ambiental crónico no distrito durante anos. Deixamos, contudo, um alerta para a implementação da 2ª fase, cujo financiamento também já foi aprovado, devendo acautelar-se os impactos ambientais dessa mesma intervenção.

Se temos uma costa com muito potencial, a verdade é que temos também uma significativa mancha florestal. **A Floresta representa uma das maiores riquezas do País e assume um papel de destaque na economia do distrito de Leiria.** Estruturalmente diversa a floresta do litoral tem como espécie emblemática o pinheiro bravo diferenciando-se da floresta do interior, cuja espécie dominante é o eucalipto.

Porém, este setor depara-se com alguns problemas estruturais como o regime da propriedade essencialmente de minifúndio, muita dela em estado de abandono e sem um registo cadastral, impeditivo de ações de boas práticas de gestão silvícola. Acrescem os problemas conjunturais como a desertificação e o despovoamento que se traduz no abandono do território, outra das variáveis relevantes para a existência de grandes incêndios florestais. A par dos incêndios e mais recentemente, os agentes bióticos como pragas e doenças têm-se revelado um dos maiores problemas da floresta.

Importa por isso criar condições para combater este flagelo, designadamente, com a aposta na investigação científica ao nível da erradicação de pragas e doenças, bem como, na implementação de técnicas, práticas e comportamentos que tornem a nossa floresta menos vulnerável aos incêndios florestais.

Neste enquadramento recomenda-se uma dinâmica e atuação diferente do Estado (MAFDR/ICNF) na constituição e acompanhamento das zonas de intervenção florestal, um aperfeiçoamento do modelo de financiamento das Associações de Produtores Florestais e das Equipas de Sapadores Florestais, a imprescindível criação do sistema de cadastro geométrico da propriedade rústica, a criação e reforço do sistema de incentivos à floresta, incluindo benefícios fiscais para o seu registo e boas práticas de gestão florestal sustentável, designadamente, na certificação florestal e no aproveitamento da biomassa e no uso múltiplo da floresta, com destaque para o aproveitamento dos recursos cinegéticos e piscícolas das águas interiores.

Deve-se igualmente apostar no valor ambiental e da conservação da natureza, sendo a floresta um dos principais redutos, incentivando medidas de proteção e de preservação do património florestal e rural com medi-

das compensatórias e mais favoráveis para áreas abrangidas por sítios da Rede Natura 2000, onde incluímos os sítios Serra da Lousã, Sicó/Alvaiázere, Arquipélago das Berlengas, Azabuxo-Leiria, Peniche/Santa Cruz e Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Ainda neste campo, consideramos importante que se deva manter o projeto *Natural.PT*, como forma de valorização de uma rede de territórios e atividades de excelência, com uma estratégia de promoção conjunta e coerente.

2. Política: Distrital e Nacional

2.1 Os compromissos e linhas programáticas da Distrital de Leiria do PSD

Os novos órgãos distritais do PSD em Leiria foram eleitos no dia 31 de outubro de 2015. Com este sufrágio, **inaugurou-se uma nova era em termos distritais**, com base e fundamento num documento intitulado “Leiria XXI: Mais e melhor PSD”, que define os compromissos e estabelece as linhas programáticas da atuação da distrital de Leiria no período de 2015 a 2017.

Pode ler-se neste documento orientador que *“exige-se para que o PSD, no distrito de Leiria, inicie um novo ciclo, tendo por base a sua condição reforçada não só de maior partido político, mas também e sobretudo de melhor partido político, que assuma como prioritários os seguintes vetores base interligados para a concretização de vários compromissos e de várias linhas programáticas, entre os anos 2015 e os anos 2017, a saber: expansão; número de filiados; formação; intervenção interna e externa, que no seu conjunto contribuirão para um PSD maior e melhor e como voz das causas de Leiria distrito.”*

É com base neste compromisso assumido em termos distritais que apresentamos esta moção e damos o nosso contributo para a afirmação do PSD no distrito e no país.

2.1.1 A nova cultura de organização e envolvimento distrital

Com a abertura desta nova era, introduzimos uma cultura de trabalho e organização que permita ter uma maior eficácia e eficiência no desenvolvimento do nosso projeto e prossecução dos objetivos coletivos.

Norteia a nossa atividade, o respeito pelas disposições estatutárias e regulamentares, promovendo as reuniões periódicas dos órgãos distritais, considerando as fóruns privilegiados e úteis para incentivar a partici-

pação e envolvimento dos dirigentes locais e distritais.

Para além da realização de reuniões periódicas e constantes, assumimos o compromisso de descentralizar as nossas iniciativas por forma a percorrermos os 16 concelhos do distrito de Leiria e assim contribuir para que o PSD mantenha e reforce a relação de proximidade com os seus militantes.

A presença nas redes sociais tem sido uma constante no sentido de manter atualizada a informação aos nossos seguidores que assim podem acompanhar a atividade e posições promovidas pela distrital de Leiria do PSD.

Com o objetivo de **mantermos uma relação de confiança com os nossos militantes, lançámos o jornal online Leiria XXI**, que já vai na sua segunda edição e que visa, de forma periódica e acessível, enviar para cada um dos nossos militantes a informação oficial sobre as atividades e propostas dos órgãos distritais.

Estamos comprometidos com a melhoria do funcionamento das estruturas do PSD no distrito de Leiria e, por isso, uma das principais medidas prendeu-se com a **reativação das concelhias inativas**, processo esse que está praticamente concluído e nos permitirá ter órgãos legitimamente eleitos em todos os concelhos do distrito, situação que não se verificava há alguns anos.

O nosso compromisso é o de envolver todos os militantes, de todos os concelhos, em torno do objetivo comum de fortalecer o PSD no distrito de Leiria.

2.1.2 Uma nova geração de autarcas e políticas autárquicas

A **forte implantação do PSD no distrito de Leiria** deve-se, em grande medida, ao trabalho sério e dedicado que tem sido desenvolvido em termos autárquicos. O distrito tem hoje ao seu serviço, por intermédio do PSD, uma **nova geração de autarcas que tem contribuído de forma decisiva para a promoção e desenvolvi-**

mento deste território.

É mais do que justo o reconhecimento público que **os nossos autarcas são os verdadeiros líderes e referências nas suas comunidades**, que têm confirmado a mais-valia de um conjunto de novas políticas que têm sido protagonizadas pelos seus eleitos locais.

Um bom exemplo do que preconizamos foi o sucesso alcançado com a realização do primeiro Congresso de Autarcas do PSD do Distrito de Leiria, realizado no passado dia 20 de fevereiro, nas Caldas da Rainha.

2.2 A renovação e a mobilização do PSD

Queremos que o PSD se continue a assumir como o maior partido de Portugal.

Para tal, defendemos que o Partido se deve modernizar, abrir à sociedade civil e mobilizar os seus militantes em torno dos grandes desafios que se colocam no horizonte.

O PSD deve continuar a ser um partido interclassista e inclusivo onde todos têm lugar. Nestes termos, apresentamos nesta moção propostas que visam modernizar e adaptar a vida interna do PSD à realidade que hoje vivemos, com um principal enfoque na **importância que uma militância ativa e participativa desempenha no fortalecimento do PSD.**

Nesta moção deixamos um claro apelo a um maior e mais constante envolvimento dos militantes nas decisões e estratégias prosseguidas pelo PSD em termos locais, distritais e nacionais.

Para além da importância de caminharmos juntos com todos os que se queiram juntar a esta grande família, importa **estimular o aparecimento contínuo de novos quadros políticos e renovar a nossa estrutura**, por forma a continuarmos a afirmar a referência político-partidária que somos em Portugal.

2.2.1 O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD

É no contexto de um momento tão relevante como um Congresso, que importa apelar à participação dos militantes e estruturas do PSD na definição do caminho a seguir pelo próprio Partido. É no cumprimento desse sentido de responsabilidade e dever de militância que subscrevemos esta moção que visa dar o nosso **contributo para apoiar e fortalecer o nosso Partido** na prossecução da estratégia a ser implementada no pe-

ríodo posterior a este conclave.

2.3 Contributos para a dinamização da vida interna do PSD

Entendemos que para ganhar lá fora temos que ser mais fortes cá dentro!

Assim sendo, propomos algumas medidas concretas que visam precisamente revitalizar o modo de funcionamento do PSD, apelando à capacidade de mobilização e envolvimento dos militantes do PSD, que são o nosso maior património, que urge valorizar e mobilizar.

O maior Partido de Portugal, honrando a sua própria história, tem que continuar a ser um **partido dinâmico e ativo que envolva os seus militantes** e contribua para o dinamismo das suas estruturas.

Por lidarmos diariamente com esta realidade, ousamos apresentar o nosso contributo para reflexão, no sentido de contribuir para o desígnio maior de dinamizar a vida interna do PSD.

2.3.1 A extinção da figura do militante suspenso

O PSD deve assumir-se como o partido em Portugal que conta com o maior número de militantes. Sendo o **“Partido mais português de Portugal”**, no PSD todos devem ter lugar. Para as grandes transformações que o país precisa de realizar sob a liderança do PSD, precisamos do contributo de todos aqueles que se queiram associar ao nosso Partido.

A credibilização do partido passa igualmente pela capacidade que a estrutura tem de aglutinar cidadãos em torno dos seus valores e princípios, ao invés de dificultar a sua participação e inclusão. As questões administrativas relacionadas com as quotizações são disso espelho e um bom exemplo.

Nesse sentido, sugerimos uma proposta simples, concreta e objectiva: **a extinção da figura do militante suspenso.**

Ora, dispõe o número 6 do artigo 1º do Regulamento de Quotizações do PSD: “É suspensa a inscrição no Partido do militante que incumpra o dever de pagamento de quotas por um período superior a dois anos.”

Contudo, os nossos Estatutos dizem no nº 3 do artigo 6º: “O exercício dos direitos de eleger e de ser eleito depende do pagamento atualizado das quotas”.

Nestes termos, consideramos que **todos os cidadãos que se inscrevem no PSD devem ser militantes e contar como ativos**. No entanto, só adquirem a capacidade eleitoral ativa e passiva (eleger e ser eleito) os militantes que tiverem as suas quotas pagas.

Somos da opinião que **nenhum militante deve ser suspenso por qualquer condição financeira**, defendendo que a condição de suspenso deve ser aplicada, apenas, para efeitos sancionatórios, tal como preveem os Estatutos.

Defendemos, ainda, que a recuperação de condição de militante activo se adquira com o acto de pagamento do valor das quotas em atraso, dispensando um conjunto de procedimentos burocráticos e administrativos que só dificultam o objetivo maior, a militância efetiva.

2.3.2 A realização de primárias para escolha dos candidatos do PSD

Os militantes do PSD devem ter um papel cada vez mais decisivo na escolha dos seus próprios candidatos aos diversos órgãos, para além de ser importante também promover uma maior identificação dos militantes com os próprios candidatos do PSD.

Nesse sentido, de acordo com o que vai sucedendo noutros sistemas político-partidários no espaço internacional, deve o PSD avançar para novos modelos de escolha dos seus candidatos em que os militantes tenham uma participação mais ativa e determinante. A realização de eleições primárias para a escolha dos candidatos deve ser um caminho a aprofundar neste desiderato de aumentar e motivar o envolvimento dos militantes na vida interna do PSD, bem como a definição do universo de participantes nesse processo.

2.3.3 O fim da “livre militância”

Somos claramente a favor da instituição de mecanismos que garantam uma estreita relação entre a área de abrangência territorial da secção e o militante a que ela pertence. Não faz sentido que um cidadão que já não reside, não trabalha e não vota num concelho, continue a estar ligado àquela secção. Acreditamos que **deve haver uma ligação objetiva à concelhia onde cada cidadão se inscreva como militante**.

Nesse sentido, defendemos numa futura revisão estatutária que seja revisto o artigo 5º dos Estatutos do PSD que define no nº 5 que *“o militante pode escolher livremente a Secção em que se inscreve, mantendo, porém, a inscrição na mesma secção por um período mínimo de três anos.”*

O nosso contributo vai, assim, no sentido de pôr fim a esta (pseudo) “livre militância”.

2.4 O objetivo prioritário e coletivo do PSD: Ganhar as Autárquicas de 2017

O PSD deve estar focado na vitória das eleições autárquicas, que deve ter como principal objetivo recuperar o estatuto de maior partido do poder local, acompanhando o desígnio do Presidente do Partido na reconquista das presidências da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias.

2.4.1 Implementar uma estratégia vencedora para as Autárquicas 2017

Todos sabemos e reconhecemos a importância de obtermos coletivamente um resultado vitorioso nas eleições autárquicas de 2017. No entanto, também e sobretudo aqui, consideramos que os órgãos nacionais do PSD devem assumir a dianteira e apresentar uma estratégia integrada e vencedora para este importante ato eleitoral.

Para a definição e implementação desta estratégia, devem alicerçar-se nas estruturas autónomas e nas estruturas territoriais. As distritais e as concelhias devem ser obrigatoriamente parte integrante e decisiva nesta estratégia global.

No entanto, reconhecemos a necessidade de uma ação forte e musculada por parte da direção nacional, para que essa intervenção seja capaz no sentido de ultrapassar questões menores face ao objectivo e interesse maior: **a competência e qualificação dos nossos candidatos e a qualidade e pertinência dos nossos compromissos eleitorais**.

Tanto ao nível das freguesias como dos municípios, temos que ousar liderar uma estratégia que deve estar assente numa **nova vaga de políticas autárquicas que pode servir de dinamismo para o desenvolvimento das reformas que o país precisa**.

2.5 A reforma urgente do sistema político

Este é um tema que é recorrentemente discutido nos Congressos do PSD. A própria moção global estratégi-

ca apresentada pelo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, aborda a importância de avançarmos definitivamente no campo da reforma do sistema político com o simples objetivo de contribuir para o combate aos alarmantes números da abstenção e para **criar uma relação de maior identificação entre eleitos e eleitores.**

Neste sentido, deve haver uma alteração do paradigma e a análise dos factos deve levar a uma reflexão profunda que aponte soluções sobre como aproximar os cidadãos das instituições políticas e dos órgãos de soberania.

Também nós sentimos a necessidade do PSD, enquanto partido de matriz reformista e espírito progressista, ter que assumir a liderança desta reforma essencial para a evolução e credibilização da nossa democracia.

Ousamos, por isso, apresentar algumas medidas concretas que visam aproximar os cidadãos do exercício de funções públicas, tendo a noção clara de que seria **extremamente importante para o nosso Partido liderar este processo, independentemente das condições necessárias para a sua concretização.**

2.5.1 A reconfiguração dos círculos eleitorais de maior proximidade: a evolução para os círculos uninominais

Na eleição para a Assembleia da República, o território eleitoral divide-se em 22 círculos, correspondendo, cada um, a um círculo eleitoral que elege um determinado número de deputados.

Os círculos eleitorais do continente (18) coincidem com as áreas dos distritos e são designados pelo nome das respetivas capitais, sendo que há um círculo eleitoral na Região Autónoma da Madeira e um círculo eleitoral na Região Autónoma dos Açores e os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro elegem também deputados, dois pelo círculo da Europa e outros dois pelo círculo de fora da Europa.

No total perfazem 230 deputados eleitos para o Parlamento.

Ora, pelo facto da Constituição da República Portuguesa dispor no seu artigo 148º que o número de deputados pode ir de 180 a 230, deveria ser, desde logo, **aberta esta discussão sobre a diminuição do número de deputados.**

Defendemos uma reconfiguração dos atuais círculos

eleitorais que possa contrariar a tendência dos últimos anos, ao nível da participação dos eleitores e que pode passar pela introdução de círculos uninominais na eleição dos deputados à Assembleia da República, o que seria complementado por um círculo nacional.

O objetivo desta proposta consiste em aproximar os eleitores dos eleitos.

Os partidos minoritários e com menor presença no Parlamento não seriam prejudicados, uma vez que o círculo eleitoral de âmbito nacional asseguraria o princípio da representatividade.

2.5.2 A introdução do voto preferencial

No sistema eleitoral português, o eleitor dispõe de um voto singular para votar em listas plurinominais e bloqueadas, elaboradas por cada um dos partidos políticos e impostas de forma fechada aos eleitores.

Ora, estamos em crer que, desta forma, não se estimula uma relação de direta identificação entre eleitos e eleitores, uma vez que os cidadãos são obrigados a votar numa lista previamente ordenada à base de critérios estritamente do foro interno dos partidos, quando os cidadãos eleitores deviam ter uma escolha mais direta dos seus representantes.

Nestes termos, defendemos que se devia estudar a intervenção do **voto preferencial de forma a possibilitar que os eleitores elessem os seus deputados** e não uma lista fechada.

No nosso sistema vigora o sistema de representação proporcional, fazendo-se a conversão de votos em mandatos através do método de *Hondt*, daí que uma pergunta legítima seria se só teríamos a eleição de deputados que representassem as suas regiões.

Nestes termos, poderíamos mais uma vez aproveitar a reconfiguração dos círculos eleitorais a que já fizemos referência, avançando-se com um círculo nacional cuja ordenação ficaria sob a responsabilidade dos partidos.

2.5.3 A modernização administrativa ao serviço da cidadania: o voto eletrónico

No que respeita ao voto eletrónico, a sua introdução ainda se torna mais premente. Todos nos perguntamos como é que no país do *Simplex*, não seja possível exercermos o nosso direito de voto com recurso às novas tecnologias, ou ainda de forma mais simples, **garantir o direito de voto em mobilidade.**

Um país moderno como o nosso tem que permitir que todos os cidadãos possam exercer o seu direito de voto onde quer que estejam, seja no território nacional ou no estrangeiro.

Esta medida, que reconhecemos de algum grau de complexidade, iria dar um **contributo decisivo para a diminuição drástica dos números da abstenção**, permitindo que pessoas deslocadas possam exercer o seu dever cívico onde se encontrem.

Não sendo esta a única razão para a abstenção, pode ser responsável por uma boa parte, para além de que com a evolução da sociedade, a tendência para esta mobilidade é para aumentar, agravando mais ainda esta situação.

2.5.4 A limitação de mandatos para todos os titulares de cargos políticos

Dispõe o artigo 118º da Constituição da República Portuguesa que *“ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local.”*

No nosso ordenamento jurídico, temos limitações constitucionais ao exercício do mandato de Presiden-

te da República, que só pode exercer dois mandatos consecutivos, uma vez que de acordo com o artigo 123º da Constituição *“não é admitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo, nem durante o quinquénio imediatamente subsequente ao termo do segundo mandato consecutivo.”*

No âmbito das autarquias locais, os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia só poderão realizar três mandatos consecutivos, em virtude da entrada em vigor da Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto.

Nestes termos, entendemos que **esta limitação ao número de mandatos deve ser alargada a todos os titulares de cargos políticos**, seja ao nível dos deputados à Assembleia da República ou dos autarcas a tempo inteiro.

2.5.5 Uniformização da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos

Entendemos que deve haver uma harmonização ao nível da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos que deviam ser uniformizados de acordo com o próprio mandato do Presidente da República que tem a duração de cinco anos, nos termos do disposto no artigo 128º da Constituição da República Portuguesa.

3. Questões nacionais: crescimento, coesão territorial e natalidade

3.1 A captação de investimento e o estímulo ao desenvolvimento económico

Em Portugal, 99% do nosso tecido empresarial é composto por micro, pequenas e médias empresas. Para além do impacto que estas empresas têm no dinamismo da economia nacional e das pequenas economias locais, temos que salientar que são as empresas que geram valor e que criam emprego.

Nestes termos, importa considerar e reconhecer os feitos do país nos últimos anos, com um crescimento económico na ordem dos 1,5% nos últimos dois anos, o que corresponde a um crescimento acima da zona euro, a que se deve somar o facto das nossas exportações terem aumentado cerca de 11 pontos entre 2010

e 2015, ocupando a honrosa percentagem de 43% do nosso PIB.

O PSD deve estar na linha da frente na defesa e auxílio aos empresários, no apoio ao crescimento do nosso tecido empresarial e **no estímulo à criação de emprego**, condições básicas para a sustentabilidade futura do nosso país.

3.1.1 A criação e desenvolvimento de empresas como vetores principais da criação de emprego

As empresas demonstraram uma grande resiliência, capacidade de adaptação e deram ao país um contributo inestimável. Se durante o Governo liderado pelo PSD o

país deu passos significativos para ultrapassar as dificuldades em que foi deixado pelo Governo socialista, muito se deve ao trabalho diário de empresários e trabalhadores, que se adaptaram à realidade, melhor do que o próprio Estado, e que colocaram o país a crescer.

É, por isso, **essencial que o Estado olhe para as empresas como parceiros e não como inimigos** e crie condições para que estas possam trabalhar e crescer ainda mais.

O principal constrangimento à atividade empresarial é a fiscalidade. Não só o nível de fiscalidade é penalizador para aqueles que investem e produzem, como o sistema fiscal é demasiado complexo. Além de afastar o investimento (externo e não só), a complexidade do sistema fiscal cria custos indiretos para as empresas, aumentando a necessidade de recursos humanos em setores não produtivos da empresa.

Também **a relação das empresas com o Estado deve ser simplificada e desburocratizada**, adotando procedimentos de Modernização Administrativa e eliminando custos de contexto.

De forma a contribuir para uma maior especialização da economia nos setores transacionáveis, é essencial uma aposta na inovação. Devem, por isso, ser criados mecanismos de **transferência de conhecimento das instituições do Ensino Superior para as empresas** e da cooperação interempresarial.

Apresentamos medidas concretas para estimular o dinamismo empresarial, vetor fundamental para promover a criação de emprego qualificado:

- Defendemos a progressiva **desburocratização e a descida da carga fiscal sobre as empresas**, nomeadamente, baixando a taxa geral do IRC dos atuais 21% para 17% até 2019;
- **Facilitar o acesso e utilização dos fundos estruturais** e de coesão e do Fundo Europeu de Investimento Estratégico (FEIE) para financiamento das PME's;
- **Fomentar o desenvolvimento industrial**, estimulando os novos domínios associados às indústrias criativas.

3.2 Priorizar os equilíbrios regionais, os desafios demográficos e a coesão social

Portugal é hoje um país com muitas assimetrias territoriais e sociais. São sobejamente conhecidas as razões

para que Portugal seja um país desequilibrado, agora urge apresentar uma **verdadeira agenda reformista no domínio dos equilíbrios regionais** para que, também aqui, ninguém fique para trás.

Neste capítulo, não temos dúvidas que a adoção de medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade e o aumento das competências/responsabilidades das autarquias locais, são elementos decisivos nesta estratégia nacional de promoção dos equilíbrios regionais e sociais que permitam que sejamos um país com maior harmonia e mais justiça.

3.2.1 O reforço do municipalismo. Intensificar a descentralização de competências nas autarquias locais

Na última década temos vindo a assistir a uma tendência de descentralização, tanto na Europa, como noutros países desenvolvidos. Esta descentralização das Administrações Públicas é visível no cada vez maior peso, das Administrações Locais vs Administração Central, na despesa total do Estado.

Em Portugal, o peso da despesa da Administração Local no total da Administração Pública em 2011 era em média 10% inferior à média da União Europeia, registando-se um número reduzido de processos de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias que, mesmo assim, não foram totalmente concretizados.

O Estado exerce em muitos casos as suas competências com um distanciamento excessivo dos cidadãos, comprometendo desta forma a sua eficácia e diligência.

Este cenário traduz-se em inúmeras desvantagens, nomeadamente, a degradação e perda de informação ao logo da cadeia de gestão, inviabilização de optimizações a nível individual face às preferências locais e à maior e melhor informação existente, tornando os processos de tomada de decisão mais longos e ineficientes e aumentando o custo de gestão devido à necessidade de uma estrutura mais complexa.

O anterior Governo iniciou um ambicioso processo de Descentralização de Competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais ao nível das seguintes áreas: Educação (gestão curricular, recursos humanos, financeira, equipamentos e infraestruturas), Cultura (equipamentos e infraestruturas), Saúde (alguns Cuidados de Saúde Primários) e Segurança Social (cuidados continuados e integrados e protecção social de crianças e jovens).

Com a reviravolta política protagonizada pelos partidos da esquerda portuguesa, temos hoje um Governo socialista que pode colocar em causa todos os avanços alcançados pelo anterior Governo.

Urge colocar energias e vontade política neste tema, para que todo o esforço alcançado nos últimos quatro anos não seja colocado em causa e, conseqüentemente, regressemos a um passado mais centralista e ineficiente por parte do Estado central.

Não manter este tema como uma prioridade, significará um retrocesso de quatro anos e um regresso aos níveis anteriores, com uma conseqüente perda para todos.

O PSD foi, e continua a ser, determinante para o sucesso destas políticas de Descentralização.

O Poder Local ambiciona, dentro de determinados parâmetros políticos e financeiros, dar continuidade a este processo. Os ganhos previsíveis favorecem todas as partes e, em última instância, os cidadãos. E são eles, os cidadãos, a principal razão da nossa existência.

3.2.2 Aprofundar a reorganização e aproximação do Estado aos cidadãos: Potencializar o Programa Aproximar

A Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública e conseqüente criação do Programa Aproximar, surgiu como resposta ao contexto e às obrigações internacionais assumidas com a *Troika*, que o XIX Governo Constitucional cumpriu de forma exemplar.

Em traços gerais, a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública assenta em 3 pilares:

1. Integrar os pontos de atendimento (*front-office*) dos vários serviços públicos de atendimento ao cidadão em pontos únicos, aproveitando o conceito *loja do cidadão*. Esta constituirá a rede primária de atendimento ao cidadão, de base eminentemente municipal;
2. Agregar os *back-offices* de cada serviço, i.e. as funções não diretamente relacionadas com o atendimento ao cidadão, em unidades de maior dimensão;
3. Complementar a rede principal de atendimento com os espaços do cidadão, que consistem em pontos simples de atendimento digital assistido

a instalar em grande número por todo o país em câmaras municipais, juntas de freguesia, postos de correios e outros, onde os cidadãos podem aceder aos serviços públicos *online* recorrendo a ajuda por um mediador formado.

As vantagens decorrentes desta estratégia são evidentes: permanência do Estado junto às populações, melhoria da conveniência e acessibilidade dos serviços públicos às populações e um reforço do papel fundamental do poder regional e local em todo o processo, assumindo estes um papel crucial e indispensável para o sucesso desta estratégia em todos os seus elementos, nomeadamente na gestão das novas lojas do cidadão, na optimização patrimonial e de outros recursos.

Com esta estratégia e com o Programa Aproximar, o anterior Governo solucionou alguns problemas, nomeadamente, evitou o encerramento de 50% dos Serviços de Finanças, inicialmente previsto e acordado com a *Troika*, e ampliou o número de serviços prestados localmente (Autoridade Tributária, Segurança Social, Serviços de Registos, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, etc.), aproximando ainda mais o Estado dos Cidadãos.

O Programa Aproximar entrou entretanto, ainda no anterior Governo PSD/CDS, em marcha, tendo sido celebrados dezenas de Protocolos entre o Estado, os seus Serviços os Municípios e inauguradas dezenas de Espaços do Cidadão um pouco por todo o território, alargando-se desta forma toda uma rede de serviços, agora mais próximos dos cidadãos.

Mais uma vez, com a chegada do Governo socialista, alguns dos objectivos deste programa podem ficar em causa, assim como os seus ganhos e benefícios.

Embora, aparentemente, o actual Governo pareça querer dar continuidade ao Programa Aproximar, não deixará de ser prudente pela parte do PSD, fiscalizar o interesse e acção dos socialistas, até porque um bloqueio ou uma interrupção do Programa, significariam também um retrocesso na prestação e aproximação destes serviços a todos os cidadãos.

Trata-se de uma herança rica deixada pelo Governo anterior, onde perder estes avanços seria desastroso para a Reforma e modernização do Estado Português.

3.2.3 A diferenciação positiva e inadiável dos territórios de baixa densidade

A desertificação do "interior" de Portugal é um proble-

ma identificado e a sua resolução constitui uma das questões políticas mais prementes da nossa sociedade.

Segundo os resultados dos últimos censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, regista-se um fenómeno de despovoamento do interior com conseqüente litoralização do território. Efetivamente, ao contrário dos municípios do litoral, que mantêm ou reforçam a capacidade para atrair e fixar população, a maior parte dos municípios do interior perderam cidadãos.

Em 2011, 198 dos 308 concelhos de Portugal viram reduzido o seu número de habitantes. Com efeito, das 371 freguesias nacionais que apresentavam uma densidade populacional superior a mil habitantes por Km², 143 localizavam-se na Área Metropolitana de Lisboa e 85 na área Metropolitana do Porto.

Paralelamente, tem-se verificado uma redução da população jovem, que é acompanhada pelo aumento da população idosa, originando fenómenos de duplo envelhecimento.

Um estudo coordenado pela Universidade de Aveiro, dirigido pelo Professor Doutor Eduardo Castro, refere que, a manter-se a atual tendência na taxa de natalidade e no fluxo migratório, o interior do país pode perder um terço da população em 30 anos.

Os investimentos realizados nas últimas três décadas no interior, embora tenham permitido a infraestruturização do território com a construção de rodovias, de hospitais, de escolas e estabelecimentos de ensino superior, afiguraram-se insuficientes para estancar o êxodo de população.

Defendemos, por isso, uma mudança de paradigma na forma de planear o território Português. **Os territórios de baixa densidade populacional devem ser alvo de políticas estimuladoras de fixação de população e de diferenciação positiva dos seus residentes**, não só na perspetiva da defesa de uma entidade cultural dessas regiões, mas principalmente numa perspetiva estratégica de crescimento socioeco-nómico de Portugal.

A abordagem, necessariamente, terá que ter duas dimensões distintas: fixar e atrair!

Para estancar a "hemorragia migratória", há que repensar os critérios que norteiam o encerramento dos serviços públicos nestes locais.

Garantir que os serviços de que as pessoas já usufruem não acabam, é fulcral para que os cidadãos não abandonem o território!

Simultaneamente, consideramos que deve existir um quadro fiscal adaptado para as empresas, que as discri-

mine positivamente.

As oportunidades de emprego são determinantes para atrair população. Com efeito, propomos que o Estado conceda benefícios tributários às sociedades comerciais que possuam estruturas produtivas nos territórios de baixa densidade.

Portugal deveria ser pensado como um território sem interior.

A distância relativamente diminuta que vai da costa Atlântica à fronteira continental, assim o comprova. Porém, para que tal seja conseguido, cremos que é necessário repensar a mobilidade interna, bem como a potenciação da capacidade máxima de utilização da rodovia existente, com especial enfoque nas autoestradas.

Face ao exposto, defendemos que esta deve ser uma verdadeira prioridade nacional, pelo que há que pensar estrategicamente a médio e longo prazo e atuar assim que possível.

A bem da coesão de Portugal!

3.2.4 Responder aos desafios demográficos e promover a natalidade

Desde 1981 que a taxa de fecundidade nacional está abaixo do limiar que permite a renovação da população (2,1), tendo chegado a valores absolutamente assustadores (de 1,2). Estes dados são verdadeiramente preocupantes se pensarmos nos efeitos catastróficos que poderão ter na economia, no estado social e a tantos outros níveis.

É verdade que ocorreu uma mudança cultural, que os jovens têm uma vivência e uma forma de encarar a vida radicalmente diferentes e neste ponto podemos dizer que um dos primeiros problemas da natalidade foram as alterações de mentalidade. É verdade que ocorreu a emancipação da mulher, tendo esta adquirido uma nova postura perante a vida pessoal e profissional, reflectindo-se na idade média com que a mulher tem, hoje em dia, o seu primeiro filho (29,7 em 2013).

Este facto impedirá, por si só, que se assistam a famílias numerosas; até porque se assiste em paralelo a uma redução da fertilidade - a mulher começa a tentar ter filhos cada vez mais tarde e cada vez leva mais tempo até o conseguir.

Neste sentido, defendemos a implementação das seguintes medidas:

- **Banco de horas família:** uma mãe poderá ter 16h por ano (2 dias de trabalho) para usufruir como entender em prol do seu filho, até este atingir os 6 anos;
- Permitir uma gestão do tempo mais flexível, em que uma mãe/pai possa, sem pôr em causa a produtividade, fazer uma gestão pessoal do seu horário conciliando o mesmo com os horários familiares (promover o trabalho remoto, entrar mais cedo ou sair mais tarde, suprimir a hora de almoço) sobretudo até terem um agregado familiar com crianças até ao 9 ano;
- **Alargamento do âmbito do apoio do Porta 65,** com a possibilidade de os jovens acederem igualmente a este apoio quando têm filhos;
- Redução da taxa de IRC para empresas que implementem medidas reais de natalidade;
- Isenção da taxa de IMI no ano de nascimento de uma criança;
- Adaptar e **garantir o acesso gratuito às creches,** tal como acontece nas escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Conclusão

Nesta moção **apresentamos ideias para a região, para o PSD e para o país.**

Temos a perfeita noção que este Congresso se realiza num momento vital para a vida do nosso país, sendo que os portugueses depositam muitas expectativas na estratégia que PSD vai seguir nos próximos tempos.

Sendo provenientes de um distrito dinâmico a vários níveis, como ficou sumariamente explanado nesta moção, temos vindo a discutir, no nosso seio, os principais problemas que assolam a região e o país, aproveitando esta moção para partilhar as nossas preocupações e os nossos contributos para ajudar o PSD e os seus dirigentes a irem ao encontro dos anseios da população portuguesa.

No que concerne às nossas propostas para o país, **decidimos elencar apenas algumas prioridades e focar-mo-nos naquilo que pode ser um contributo valioso e diferenciador para a estratégia a seguir pelo PSD.**

Naturalmente que existem domínios, como é o caso da Educação, da Saúde, da Justiça, da Segurança Interna, das Relações Internacionais, entre outras áreas, sobre as quais também nos temos debruçado e onde muito haveria a dizer, no entanto, estamos em crer que não sendo esta uma moção global deveríamos ser mais assertivos e definir quais os focos que entendemos prioritários na ação próxima do Partido.

Para além das propostas para o desenvolvimento da nossa região e do país, quisemos sugerir algumas alterações para reformar o sistema político e o próprio PSD. Nestes termos, poderão encontrar nesta moção, de forma sumária, algumas propostas concretas que espelham a vontade e os contributos que nos têm feito

chegar por militantes, simpatizantes ou, simplesmente, por cidadãos anónimos que defendem melhorias no funcionamento do sistema.

A verdade é que um país onde reina um tão acentuado desfasamento entre eleitos e eleitores, deve **avançar rapidamente com a introdução de mecanismos que permitam aproximar os cidadãos dos órgãos decisores,** promovendo uma democracia que se quer madura e participada.

Mas, para além das propostas para o futuro do país e para a estratégia que o PSD deve seguir, apresentamos nesta moção um **sério compromisso com a missão dos órgãos nacionais do PSD,** que deve passar por resgatar a esperança no crescimento do nosso país, que ficou fortemente hipotecada com este “assalto ao poder”, após as eleições do passado dia 4 de Outubro, onde alguns colocaram o interesse pessoal e partidário à frente do interesse público.

Temos a certeza que a instabilidade gerada por esta solução minoritária de esquerda vai trazer sérios custos ao nosso país, devendo o PSD estar preparado, não só para denunciar o retrocesso em que assenta esta solução de governo mas, sobretudo, ser **gerador de um capital de confiança e esperança no futuro de Portugal,** liderando uma nova e profunda agenda reformista em prol do crescimento sustentável do nosso país.

Contam connosco, no distrito de Leiria, para cumprir de forma dedicada e empenhada esta missão coletiva de termos **“Mais e Melhor PSD na afirmação do Portugal no século XXI!”**

Súmula das Principais Propostas

IDEIAS prioritárias PARA AFIRMAR A REGIÃO DE LEIRIA NO SEC XXI

- Evolução para a Universidade de Leiria
- Requalificação do IC8, IC2 e Linha do Oeste
- Aproveitamento do potencial da economia do mar e da gestão sustentável da floresta

IDEIAS prioritárias PARA AFIRMAR O PSD NO SEC. XXI

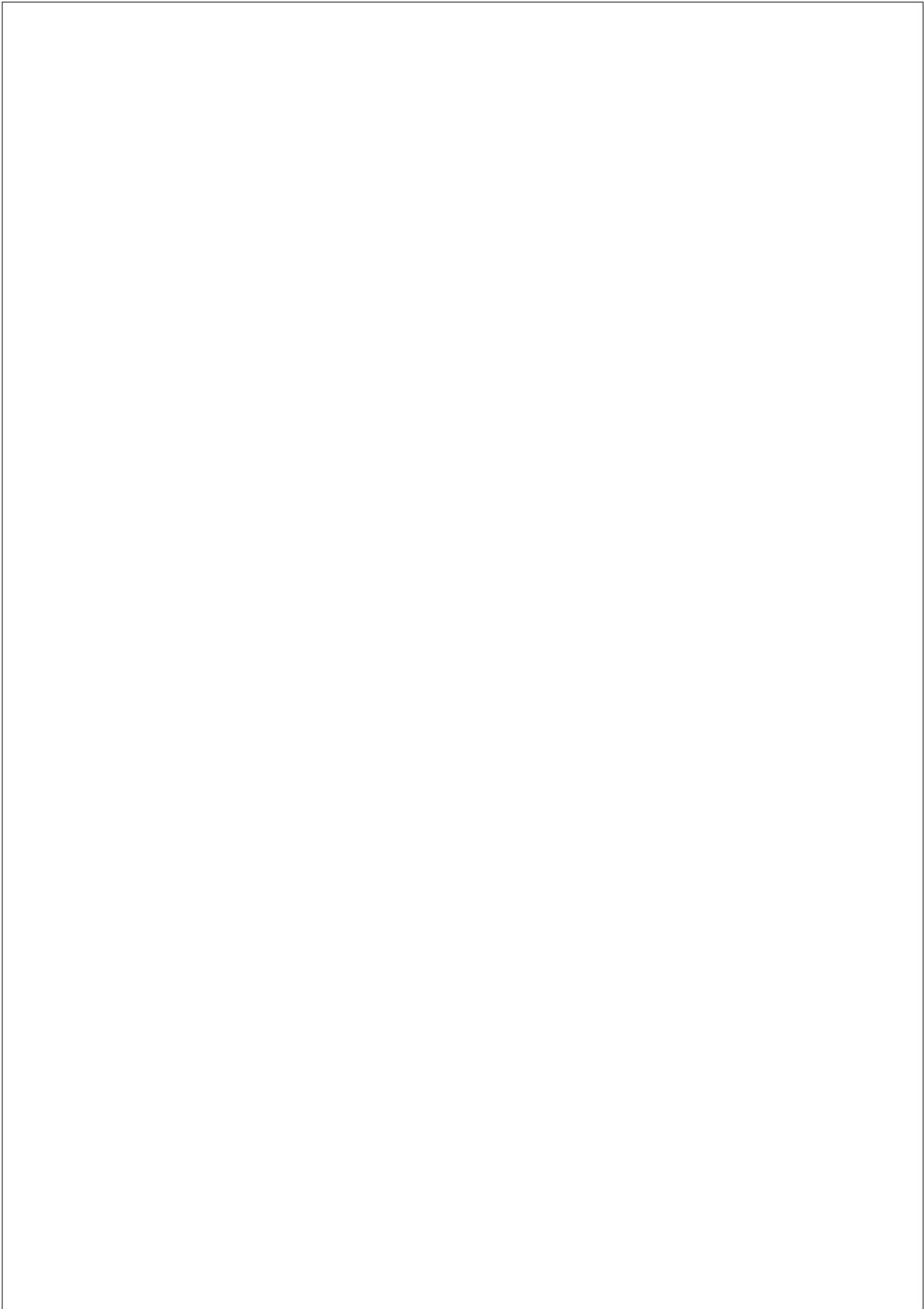
- Extinção da figura do militante suspenso e fim da “livre militância”
- Realização de eleições primárias para escolha dos candidatos do PSD
- Definição de uma estratégia mobilizadora para as Autárquicas 2017

IDEIAS prioritárias PARA AFIRMAR PORTUGAL NO SEC. XXI

- Modernização do sistema político, aproximando eleitos de eleitores (*voto preferencial; reconfiguração círculos eleitorais; voto eletrónico; limitação e duração dos mandatos*)
- Criação de incentivos ao investimento e à criação de empresas/emprego
- Reforço do municipalismo, como vetor de promoção da coesão regional e social
- Diferenciação positiva (e urgente) dos territórios de baixa densidade
- Promoção de incentivos à natalidade e resposta aos desafios demográficos

DOCUMENTAÇÃO

- *Compromissos e linhas programáticas da distrital de Leiria 2015/2017;*
- *Moção de Estratégia Global ao 36º Congresso Nacional do PSD, subscrita pelo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho;*
- *Programa eleitoral da coligação Portugal à Frente, no círculo eleitoral de Leiria, nas eleições legislativas de 2015;*
- *Relatório “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade” – 2015/2035;*
- *Relatório “Territórios de baixa densidade e de elevado potencial” - Setembro de 2014;*
- *Estatutos do PSD, aprovados no XXXIV Congresso do PSD;*
- *Regulamento de Quotização;*
- *Regulamento da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 36º Congresso Nacional;*

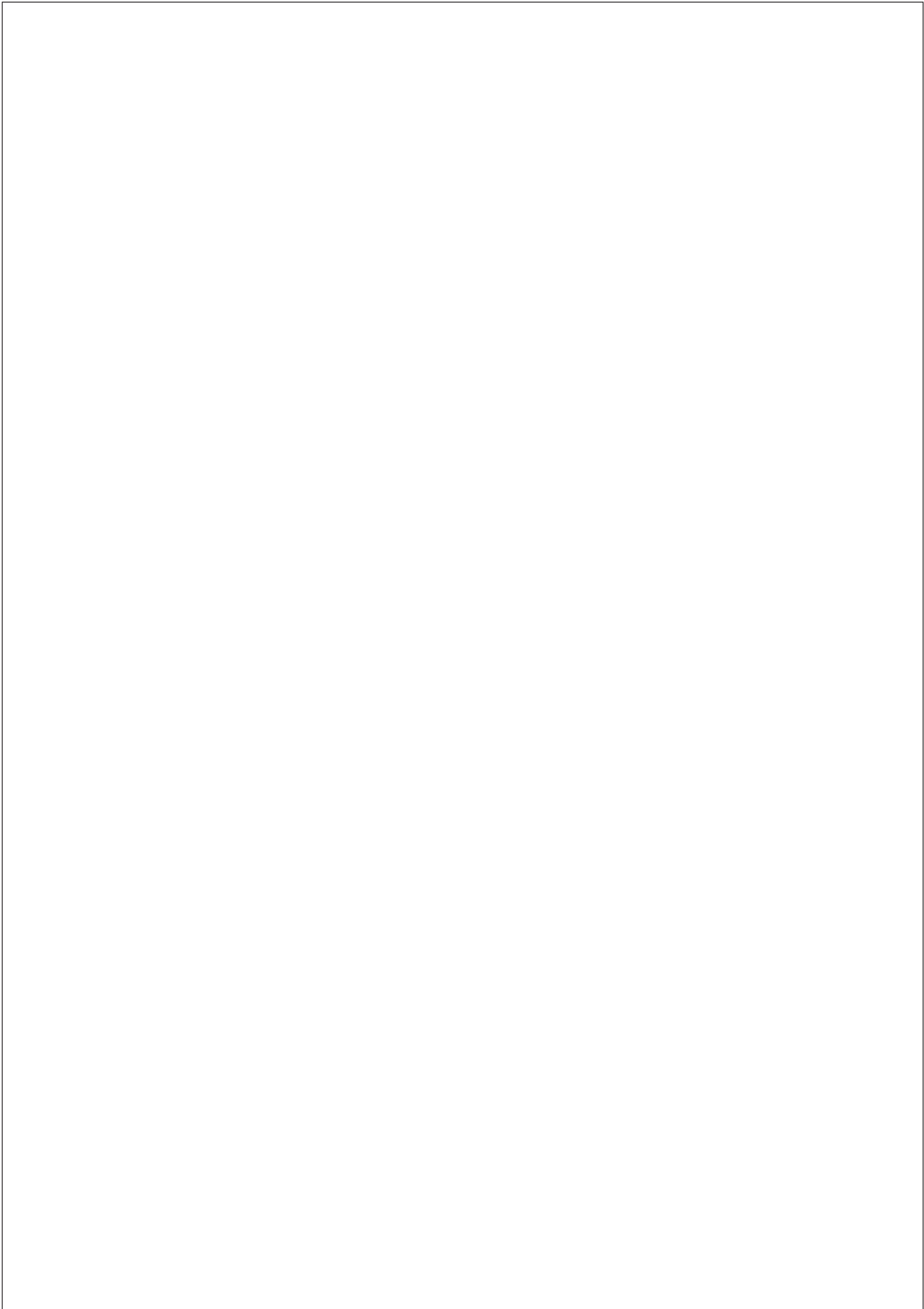


PROPOSTA TEMÁTICA

Q

“ALENTEJO COM SUCESSO”

1º Subscritor:
Assembleia Distrital PSD de Évora



Alentejo apresenta dados muito relevantes nos últimos cinco anos. Uma região claramente voltada para o futuro.

A) A sua estruturação tem como base três grandes suportes:

1. Aposta e valorização dos produtos endógenos;
2. Aproveitamento e valorização do posicionamento geográfico;
3. Articulação e exploração dos seus principais pólos de desenvolvimento.

1) Aposta e valorização dos produtos endógenos;

Valorização dos seus principais recursos. Focagem em torno duma estratégia de competitividade. Esta estratégia deve impulsionar e estimular os atores e agentes económicos e sociais

O Alentejo deve valorizar dois aspetos decisivos: a excelência ambiental e patrimonial.

Reforçada por uma identidade muito forte.

É na potenciação destas características que deve assentar uma estratégia territorial, nomeadamente:

- Desenvolvimento de um sector agrícola em franca mutação e expansão,
- Aposta no sector agro-industrial também bastante competitivo. Vitivinícola, olivícola, frutícola, corticeiro, pecuário, enchidos, queijos, entre muitos outros. Reforçar a necessidade de afirmação nos mercados nacionais e internacionais, de alguns produtos)
- Aposta no setor do turismo (com crescimento acima dos 10% nos últimos 4 anos / por ano). Desenvolvimento de projectos turísticos com dimensão e de outros com cariz mais rural. As atividades do Turismo intrinsecamente relacionadas com o Sector Agro-alimentar, têm vindo a revelar também um potencial de crescimento económico para a Região
- Desenvolvimento do sector da extração de pedra (essencialmente o mármore) e o sector extractivo mineiro.

- Aposta forte no sector das energias renováveis, o qual teve um impulso bastante significativo na região.
- Apoio aos setores emergentes; sector da aeronáutica e tecnologias da informação e comunicação.
- Desenvolvimento do terceiro sector, da Economia Social.

2) Aproveitamento e valorização do posicionamento geográfico;

O Porto de Sines funciona como centro nevrálgico de acesso marítimo e dinamizador da capacidade empresarial da região. Sines é atualmente o grande porto energético nacional. Aspetos a desenvolver e valorizar:

- A sua zona industrial e logística, onde já encontramos algumas de grande dimensão ligadas ao sector energético (Petrogal, Borealis, REPSOL e a central de produção de energia da EDP),
- O porto de águas profundas com excelentes possibilidades de expansão, nomeadamente no segmento do gás natural.
- Dinamização do novo terminal para contentores e ao desenvolvimento do projecto da ZAL (Zona de Actividades Logísticas) do porto de Sines

Estão reunidas as condições para o alargamento do *hinterland* ao território espanhol e para o tornar numa das principais portas de entrada e saída de mercadorias para a Península Ibérica/Europa.

O desenvolvimento do porto de Sines e a sua ligação aos principais corredores de transportes do resto do País e de Espanha permitirão ao Alentejo desenvolver uma plataforma atlântica com condições preferenciais de articulação internacional

O Oceano constitui assim um espaço de oportunidades, para desenvolvimento de rotas comerciais capazes de alimentar actividades de logística no território, bem como o desenvolvimento dos novos negócios ligados ao Mar, nomeadamente nos domínios do turismo, da energia, da biotecnologia, da robótica marinha e da aquacultura.

Também determinante, reforçar os laços de cooperação com as regiões transfronteiriças da Extremadura e Andaluzia.

3) Articulação e exploração dos seus principais pólos de desenvolvimento.

A região deve articular todos os investimentos e pólos de desenvolvimento existentes e colocá-los ao dispor da região. São exemplos:

- O Porto de Sines,
- O Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (expansão),
- o Desenvolvimento e sustentabilidade do Aeroporto de Beja,
- O Pólo de Ciência e Tecnologia do Alentejo e
- A qualidade generalizada das redes rodoviárias.

São pólos de desenvolvimento económico e social de grande valor para o Alentejo, os quais serão decisivos no alavancar de toda a estratégia de desenvolvidor da região. Os ganhos para a economia alentejana revelar-se-ão em todos os seus sectores dentro de poucos anos.

B) A Aposta

Colocar o Alentejo como uma região do centro do processo de desenvolvimento à escala nacional, da União Europeia e à escala Global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental, promovendo uma especialização inteligente e inclusiva.

In PAR – Plano de Ação regional

A região deve superar de forma convincente os principais obstáculos à sua competitividade e à sua atratividade, nomeadamente na:

- Colmatação das carências de qualificações,
- Competências específicas, tecnológicas e de coesão social e territorial,
- Mobilização na confiança dos agentes,
- Criação de condições para atrair o investimento privado regional, nacional e estrangeiro.

O Alentejo dispõe de claras vantagens comparativas que são estruturantes. Dispõe também características diferenciadoras positivas do seu capital intelectual e tecnológico.

Para isso, a região deve desenvolver uma forte aposta nos processos das atividades económicas, as quais possam incorporar elevados níveis de inovação, conhecimento, qualificação, tecnologia e capacidade de gestão.

Apontam-se nas seguintes prioridades:

- Criação de um ambiente de negócios que seja mais atrativo para a iniciativa privada, estimulando-se a desburocratização e apoiar o desenvolvendo a cultura e iniciativa empresarial;
- Estimular e incrementar o investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico. Envolvendo entidades públicas e privadas.
- Promover a inovação, através do alargamento e disseminação do acesso às tecnologias da informação;
- Explorar as vantagens competitivas regionais;
- Promover o uso mais sustentável dos recursos naturais e endógenos;
- Reforçar a educação e a qualificação e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências;
- Promover a criação de emprego, sobretudo o qualificado.

C) A Estratégia

A estratégia de desenvolvimento regional deve assentar fundamentalmente na valorização da identidade que o Alentejo possui, representada pela sua herança cultural, pela valia ambiental e pelo aprofundamento das relações urbano-rurais, suportadas pela inovação, com vista à criação de novas dinâmicas de desenvolvimento económico e de emprego, num quadro de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

In RiS 3 Alentejo

Três desígnios que apontamos para a região:

- Atratividade económica – valorização de uma economia assente nos recursos endógenos e nas atividades emergentes de elevado índice tecnológico;
- Valorização da identidade cultural e patrimonial;
- Responsabilidade social. Valorização da Economia Social, através da Inovação Social.

É decisivo centrar esforços nos trabalhos desenvol-

vido pelo anterior Governo e pela Região, nomeadamente através do:

- Plano de Ação Regional Alentejo 2020;
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Entre os domínios estratégicos dessa aposta, destacam-se os seguintes:

- Dinamização de uma base produtiva que potencie económica e socialmente a excelência ambiental e patrimonial da Região, com capacidade para arrastar os Territórios de Baixa Densidade, renovados pelo conhecimento, evoluindo para a estruturação de relações com o mercado interno e acompanhando o esforço de exportação já hoje presente em setores tradicionais com valor estratégico, mas que carece de escala, a partir de processos de organização e de comercialização modernos das produções primárias.
- Valorização das atividades regionais competitivas no complexo de atividades agroindustrial e alimentar, englobando o montado, com expressão também na fileira das carnes (sistema de produção extensivo) e na produção de produtos de elevada qualidade com Denominação de Origem.
- Afirmação de mercado (a nível interno e externo) de produtos turísticos (Enoturismo, Olivoturismo, Respectivas paisagens, Turismo cultural, Turismo de natureza, Turismo ativo e de aventura, ...), elementos de heterogeneidade pujante do Turismo do Alentejo, com significativa expressão de recursos potenciais e de intenções de investimento em diversas sub-regiões.
- Desenvolvimento e dinamização de “Clusters” económicos como os tradicionais Vinho e Azeite, as Energias Renováveis (biomassa, fotovoltaica, eólica ...) e a Pedra Natural que poderá evoluir, a prazo curto, para um Pólo de Recursos Minerais onde várias sub-regiões do Alentejo, têm potencial de recursos e capacidade de mineração instalada.

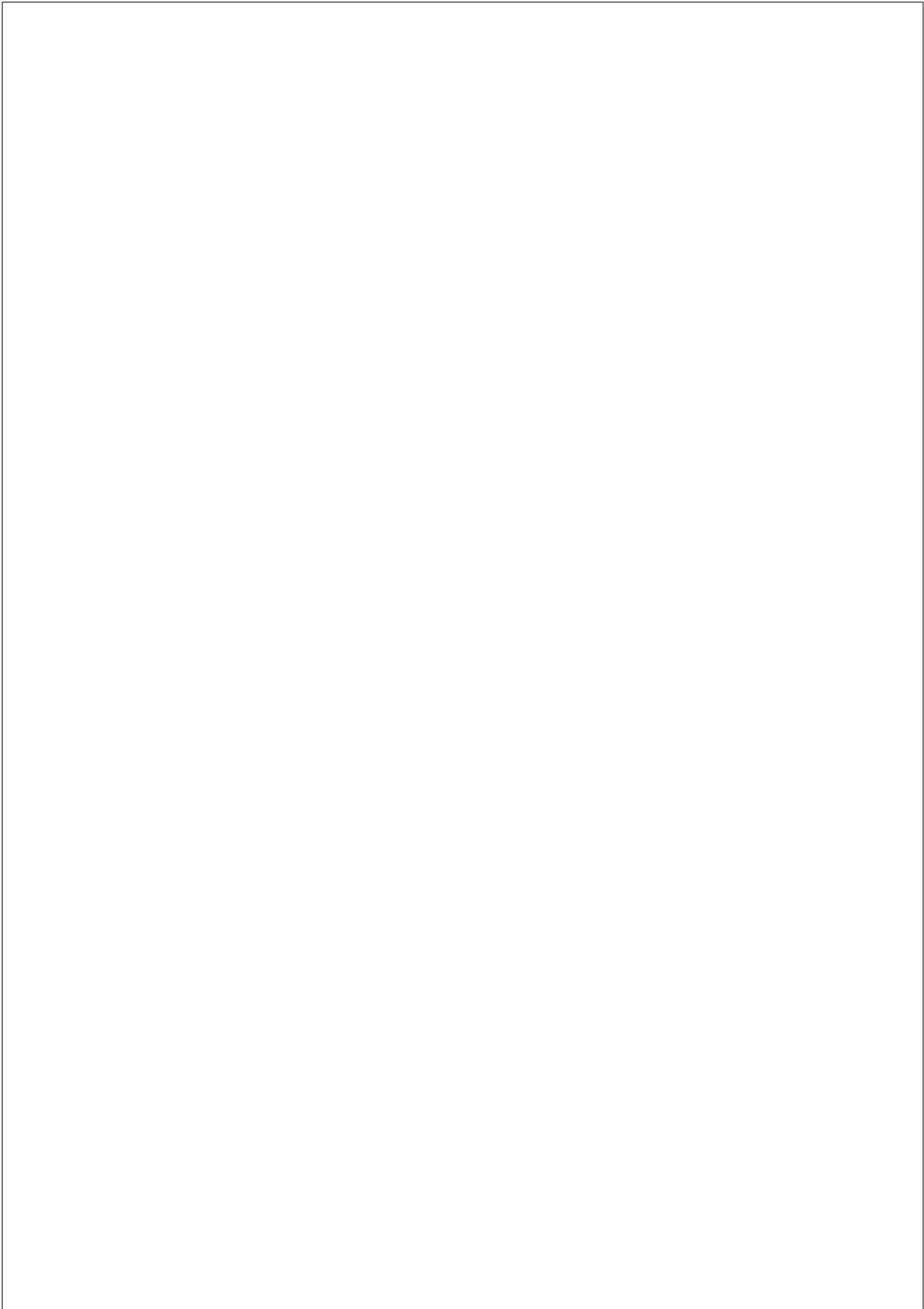
A proposta temática apresentada pretende valorizar positivamente os fatores diferenciadores de uma região com características muito especiais. A valorização do território, como é caso do Alentejo, deve assentar nos princípios da coesão territorial, da solidariedade e do desenvolvimento sustentável.

Proposta temática preparada por:

- CPD PSD de Évora (aprovada em Assembleia Distrital do dia 21 de março de 2016)

Participaram na preparação da proposta Temática:

- CPD PSD de Portalegre
- CPD PSD de Setúbal



PROPOSTA TEMÁTICA

R

“COMUNIDADES PORTUGUESAS - UM DESAFIO PARA PORTUGAL!”

1º Subscritor:

Comunidades Portuguesas

Subscrita por várias Secções PSD da Emigração



Comunidades Portuguesas: um desafio para Portugal!

É inegável que as comunidades portuguesas possuem hoje um potencial que deve ser reconhecido e aproveitado no sentido de poder aumentar a visibilidade externa do nosso país, reforçar as posições que Portugal assume no plano internacional e continuar o caminho não apenas da recuperação económica, mas também da credibilidade do nosso país no exterior.

A diáspora portuguesa, fruto do seu trabalho e do seu empenho, assume-se, de facto, como uma importante mais valia para o país que tem de ser valorizada e aproveitada nos planos político, económico, social e cultural.

No mundo global em que vivemos, o país não pode deixar de fora da formulação das políticas nacionais, estes cidadãos que, em algum momento das suas vidas sentiram, pelas mais diversas razões, a necessidade de procurar no estrangeiro um novo rumo para o seu futuro.

Esses portugueses têm de sentir que Portugal conta realmente com eles e quem Governa tem de ter em consideração as suas necessidades e os seus anseios.

É do interesse nacional tirar proveito das redes, já existentes, de personalidades portuguesas residentes no estrangeiro, nomeadamente políticos, empresários, professores, artistas e outros devendo ser continuado o trabalho que foi desenvolvido pelo Governo do PSD/CDS nesta área.

Para o PSD as comunidades portuguesas são um pilar fundamental da política nacional merecendo, por isso mesmo, nos últimos quatro anos, uma atenção especial por parte do anterior executivo liderado pelo nosso partido. Infelizmente, neste período, a temática da emigração teve muita visibilidade como arma de arremesso político, sem que aqueles que tudo criticavam tenham avançado com propostas concretas para este sector. A certeza de que tal foi verdade é que agora a emigração deixou, subitamente, de ser falada e nem mesmo a recente aprovação do Orçamento de Estado para 2016, documento que fica marcado por ser o mais austeritário de sempre para as comunidades portuguesas, foi alvo de qualquer notícia ou comentário.

Entendemos pois, ser necessário para a concretização deste propósito de valorizar as comunidades, reforçar e alargar, desde logo, a intervenção política em Portugal de todos os nossos cidadãos que residem no estrangeiro através da reforma da legislação eleitoral

e do alargamento dos seus direitos políticos e cívicos.

Ao mesmo tempo, afigura-se primordial apostar na melhoria da relação das instituições administrativas nacionais com as nossas comunidades de forma a evitar perdas de tempo, excesso de burocracia e erros que acabam por ter como efeito o eventual afastamento desses cidadãos dessas instituições e do país. É indispensável que a administração pública em Portugal entenda a especificidade própria do cidadão português que reside no estrangeiro.

As comunidades portuguesas têm de ser entendidas como um conjunto de expatriados que estão deslocados do seu país de origem, mas que, em nenhum momento, cortaram a sua ligação a Portugal e demonstram até uma enorme vontade em reforçar os laços que mantém com a sua Pátria.

Finalmente, temos de ser capazes de perceber que a dimensão real do nosso país ultrapassa em muito a sua simples dimensão geográfica. Na verdade, Portugal é hoje um país espalhado pelo Mundo, um país que se encontra representado onde quer que tenha uma comunidade de cidadãos, mais ou menos numerosa, que partilha os valores e a cultura de ser português.

Como tal, é imperioso que Portugal se projecte para o futuro contando com todos estes portugueses e com tudo aquilo que de bom podem trazer para o nosso país.

Uma nova abordagem das políticas para as Comunidades Portuguesas

No plano eleitoral

De forma a aproveitar o potencial das nossas Comunidades é determinante aumentar o seu peso político através do reforço da sua participação cívica em Portugal. Para isso o PSD tem de continuar, tal como o fez até agora, a liderar todos os processos de reforma da legislação aplicável a esta área de modo a garantir que não existam diferenças de direitos entre portugueses que residem em Portugal e portugueses que residem no estrangeiro.

É primordial que se consagre a igualdade de direitos políticos para todos os portugueses independentemente do local onde residam. Ao nível das **leis eleitorais**, devemos trabalhar para que se alcance uma verdadeira igualdade de direitos entre todos os portugueses. Assim, consideramos que caso venham a ser apresentadas propostas para a revisão do número de deputados da Assembleia da República, se pondere o aumento do número de parlamentares eleitos pelos círculos da emigração. Os milhões de portugueses que residem no estrangeiro merecem uma representação parlamentar que traduza a sua real importância para as decisões do país.

Entendemos também que se deve ponderar a possibilidade da **participação dos portugueses residentes no exterior nas eleições autárquicas** mediante um conjunto de critérios a definir.

Ao mesmo tempo é fundamental tomar medidas no plano do **recenseamento eleitoral**, nomeadamente no que diz respeito ao actual modelo de inscrição voluntária para quem reside no estrangeiro em contraponto com a inscrição automática para quem reside em Portugal.

Finalmente, pensamos ser importante que se introduzam novas **metodologias de voto**, no sentido de facilitar e aumentar a participação política dos portugueses residentes no estrangeiro, podendo ser aproveitadas, por exemplo, as experiências com o voto por via electrónica realizadas em 2005 e caso não seja possível, a curto prazo, essa solução, tem de se encontrar forma de encontrar mecanismos que permitam estas alterações no futuro próximo.

No plano institucional

As políticas para as comunidades portuguesas devem ser entendidas como sendo transversais a toda a governação e pela importância de que se revestem pensamos ser de todo recomendável que a área das comunidades possa assumir maior relevo no seio do executivo governamental. Podemos mesmo admitir que, no futuro, possa ser possível existir uma pasta governamental que tutele as matérias relativas não apenas à emigração como também aquelas referentes à imigração. Não podemos esquecer que, pela primeira vez, um Governo de Portugal tomou medidas complementares para as duas áreas migratórias, através da aprovação do programa VEM e do Programa Escolhas. Tendo em consideração o momento que vivemos na Europa, com a crise dos refugiados e a temática das migrações na ordem do dia, esta era uma decisão que apenas iria valorizar a relação de Portugal com estas duas realidades.

No **plano regional e local** não podemos esquecer que em 2017 se irão realizar eleições para as autarquias com natural interesse para muitos dos portugueses que residem fora de Portugal. Assim, parece-nos ser importante que as candidaturas a estas eleições integrem nas suas orientações e programas eleitorais a temática das comunidades portuguesas pois também as autarquias têm a ganhar na relação com as gentes das comunidades. De facto, acreditamos que elas podem ser decisivas no desenvolvimento económico e social de muitos concelhos, muito particularmente, nas áreas de menor densidade populacional.

Por outro lado, não podemos esquecer a **importância da relação com o Conselho das Comunidades Portuguesas**, órgão consultivo para as políticas relativas à emigração e que deve ser apoiado e tido efectivamente em conta no momento de delinear as políticas para a Diáspora pois os conselheiros têm um conhecimento e uma proximidade das comunidades que não pode nem deve ser desperdiçado.

No plano consular

Nesta área, o PSD tem de continuar a pugnar pela defesa de uma rede consular adaptada às novas realidades de uma emigração recente, fruto da crise económica que o país conheceu, e de uma rede que esteja cada vez mais próxima dos cidadãos que a ela recorrem. Para isso, **devem ser mantidas e desenvolvidas as redes de permanências e antenas consulares**, programas lançados pelo Governo do PSD/CDS e que levaram realmente os serviços junto dos utentes como nunca antes tinha acontecido. Ao mesmo tempo deve ser impulsionada a aposta em serviços que permitam agilizar o atendimento, aumentar o número de atos praticados e diminuir a burocracia e tempo de espera dos cidadãos.

No plano económico

Depois do importante papel que as Comunidades Portuguesas tiveram, nos últimos anos, na recuperação económica de Portugal, importa agora abrir uma nova fase nesse relacionamento aproveitando plenamente o seu potencial económico e financeiro. Para isso parece-nos ser fundamental **incentivar o investimento das comunidades portuguesas em Portugal** com o lançamento de medidas específicas para empresas de portugueses sedeadas no estrangeiro, **encorajar a organização do mundo empresarial das comunidades portuguesas**, através das câmaras de comércio, criar incentivos à captação de poupanças e investimento dos portugueses residentes no estrangeiro, **promover a realização de diversos eventos de cariz económico em estreita colaboração com os empresários da nossa Diáspora**. Estas redes empresariais portuguesas no estrangeiro para além de contribuírem de forma directa para o investimento em Portugal podem, ao mesmo tempo, funcionar como facilitador para a entrada das empresas portuguesas de pequena e média dimensão noutros países.

No plano social

Importa ainda ter em consideração a garantia do apoio social às comunidades mais carenciadas, normalmente aquelas fora da União Europeia e que estão inseridas em países de acolhimento que passam por graves crises e convulsões internas, como é o caso presente da Venezuela.

Deve ser também dada continuidade aos acordos com diversas instituições sociais das comunidades

portuguesas nomeadamente através do Programa Escolhas, formação profissional e igualmente aos encontros de actores sociais da diáspora.

No plano interno

O PSD, tradicionalmente um partido muito ligado à emigração, deve continuar a ter um papel liderante nesta área, mantendo uma postura construtiva de alerta para os problemas e de apresentação de soluções para os mesmos.

Voltamos a afirmar que é importante o partido reconhecer o papel e o trabalho desenvolvido pelas estruturas do PSD no estrangeiro aproximando os órgãos nacionais e as estruturas existentes fora de Portugal para que os militantes que fazem parte delas se sintam em sintonia com o nosso partido e os nossos dirigentes.

No plano da língua portuguesa

Na acção externa do Estado, é também prioritário definir de forma clara uma estratégia para a valorização da Língua Portuguesa. Esta tem na sua componente do ensino de português no estrangeiro um instrumento fundamental no apoio às nossas comunidades e na sua ligação ao país. Importa assim manter e desenvolver as políticas que foram seguidas em relação ao ensino do português no estrangeiro durante o Governo do PSD/CDS, e que apesar de muitas críticas infundadas acabaram por merecer o reconhecimento dos países nomeadamente quanto à importância da certificação de aprendizagens, à formação dos professores, plano nacional de leitura e distribuição de bibliotecas.

A integração do ensino do português nos currículos oficiais dos países de acolhimento deve continuar também a ser, juntamente com o EPE, uma das prioridades da acção governativa. Ganha assim importância apostar na relação bilateral com alguns países muito importantes em termos das nossas comunidades, no sentido de alargar a oferta do ensino do português.

Dois bons exemplos são a França e a Alemanha, que têm vindo a desinvestir na oferta do ensino do português, o que deve merecer da nossa parte uma atenção particular e o reforço da relação diplomática, com estes dois estados, no sentido de inverter esta tendência.

Notas finais

É hoje claro que Portugal é um país repartido pelo Mundo.

Em nossa opinião as comunidades portuguesas são o prolongamento natural de um país que deve ver o potencial da sua diáspora como um factor decisivo para o seu desenvolvimento.

A nossa proposta temática não reconhece apenas a importância das comunidades portuguesas. Este diagnóstico é feito por muitos e integra normalmente os discursos de circunstância. O que é verdadeiramente necessário é dar continuidade a um conjunto de reformas que permitam integrar as gentes da emigração nas preocupações, nos objectivos e nos desafios do todo nacional.

Dos congressos do PSD, saíram ao longo da história, um conjunto de propostas que mais tarde foram concretizadas na área política das comunidades portuguesas. Queremos acreditar que este Congresso será, uma vez mais, o ponto de partida para uma nova relação de Portugal com a sua diáspora.

PROPOSTA TEMÁTICA

S

**“REGIONALIZAR PARA UM
ESTADO MAIS PRÓXIMO
DOS CIDADÃOS”**

1º Subscritor:

Assembleia Distrital PSD de Faro

Aprovada por unanimidade e aclamação, em Assembleia Distrital do PSD /Algarve,
sob proposta da Comissão Política Distrital, em 21 de março de 2016



Um passo determinante na Reforma do Estado

Enquadramento

A Regionalização de Portugal Continental, recordamos, é a última grande reforma estrutural inscrita no texto constitucional de 1976 que ainda se encontra por concretizar. Um desígnio que podemos encontrar desde o programa da fundação do PSD, até à última revisão do nosso texto programático, o qual, importa sublinhar, reafirma a Regionalização de Portugal como um objectivo político cimeiro a atingir.

Por outro lado, não podemos omitir que a Regionalização constou em vários programas eleitorais do PSD e que em 1991, por iniciativa do Governo de Cavaco Silva, a Lei-Quadro da Regionalização foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, mantendo-se em vigor. Assim como não constitui uma herança menor a circunstância da Regionalização de Portugal fazer parte do legado político de Sá Carneiro – *desde o exemplo concreto de sucesso das autonomias insulares, à consagração programática no espaço continental*.

Ora, concluído que está, com êxito, o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro mais exigente da nossa história recente, importa agora que o país caminhe no sentido de aprofundar as reformas estruturais que foram encetadas em Junho de 2011, pelo Governo liderado pelo PSD. E o aprofundamento dessas reformas, impõe o avanço na direção de uma maior aproximação do Estado aos Cidadãos, de modo a permitir, no essencial, prover o modelo social que usufruímos presentemente, sobretudo nas dimensões de equidade e acessibilidade aos bens públicos essenciais, em particular no acesso por parte dos mais desfavorecidos, elemento que deve distinguir-se como um referencial inalienável do Estado de Direito Democrático.

Entre as reformas que se encontram por concretizar, entende o PSD/Algarve que a regionalização de Portugal Continental é, indiscutivelmente, a reforma que permitirá interromper, e progressivamente inverter, a tendência crescente para uma maior centralização do processo decisório por parte do Estado, a qual tem vindo a ser alicerçada nas potencialidades que as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) actualmente consentem quando utilizadas de forma perversa e em nome de uma maior eficácia, alegação que a realidade inequivocamente tem desmentido e que a pré-falência em que o país se encontrava em 2011 dramaticamente corrobora.

O argumento dos custos como justificação para não se realizar a regionalização administrativa de Portugal

continental, como qualquer pessoa adequadamente esclarecida sabe, é uma falácia. Desde logo, porque a escala territorial “região” já existe, porquanto as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's), na verdade, mais não são do que a tradução prática de um modelo organizativo do território que nos é imposto pela nossa participação na União Europeia. O problema no nosso país é que todos os partidos, quando na oposição, se dizem adeptos do princípio da subsidiariedade, ou seja, da aproximação da decisão aos que são objectivamente sujeitos da mesma, mas quando os mesmos se encontram no Governo, todos recuam perante a possibilidade objetiva de materializarem esse propósito.

A criação das regiões administrativas, contrariamente àquilo que os seus adversários afirmam, é, no essencial, uma questão de partilha de poder, a qual deve ser dirimida em favor de quem tem melhores condições para tomar a melhor decisão. É que a regionalização impõe, obrigatoriamente, que se proceda à reorganização político-administrativa do território, feita de cima para baixo e de baixo para cima. Ou seja, tudo precisa de ser discutido e sem tabus. E o primeiro ponto dessa discussão – *que aparentemente todos falam, mas relativamente ao qual ninguém dá um só passo* – passa pela definição do papel que cabe ao Estado. É aqui que verdadeiramente reside o cerne da regionalização.

Para aqueles que advogam o Estado Mínimo e que entendem que o mesmo se deve cingir exclusivamente às questões de soberania nacional e à manutenção das grandes infraestruturas básicas, seguramente que a regionalização é um desperdício. Agora, para quem seja defensor do Estado Social e acredite que as decisões devem ser tomadas por aqueles que são directa e objectivamente visados pelas mesmas, ponderando a coesão territorial, certamente que são adeptos da criação das regiões administrativas, porquanto as mesmas são um passo determinante para que possamos avançar para esse novo paradigma societal.

A discussão da regionalização administrativa de Portugal deve centrar-se nas suas virtudes e nos seus feitos. Agora, recuar-se na regionalização porque os partidários da centralização do país – existentes tanto no PS como no PSD e que sucessivamente se revezam nos cargos governativos – são incapazes de dominar o “monstro” em que se transformou a nossa despesa pública, é que não faz qualquer sentido. Se os custos são a única razão que existe para não se avançar para a regionalização, então que se faça a extinção e fusão de mui-

tos dos institutos e empresas públicas, que resistiram ao PREMAC e cuja existência só tem como justificação a criação de empregos políticos. Se tal for feito, decerto que concluir-se-á que existe uma margem muito grande para se efectuar a diminuição da despesa pública e simultaneamente dotar-se o país de um modelo administrativo territorial semelhante àquele que caracteriza os países da União Europeia que nos servem de referência.

Uma outra questão, transversal a esta problemática, e que todos já compreendemos, é a rotunda falência do modelo centralista do Estado Português. O Estado, com a sua configuração actual, já não responde aos desafios com que nos debatemos no presente e com os que perfilam no futuro. O destino do país não pode continuar a ser exclusivamente comandado a partir do "Terreiro do Paço".

Aliás, a constatação desta realidade está demonstrada numa sociedade civil que revela graves sinais de asfixia. Uma sociedade onde os jovens, a quem deveríamos legar um país melhor do que aquele que recebemos, sentem-se irremediavelmente condenados a um destino que não desejam e que para fugir ao mesmo retomam o rumo de muitos milhares de portugueses ao longo das sucessivas décadas do século XX: a emigração.

Contudo, contrariamente ao que sucedia no passado, hoje não emigram somente aqueles que têm coragem para fazê-lo. Presentemente emigram aqueles que deveriam sentir-se motivados para ficar e fazer avançar o país. Porque se nunca, como hoje, as habilitações académicas dos jovens portugueses foram tão elevadas, é necessário perceber qual a razão que leva a que o país não lhes consiga oferecer as oportunidades que eles precisam para se afirmarem e darem o seu contributo a Portugal.

Entende assim o PSD/Algarve que a discussão pública da regionalização deverá ser relançada pelo PSD, o que

lhe permitiria liderar a discussão política de uma matéria que estamos certos encontrará eco junto do cidadão comum. Assim a mesma seja apresentada aos portugueses despida de preconceitos e explicando-lhes o papel que esse nível intermédio da Administração tem tido na construção do ideário europeu. Porque se integramos uma Europa que na sua quase totalidade se encontra regionalizada, é razão para que nos interroguemos o porquê desses países não terem enveredado por um modelo centralizador. Na opinião do PSD/Algarve, tal se deve ao facto de os diferentes países europeus regionalizados terem constatado que tem sido através da tensão virtuosa existente entre a Administração Central e a Administração Regional que os mesmos encontram a energia revitalizadora que lhes têm permitido superar com êxito, ao longo de décadas, as diferentes crises que os mesmos têm enfrentado.

Considera, por isso, o PSD/Algarve que o PSD deve liderar a discussão e recolocar tem que tornar a colocar a regionalização no topo da agenda política. E, não obstante, a regionalização ser dos temas mais debatidos neste país nestes 40 anos de democracia e que o PSD/Algarve considere que a região reúne todos os requisitos para avançar, no curto prazo, para a implementação da região-piloto, consideramos que este assunto, pela importância de que se reveste para o país, merece a realização de um amplo debate público nacional, sem ideias preconcebidas. Uma discussão que tenha por base a reforma do modelo de funcionamento do Estado, em que todos os intervenientes devem aceitar a inevitabilidade de existirem atribuições e competências que têm que ser descentralizadas da Administração Central para um nível inferior, que não a Administração Municipal, porquanto estas não possuem a escala necessária para poderem operacionalizá-las com eficiência, porquanto existem políticas sociais e económicas que para poderem responder às especificidades regionais, só a essa escala poderão ser adequadamente implementadas e desenhadas.

Modelo territorial de regionalização

O PSD/Algarve considera que o modelo territorial mais adequado para a regionalização do país deverá ter por base as actuais cinco regiões-plano, cada qual apostando num desenvolvimento económico centrado em determinados "clusters" de especialização regional. Uma descentralização sobretudo descendente, ou seja, da Administração Central para a Administração Regional (Regionalização), porquanto é cada vez mais evidente

que os modelos de gestão centralizados possuem uma reduzida capacidade de resposta às especificidades locais, sobretudo com a celeridade que os tempos atuais exigem aos processos de tomada de decisão.

Consideramos que não só não devemos tratar de forma igual o que é diferente, como é necessário tratar de forma diferente o que é diferente. E que só à escala re-

gional é possível promover o ajustamento virtuoso das políticas nacionais, sem descaracterizar estas, atendendo às especificidades loco-regionais existentes em cada região, permitindo assim a construção de um Portugal mais competitivo, mais justo e com maior equidade. O contrário conduz-nos a piores decisões, as quais empobrecem a confiança dos cidadãos nas instituições.

O PSD precisa como tal de assumir que no seu próximo programa eleitoral para as legislativas irá figurar o compromisso de avançar com o processo de regionalização do país. Um compromisso que deverá ser assumido assente no princípio da prudência e que seja proposto ponderando a melhor solução para a questão da obrigação de simultaneidade plasmada no ordenamento jurídico, isto é, observar essa regra na instituição das regiões ou apresentar uma alteração que permita a progressividade da concretização desta importante reforma. Um compromisso que deve ser apresentado de modo claro e rigoroso quanto aos desígnios a que nos

propomos cumprir, admitindo a possibilidade do país puder mais tarde decidir-se pela reversibilidade dessa decisão, caso a regionalização não venha a provar ser tão virtuosa como seria desejável. Ainda que estejamos conscientes que essa decisão possa, dependendo do modelo a adoptar, exigir uma revisão da Constituição da República Portuguesa.

É nesse contexto que questões como o prazo para a sua avaliação; as atribuições e competências das regiões; o seu modelo de financiamento e controlo; a obrigatoriedade do processo de implementação da regionalização em todo o país dever ser sujeito a um referendo nacional; entre outros requisitos, assumem uma particular importância, pelo deverão estar claramente vertidas na proposta de regionalização com que o PSD se irá apresentar futuramente aos portugueses em próximos atos eleitorais. Um compromisso para o qual, se possível, deverá ser obtido um acordo alargado às demais forças políticas.

Robustecimento das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais

Mas se a regionalização é necessária, sabemos que a mesma não é susceptível de ser implementada de imediato. Como tal, urge entretanto aproximar o processo decisório aos cidadãos, procedendo para o efeito a um melhor aproveitamento das estruturas desconcentradas da Administração Central, para que assim possamos melhor aproveitar os ténues sinais de recuperação económica que o país evidencia e assim possamos diminuir significativamente os atuais níveis de desemprego, os quais constituem o problema social mais afilivo e preocupante que o país enfrenta.

Entende assim o PSD/Algarve que o novo processo de descentralização deve prosseguir no sentido de robustecimento das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais, vulgo CCDR, com a respetiva transferência de competências e de meios, nomeadamente no que respeita às matérias de planeamento que a Administração Central detém através dos planos regionais de ordenamento do território, sobretudo as competências que dizem respeito às acessibilidades rodoviárias; e ao desenvolvimento turístico e outras atividades económicas.

A título de competências a transferir para as CCDR's, a acrescentar às atuais, destacaríamos o desenho dos programas regionais de inclusão social; a efetivação da

constituição das Autoridades Metropolitanas de Transporte, sem as quais jamais avançaremos para a intermodalidade dos sistemas de transportes nas diferentes regiões do país, melhorando a eficiência das decisões operacionais necessárias para concretizar esse desígnio; o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica regionais e o desenvolvimento e monitorização das estratégias de desenvolvimento económico, que não podem continuar a ser estabelecidos sob a perspetiva de uma visão exclusivamente nacional ou local; e ainda algumas competências que presentemente se encontram descentralizadas nos municípios ou nas associações intermunicipais, mas cuja operacionalização tem demonstrado acentuarem as assimetrias entre municípios de uma mesma região. No fundo, este alargamento estende-se a matérias a que o nível intermédio se revele o mais adequado, não albergando competências nas áreas da justiça, defesa, saúde, entre outras.

E no que respeita a esta proposta de descentralização, entende o PSD/Algarve que o seu modelo de financiamento não poderá comprometer a necessidade da despesa dessas administrações não colocar em causa o cumprimento dos objetivos internacionais a que o Estado está obrigado pelo tratados e que a sua implementação obedeça ao princípio da subsidiariedade,

nomeadamente que os investimentos a efetuar nessas regiões procurem atenuar as assimetrias inter-regionais existentes, promover a coesão social, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos e a captação de investimento privado. Deste modo, a perspectiva a adoptar deve fundar-se no combate ao desperdício, na simplificação administrativa e na imposição da neutralidade orçamental para que esta reforma se concretize. Regionalizar não é aumentar despesa, é servir melhor os cidadãos com os mesmos recursos e com maior escrutínio político e legitimidade democrática.

Eleições Regionais

No que concerne ao seu órgão gestor, entende o PSD/Algarve que o mesmo deverá emanar de um processo eletivo colegial (Assembleia Regional), cujos membros sejam escolhidos diretamente pelos cidadãos residentes nas respetivas regiões e que possuam capacidade eleitoral nos termos da lei. Numa eleição que deverá decorrer no âmbito de eleições regionais, numa periodicidade de 4 anos, e a serem realizadas em simultâneo com as eleições autárquicas. Num mo-

delo de candidaturas constituído por listas fechadas, à semelhança do existente para as eleições legislativas, em que o primeiro membro da lista mais votada seja o seu presidente e cujos restantes membros do órgão executivo, constituído por um máximo de 5 membros, sejam escolhidos entre o leque do quadro de eleitos para a Assembleia Regional e aprovados por esta. Devendo igualmente ser estabelecido que o número de mandatos atribuídos seja adequado a responder ao imperativo democrático de assegurar a representação de correntes minoritárias, alicerçado no método de Hondt, nas referidas Assembleias Regionais.

No entanto, admite o PSD/Algarve que a regionalização, nomeadamente pelo facto da mesma não ser ainda um modelo de organização político-administrativa consensual em todo o país e por existirem questões de natureza loco-regional que fazem com que a delimitação das regiões possa ter que sofrer ligeiros ajustamentos (sem que isso coloque em causa o modelo das 5 regiões plano que protagonizamos), que o PSD possa vir a defender a implementação da regionalização de forma progressiva através da criação de região-piloto para testar o modelo.

Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos

A terminar, o PSD/Algarve propõe ao Partido para que não desista de continuar a pugnar na Assembleia da República e junto do atual Governo, para que este avance na construção de um Estado mais próximo dos cidadãos. É necessário que o PSD defenda na Assembleia da República, junto do atual Governo, e no país, que acredita verdadeiramente na existência de portugueses e portuguesas de reconhecido mérito e capacidade em todo o país. Por isso tudo isto é necessário que o PSD exija ao atual Governo para que este avance de forma decidida para a regionalização administrativa do país, porventura começando pela região-piloto do Algarve, e que descentralize e delegue mais competências na sua administração desconcentrada e operacionalize o próximo quadro comunitário em estreita parceria com os municípios. Se assim fizer, estará a promover a construção de um país mais justo, mais solidá-

rio, menos centralizador e menos castrador da energia e do potencial endógeno de Portugal. Importa que o PSD, de norte a Sul, do continente às ilhas, do litoral ao interior, seja capaz de aproveitar aquilo que Portugal tem de melhor: os Portugueses.

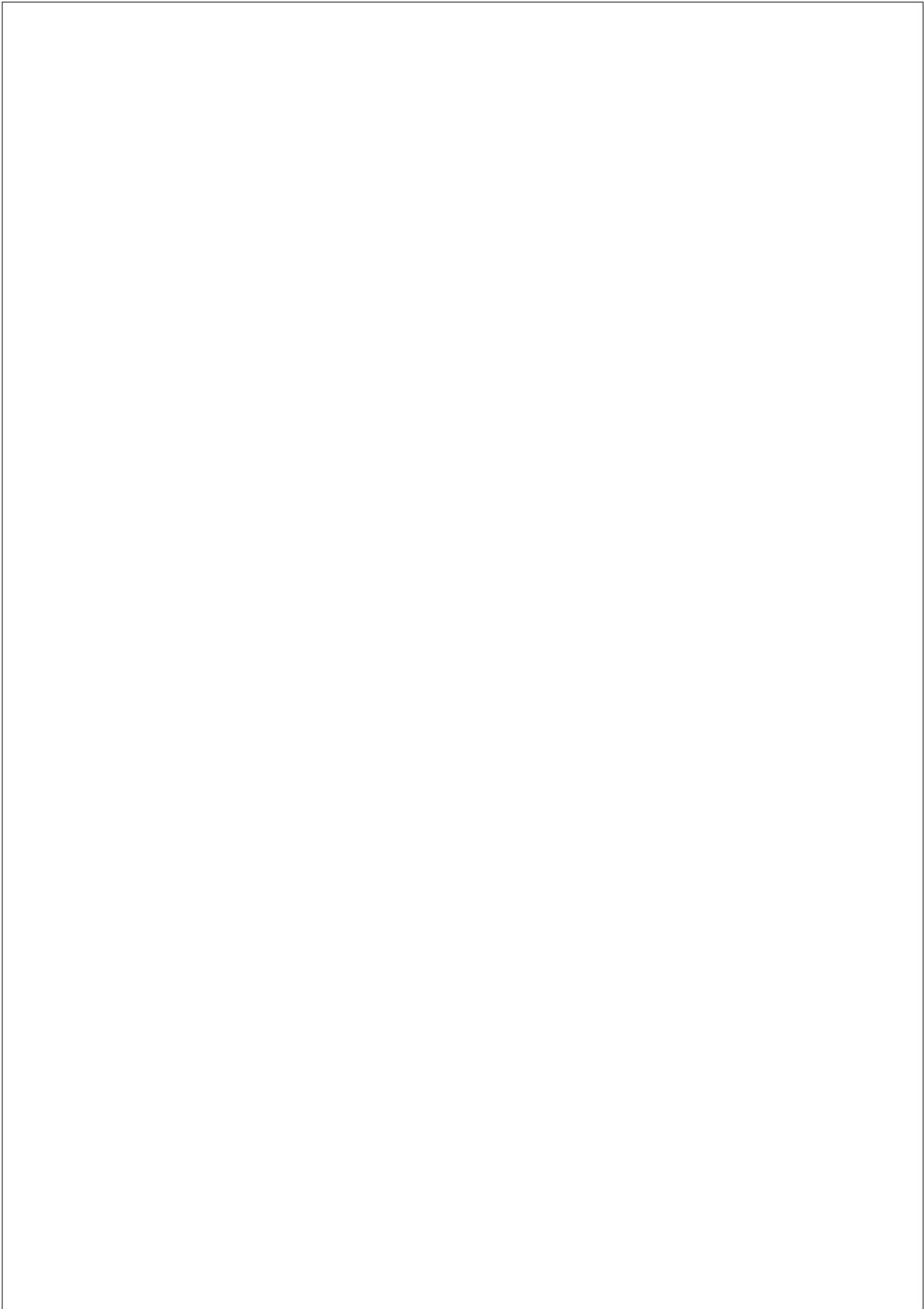
A terminar, entende o PSD/Algarve que este novo modelo de descentralização que protagonizamos poderá ser o passo intermédio que necessitamos para se poder comprovar das virtudes de uma futura regionalização administrativa do país, em que os representantes sejam eleitos por sufrágio universal e direto, dando desse modo cumprimento ao estabelecido na Constituição da República Portuguesa vigente, e ao legado político de Francisco Sá Carneiro, e de maior aproximação entre os políticos e os cidadãos.

PROPOSTA TEMÁTICA

T

“CIDADES, INCLUSÃO E INOVAÇÃO SOCIAL”

1º Subscritor:
Luís Miguel Seabra de Freitas
militante nº 26430



“Cortar nos desperdícios é fundamental, mas não chega: fazer mais com menos implica inovar radicalmente, isto é: introduzir novos modelos de negócio, novas formas de fazer, abertura da cadeia de valor. O crescimento das necessidades sociais, em conjunto com as restrições orçamentais, exige novos modelos de serviço público. O que é que isso implica no Estado? Mais eficiência, obviamente. Mas também uma nova visão, capaz de mobilizar e envolver a sociedade na criação de novas soluções. A forma mais óbvia de reduzir o défice é eliminar ou reduzir serviços públicos. A forma mais inteligente é mobilizar a sociedade para criar novas soluções para as questões sociais”.

Diogo Vasconcelos

Sumário Executivo

O sistema social deve assentar prioritariamente numa lógica de complementaridade ativa entre o Estado e as Pessoas. É fundamental devolver aos Portugueses a capacidade de poderem intervir livremente na sociedade, promovendo a dinamização da economia social.

A Inovação Social foi uma marca distintiva dos Governos liderados pelo PSD, que deve continuar a liderar o debate e a ação, propondo uma nova geração de políticas sociais urbanas, dando espaço à sociedade para que esta possa libertar a sua capacidade de inovação e de regeneração social.

São necessários modelos de relacionamento do Estado com os privados, que promovam uma maior flexibilidade ao mesmo tempo que geram condições para atração de financiamento privado para o domínio social. Os “Social Impact Bonds” são um bom exemplo de práticas de inovação social que podem e devem ser exploradas.

Os sinais transmitidos pelo atual governo das esquerdas unidas não poderiam ser mais preocupantes. Em poucos meses, todo o trabalho de reforço da confiança das instituições sociais, dos investidores e da sociedade em geral no Estado, foi colocado em causa, pelo que **o PSD tem de reafirmar a defesa de uma “Economia Partilhada” em vez de uma “Economia dos Pobres”, com particular enfoque em políticas de Inovação Social e considerando a intervenção no terreno do terceiro sector empreendedor e inovador.**

Introdução

O Personalismo e o Humanismo são referências distintivas da nossa ação política. É no âmbito das políticas sociais que precisamos de aprofundar um novo paradigma, inovando na atitude, no envolvimento das pessoas e na renovação do Estado, reequacionando um equilíbrio justo entre gerações.

O sistema social deve assentar prioritariamente numa lógica de complementaridade ativa entre o Estado e Cidadãos. É fundamental devolver aos portugueses a capacidade de poderem intervir livremente na sociedade, promovendo a dinamização da economia social criadora de riqueza, de emprego e de um verdadeiro Estado Social, que dissemine novas soluções para os novos problemas sociais.

A Inovação Social foi uma das principais marcas dos Governos liderados pelo PSD

Desde há muitos anos que o PSD faz das temáticas associadas à inovação social e à necessidade de reforçar a capacidade de resposta às populações mais carenciadas, um tema central das preocupações e da sua ação política.

O Programa de Emergência Social, anunciado enquanto eixo prioritário de atuação pelo Governo XIX Governo Constitucional, foi uma das primeiras medidas apresentadas por esse executivo aos Portugueses. Propunha-se, designadamente, “criar um modelo de inovação social que dê resposta a carências sociais graves” e foram muitas as medidas desenvolvidas neste âmbito, as quais passaram por uma aposta na sociedade civil, nas IPSS e na alteração do padrão de resposta social, dando mais e melhores competências e meios a quem melhor conhece os problemas.

Apesar da alocação de recursos públicos, Portugal continua a revelar um mau desempenho na resposta aos problemas sociais

Com efeito, Portugal tem alocado um grande volume de recursos públicos ao sector social mas, ainda assim, continuamos a viver num país desigual e injusto. A dimensão dos problemas sociais das nossas cidades permitem-nos constatar a ineficácia das políticas que têm sido seguidas, apesar do esforço e de alguma evolução positiva verificada nos últimos anos.

Verifica-se que:

- Existem aproximadamente 2.5 milhões de pobres, com uma taxa de risco de pobreza de 40% antes de transferências sociais e de 16% após transferências e pensões;
- Cerca de 20% da população vive com menos de 450€ de rendimento por mês e que a pobreza afeta especialmente idosos e crianças;
- Nos portugueses com mais de 65 anos, cerca de 75% são pobres antes de transferências sociais, e mesmo depois dessas transferências 25% permanecem pobres.
- Somos o País mais desigual da zona euro e o chamado coeficiente de Gini, que mede as diferenças das desigualdades, diz-nos que 20% dos portugueses mais ricos têm 6,9 vezes mais rendimentos que os 20% dos portugueses mais pobres;
- A mobilidade social é reduzida e significa que aqueles que nascem ou caem na pobreza dificilmente algum dia vão sair dela e que esta atinge mesmo aqueles que têm emprego. As estatísticas evidenciam que 20% dos pobres estão empregados;
- Por fim, os nossos índices de desenvolvimento humano (HDI) e o de desenvolvimento de iniquidade ajustada (IHDI) são dos mais desfavoráveis da UE.

Constata-se, pois, que os riscos de pobreza e de exclusão social por privação de condições materiais de subsistência não se confinam à população desempregada e a situação de pessoas que resolvem os seus problemas de privação através do benefício de transferências sociais de carácter assistencial, lembrando, no entanto, que estas continuam, ainda assim, a serem pessoas pobres e dependentes, na medida em que o carácter assistencialista resolve no imediato, mas não cuida do futuro.

O País está confrontado, também, com um problema demográfico - o envelhecimento da população - que resulta do duplo efeito do aumento da esperança média de vida e da redução da taxa de natalidade, realidades estas que vão pressionar cada vez mais as despesas sociais e as despesas de saúde. Até 2060 a população com mais de 65 anos vai duplicar e com mais de 80 anos vai triplicar, sendo as crianças menos de metade dos idosos com mais de 65 anos e os idosos com mais de 80 anos serão mais de 80% do total das crianças.

Não podemos negar que existe um problema de sustentabilidade social nas nossas cidades, o que conduz a uma necessidade imperiosa de inovar nas políticas que possam interromper essa intervenção direta e excessiva do Estado que é origem fracassos na luta contra a pobreza, no equilíbrio inter-geracional e na coesão social e territorial.

Cidades com altas taxas de exclusão social, não são cidades nem territórios amigos para a competitividade, nomeadamente para o desenvolvimento das atividades económicas e criação de emprego.

A reinvenção estratégica do Estado central, local e das Cidades, onde deverão convergir as dinâmicas de qualificação dos diferentes atores sociais, ganha hoje um

O caso particular da problemática dos “sem-abrigo”.

Este é um fenómeno marcadamente urbano, com representatividade expressiva em homens em idade ativa.

O cenário de privação múltipla associado a este grupo humano surge naturalmente agravado, justificando o reforço dos mecanismos de proteção e apoio social, sublinhando-se a este respeito a importância dos cuidados de proximidade, dos programas de saúde comunitária e das iniciativas específicas de promoção de acesso à habitação.

As pessoas sem-abrigo protagonizam situações extremas de exclusão e rutura social, constituindo nessa medida um dos principais alvos das ações de solidariedade voluntária a este grupo e que importa relevar e apoiar, **valorizando neste caso o património social das Cidades ao nível do associativismo e do capital de voluntariado**, o que, desde logo, requer articulação com as respostas de carácter técnico e profissional.

Promover a Inovação Social e uma nova geração de políticas sociais urbanas

paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de governo eletrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado, central ou local, modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na sua capacidade positiva de legitimar uma relação de confiança essencial. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como “pivô” central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

Mais do que nunca, impõem-se novas políticas nas cidades, capazes de projetar uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e de aposta na criatividade, tudo isto num tempo de mudança, em que só so-

breve quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, bem como, numa lógica de competitividade aberta, introduzir na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação ao serviço das Pessoas. As novas políticas têm que assumir um compromisso pelo conhecimento e pela assunção de padrões sociais e culturais, condizentes com os novos tempos.

As cidades têm de ser atores e palcos de uma mudança que se pretende, num novo paradigma social recheado de soluções pragmáticas, de coesão e de fomento da empregabilidade, próprios de uma sociedade mais justa e que assentem num modelo de sustentabilidade económica, ambiental, cultural e social.

É fundamental preservar a solidariedade intra e inter-geracional, assegurando às gerações presentes e futuras, qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico. É também necessário fomentar e/ou pugnar pela nossa responsabilidade conjunta, por uma economia eficiente, pela subsidiariedade de soluções, simplificando e coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Central e Local, com

vista a aproximar a decisão, do cidadão. Não se pode também esquecer a equidade, para assegurar a justa repartição dos benefícios e dos encargos, nem a concertação e contratualização entre interesses públicos e privados. Estas terão que ser as novas lógicas em que devem assentar as políticas de cidade.

Assim, deverá ser favorecido o desenvolvimento de Cidades inteligentes, que explorem as ideias de mobilidade, acessibilidade, rapidez, transparência, simplicidade e eficácia de procedimentos e de obtenção de informação. Para isso, é também muito importante a aposta em projetos de I&D centrados nas cidades, bem como, equipa-las com redes de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação de alta qualidade e continuar a apostar na instalação de uma ampla rede de banda larga em todos os espaços públicos.

Esta nova geração de políticas urbanas não pode deixar de enfatizar a coesão territorial como um objetivo nacional, acelerando o combate por um desenvolvimento mais equilibrado do território e por uma efetiva igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Políticas que permitam conter e minimizar as regressões demográfica, social e económica das Cidades e do território em geral e que afastem do horizonte o cenário inaceitável de um país polarizado entre um interior abandonado e um litoral congestionado, entre uma capital concentradora de riqueza e a ausência de cidades que lhe façam competição em favor do equilíbrio do País.

A Inovação Social nas políticas de Cidade deve procurar aliar as virtudes do modelo empresarial, aos contextos onde estes modelos apresentam menor propensão para se desenvolverem.

Entre outras virtudes, poderemos distinguir a criação de novos canais de venda para os públicos mais carenciados, a contratação de colaboradores mais vulneráveis a situações de pobreza e desemprego de longa duração, a disponibilização de serviços públicos através

de modelos de baixo custo direcionados para estratos muito alargados da população.

O investimento social – aplicação de capital com o objetivo de gerar simultaneamente retorno social e financeiro – constitui uma alternativa para apoiar as entidades da Economia Social no acesso a financiamento adequado às suas necessidades e melhorar a sua capacidade de gerar impacto. O investimento social pode ser utilizado para financiar as operações de um determinado projeto, através de financiamento inicial que cubra as necessidades de um contrato com base em resultados ou atividades, ou pode ser utilizado para ajudar as entidades a cumprir a sua missão, apoiando o desenvolvimento das suas estratégias.

É fundamental incentivar um mercado de investimento social nas Cidades, como forma de alinhar o investimento social, com os objetivos do setor público, das entidades da economia social e dos investidores, operacionalizando e concentrando, também, a atenção no desenvolvimento de soluções para problemas sociais complexos, como o combate à pobreza, ao desemprego e a soluções de habitação recuperada e qualificada. Mas deve funcionar também, como forma de encorajar o investimento social em programas de prevenção e como um meio para escalar modelos de intervenção inovadores.

É essencial trabalhar numa perspetiva de colaboração entre entidades da economia social, entidades do setor público, intermediários, universidades e investidores, para que este mercado consiga adquirir potencial.

As políticas para a habitação e recuperação do edificado devem ocupar um lugar importante nas preocupações e aspirações dos poderes públicos e agentes sociais e devem ser consideradas como um elemento básico de suporte aos processos de autonomização de vida e, como tal, um dos fatores chave nas dinâmicas de inserção e coesão social.

Conclusão

O desígnio tem de ser a recolocação das pessoas no centro da intervenção política, proporcionando as condições estruturantes para que desenvolvam as suas capacidades e as suas competências e que o modelo de governação das cidades não fique centrado num Estado centrifugador, protetor e ineficiente criador de dependências e que existe, em última instância, para alimentar-se mantendo os problemas estruturais.

Para contrariar este terrível destino propomos:

1. Envolver os Cidadãos, Sociedade e o Estado, numa lógica de complementaridade, de proximidade, em torno de necessidades concretas, incentivando a comunidade e as juntas de freguesia, exigindo responsabilidade individual e das famílias e investindo na autonomia dos **atores, mais livres, mais informados e participativos, tornando-os**

também mais exigentes proporcionando, desta forma, um nível de bem-estar coletivo mais sustentável e mais em linha com as necessidades individuais. É exemplo disto a implementação dos orçamentos participativos.

2. Apostar com clareza nas novas respostas aos problemas sociais, nomeadamente em relação aos excluídos da sociedade e à pobreza, com particular enfoque em políticas de Inovação Social e considerando absolutamente **prioritária e central a intervenção no terreno através do terceiro sector**, empreendedor e inovador, numa lógica participada em rede e colaborativa.
3. **Fortalecer as políticas sociais nos cuidados de saúde dirigidos às pessoas idosas**, para as manter ativas, combater o isolamento, utilizando as novas tecnologias como exemplo de resposta aos problemas, que exigem uma mobilização coletiva, defendendo a responsabilidade dos cidadãos e da sociedade e a participação ativa das Instituições de Solidariedade;
4. **Apostar na promoção da Natalidade, assumindo um compromisso estratégico de afetar 3% do Produto Social Bruto, às políticas de promoção da natalidade**, que passarão por mais justiça fiscal, para as famílias com filhos, por uma melhor harmonização da família e do trabalho, por mais apoio à educação, formação profissional, solidariedade social e saúde, e por medidas ativas de emprego jovem. Destaca-se a prioridade de continuar e alargar os benefícios de redução em sede de IMI para as famílias com filhos.
5. **Promover a política de habitação como elemento crucial no combate à pobreza**, pelo que as Cidades devem criar zonas prioritárias de reabilitação urbana, nomeadamente os bairros sociais, gerando equilíbrios que promovam o enraizamento das pessoas num contexto social, económico e cultural mais positivo e capaz de gerar a mobilidade social. O reforço dos programas de incentivo ao desenvolvimento do mercado do arrendamento, com especial enfoque nas rendas acessíveis, através do apoio e financiamento do investimento privado, é um exemplo concreto de uma política pública eficaz e sustentável, que não requer volumes significativos de recursos públicos.

Mais do que um apoio de assistência, devemos trabalhar com o princípio da reintegração promovendo a coesão social pela capacitação e empregabilidade, nomeadamente dos mais vulneráveis e promovendo o espírito de partilha, cidadania e responsabilidade social em prol de uma sociedade mais próxima e solidária nas

nossas cidades.

A resposta pública aos problemas de ordem social não pode ser descurada e, seguramente, não poderá ser significativamente reduzida enquanto Portugal não conseguir regressar, de forma sustentada, a um percurso de crescimento económico significativo. Porém, esta resposta é limitada e tradicionalmente rígida ao nível dos seus mecanismos de funcionamento. Os problemas da sociedade atual exigem modelos de resposta mais flexíveis, com maior eficiência e, sobretudo, capazes de obter melhores resultados.

O papel do Estado deve centrar-se na organização dos seus meios e acima de tudo, dar espaço à sociedade para que esta possa libertar a sua capacidade de inovação e de regeneração social. O Estado deve ser capaz, também, de dialogar e colaborar e não de determinar cegamente a oferta social em cada espaço e momento.

Assim, compete aos decisores políticos adotar novos modelos que promovam uma maior flexibilidade na relação entre o Estado e os potenciais parceiros da sociedade civil, ao mesmo tempo que geram condições para atração de financiamento privado para o domínio social. Os “Social Impact Bonds” são um bom exemplo de práticas de inovação social que podem e devem ser exploradas, em que se aposta no envolvimento das entidades privadas na resolução de problemas concretos e de soluções mais eficientes e promotoras de uma “Economia da Partilha” que não tem de ser, nem pode ser uma “Economia dos Pobres”.

Os sinais transmitidos pelo atual governo da esquerda unida não poderiam ser mais preocupantes. Em poucos meses, o trabalho de reforço da confiança das instituições sociais, dos investidores e da sociedade em geral no Estado, foi colocado em causa. Ao invés de manter uma relação de diálogo e uma postura construtiva, o atual governo vai determinando, de forma isolada, novas e contraditórias orientações que apenas geram confusão, desconfiança e retraem a iniciativa privada. O orçamento do Estado para 2016 é um claro exemplo de uma grave insistência em práticas que, invariavelmente, nos conduziram a maus resultados. Não existe, por exemplo, uma única medida que permita aliviar a carga tributária das IPSS, reforçando um regime fiscal em sede de IVA que, apesar de ter sido progressivamente melhorado, continua a ser apontado como penalizador e inibidor da capacidade de atuação destas entidades.

E, como afirmou Francisco Sá Carneiro, o Estado não se pode sobrepor às Pessoas, sendo nesse caso um verdadeiro Estado totalitário. O futuro depende de cada um de nós e ao Estado pede-se que não complique a vida dos cidadãos.



PROPOSTA TEMÁTICA

U

**“FORTALECER A
DEMOCRACIA - CONTINUAR
A DAR PASSOS”**

1º Subscritor:
JSD



Enquadramento

Que os portugueses estão desacreditados do regime político, é uma evidência que poucos ousarão contrariar. Prova disso faz o estudo divulgado recentemente pela Presidência da República, que mostra que apenas 16,6% dos portugueses revelam satisfação com a democracia, enquanto 50,8% a avaliam negativamente. Na população jovem, o grau de insatisfação atinge igualmente valores preocupantes, com 40% a 50% dos cidadãos mais novos a considerarem-se desagradados com o sistema democrático, o que mostra bem da pertinência da alteração do status quo.

Paralelamente, existe um declínio muito acentuado do voto popular, tanto para as presidenciais, como para as legislativas, desde a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa em 1976, até hoje. A Comissão Nacional de Eleições disponibiliza dados que mostram que Portugal foi, inclusive, um dos países onde a abstenção mais cresceu, nos anos 90, e que efetivamente a participação eleitoral está em queda de forma recorrente.

Concomitantemente, a informação disponível sobre identificação e sentimento de concordância com partidos políticos, revela que a maioria dos portugueses não se sente próximo ou identificado com qualquer partido, e que, para além disso, existe uma redução significativa de inscrições em outras estruturas de participação, nomeadamente em associações profissionais ou sindicatos. Não é exagerado concluir que a atual forma de organização da sociedade deixou de convencer a população.

Sendo assim inegável não só um progressivo abatimento da participação eleitoral dos cidadãos, reflexo de uma falta de confiança nas estruturas do sistema, mas um descrédito na própria organização da sociedade, da qual os partidos são primeiros responsáveis, cabe-nos refletir e apontar caminhos para um renascer da confiança dos portugueses nas suas instituições e na sua democracia. O atual modelo de sociedade já não se convence a ela própria!

Rejeitemos, aqui e agora, o imediatismo e a demagogia dos que oferecem sempre soluções simples e se desdobram em propostas de revisão do sistema eleitoral, incapazes de inverter, de facto, a participação e o sentimento dos nossos concidadãos.

A reforma do sistema político não se resume à reforma do sistema eleitoral.

Hoje, aliás, é lugar-comum dizer-se que não há verdadeira reforma do sistema político sem a reforma dos partidos, do seu funcionamento e do seu financiamento. No entanto, para nós, o facto é que também não há verdadeira reforma do sistema político que não integre a participação dos cidadãos por causas e uma maior relação com as organizações não-governamentais.

Dos exemplos mencionados, pode retirar-se que a população portuguesa se vem, progressivamente, alheando da participação política no país, procurando agora outras formas de envolvimento, como o ativismo por causas, o voluntariado e as organizações não-governamentais.

Entendemos que contribuem para esse distanciamento vários fatores, dos quais destacamos a falta de confiança na classe política, a configuração atual das instituições políticas e o esforço insuficiente pelas entidades competentes para dotar a população de maior formação cívica e política.

Os agentes políticos têm (temos!) de ser capazes de garantir e de mostrar à sociedade que o foco do trabalho político é de facto o interesse público, e é fundamentalmente isso que está em causa!

Em suma, consideramos que os agentes políticos têm a obrigação de reafirmar à sociedade que o foco da política está na pessoa humana e no interesse público. O PSD, partido democrático, reformista, social-democrata e humanista, tem a obrigação de romper com as regras existentes e conduzir Portugal para uma nova e reforçada democracia, mais próxima, livre e eficiente.

Educar, Formar e Recrutar

A Cidadania é, além de um processo de construção continuado, a base da construção de uma sociedade evoluída, tolerante, consciente e participativa, pelo que a experiência de 4 décadas de regime democrático não pode ofuscar a necessidade permanente de alimentar os valores democráticos, aprofundando a participação política, aproximando todos os cidadãos dos assuntos comuns a que todos dizem respeito.

Do mesmo modo, deve continuar a ser assumida como um contributo para a construção da identidade e cidadania nacional, lusófona e europeia. Num contexto de diminuição da satisfação e da confiança no regime democrático, a educação para a cidadania deve enaltecer diferentes expressões de cidadania, promovendo a liberdade, a tolerância, a partilha, o conhecimento e o respeito pelas crenças e culturas, e deve ser um veículo de conhecimento do território.

Assim, mostra-se necessário mudar a estratégia para democracia e participação nas escolas, para que garanta que estamos a preparar melhor os jovens para a vida e que eles aprendem a viver a sua cidadania e que, sempre que possível, mobiliza a cooperação de pais e encarregados de educação e de toda a comunidade educativa. Acreditamos que, a nível curricular, os conteúdos têm de introduzir conceitos sociais, económicos e políticos que se mostram essenciais nos dias de hoje e que se prevê virem a sê-lo no futuro - é obrigação da escola e da comunidade proporcionar formação e capacitação cívica a cada criança e jovem, combatendo o afastamento dos cidadãos da política. Estas aprendizagens, assumamo-lo, têm de ter tempo próprio na escola, pois são demasiado importantes para a saúde do regime democrático em que vivemos, para serem esquecidas ou entaladas nos conteúdos de outras disciplinas. Não é desejável numa democracia avançada que os cidadãos não conheçam as instituições políticas existentes e o seu funcionamento, não as consigam distinguir e ou não saibam como com elas se relacionar; da mesma forma qualquer cidadão tem precocemente de aprender a relacionar-se com conceitos económicos e jurídicos básicos, para que consiga ser operativamente autónomo nestes domínios quando adulto, conhecendo nomeadamente os seus direitos e os mecanismos à sua disposição para os exercer, exigir e cumprir.

A Cidadania ativa que defendemos e ambicionamos pressupõe não apenas a aproximação dos cidadãos aos seus governantes e representantes, mas o aprofundamento de múltiplas formas de participação dos cidadãos nos processos comuns, tanto no que diz respeito

aos poderes legislativo, administrativo e judicial, como no que concerne ao nível nacional, regional ou local do exercício do poder. O caminho para tal cidadania ativa não é novo na sua aspiração, mas temos de reconhecer que há ainda trabalho a fazer na sua concretização.

O mundo em que vivemos é extremamente complexo. A informação existente e disponível todos os dias, e que temos de filtrar é monstruosa. Assim, qualquer atividade que pretenda assumir relevo social precisa de se apoiar na formação dos seus intervenientes. Hoje já não é possível atingir o sucesso de outra forma.

Também neste particular não podemos considerar que a Política é exceção. A profissionalização da política nas últimas décadas está, mais recentemente a ser sustentada e apoiada, nomeadamente no nosso partido, por uma aposta crescente na formação. A preocupação com a formação tem-se alargado, extravasando os jovens, e crescendo em todos os setores, autarcas, trabalhadores, e militantes e simpatizantes em geral.

Mas, no que toca ao recrutamento, é frequente a discussão sobre a (in)capacidade do Estado e dos partidos políticos atraírem o melhor talento para desempenhar funções de interesse público. É aqui que os partidos políticos jogam um aspeto fundamental da sua missão e da confiança dos portugueses. Os partidos não devem (nem podem!) ser apenas instrumentos de tomada e manutenção do poder. Têm de ser também canais de renovação, atração e formação de novas gerações de decisores públicos e políticos de qualidade.

Devemos também focar que os momentos de formação, em particular os abertos a independentes, são importantes momentos de recrutamento para o partido. Durante estes momentos é possível conhecer e testar jovens comprometidos com a sociedade em que se inserem e com a resolução dos problemas que nela encontram, interessados e motivados para a atividade política, e frequentemente com currículos académicos, empresariais e associativos de grande valor. A formação sobre temas relevantes para a sociedade e para os jovens revela-se, na sua grande maioria, o primeiro contacto com a realidade partidária.

O tema do recrutamento partidário tem sido genericamente descurado. Não tem havido a necessária reflexão sobre o tema, sobre como motivar mais pessoas a envolverem-se na política partidária, e fundamentalmente como envolvemos as novas gerações. Esta é uma reflexão crucial para o nosso

futuro, porque a atividade política, como ação humana, depende, em absoluto, do talento que consegue atrair, do refrescar da estrutura e da confiança que consegue passar aos cidadãos. A atividade política partidária, depende da mesma maneira da capacidade de sermos mais, e não menos, pelo que em primeiro lugar temos de contrariar a tendência natural que as estruturas de poder têm para a oligarquia.

Quando se diz que os partidos se fecham, e não querem a participação isso acontece por lógicas protecionistas, de proteção do poder. É um facto que estas tensões verificam-se em qualquer atividade, sobretudo nos lugares de responsabilidade e de decisão, bem como naquelas que fazem sobressair as qualidades pessoais e intelectuais dos seus intervenientes. A política é, sem dúvida, uma delas. Mas o que é necessário garantir é que as ideias, o empenho, e a liberdade de participação prevaleçam, potenciando a abertura das estruturas à sociedade.

Não podem os partidos continuar, tranquilamente, a viver e respirar fechados sobre si próprios, satisfazendo-se com o discurso corrente de que a Política já não consegue atrair “os melhores”. Cabe aos partidos serem mais exigentes e abertos a uma sociedade em permanente transformação.

A nobreza do serviço público é, para nós, inquestionável, e também por isso deve ser inquestionável o nosso empenho em garantir a maior e melhor participação possível. E isso deveria não só exigir a presença dos mais talentosos – assim garantindo a melhor prestação do serviço público – como estes deveriam sentir o impulso de uma participação política ativa, ainda que intermitente com a sua atividade profissional, de modo a corresponder àquele chamamento.

Há na política, como de resto em toda a sociedade e em todos os setores, gente capaz e incapaz, bem e mal-intencionada, mais e menos trabalhadora. Infelizmente, este novo desporto nacional do “tiro ao político” afasta pessoas que podiam ser muito úteis ao serviço público, mas que simplesmente não estão disponíveis para se envolverem numa atividade tão mal vista pela sociedade.

É hoje demasiado fácil satirizar o perfil dos políticos, sejam eles dirigentes partidários, autarcas, ou ministros. Se vêm da sociedade civil, então a crítica prende-se

com a ingenuidade e falta de experiência política. Por seu turno, se têm experiência política, facilmente lhes é atirado o argumento de não terem vida para além da política e de serem carreiristas partidários. Nos casos em que conjugam experiência política e de vida profissional fora da política rapidamente são atacados pelas suas ligações e por estarem a usar a política para retirarem dividendos empresariais.

Aliás, isso passa-se de forma muito parecida nas juventudes partidárias, em que no mesmo momento em que toca a sociedade clama pela renovação e pela participação de novos e qualificados quadros como agentes políticos, ridiculariza e insulta qualquer jovem que se queira inscrever numa juventude partidária, o que nos leva a um ciclo vicioso em que o que pode ser a cura, é atacado como sendo a doença! As juventudes partidárias arcam particulares responsabilidades e até um papel insubstituível no que deve ser a renovação dos partidos e no recrutamento de novos talentos. É por isso que todos os partidos possuem, mais ou menos formalizadas, estruturas de juventude. A renovação, o recrutamento e a formação devem ser prioridades primeiras na ação destas estruturas.

Infelizmente, de forma hipócrita, não falta quem acuse os partidos e em particular as juventudes partidárias pela degradação do ambiente político e da qualidade dos intervenientes, e simultaneamente acuse os novos intervenientes de falta de experiência. Também aqui a comunicação social não está isenta de culpas, sendo hoje quase a regra as notícias serem artigos de opinião, esquecendo a isenção a que estão obrigados. A comunicação social esqueceu os factos e é hoje um interveniente político não assumido.

Concluimos com facilidade perante o exposto que para além de a política afastar os cidadãos, estes são também afastados pelos média e por uma sociedade que procura a indignação e o escândalo do dia, em que um sucesso tem apenas uma pequena fração do valor de um escândalo, proporcionalidade sempre dependente do número de jornais ou do tamanho que a edição lhe destina na capa. Devemos assumir que tudo isto dificulta o recrutamento dos melhores intervenientes para a ação política e insistir na abertura das decisões e escolhas políticas e no recrutamento dos melhores, para sermos mais, e não menos!

Reformar o Sistema Partidário

O regime político é um conjunto de instituições, normas e mecanismos através dos quais um dado território é governado. Este conjunto de instrumentos políticos e jurídicos permitem que o povo e as instituições decidam o seu próprio destino. É por isso que a melhoria e a confiança no sistema são tão importantes, e dependem em larga escala da confiança e segurança que as instituições transmitem no seu regular funcionamento, na qualidade do sistema de justiça e na capacidade do regime de corrigir falhas. A construção de um regime político saudável assenta portanto nesta confiança e na qualidade das instituições, bem como no empenho, participação e fiscalização dos próprios cidadãos, mas também dos aparelhos de poder e controlo de poder, e das aptidões e âmbitos de interferência dos diferentes órgãos.

Uma reforma do sistema político-partidário pressupõe em primeiro lugar uma reflexão profunda sobre os mecanismos internos de funcionamento dos partidos políticos e sobre a centralidade que se dá à relação com a sociedade. Alterações estruturais que visem aumentar o grau de confiança das pessoas nos partidos, a alteração dos mecanismos de seleção das pessoas para acesso aos cargos políticos com o objetivo de permitir uma melhor expressão da vontade popular e garantir soluções de estabilidade na governação são alterações que são vistas por nós como necessárias para uma sobrevivência do regime.

Assim, e em linha com isto, a polémica em Portugal em torno da reforma do sistema político-partidário passa essencialmente por problemas estruturais. A desilusão dos portugueses não está assente no número de deputados, nos poderes do Presidente da República ou na composição do governo! A grande crítica que diariamente se aponta não é de natureza institucional mas relativa ao processo de decisão dos partidos, aos modelos eleitorais internos e de escolha dos candidatos, que está associada à crescente falta de participação cívica e envolvimento partidário da maioria da população. Os portugueses exigem, isso sim, uma maior possibilidade de participação e mais transparência dos processos políticos. Por mais que se queira esquecer ou esconder, em primeira instância a crítica é dirigida aos partidos políticos!

Assim, é nosso entendimento que os principais desafios políticos para a confiança que se colocam ao nosso país no que diz respeito à reforma do regime passam por:

1. Reformar a democracia, garantindo a transparência processual e financeira interna dos partidos.
2. Alargar as hipóteses de participação cívica fora do quadro partidário, mantendo os partidos como peça principal e central do sistema político.
3. Trazer os partidos, a participação e o sistema político para as potencialidades e exigências do presente momento, abrindo espaço aos benefícios de usabilidade e transparência e disponibilidade de informação associados às novas tecnologias;

Mas o que ganham e perdem os cidadãos no seu processo de participação cívica? Porque vemos hoje grande disponibilidade dos cidadãos para a participação em movimentos por causas específicas e cada vez menos a estarem disponíveis para a participação partidária? Como em todas as ações, o ser humano faz uma análise de custo/benefício, mesmo que inconsciente. E cada vez mais essa análise leva a que o indivíduo comum assuma que há um custo superior ao benefício pela sua participação, levando não só à crescente abstenção como ao descrédito no sistema, que é por si só extremamente perigoso pelo terreno fértil que é para a demagogia e para o discurso mais extremado antissistema.

Há, e talvez pelo acima descrito uma crescente propensão para a quase profissionalização da intervenção cívica, seja em partidos, associações, movimentos. O propósito do funcionamento nestes modelos organizativos é estruturar a apoiar o complexo trabalho de participação, após auscultação das exigências e reivindicações dos seus membros, e dessa maneira (federando interesses e posições) reduzir claramente os entraves à participação individual e potenciar um aumento do peso e relevância, quer política quer social. Apesar de ser positivo o facto da sociedade se organizar, isto não deve levar à falência da participação individual, que é a base do sistema democrático.

Posto tudo o referido, e também de acordo com grande parte da literatura científica existente sobre a temática, a melhor forma de aumentar a participação cívica individual e combater o abstencionismo é criando condições para que os cidadãos cresçam e sejam educados em meios em que a participação é apoiada, em que a informação está disponível e em que eles próprios têm à sua disposição mecanismos de participação para a alteração da sua realidade. É absolutamente crucial o papel da educação e da (in)formação na melhoria des-

tes resultados. Só uma transmissão dos valores associados à participação cívica de forma universal e firme a toda a população permitirá amplificar a quantidade e a qualidade da participação cívica ativa. É preciso uma transformação social de mentalidades que seja capaz de produzir uma cultura positiva de participação, colaboração e diálogo, que contrarie a cultura abstencionista e de permanente confronto.

Assim, perante a necessidade de reforma do sistema partidário, temos como grande repto a consecução de soluções que, por um lado, alterem o quadro de incentivos à participação, criando mais estímulos positivos à intervenção ativa dos cidadãos e que, por outro, aumentem a eficácia e a eficiência dos mecanismos à disposição da participação dos cidadãos, tornando-a mais atrativa e apreciada.

No seguimento do escrito anteriormente, o caminho de reforma dos partidos para melhorarem o grau de confiança que os portugueses neles depositam passa por um trilho de maior abertura, participação e liberdade de escolha! Os partidos políticos não podem deixar de reconhecer a necessidade de mudar as formas como envolvem os cidadãos, e nessa medida, defendemos a realização de eleições primárias para a escolha do seu candidato a Primeiro-Ministro e do sistema de voto preferencial nas eleições legislativas.

Este é um caminho que acreditamos que mostrará aos cidadãos que connosco se identificam que a sua opinião é relevante para nós, e promoverá um maior entrosamento com o partido, e fundamentalmente permitirá ao mesmo tempo uma melhor perceção de quem são as pessoas que os portugueses preferem que os representem no parlamento, dentro do nosso campo ideológico.

Neste sentido defendemos que a escolha dos candidatos a primeiro-ministro deve sair dos círculos restritos atuais e extravasar para a sociedade, permitindo que todos os portugueses militantes e simpatizantes emitam a sua opinião. Simultaneamente, a opção pelo voto preferencial tem o potencial de transformar as eleições legislativas em momentos de maior transparência e garantindo que os portugueses ficam mais satisfeitos com o resultado final. Acreditamos ainda que continuar com a prática de integração de independentes e militantes com reconhecido mérito nas listas de deputados constitui uma outra prática positiva de abertura dos partidos à sociedade. Estas alterações permitirão aos eleitores sentirem-se parte dos processos de decisão e assim sentirem-se mais próximos e respeitados.

Assumimos naturalmente que cada partido político tem a liberdade para decidir como se organiza e como

estrutura os seus processos de decisão, pelo que esta prática é algo que defendemos para o Partido Social Democrata, e não por exigência legal. Como sociais-democratas que somos não cremos ter o direito a coartar a liberdade dos outros!

Também no financiamento dos partidos políticos há melhorias a fazer, reformas para a esperança e a confiança dos portugueses em nós, políticos. Precisamos de alterações que passem para os portugueses uma mensagem de transparência, uma mensagem de abertura e de valorização da formação política e da participação de todos.

Acreditamos num modelo de financiamento assente em subvenções estatais adequadas, mas em que o pagamento de quotas deixa de ser condição de acesso à decisão. Na prática, os militantes pagam para ter o direito a votar e a serem eleitos, o que leva a um viés democrático, pois frequentemente as quotas não são pagas voluntariamente mas por quem tem maior interesse e capacidade financeira numa disputa em concreto.

A abertura do partido à participação de cidadãos sem exigir uma contrapartida financeira não resolve o problema, mas torna o sistema mais autêntico e transparente: os cidadãos participam (e votam nas decisões) porque têm vontade, sem estarem alguns em condições de o fazer e outros não em função de ter as suas quotas pagas ou não.

A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, do Tribunal Constitucional, poderá na nossa opinião tornar a informação financeira sobre os partidos mais amigável do utilizador, nomeadamente no que concerne às doações e ao financiamento público.

Por outro lado, temos também de repensar os regimes de exercício de funções dos deputados e de outros cargos políticos. Se por um lado os portugueses querem políticos livres de pressões partidárias, desejam ainda mais que a Política esteja livre de oportunismos profissionais. O facto de estarem a exercer a sua atividade de deputados em exclusividade dá importância ao trabalho parlamentar, e mostra que a atividade de representação dos cidadãos na Assembleia da República é suficientemente nobre e acima de tudo, se exercida da maneira correta, exigente e digna para ser feita com total dedicação. Assim, deve ser incentivado pelo Partido que os deputados exerçam as funções neste regime. Fazer Política é uma atividade honrosa e deve ser praticada com total transparência. O PSD deve assumir a necessidade de melhorar o laço de confiança com os portugueses e dar passos sérios nesse sentido.

Modernizar

A generalização e democratização do uso das novas tecnologias é uma realidade completamente instaurada no nosso modelo de sociedade. Seja na informação, nos serviços, nos bens de consumo ou na comunicação entre indivíduos e grupos, as novas tecnologias assumem um papel de facilitador dinâmico que as tornam cada vez mais insubstituíveis numa sociedade moderna e cada vez mais ligada. Mas se isto é verdade para a maioria dos setores mencionados, já não se pode dizer o mesmo quando o tema é a participação política e cívica no sistema e nas instituições democráticas em Portugal. De facto, a facilidade de expressão e de criação de grupos-*causa* nos meios digitais, com particular relevo nas redes sociais, tem conseguido muitas vezes, por confronto e muitas vezes sem qualquer diálogo, condicionar a opinião pública e os agentes políticos a reagirem (e não a agirem). No entanto, esta dinâmica não tem qualquer tradução na participação cívica e política eficiente, através dos seus canais próprios. Pelo contrário, esta continua em declínio por contraste com os movimentos-*causa*, mais ou menos esporádicos, que se mobilizam por *clicks* e que esperam quase sempre resultados no imediatismo através do mediatismo. Normalmente sabemos quem “lucra” com esta realidade: a demagogia e quem a clama.

É assim urgente que os agentes políticos encarem esta situação de uma outra forma, como oportunidade e não como uma ameaça. O Mundo e a forma como este funciona mudaram muito, mas a política e o seu modelo mudaram pouco. Acreditamos, portanto, que a modernização e a “era digital” podem também chegar aos canais da participação cidadã e política, institucionalizando-a, dotando-a de limites legais e de mecanismos que permitam acelerar e agilizar uma participação institucional e responsável. Há, de resto, vários casos de sucesso noutros países que há mais tempo decidiram encarar esta oportunidade. O voto eletrónico, os fóruns públicos regulados por entidades próprias ou a criação de sistemas digitais para auscultar a vontade dos portugueses numa dada matéria, podem trazer ganhos de participação muito elevados, contribuindo para uma maior ligação entre representantes e representados, bem como conferir aos participantes uma verdadeira sensação de que a sua opinião vale e que traz resultados. Ao mesmo tempo, esta modernização pode (e deve) trazer consigo um abaixamento dos custos associados à participação cívica, por se basearem nas novas tecnologias, capazes de assegurar uma abrangência de grande escala, independentemente da hora ou local em que cada um se encontra. É assim hoje o Mundo. É assim que ele funciona.

A relação entre eleitor e eleito tem estado cada vez mais abatida. Acreditamos que inverter este declínio é dotar o sistema democrático de maior credibilidade, transparência e capacidade de ação. De facto, hoje a política tem de ser mais rápida – a entender e a agir. A política não pode continuar a isolar-se a ela própria, sob pena de continuar a favorecer quem é pela demagogia e pelo mediatismo fácil, em detrimento da responsabilidade e do sentido de estado. É urgente, defendemos nós, deixar de adiar uma reforma que mais tarde ou mais cedo será inevitável. E mais tarde, poderá ser feita por quem sabe de que dela não tirará dividendos.

Nesta nova fase que desejamos, de utilização dos benefícios associados às novas tecnologias, é importante também reformar o ato eleitoral. Este ato, da maior importância em democracia mantém, ainda, alguns traços de vetustez exagerada. Uma das alterações mais urgentes prende-se com a alteração do critério de seriação dos cadernos eleitorais, removendo a ordenação por número de eleitor (associado ao momento de recenseamento em dada freguesia), para introduzir o critério de data de nascimento. Esta simples alteração além de simplificar em parte a atualização dos cadernos tem como principal vantagem a possibilidade de leitura de resultados por coorte etária. Posteriormente, deve ser trabalhada a evolução para o voto eletrónico. Esta solução é fundamental num período em que a mobilidade por razões profissionais, académicas ou de lazer é cada vez maior. Naturalmente que há, até por razões históricas, muitas pessoas que terão muitas reticências em aderir a um sistema deste tipo, mas a transição pode e deve ser gradual. A progressividade de implementação permitirá um ganho de confiança também ele sucessivo. O voto eletrónico, conjugado com uma necessária atualização séria dos cadernos eleitorais, permitirá uma leitura séria dos resultados da abstenção, sobre os quais persistem hoje fundadas dúvidas.

Adicionalmente, cremos que ao nível da comunicação da representação há ainda muito a melhorar, e frequentemente temos bons exemplos ao nosso alcance que não valorizamos ou mesmo desperdiçamos. O aumento da qualidade da prestação de contas (*accountability*) é hoje tido como uma necessidade. Garantir transparência nas intenções e seriedade na apresentação dos resultados é fundamental. Na página da Assembleia da República devem ser criadas páginas dos deputados, a exemplo do que acontece no Parlamento Europeu, onde os deputados possam de forma eficaz comunicar com os eleitores, mostrar o seu trabalho, as iniciativas e relatórios dos quais são autores, apresentar o seu currículo, comunicar as reuniões e visitas realizadas, entre outras.

Confiança, Confiança, Confiança

Há regimes que se mantêm à base da força, outros do medo. O sistema democrático mantém-se à base da confiança. Daí que seja preciso reformar a nossa democracia para fortalecer a confiança das pessoas.

Com a aprovação desta moção, o Congresso Nacional do PSD incentivará este Partido a lutar pela transparência processual e financeira do sistema partidário nacional; a alargar a participação cívica fora do quadro partidário; e a modernizar a forma de fazer política em Portugal.



PROPOSTA TEMÁTICA

V

“UM TERRITÓRIO, UM RECURSO, UM RIO: MONDEGO”

1º Subscritor:
Assembleia Distrital PSD de Coimbra



A história da região do Mondego remonta à antiguidade. A sua geografia, a fertilidade dos seus campos e o rio atraíram sucessivos povos.

A posição geoestratégica da região do Mondego, entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, confere-lhe uma importante função no equilíbrio na coesão territorial de Portugal, invertendo a lógica de uma tendência para a polarização.

A existência de alguns dos principais eixos rodoviários e ferroviários, e o Porto da Figueira da Foz, faz da região, simultaneamente, porta de entrada e saída.

O capital humano, devido ao pólo universitário e politécnico de excelência, possuidor de diversas unidades de investigação científica de referência nacional e internacional, e uma população jovem com elevadas qualificações académicas, projetam a região nos domínios da inovação e do conhecimento.

Os seus recursos endógenos são fatores de competitividade, nomeadamente: a monumentalidade do seu património, histórico e natural, a saúde, o turismo, o *cluster* agroalimentar e as empresas de inovação & desenvolvimento.

Contudo, é o seu património ambiental, o Rio Mondego, que diferencia a região das restantes. Referido desde a antiguidade. O grego Estrabão designou-o por Muliades, Munda ou Monda. Lhe chamaram os Romanos, os árabes chamaram-lhe Mondik, e em 946, num documento do Mosteiro de Lorvão, Mondeco. Referido na literatura portuguesa, cantado por trovadores, presente na memória coletiva do Povo Português e na sua História, separou o mundo cristão do islâmico, definindo o limite sul do condado Portucalense e foi elemento fundamental para o transporte de bens e mercadorias, e para a difusão de cultura.

O rio Mondego é o maior rio português e a sua bacia hidrográfica é a segunda maior cuja gestão é inteiramente da responsabilidade das autoridades nacionais. O rio é um relevante recurso ambiental de dimensão nacional, possuidor de um importante reservatório de água e de biodiversidade, bem como de consideráveis recursos geológicos, termais, energéticos e paisagísticos.

Considerando que:

1. São fundamentais políticas de competitividade territorial à escala regional;
2. O Mondego possui um conjunto de recursos endógenos que lhe permite afirmar a sua importância regional;

3. O rio Mondego é o maior ativo da região;

A água é elemento fundamental para a vida e para o dinamismo económico, que exige uma gestão sustentável no presente e no futuro.

Propõe-se:

Recursos hídricos

Classificar o rio Mondego como reserva estratégica nacional de água, num quadro de alterações climáticas e de acordo com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA), de forma a prevenir de futuro os problemas de escassez, da sustentabilidade e da salvaguarda do uso da água pelas gerações futuras.

Implementar o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) e o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações - Mondego, Vouga e Lis, instrumentos essenciais para a boa gestão da água e para a minimização dos efeitos destruidores das cheias.

Implementar um Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos com cobertura de toda a Bacia Hidrográfica do Mondego e modernizar e operacionalizar as estações automáticas das redes de monitorização hidrometeorológica, de forma a reduzir a vulnerabilidade das populações ao risco de cheias e a melhorar a articulação entre a Agência Portuguesa do Ambiente e as autoridades de proteção civil, com a melhoria da informação às populações.

Implementar um programa de requalificação e reabilitação da rede hidrográfica do Mondego e dos seus principais afluentes, Alva, Ceira, Arunca, Pranto, Foja, Ega e ribeira de Ançã, através de intervenções de limpeza, desobstrução, desassoreamento e recuperação da galeria ripícola, usando para isso o recurso ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos.

Criar o Observatório Nacional da Água.

Agricultura, Floresta e Pesca

Concluir o Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego, nomeadamente, o emparcelamento, adutores, redes de rega e acesos, recuperação paisagística e monitorização da qualidade da água.

Rever os regimes de tarifários da água para o setor agrícola e da taxa de recursos hídricos, com redução custos para os agricultores que utilizam práticas sustentáveis.

Promover, através do Plano Desenvolvimento Rural (2014-2020), apoios à inovação agrícola, ao incentivo de boas práticas agrícolas, que beneficiam o clima e o ambiente (Greening), e à recuperação e melhoria da eficácia dos sistemas de regadio e gestão da água.

Apoiar o setor cooperativo agrícola.

Reabilitar a estrutura florestal, em articulação com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, através de incentivos financeiros do Plano Desenvolvimento Rural (2014-2020).

Recuperar/reabilitar a frota de pesca (local, costeira e do largo), a pesca apeada, a indústria transformadora (salga, secagem, congelados e conservas), a aquicultura (piscicultura, moluscicultura e afins), a produção de sal e sua certificação e a pesca lúdica.

Orla Costeira

Implementar o Programa da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande e a execução dos planos de intervenção de praia e valorização ambiental e paisagística da orla costeira, através de sistema de proteção, costeira integrada, para combate à erosão costeira e recuperação dos ecossistemas e da paisagem, em articulação da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Zonas Costeiras e de acordo com o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral.

Desenvolver um Plano de Redução de Riscos de Desastres para a Orla Costeira entre Mira e Figueira da Foz.

Estuário do Mondego

Elaborar o Plano de Ordenamento do Estuário do Mondego, da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, instrumento fundamental para potenciar as atividades portuárias, turísticas, recreativas e desportivas. Permitindo, garantir o ordenamento das atividades humanas, a proteger os valores naturais, a conservação da natureza e da biodiversidade, configurando um instrumento de ordenamento de território e de apoio à gestão dos recursos hídricos do estuário.

Valorizar o estuário, nomeadamente o Salgado do Mondego, através da salvaguarda, recuperação e dinamização económica e social, nas suas componentes ambientais, económicas (salinicultura, aquacultura, pesca), turística (turismo da natureza) e conservacionista.

Melhorar as condições de navegabilidade do Porto da Figueira da Foz, através de um plano de dragagens.

Economia

A par com os *clusters* já existentes (ex: saúde, madeira/papel), potenciar os *clusters* de base tecnológica e informática, farmacêutico, alimentar (pesca, agricultura - arroz carolino, milho, hortícolas- lacticínios) e o turístico, orientados para os domínios da inovação, diferenciação e competitividade, tendo por base a mobilização do Programa Regional Operacional do Centro-Centro2020.

Desporto

Potenciar os desportos aquáticos e de lazer, nomeadamente através do Centro de Alto Rendimento (CAR) de Montemor-o-Velho e da pesca desportiva, através de uma rede de pesqueiros do rio Mondego.

Promover o desenvolvimento de um Pólo de desporto náutico académico na albufeira criada pelo Açude-ponte em Coimbra, sendo que para o efeito é fundamental proceder ao desassoreamento do Rio Mondego nesse troço.

Conservação da natureza

Reabilitar e promover o turismo da natureza dos locais integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura (Reserva Natural do Paul de Arzila, paul da Madriz, Paul do Taipal, estuário do Mondego Ilha da Morraceira, monumento natural do Cabo Mondego, Paisagem Protegida da Serra do Açor, sítio classificado de montes de Santa Olaia e Ferrestelo, Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas)

Classificar o Sítio Sicó-Alvaiázere como Paisagem Protegida em articulação com a classificação do património cultural, o monumento nacional Ruínas de Conímbriga, como Património Mundial da UNESCO.

Desenvolver um Programa de Utilização Sustentável das Serras da Lousã e Açor.

Desenvolver um Programa de Requalificação das Lagoas de Quiaios.

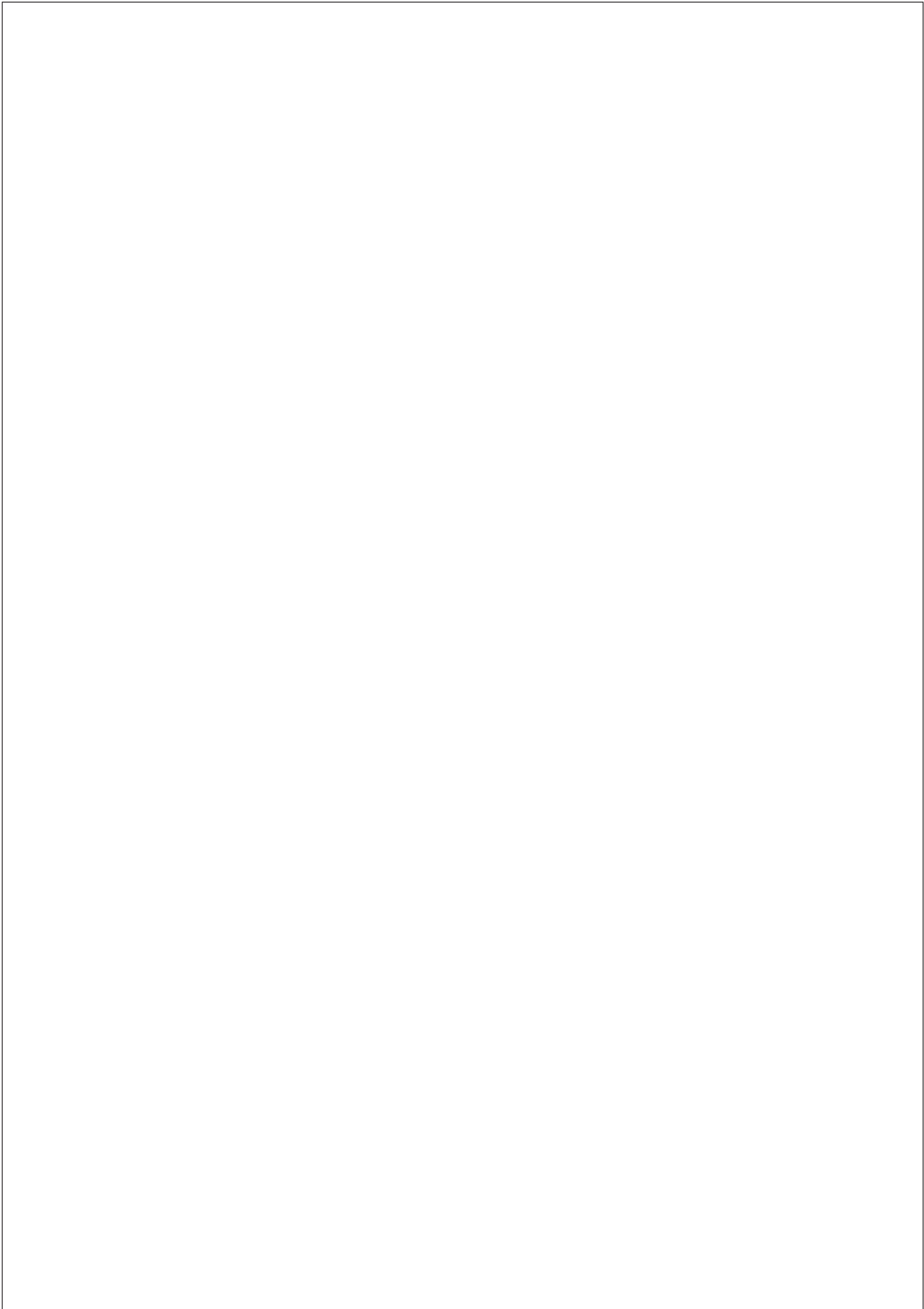
Valorizar o património natural do rio Alva, com pontos de visitaçao, para o turismo da natureza.

PROPOSTA TEMÁTICA

X

**“EMPREGO JOVEM: MAIS
QUE UMA GERAÇÃO DE
SOBREVIVÊNCIA”**

1º Subscritor:
Joana Barata Lopes



As questões do emprego, e os valores do desemprego, são fulcrais quando analisamos o caminho económico de um país. De acordo com os dados da OCDE, de Março de 2016, Portugal tem uma Taxa de Desemprego de cerca de 12,2% e uma Taxa de Desemprego Jovem de 29,9%.

Ora, ao nos debruçarmos sobre os números do Emprego e Desemprego jovem de forma mais concreta, não podemos deixar de os considerar muitíssimo preocupantes, a taxa de desemprego jovem é mais do dobro da taxa geral de desemprego, embora ambas tenham

vindo a cair nos últimos anos, a taxa de desemprego jovem mantém-se a níveis elevadíssimos.

Todos percebemos e reconhecemos a dimensão do problema. Todos nos preocupamos. Embora, cada um de nós, agente político, fique satisfeito com a descida sustentada dos números, nos últimos 4 anos, não nos podemos dar como conformados.

Como sociais-democratas que somos, temos orgulho do caminho que, mesmo num contexto de crise, conseguimos trilhar, mas neste congresso temos de nos focar no tanto que ainda falta fazer.

Problema 1: o desemprego jovem

A emergência do problema

Para um social-democrata, importa a eliminação das desigualdades à partida. Para nós, o papel do Estado e do agente político é o de, grosso modo, procurar soluções para eliminar situações de desigualdade à partida, para que cada pessoa possa seguir o seu próprio caminho de Felicidade – conforme o entende.

Assim, a incapacidade de ter acesso a um emprego e, conseqüentemente, a um meio de subsistência, é um problema que, evidentemente, tem de ser solucionado – porque impede a construção de qualquer caminho.

A solução estrutural para o problema do Desemprego – e do Desemprego Jovem – é clara: um país a crescer e criar emprego!

Nós, como Partido Político, sempre acreditamos nos jovens portugueses, no seu valor e nas suas capacidades de adquirir competências e de definir o seu caminho de felicidade. Assim, compete-nos garantir que o país cria as condições para que possam ter verdadeira hipótese de competir no caminho que escolherem, sem serem reféns de um caminho que o Estado lhes definiu.

No último governo que liderámos, quando se assumiu a chefia do Governo, a taxa de Desemprego Jovem em Portugal estava em cerca de 30% - e a crescer. Devido ao programa de ajustamento que Portugal estava obrigado a implementar e a imediata consequência da contração da nossa economia - não criação de emprego, foram prejudicados de forma pesada os jovens que estavam no início do seu caminho.

Assim, após 40 anos da revolução de Abril o Estado falhava novamente. A irresponsabilidade de quem o

governou trouxe os obstáculos que cada jovem não conseguia, por si, ultrapassar.

Quando a governação socialista arrasou o País, atingiu todos. Mas foi a estes que atingiu mais dolorosamente. Bloqueando, grosso modo, dois grupos de jovens: Os que estavam em situação de primeiros empregos (maioritariamente experiências de estágios e aquisição de primeiras experiências) e Os jovens que, tendo já terminado a primeira fase, se encontravam preparados para a inserção no mercado de trabalho Este foi o cenário com que chegámos ao Governo. Uma situação de EMERGÊNCIA.

Para isto se criou programas próprios, medidas de contenção imediata. Pois, confrontado com essa realidade, um Governo TEM de agir para que essas gerações não se percam – não apenas com o objetivo de as tentar resguardar das situações de desemprego (ou falta de emprego) imediatas mas, AINDA MAIS IMPORTANTE, a de lhes garantir condições para que, quando o país retome o seu rumo, estas Estejam preparadas para essa retoma e assumam o seu lugar.

É neste cenário de emergência que se integram as chamadas “medidas ou políticas ativas de emprego”.

As medidas ativas de Emprego

Muitas vezes, no dia-a-dia da nossa atividade política, há questões que acabam por ser enunciadas numa forma que não tem sentido.

Para um social-democrata, sempre que o país depende do Estado na criação direta de emprego, em que este se substitui às empresas, não pode ser um bom sinal.

Um social-democrata não olha para a necessidade imperativa da criação de estágios e políticas similares por parte de um Governo como uma coisa boa, como uma solução duradora. Para nós, a necessidade continuada da adoção deste tipo de medidas TEM de sempre de ser lamentada.

Tal como é lamentável que a empregabilidade jovem dependa dos estágios e incentivos disponibilizados pelo Estado – como dependeu e ainda depende em larga medida. Porque para nós, isto é fruto da irresponsabilidade governativa – ou simplesmente de uma visão de Estado e Governação contrária à nossa – nós não queremos igualdade à chegada. Queremos uma verdadeira igualdade à partida!

Assim, as medidas ativas de emprego TÊM de ser um paliativo enquanto se trabalha, ao mesmo tempo, para que o País volte ao caminho de criar emprego.

São fruto de uma situação de emergência que nos obriga a necessitar delas. O que nos terá de diferenciar é a forma integrada como as avaliamos. É aqui que se estabelecerá a diferença entre políticas que mascaram números e investimento em capital humano.

O exemplo do “Garantia Jovem”

O “Garantia Jovem”, decorrente do programa “Oportunidades para a Juventude”, abordou o problema macro. As instituições europeias, a OCDE, e os agentes políticos um pouco por todo o lado perceberam e preocuparam-se com o impacto que a crise económica, e a não-geração de emprego, teria nas gerações mais jovens.

A identificação do problema das gerações NEET, as que não estão a trabalhar, não estão a estudar não estão a receber formação, e o objetivo de garantir que estes não devam ficar mais de 4 meses nesta condição, é clara demonstração da perceção deste “esmagamento/bloqueio geracional” que estamos a viver, de que os jovens, além de desempregados, corriam o risco de ficar para trás na “retoma económica”. Porque os países, quando voltassem a uma boa trajetória económica de criação de emprego, o seu mercado iria absorver os recém-formados – que entretanto acabavam a sua formação académica, substituindo as gerações anteriores que não tinham tido mercado real para o seu 1º emprego.

Ora, o Governo que percebesse e adotasse a estratégia NEET utilizaria a libertação de um conjunto significativo de fundos para, justamente, agarrar estas gerações “bloqueadas”.

Assim, o objetivo era que, de acordo com a especifici-

dade de cada um, cada jovem encontra-se uma solução de 1) Formação (profissional), 2) formação académica ou 3) estágio profissional, como forma de garantir que quando o país voltasse a criar emprego estes não tinham ficado esmagados, perdidos numa qualquer estatística, mas antes a ganharem competitividade para poderem ser, devidamente, absorvidos pelo mercado.

Assim, os programas desenvolvidos levaram em linha de conta várias opções e assentavam na Formação; Formação Académica; Estágios – emprego, visando quer o complemento da formação académica com formação profissional que a reorientasse; quer a obtenção de mais formação académica; ou criando oportunidade para obter experiência profissional através de um estágio.

Através do Garantia Jovem e dos Programas que criámos em Portugal para lhe dar corpo, foram abrangidos cerca de 300 mil jovens nas respostas de formação; formação académica; e dos estágios-emprego. Nas experiências de estágio-emprego, 70% dos jovens foram integrados no mercado de trabalho – de acordo com os dados de contribuições de Segurança Social.

A estratégia de implementação que prossequimos foi verdadeiramente construída sob a égide de uma visão integrada de quem pretende não apenas resolver a emergência imediata mas, e acima de tudo, de a combinar com meios de alavancagem que prevenissem, num momento de saída da crise que as tornou necessárias, o problema seguinte.

Assim, fiéis à matriz ideológica, criámos medidas ativas de emprego olhadas como investimento em capital humano – em vez de meros instrumentos estatísticos.

Um país entregue ao socialismo... e ao comunismo...e ao extremismo ideológico

A taxa de desemprego jovem ronda, tal como inscrito na introdução desta moção, os 29,9%. Ao longo dos últimos 4 anos e em resposta à não-criação de emprego e à crise que Portugal enfrentou, chegou a bater nos 35% - e foi decrescendo gradualmente.

Atualmente, num país entregue, novamente, a uma lógica de governação socialista (que os portugueses não sufragaram), a nossa preocupação com este drama social aumenta. Sabemos que, os jovens que hoje se encontram em situação de desemprego tem razões acrescidas para estar preocupados pois se este Governo não relança a economia e cria, conseqüentemente, emprego, as medidas, que deviam ser paliativas e NUN-

CA estruturais, vieram para ficar. Infelizmente, tudo aponta para que a emergência que as coloca em situação estrutural de salvaguarda de gerações, não tem fim à vista.

Basta a este propósito atender ao OE2016, classificado pelos seus autores como ambicioso, que projeta criação de emprego a metade da criação de emprego verificada no último trimestre de 2015 e com isto assumindo que as medidas ativas de emprego não deixaram a situação de emergência. Importa por isso, observar, a utilização que será feita dessas medidas.

É sabido que os governos socialistas têm um historial vasto de utilização de estágios – como garantia de um efeito positivo e imediatista nas estatísticas. Este novo governo, nada aprendeu com o passado e segue nessa mesma esteira. Vejamos (citando):

“Para além do flagelo do desemprego de longa duração, as políticas ativas de emprego devem ajudar a responder ao verdadeiro bloqueio que os jovens enfrentam hoje à entrada do mercado de trabalho, aliás no espírito da «Garantia Jovem» lançada no plano europeu, desenhando programas de emprego jovem que, com recursos adequados, favoreçam a inserção sustentável dos jovens no mercado de trabalho e que não se limitem a promover a precariedade, como tem sido apanágio do atual governo.”

E esta é a única referência ao programa Garantia Jovem – ou aquilo que desenhava – no Programa do XXI Governo Constitucional e no Relatório que acompanha o OE 2016, não há referência alguma.

A pergunta que se impõem é a de saber, então, quais são as políticas ativas de emprego que o Governo Socialista apresenta?

Os mesmos fundos utilizados na visão tripartida que sustentava o “Garantia Jovem” são utilizados para o novo “Contrato-Geração” (estágios profissionais) e para o, dito, substancial aumento de financiamento na formação de adultos, que nos lembra as afamadas e de má memória Novas Oportunidades.

Se a lógica destas medidas, que dizem ser ativas, é a mesma de sempre, os resultados esperados serão os mesmos de sempre.

Está visto que não são criadas condições de alavancagem – apenas se garantem resultados estatísticos, a mesma garantia que se obteve, massivamente, com a formação de adultos do programa Novas Oportunidades. Como sempre a, formação será distribuída de acor-

do com o que beneficiava o Estado e não com base no que é benéfico para aquele que é alvo dessa requalificação, tendo em vista a alavancagem de competências para o mercado de trabalho.

Das várias vezes que os governantes socialistas, já deste governo, foram interrogados sobre a estratégia subjacente às suas políticas ativas de emprego, as respostas foram unânimes: não há nenhuma estratégia integrada nas políticas ativas de emprego.

Importa referir que este problema é tanto mais grave e sério quanto mais séria é a questão do futuro de Portugal. O nosso Governo olhou para a questão das gerações mais jovens da forma que já aqui descrevemos, este Governo, por seu turno, aparenta não ver o problema e com isso não apresenta medidas diferenciadoras para alavancar as gerações bloqueadas.

Das medidas que conhecemos, e vagamente, o “Contrato-Geração” e o reforço da requalificação de adultos não contêm uma linha diferenciadora entre os jovens e os desempregados de longa duração. Todos são englobados nesta “distribuição” sem qualquer atenção à sua especificidade, enquanto desempregado, ou à identificação de uma solução integrada que lhe permita deixar o desemprego e alavancar-se, simultaneamente.

De fato, e sem falsos alarmes, só podemos esperar o que já antes se viu – e isso não é bom. Não só Portugal não estará a caminhar, com esta orientação, para que as políticas ativas de emprego se vão tornando pontuais ao invés de emergência estrutural, como se esbanjará os fundos que lhe permitiram solucionar este problema para lá do imediatismo que representa.

Sendo um governo marcadamente Trotskista e Marxista, porque refém de uma ideologia comunista e bloquista, que rejeita, repudia e condena a iniciativa individual e o caminho de liberdade de cada um. Disso é mostra a intervenção do Deputado do BE Paulino Ascensão que, em sede de discussão na especialidade do OE2016 na Comissão de Economia, afirma que “o empreendedorismo é a aposta no individualismo contrária à solidariedade. É o lobo com pele de cordeiro”. (sic)

Assim, expectavelmente, é seguro afirmar que à política socialista não-geradora de emprego e falha na visão integrada das políticas ativas de emprego se junta a visão de Estado- controlador absoluto dos seus parceiros. Infelizmente percebemos o que espera o País e as gerações em absoluta emergência que precisam de ser salvaguardadas do bloqueio em que os mesmos atores políticos as colocaram.

Problema 2: a geração que sobrevive

A urgência da desesperança e o papel de um social-democrata

Sabemos e não ignoramos que neste momento nos competiria governar Portugal. Essa foi a vontade da maioria dos portugueses – pois, sabiamente, sabiam que era disso que o País necessitava. À cabeça dessa percepção está quem aposta no País com futuro. Quando nos debruçamos nesta temática do emprego e desemprego jovem não temos dúvidas de que quem mais teria a ganhar seriam, precisamente, as gerações mais jovens.

Apesar do que aconteceu e não é essa a realidade, não somos nós que governamos mas cumpre-nos, sempre, projetar o País que queremos para os portugueses.

Se a situação do elevado Desemprego Jovem nos obriga a continuar a tratar do problema na sua perspetiva de emergência estamos convocados, e obrigados por força ideológica de responsabilidade, identificar uma outra vertente do problema de emprego jovem – que não sendo de emergência não pode deixar de ser considerada urgente. O problema da Geração de “Sobrevivência”. Este é um problema que não é isolado das questões já identificadas anteriormente – e, em parte, decorre delas.

A crise económica e todas as questões que levantou, penalizou, como já vimos, as gerações mais jovens. E não o fez apenas negando-lhes acesso ao emprego: penalizou o tipo de emprego e as perspetivas futuras de milhares de jovens. Aliás, Portugal está no grupo de países onde a evolução do rendimento dos jovens mais se afastou da média nacional durante os anos de crise. Média nacional que, sabemos, já não é brilhante em si mesma. Como podemos observar mais minuciosamente num estudo sobre rendimentos do banco holandês ING, “The unequal crisis”.

Evidentemente, a problemática das pessoas com salários de “sobrevivência” e sem perspetivas de melhoria ou progressão ultrapassa largamente um problema geracional. No entanto, se atendermos ao facto que estes jovens são resultado, em parte, do “bloqueio geracional” e que oscilam entre a situação da emergência do desemprego e a situação urgente de falta de perspetiva, podemos afirmar que, igualmente, são resultado direto ou indireto das políticas ativas de maquiagem de números que não lhes permitiram obter fatores de alavancagem.

Um Social-democrata não pode aceitar um país que “condena” as suas gerações mais jovens a olhar para os seus próximos 40 anos de vida contributiva sem perspetivas de sair deste, apelidamos, modo sobrevivência. Não podemos aceitar que se tenha de acomodar enquanto Geração dos 600€.

Jovens com qualificações sem correspondência no mercado de trabalho. Jovens que deixaram o seu percurso académico, também, por razões económicas. Jovens que, apesar de qualificados, são remetidos ao exercício de funções pouco qualificadas.

Qual a solução para o seu futuro? O que lhes é apresentado?

A desesperança destes jovens é, também, O PROBLEMA. Será a forma como percebermos, assumirmos e abordarmos este problema que fará a diferença estrutural neste país e no futuro que ela representa.

Para nós, este tem de ser um desígnio do País, e logo fulcral para o PSD: o emprego jovem, em particular o de baixas qualificações e a política de baixos salários. Pela responsabilidade na qualidade de vida presente e futura mas também pelo impacto do peso contributivo destas gerações.

Devemos agora aplicar a mesma lógica que trilhamos até aqui: criar uma verdadeira, e coordenada, alternativa política de emprego, onde o Estado cria condições para uma efetiva escolha de “caminhos” ou, dito de outra forma, ajuda a fornecer a cana e ensina a pescar. Um programa de recuperação de perspetivas em que o Estado investe em condições de alavancagem adequadas a cada caso. Reorientando qualificações, projetando a inserção em contexto académico para obtenção de outras qualificações, fomentando experiências de emprego que permitam valorizar o indivíduo e as competências que já detém.

A falta de correspondência entre as competências académicas e formativas dos jovens portugueses e as reais necessidades do mercado trabalho continuam a ser uma das raízes deste problema. Timidamente foi aplicada uma solução, sob a forma de projecto-piloto, de protocolos entre instituições de ensino superior e o IEFP (que, objetivamente, devia conhecer essas mesmas necessidades reais mas não tem a esse propósito cumprido a sua missão). Era um projeto que procurava atuar, justamente, para que antes desta falta de correspondência se tornar um problema de desemprego, aproveitar aquelas competências e redirecioná-las de

imediatamente, através de formação ou experiência de emprego, nas necessidades reais do mercado de trabalho.

Ora, importa perceber que aqui não se trata de uma lógica de precariedade laboral. A ideia de precariedade e baixos salários tem sido usada para incentivar a lógica garantística do emprego. Repudiamos isso. Como repudiamos o discurso e instrumentalização desse termo levado a cabo pela esquerda radical. Um país que gere emprego, e bom emprego, em que os seus jovens possam seguir caminhos de alavancagem e aquisições de competência constantes e diversificadas, permitirá que cada um construa o seu caminho em igualdade de oportunidades real.

Não somos, nem hoje se poderá afirmar que ainda alguém seja, da geração que assume, por definição, o caminho do mesmo emprego para toda a vida. Somos a geração que defende a possibilidade de escolha de um melhor emprego a cada momento.

ASSIM defendemos que:

1. O PSD deve ser intransigente na vigilância das políticas ativas de emprego:
 - a. Garantindo que todos os agentes políticos e os portugueses compreendem a importância de que estas obedeçam a uma visão integrada de investimento em capital humano
 - b. Denunciando a todo o momento a sua utilização imediatista para fins estatísticos;
2. O PSD deve desenvolver uma estratégia para a política do emprego jovem assente na lógica de preparar soluções para a Geração de "Sobrevivência", considerando os mesmos pilares que sustentaram a lógica de combate ao Desemprego numa perspectiva de correção de Emprego;
3. O PSD deve desenvolver, nos institutos do Estado vocacionados para a temática do Emprego, uma reformulação e requalificação funcional que assegure que estes identifiquem as necessidades de curto, médio e longo prazo de oferta de emprego:
 - a. Promovendo políticas de articulação permanente com o tecido empresarial;
 - b. Promovendo e reforçando as parcerias com as instituições académicas para avaliação e impacto das medidas a adoptar;
 - c. Promovendo uma verdadeira e efetiva visão integrada entre Ministérios Educação, Ciência, Segurança Social e Trabalho com todos os agentes de ensino e de ofertas formativas,

fomentando as reformas que visem adequar o ensino à realidade motora do País.

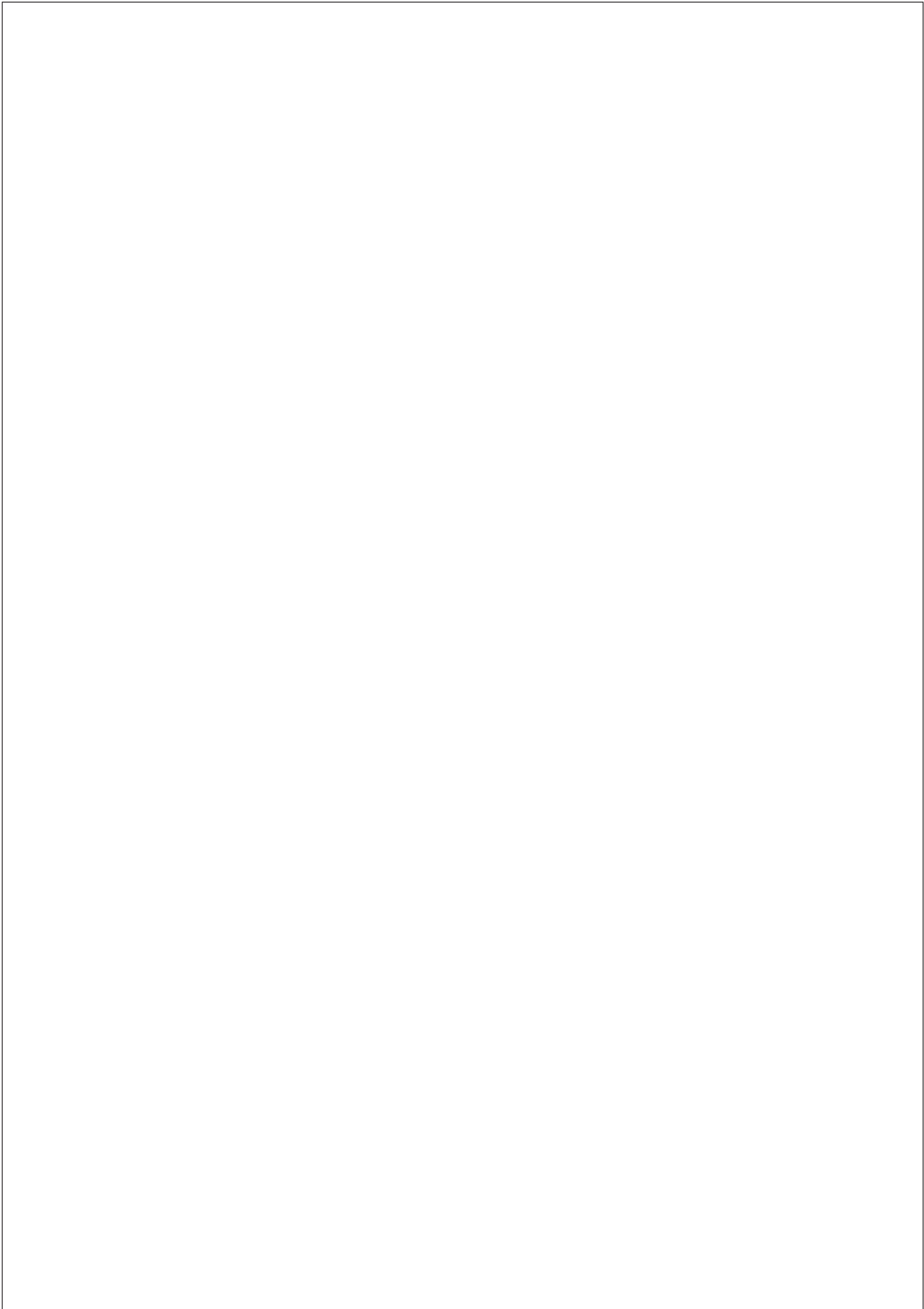
- d. Promovendo o estudo da realidade territorial do País, em particular a escassa oferta de emprego qualificado nas zonas de baixa densidade;
 - e. Articulando verdadeiros programas de emprego e de valorização do empreendedorismo que articulem os interesses dos diferentes atores
 - f. Criando espaço próprio para que sejam também os jovens a avançar com soluções relativas à forma de resolver este problema, ajudando a transformar as suas ideias em empregos com prespetiva;
4. Promover e aprofundar a formação dos recursos humanos, funcionários do Estado que tratem destas temáticas, de forma transversal:
 - a. Com vista a poderem identificar, de forma adequada, as medidas mais adequadas a cada candidato;
 - b. Com vista a poderem desenhar e levar à prática verdadeiro ensino, formação e valorização das políticas para o empreendedorismo como meio de valorização da ideia apresentada;
 - c. Valorizando a identificação das áreas de vocação dos Jovens e adequando as soluções de formação ao seu projeto.
 - d. Criando um Plano Nacional de irradiação do desemprego Jovem;

A geração jovem de hoje já não é simpatizante da política garantística. De todas as vezes em que as facilidades lhes foram garantidas, sentiram na pele o preço a pagar.

As novas gerações são fruto da cultura do mérito e confiam na sua própria capacidade para criar o seu caminho.

Hoje, já não falamos da geração que foi incentivada a ter casa própria ou a querer o conforto da função pública, hoje falamos de uma geração que apenas exige de nós a oportunidade que lhe é devida para demonstrar aquilo em que é bom. Para que possa ter a liberdade de construir a sua vida no caminho que escolheu de forma consciente e sem condicionalismos.

Este é o futuro. E para isso trabalhemos afincadamente com vista a encontrar as melhores soluções.



PROPOSTA TEMÁTICA

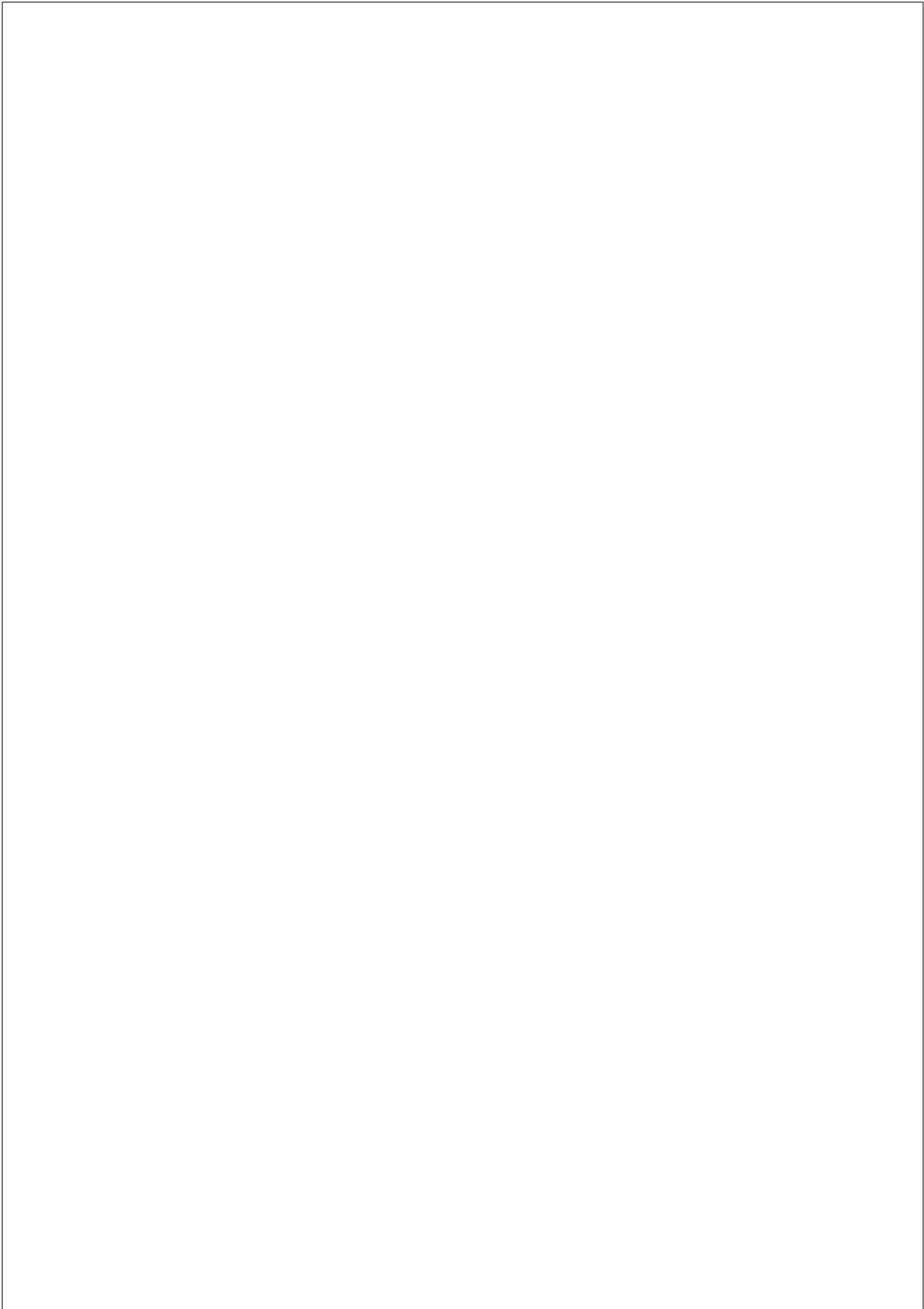
Y

“40 ANOS DE PODER LOCAL, UMA HISTÓRIA COM FUTURO”

1º Subscritor:

Álvaro Amaro

Presidente da CPN dos Autarcas Social Democratas



Regeneração do Partido e do Poder, Condição de Sucesso e de Vitória

40 anos a mudar Portugal

Os Autarcas Social Democratas têm o dever político de, em coerência e sem ambiguidades, prestar um justo e público reconhecimento pelo marcante papel que as autarquias portuguesas desempenharam no processo de mudança e transformação que o País viveu desde o 25 de Abril de 1974.

Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, respeitado e reconhecido, E isso tem, em larga medida, a marca de quem, ao longo dos anos, teve a responsabilidade de gerir um poder local empreendedor, dinâmico e responsável.

É justo reconhecer que, nesse processo, os autarcas social democratas se destacaram pelo mérito, pelo empenho e pela noção de serviço público, em prol dos portugueses e de todos os que integram as comunidades locais deste País.

Os cidadãos atribuem o valor a quem o tem. E é por esse reconhecimento que foram outorgando aos autarcas do PSD a qualidade política de um partido com profundo enraizamento no poder.

Os autarcas em geral e os ASD em particular de-

vem afirmar e reafirmar que o Portugal de hoje muito lhes fica a dever.

É ao poder local democrático e à sua gestão que se deve, em boa parte, o acesso aos equipamentos sociais, culturais e desportivos modernos, a renovação urbana nas aldeias, vilas e cidades de Portugal, a criação de redes de proteção social dos mais desfavorecidos, a promoção da equidade cívica, o estímulo aos investimentos e à industrialização das comunidades do interior, a identificação entre os cidadãos e os agentes políticos.

Como é também aos autarcas, e aos social democratas em particular, a atitude inconformista perante as desigualdades de tratamento das políticas públicas, a reivindicação permanente da igualdade de tratamento entre as várias regiões do País, a exigência por opções de discriminação positiva que transformem cada cidadão num igual entre os cidadãos.

Os autarcas têm 40 anos de história democrática, um lugar nobre na política portuguesa e um papel ímpar ao serviço dos portugueses.

Com alguns percalços no caminho. Com pequenas e irrelevantes exceções perante a magnitude da obra.

O PSD e a oposição

O Partido Social Democrata tem servido, com mérito e reconhecimento, a democracia portuguesa e o processo de desenvolvimento do País ao longo dos tempos. Sempre se constituiu, e constitui, como uma das referências políticas estruturantes da modernidade e um pilar de confiança para os portugueses.

Gere o poder com competência, capacidade e liderança, sempre que, por vontade dos cidadãos, é chamado a relançar Portugal num rumo certo e de equilíbrio económico e social, e sempre que se torna necessário pôr termo às armadilhas populistas e irresponsáveis de uma esquerda incapaz de consolidar desenvolvimento e promover sustentabilidade.

Serve o País, na oposição, definindo com clareza as suas opções, respeitando os seus eleitores e os cidadãos em

geral, sendo claro e rigoroso nas avaliações políticas que produz e nas propostas e alternativas que formula. Olha para os interesses do País acima dos seus próprios interesses eleitorais, com a consciência de que os ganhos políticos serão alcançados, mais tarde ou mais cedo, com a verticalidade e a frontalidade com que se fala com os portugueses.

A atitude política do PSD é, por isso, séria e sem surpresas.

O PSD sabe que venceu as eleições legislativas, que nenhum outro partido ou força coligada teve mais votos do que a que liderou.

Mas o PSD também sabe – e disso extrai as consequências políticas adequadas – que há uma alteração pro-

funda do contexto político do País e que esse contexto, aproveitado por lideranças novas na esquerda democrática, produz soluções políticas espúrias, violentadas nos seus próprios princípios, e com um único objetivo – o poder a qualquer custo.

O parlamentarismo republicano aproximou-se, nos métodos e na cultura dominantes, de um certo golpismo palaciano, armado por negociatas ideológicas e programáticas que suportem um único projeto identificado nas múltiplas esquerdas – afastar o PSD e a maioria que liderou do exercício do poder, escancaradamente sufragados pelo voto dos cidadãos, sem subterfúgios e sem manobras de bastidores.

Que fazer, perante isto?

O PSD é oposição no Parlamento e no poder executivo. Assume, também, que é alternativa de esperança para os portugueses e que, em nome e em respeito da sua vontade, não se retira do combate político nas mais variadas instâncias – institucionais, sociais, cívicas e mediáticas.

Fazer oposição é marcar a diferença nos programas, nos princípios, na atitude. É demonstrar, através de propostas alternativas, o seu mérito e a fragilidade dos outros. É agir em coerência e com humildade de propósitos.

Fazer oposição é racionalizar o discurso, mas é também

conquistar os afetos dos cidadãos, respeitar as suas expectativas e considerá-los cúmplices de um projeto de mudança.

Fazer oposição é querer o melhor para Portugal e demonstrá-lo sem receios de popularidade, ao contrário da atual maioria. Ela tudo fará, até sacrificar-se no altar da incoerência e da ignomínia, para se manter em pé e prosseguir na tensão permanente de um percurso que pode levar Portugal à marginalidade da Europa. Não.

O PSD tem de preparar o futuro, o seu e o do País. E o futuro mais próximo, na política, é, como veremos, o desafio das eleições autárquicas.

Porque o poder e a oposição são transitórios e inapropriáveis.

Porque as alterações profundas e radicais no entendimento institucional da política, em Portugal, vão manter-se, no tempo e no modo, com a armadilha política montada e suportada doutrinariamente por algumas elites que por vezes parecem herdeiros intelectuais de uma cultura censitária do passado.

O PSD tem de voltar a encontrar nos resultados eleitorais das autarquias locais a força para se tornar de novo o partido liderante.

Regeneração política

O PSD sempre foi um partido combativo, reconhecido e vencedor, sempre que soube fundar a sua ação política em princípios, valores e orientações programáticas que o aproximaram do cidadão e das suas várias dimensões sociais.

A regeneração partidária, programática e doutrinária deve fazer-se, em primeira linha, pela contínua reafirmação da natureza interclassista do PSD, da sua dimensão humanista e de profundo pendor social, que identifica nas classes médias e nos pequenos e médios empreendedores as forças dinâmicas da sociedade, que olha o País como uma síntese equilibrada das vivências urbanas e do mundo rural e periurbano.

Deve pensar que as instituições são determinantes na estruturação da vida coletiva, mas deve olhar para cada um dos cidadãos como um membro da sociedade, a proteger e a estimular para a participação no bem comum. E olhar, com especial atenção, para os que a vida desprotegeu, que as dinâmicas marginalizaram,

que ficaram para trás no caminho. É preciso trazê-los para a frente e integrá-los na sociedade ativa. É assim o PSD. Tece as políticas no sentido de potenciar a realização individual no seio da sociedade equilibrada e de oportunidades, ao contrário das esquerdas coligadas que tecem as políticas como se houvesse permanentemente um concurso de popularidade.

A regeneração deve ter também, para o PSD, uma dimensão de organização e de militância. Cada militante ou simpatizante deve sentir-se parte integrante do projeto político coletivo, deve ter voz e ser ouvido, deve ser incluído e nunca excluído, deve ser e não parecer ser.

O PSD é o partido que melhor representa a multiplicidade geracional complexa que um partido integra e transporta-la para os seus vários níveis de decisão a partir da ideia conjugada de mérito e de esforço. A cultura democrática deve prevalecer no interior dos partidos, e no PSD em concreto, fomentando a postura de intransigência a clientelismos e grupos de interesses e

promovendo o empenho pessoal e a generosidade da partilha.

Regenerar para ganhar deve ser como um regresso às “brigadas da cola e dos cartazes”. Do dar sem esperar receber. Do regresso ao passado para marcar o futuro.

Regenerar o Partido, neste tempo de oposição, significa também preparar a regeneração do próprio poder.

Esse movimento regenerador deve ter, como pressuposto essencial, de que o momento próprio para o novo impulso deve, e tem de ser, o das eleições autárquicas do próximo ano que permitirá relançar a sua força política e uma dinâmica de maior reconciliação com os portugueses.

O PSD deve assumir, como sua matriz essencial, a força da sua história de defesa do municipalismo como fundamento da organização político-administrativa e territorial do País, incorporando os equilíbrios inter-regionais de desenvolvimento e a promoção de políticas de coesão social. O combate aos desequilíbrios regionais através da promoção de políticas públicas proactivas e de estímulos às iniciativas privadas sempre foram, na profunda raiz da orientação social-democrata, fatores estratégicos que promoveram o bem-estar e a igualdade de oportunidades entre as várias realidades do País.

A defesa do municipalismo não exclui, antes potencia, a estruturação de níveis de organização administrativa que, integrada e sinergicamente, coordene processos, valorize investimentos, complemente ofertas de serviços e equipamentos, racionalize projetos e combata os desperdícios.

A coesão nacional só se alcança se, e quando, formos capazes de consolidar os equilíbrios entre as várias regiões e, numa lógica ordenada, que cada uma contribua para o País com as suas qualificações, recursos e potencialidades, eliminando estados de concorrência irracional que só consomem recursos e energias e nada acrescentam ao valor nacional.

Portugal não suporta, por muito mais tempo, o processo centralizador do poder. Tem de encarar o desenvolvimento como um objetivo só alcançável com o combate à desertificação do interior, com uma estratégia de ordenamento territorial equilibrado, com políticas e medidas orientadas para a inclusão regional e não para a desigualdade.

Nada nem ninguém conseguirá um País solidário, mobilizado para os grandes valores nacionais, disposto à participação cívica e democrática, orgulhoso na sua identidade e afirmativo nos vários contextos externos, se não der prioridade à coesão nacional.

Quer se trate da coesão institucional, social, identitária ou territorial.

O PSD deve vincar, perante os portugueses, uma ideia nuclear – a de que não há poder central exercido com justiça, equidade e racionalidade se não tiver em conta a verdadeira potencialidade do poder local e não criar condições para o seu fortalecimento.

Um poder central sem um poder local forte, competente e prestigiado, será como um palácio de conto de fadas. Pode seduzir e brilhar, mas facilmente se desmora por falta de alicerces.

Significa isto que o PSD deve, a par da oposição institucional, condição em que está investido, dar especial atenção às próximas eleições autárquicas como patamar regenerador do poder político em Portugal.

Como fazer?

Enquanto oposição, oferecendo ao País orientações e projetos que promovam a alteração das relações entre o Estado central e as autarquias, rompendo com a permanente e sistemática desvantagem política nessa relação.

É determinante reforçar os poderes, funções, competências e recursos do poder local, numa lógica de complementaridade vantajosa na gestão dos recursos e na concretização das políticas, dando corpo à ideia comum de que o próximo é globalmente mais eficiente que o distante.

Fazer justiça ao poder local não persistindo em campanhas injustas de juízos de condenação da gestão municipal e ao esforço de lhe apontar responsabilidades que deverão ser endereçadas a outras instâncias do sistema de poder.

Do poder local, o poder central só tem recebido solidariedade e esforço para os grandes desígnios nacionais.

O PSD deve, por outro lado, valorizar internamente a dimensão do poder local e a importância estratégica que representam candidaturas ganhadoras e de mérito. Desde logo, em três dimensões em que as escolhas políticas são determinantes para o crescimento eleitoral e para o sucesso:

- a. Rigor e critério na seleção do pessoal político e nos candidatos aos vários níveis autárquicos, quer nas suas qualidades de gestão e de desempenho técnico e político, quer nas suas referências éticas e morais que os tornem agentes exemplares da política e do partido.

Envolvimento e partilha das estruturas que melhor conhecem e referenciam potenciais candidatos nessa seleção e promoção, tendo sempre em conta

que os melhores e mais qualificados devem merecer a prioridade dos decisores.

Uma candidatura a uma função política não pode ser, nunca, um símbolo para exposição de vaidade. Porque uma candidatura é para ser assumida como esforço para vencer e não para um mero estatuto.

- b. O PSD deverá ser, sempre (e em particular nestes tempos de oposição e de desafios autárquicos) uma instância de inclusão e agregação de militâncias e candidaturas e não de exclusão infundada, seja de quem for e seja a que título for.

É no combate político autárquico que devem estar os mais nobres e combativos militantes e simpatizantes do Partido porque é aí que o poder se conquista com mérito próprio e muitas vezes pessoal, pelo reconhecimento e proximidade que um autarca ou candidato a autarca estabelece com os seus concidadãos.

Os autarcas não são nomeados. São eleitos, ganham ou perdem os seus confrontos políticos democráticos utilizando, como armas o seu saber, a

sua respeitabilidade e o seu esforço.

- c. Uma estratégia eleitoral autárquica de vitória deve saber conciliar as especificidades locais e os valores globais, o que pressupõe um conhecimento profundo das comunidades a que cada candidato se apresenta.

Ninguém pode ser campeão de armas em arenas que desconhece.

Os cidadãos têm de se sentir ligados aos candidatos, têm de perceber que em cada um está um aliado, alguém que quer partilhar desafios e não apenas ser desafiante. O maior prejuízo político para um partido político é impor candidaturas com o único objetivo de acomodar fidelidades políticas ou de flagelar a liberdade de quem pensa autónoma e livremente.

A intervenção dos ASD é, nessa dimensão, de uma importância decisiva na determinação dos perfis adequados, das candidaturas potenciais, do lançamento da preparação/formação dos candidatos e da coordenação das estratégias.

O PSD, as eleições autárquicas e os desafios

O PSD tem de se preparar, desde já, para o combate político das eleições autárquicas, ponto de partida também regenerador de uma reforma administrativa do Estado, do seus poderes e competências perante os novos desafios que se colocam ao poder local.

Há ideias consolidadas pelo percurso histórico do poder local – a maior eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão pública, a maior adequação dos programas e planos às necessidades reais e concretas dos cidadãos que servem, uma instância de maior densidade e exercício democrático e de escrutínio da ação política.

Nisso, e em mais algumas questões, se distingue o poder local do poder central.

Mas há ainda desafios que se colocam.

Desde logo, o reforço dos poderes próprios, ou delegados, das autarquias locais e a lógica de complementaridade com a administração central. Uma orientação estratégica que deve ser acompanhada de uma reforma equilibrada da administração pública que, potenciando o poder local, proceda à maior descentralização das decisões e à maior desconcentração dos serviços.

Outro desafio marcante é de natureza organizacional. A evolução e a o balanço das Comunidades Intermunicipais é positivo e demonstrou serem possíveis escalas

superiores de gestão de projetos e recursos e uma boa articulação e comunicabilidade de ação do Estado e das autarquias.

Essa avaliação poderá determinar a adoção de modelos de organização administrativa de nova dimensão e com competências bem definidas – o caso das regiões administrativas – reforçando a coordenação e equilíbrio dos processos e meios de desenvolvimento regional do País. Impõe-se uma verdadeira avaliação. As políticas desgarradas, como a recentemente sugerida eleição direta das áreas metropolitanas lançada pela coligação das esquerdas, não é o caminho das políticas que têm que ser pensadas e lançadas com seriedade.

A questão central do poder local é, no entanto, a da delimitação das funções, poderes e competências. Exige-se que as autarquias locais sejam dotadas de novas funções em domínios em que manifestamente são mais eficientes que o poder central, nos mais variados domínios. Estão nessa linha de funções as eminentemente sociais, culturais, de gestão patrimonial, de prestação de serviços básicos, de infraestruturização de bens públicos, entre muitos outros que reforcem a relação de proximidade com os cidadãos.

Uma das consequências lógicas da delimitação de funções, dos poderes e das competências em domínios

daquela natureza é a necessidade de redefinir o regime financeiro das autarquias, em particular o acesso às fontes de financiamento e o quadro de responsabilidade da gestão financeira.

As autarquias portuguesas participaram, de forma ativa e solidária, no esforço de contenção de despesas e de equilíbrio das contas públicas para cujo desajustamento não foram dos principais responsáveis.

Não parece desajustada a necessidade de, nos tempos novos e face ao compromisso de desenvolvimento para o quinquénio em curso, se reveja o sistema de financiamento das autarquias, recuperando a sua capacidade de intervenção aos recursos disponíveis e às transferências financeiras da administração central.

As prioridades políticas das autarquias devem dirigir-se, mais acentuadamente, para a coesão social, para a defesa do ambiente e para a qualidade de vida dos cidadãos. São as pessoas mais frágeis que devem constituir o foco da ação social do Estado mas também dos poderes locais.

A fase complexa de ajustamento da economia portuguesa e do controlo dos seus principais indicadores trouxe consequências negativas, necessárias e nunca escamoteadas, em alguns sectores da população portuguesa com maiores debilidades de qualificação.

A próxima geração de políticas autárquicas deve ser, por isso, de resposta a essas consequências. Devem assumir uma dimensão menos estruturalista e mais social, investindo os recursos prioritariamente nos cidadãos e nas suas debilidades e reforçar a promoção e defesa do desenvolvimento económico e social.

A independência e a autonomia fazem a liberdade dos homens. E é o que cumpre a nossa dimensão social-democrata.

Os Autarcas Social Democratas defendem ainda três desafios:

1. Empenho na revisão da lei eleitoral autárquica e, nomeadamente, pela alteração do sistema de governo das autarquias. Uma tarefa difícil nos tempos de hoje em que os governos de parlamento se têm sobreposto aos governos de maioria, com o entusiasmo e a euforia dos movimentos mais radicais.
2. Avanço do processo de regionalização administrativa do País, promovendo maior aproximação entre os poderes e os cidadãos e uma mais adequada promoção das políticas sociais.
3. Reconhecimento, respeito e lealdade entre níveis de poder para promover a confiança. O sinal dado pela maioria governamental das esquerdas no orçamento do Estado de 2016 não augura o cumprimento da necessária lealdade. Depois de um período de elevado esforço das autarquias para a recuperação financeira do País, o primeiro orçamento do Estado aprovado pelas esquerdas encerra-se de violar a Lei das Finanças Locais e de interromper o ciclo de recuperação das transferências financeiras iniciado com o orçamento do estado de 2015. Demonstrar a confiança é reconhecer a autonomia que permita impulsionar uma nova fase de crescimento e de qualidade de vida dos cidadãos e um novo compromisso entre o Estado e as autarquias no domínio dos recursos financeiros.

A coragem da mudança

O poder, para o PSD, é uma oportunidade de mudança, ajustando e melhorando os mecanismos do seu exercício, modernizando os instrumentos e redefinindo objetivos.

Regenerar é romper rotinas e impulsionar essas mudanças.

As próximas eleições autárquicas – objetivo e oportunidade – são o desafio essencial do PSD no atual contexto político, exigindo empenhamento de todos e um amplo sinal de mobilização.

Este Congresso do PSD deve assumir, em pleno, isso mesmo. De que a oportunidade para inverter o rumo e reganhar força e dinâmica está em garantir que o PSD

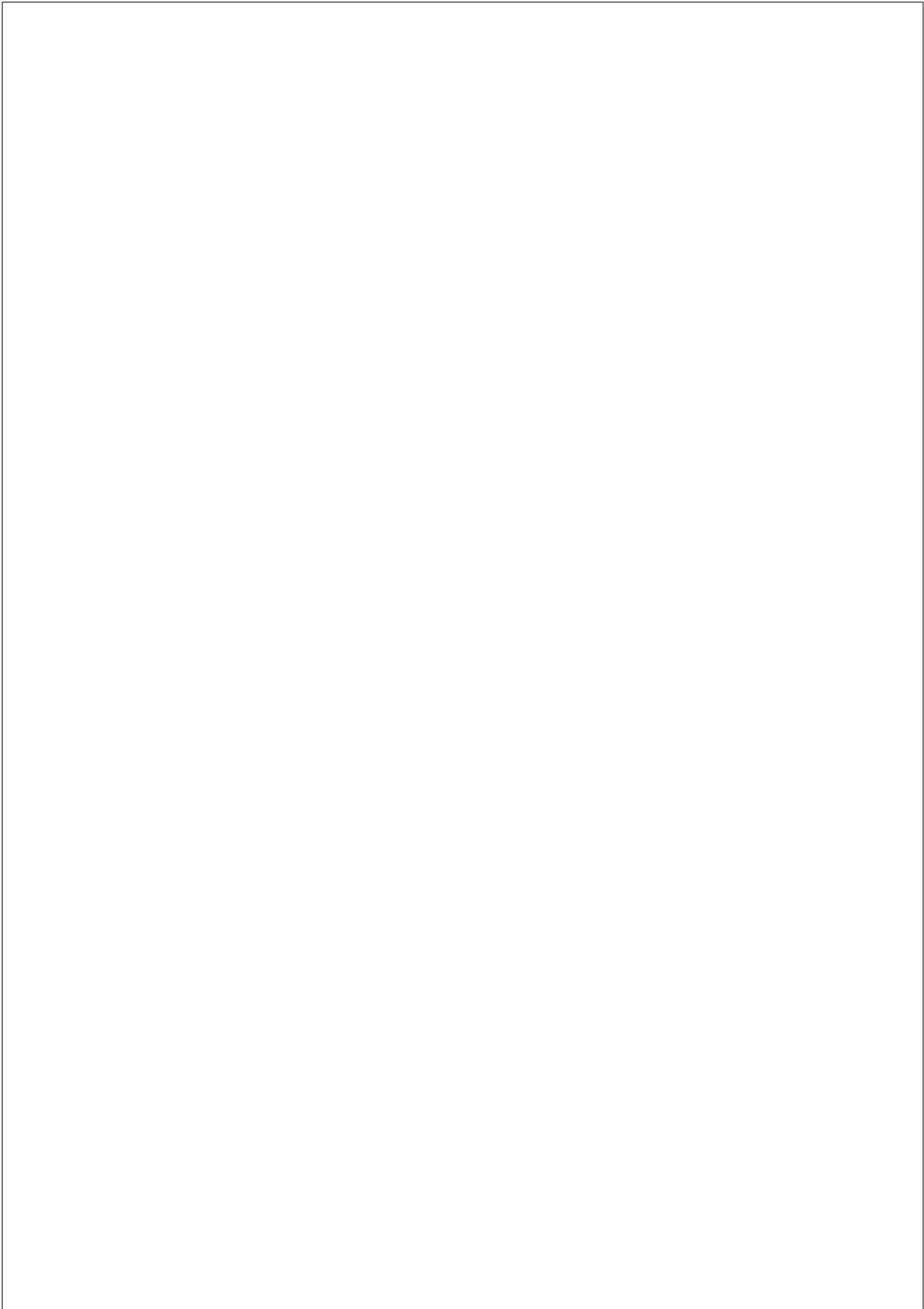
reganhe o seu domínio autárquico, recupere a sua matriz de referência do poder local e, a partir daí, reconquiste o poder.

Não vemos outro caminho. A não ser na estratosférica ilusão de quem não conhece o país real ou, no mínimo, não se conhece a si próprio.

Todos os dirigentes e militantes do PSD são, agora, soldados do poder local. Para que o combate político saia vitorioso.

Os Autarcas Social Democratas homenageiam uma história escrita com conteúdo que deve ser reconhecida porque assim nos estimulará a ganhar o futuro.

40 anos de Poder Local, Uma História com Futuro



PROPOSTA TEMÁTICA

Z

“CORAGEM”

1º Subscritor:
Luís Newton
militante nº 20843

ÍNDICE:

Contexto

Portugal – Recordar a Coragem
Globalização – o Mundo que nos afeta
Uma Nova Revolução, Uma Nova Esperança

A Mudança

Qual o Caminho que Queremos?

Coragem

Coragem para Escutar
Coragem para Discutir
Coragem para Resolver
Coragem para Começar hoje

Contexto

Portugal aproxima-se dos seus novecentos (900!) anos de existência.

Uma Nação de Gentes diferentes cuja vontade de existir e marcar um percurso muito próprio remonta ao período da ocupação romana, séculos antes da existência de Vímara Peres¹ e do início da formação do que é hoje Portugal.

Portugal - Recordar a Coragem

No séc. XV, Portugal conheceu o início de uma Era Dourada. Foi o corolário de mais de cem anos de planeamento e de preparação que começaram no final do séc. XIV com um conjunto de desenvolvimentos importantes em áreas como a matemática, a astronomia e a medicina².

Esse investimento foi feito por uma Nação que se queria diferenciar, longe do centro de uma Europa onde o comércio fluía e trazia riqueza. Uma estratégia evidente: transformar uma aparente periferia geográfica no novo centro do mundo, do comércio, em suma, criar um novo modelo de riqueza e prosperidade.

Foi um segundo grande momento de Coragem, após aquele primeiro em que decidimos que tínhamos de existir Independentemente.

É a Coragem que nos diferencia, que nos faz ignorar os “velhos do Restelo” e nos motiva a ir mais longe.

Hoje vivemos mais um período cheio de indefinições e hesitações.

A meio de uma jornada de Coragem, onde invertemos um ciclo de declínio, o comodismo e o cansaço permitiram que os “novos velhos do Restelo” tomassem o leme e estejam agora a tentar inverter o rumo que havia sido traçado com sucesso e que bons resultados estava a trazer.

E porque é que as crises no Mundo nos afetam desta forma?

Porque não estamos sozinhos... Aliás, fomos nós que inaugurámos uma nova realidade e fomos nós que nos deixámos ultrapassar por ela: a Globalização.

Globalização – o Mundo que nos afeta

Quando a economia mundial vivia da obtenção de matérias-primas Portugal foi capaz de se centrar nesse momento económico. Durante mais quinhentos anos, fruto da nossa constante inovação, revolucionámos os modelos de comércio e estabelecemos o novo conceito de mercado Mundial.

Portugal inaugurava assim uma nova era de expansão comercial, rompendo com os modelos tradicionais vigentes na Europa central e definindo assim um novo modelo na economia mundial.

Povos que se encontravam em extremos opostos do Mundo podiam agora fazer trocas diretas, reduzindo significativamente o preço de matérias-primas, permitindo o seu acesso generalizado. Cortaram-se muitos intermediários que não contribuíam para a cadeia de valor, apenas para o seu custo.

Com isto o Mundo não parou de evoluir, porém Portugal começou a ficar para trás.

Isto fica sobretudo evidente quando o mundo começa a valorizar mais os produtos manufaturados em detrimento da simples matéria-prima. A primeira revolução industrial marca a nossa perda de competitividade. De facto ficámos para trás.

As mudanças políticas, o fim do Império (primeiro o Brasil, depois as restantes províncias ultramarinas) e, por conseguinte, a perda de acesso fácil às matérias-primas que nos tinham impulsionado para essa liderança, funcionaram como um golpe final do qual não nos parecia ser possível reagir.

A Globalização gerara novos fenómenos que nos tinham ultrapassado. Hoje vivemos novas regras num jogo que temos de jogar mas que insistimos em querer ignorar.

Porém esboçámos uma reação.

Foi disso exemplo o primeiro salto de desenvolvimento no final da década de 80, início da década de 90 do séc. XX. Tínhamos acabado de sair de uma forte crise, com recurso a intervenção financeira externa e a ade-

¹ Vímara Peres foi o primeiro Conde do Condado Portucalense em 868 d.C.

² A primeira Universidade Portuguesa foi criada ainda antes, em 1290, centrada nas artes e humanidades mas também tinha uma Escola de Medicina

são à União Europeia abriu-nos o acesso a fundos de coesão que nos permitiu relançar a indústria e reforçar um novo sector emergente na nossa Economia: os serviços.

Foi um período de relançamento, modernizámos infraestruturas, criámos acessibilidades e procurámos, com mais de cinquenta anos de atraso, introduzir uma nova era de prosperidade assente, porém, em modelos de desenvolvimento que já se encontravam ultrapassados e eram ameaçados, novamente, pela Globalização, desta feita com o emergir de uma indústria indiferenciada e barata a Oriente.

Novamente demorámos a reagir. Primeiro erradamente confiantes de que era possível competir com essa indústria. Depois, fruto da ainda curta cultura industrial, não fomos capazes de aproveitar a evidente falta de qualidade dessa produção oriental, reforçando uma falta de Coragem em diferenciar.

E não era só a indústria que era afetada.

Por um lado a Economia Mundial, aliada a fracas decisões de estruturação do nosso País entre 1996 e 2011 (15 anos!) lançaram Portugal numa espiral recessiva. Por outro lado limitados nas nossas opções económico-financeiras, fruto da nossa integração na União Económica e Monetária, deixámos de poder fazer uso das tradicionais ferramentas de estabilização financeira (ex: desvalorização da moeda, venda de reservas de ouro, etc).

Estas limitações significam, de um ponto de vista prático:

- a coordenação das políticas económicas dos Estados Membros;
- a coordenação das políticas orçamentais, nomeadamente através de limites máximos para a dívida e o défice públicos;
- uma política monetária independente aplicada pelo Banco Central Europeu (BCE);
- uma moeda única e a zona euro.

(Assuntos Económicos e Financeiros, 2014)

Assim somos afetados por uma economia sobre endividada, particularmente sensível a fenómenos nos Países que nos financiam.

Somos sensíveis à variação do preço do petróleo nos mercados mundiais, somos sensíveis às mudanças das taxas de juro do BCE, somos sensíveis a sanções económicas a países para onde exportamos e ainda não decidimos que vantagens devem manifestar-se

na sexta língua mais falada do Mundo (Paul, Simons, & Fennig, 2016).

Este tem sido o nosso Fado.

Uma Nação que olha para as outras e procura replicar em vez de inovar, que importa modelos de desenvolvimento com anos de atraso (em alguns casos com décadas de atraso).

No período “Pré Troika” não nos diferenciámos no acesso às matérias-primas, não potenciámos os investimentos no acesso à energia ou ao conhecimento.

Este triângulo decisivo para a geração de riqueza e oportunidade esteve ausente da reflexão estratégica para o nosso País e, como tal, da agenda dos decisores políticos.

Estará, assim, tudo perdido?

Uma Nova Revolução, Uma Nova Esperança

A Primeira Revolução industrial começou na Grã-Bretanha no final do séc. XVIII, com a mecanização da produção. Os tecelões eram substituídos por fábricas.

A Segunda Revolução industrial veio no início do séc. XX, marcada pelo simbolismo de Henry Ford e do domínio da linha de montagem: chegara a era da produção em massa.

A Terceira Revolução, em finais do séc. XX, trouxe a eletrónica, as tecnologias da informação e a produção automatizada.

Agora a Quarta Revolução está em curso.

Entrámos na era do digital, da manufaturação ao conhecimento. Vivemos o desenvolvimento da inteligência artificial, da microprodução, dos veículos autónomos, da “Internet of Things”, da nanotecnologia e de todo um conjunto de desenvolvimentos tecnológicos a um ritmo sem paralelo.

Uma série de tecnologias notáveis estão a convergir: software inteligente, novos materiais, robótica mais ágil, novos processos (nomeadamente impressão tridimensional) e toda uma gama de serviços baseados na web. (Schwab, 2016)

A fábrica do passado foi baseada na produção de produtos idênticos: Henry Ford pronunciara a famosa frase³ que marcou essa era. A produção em massa resultava na universalização ao seu acesso e na redução

³ Referindo-se às opções para o seu famoso automóvel Model T, Ford disse: “Any customer can have a car painted any colour that he wants, so long as it is black.”

do seu custo ao consumidor. O mesmo que Portugal havia obtido séculos antes com as matérias-primas.

A terceira revolução tinha trazido a automação, enormes ganhos de produtividade implicavam maior capacidade de produzir mais produtos iguais com características tecnológicas mais evoluídas para mais pessoas em menos tempo.

Porém o Mundo não parou de evoluir e a massificação da oferta que parecia ser a solução para uma Sociedade sequiosa de produtos, tem vindo a ser progressivamente substituída por algo que, há apenas vinte anos era muito caro, logo impensável: o produto individualizado.

O custo de produção de lotes muito menores de uma variedade mais ampla, com cada produto adaptada aos caprichos do consumidor, tem vindo a cair.

A fábrica do futuro vai-se concentrar na personalização em massa e ser mais parecida com as casas dos tecelões do que uma linha de montagem de Henry Ford.

De facto, caminhamos para uma nova realidade onde bens manufacturados podem sê-lo em casa do cliente, dispensando as grandes fábricas e os grandes distribuidores.

Agora, um produto pode ser concebida num computador e "impresso" numa impressora 3D.

A geografia das cadeias de abastecimento vai mudar. O tradicional negócio do retalho ou da distribuição, terá de se adaptar à possibilidade do produtor e do consumidor estarem ligados on-line ao invés de atual dependência física destes intermediários.

Os dias em que os projetos paravam por falta de uma peça, ou que os clientes se queixavam da descontinuação de peças para as coisas que tinham comprado, vão acabar.

A isto acresce o facto de que novas técnicas permitem moldar objetos em micro escalas. A nanotecnologia está a potenciar características melhoradas em várias soluções, desde ligaduras que ajudam a sarar cortes, motores que funcionam de forma mais eficiente ou louças que se limpam mais facilmente. Até vírus são alterados geneticamente para produzir baterias.

Se Henry Ford precisou de imenso capital para construir as suas fábricas, hoje o seu equivalente moderno pode começar com pouco mais do que um *laptop* e uma enorme vontade de inventar/innovar.

Esta será claramente uma Revolução Disruptiva.

A tecnologia digital já abanou as indústrias dos média e de retalho da mesma forma como as fábricas de algodão esmagaram os teares e o "Modelo T" de Ford colocou ferreiros no desemprego.

O perfil dos trabalhadores do futuro também irá mudar radicalmente, onde se exigirão mais competências, ou seja, aquela que foi a desvantagem portuguesa na competição industrial, poderá agora ser a sua força, isto porque a revolução vai afetar não só "como" as coisas são feitas, mas também "onde".

As Fábricas foram transferidas para países de salários reduzidos para conter os custos do trabalho, porém os custos do trabalho são cada vez menos relevantes na cadeia do produto: por exemplo o "*iPad*" de primeira geração era vendido a USD 499,00 e incluía apenas cerca de USD 33,00 no trabalho de fabricação, de que a montagem final na China foi responsável por apenas USD 8,00. (The Economist, 2012)

A Boston Consulting Group (BCG) estima que em áreas como transporte, computadores, produtos metalúrgicos e máquinas, 10% a 30% dos bens que os Estados Unidos agora importam da China poderão regressar aos EUA até 2020, aumentando a produção americana entre USD 20 Biliões a USD 55 Biliões por ano. (The Economist, 2012)

A Mudança

Os consumidores terão pouca dificuldade em adaptar-se a uma nova era de produtos de melhor qualidade, rapidamente entregues ou mesmo produzidos pelos próprios.

Para o governo, no entanto, é que a situação pode ser mais complexa uma vez que o seu instinto é proteger indústrias, empresas e modelos que já existem e não as empresas “start-up” que as podem diminuir (ou mesmo destruir).

A ideia de que a destruição de um modelo ultrapassado é um atentado a uma cultura empresarial ou a um modelo financeiro é o mesmo racional que impediu Portugal de compreender a necessidade de evoluir do comércio das matérias-primas para a manufatura de produtos, ou seja, é um racional de espiral destrutiva a médio prazo, incapaz de promover a renovação do tecido empresarial/industrial/conhecimento.

É tempo de mudarmos o paradigma. É tempo de termos Coragem de explicar que se adotarmos táticas de protecionismo estamos apenas a impedir a adaptabilidade do nosso tecido gerador de riqueza e a lança-lo numa morte destruidora do crescimento e de empregabilidade.

Temos de inverter este paradigma e parar de despejar subsídios em modelos antigos de operação, produção ou serviços. Não podemos despejar milhões numa visão romântica e ultrapassada de que a produção é superior aos serviços ou ao sistema financeiro e os novos modelos de venda de produtos e/ou serviços.

Nada disso faz sentido. As linhas entre indústria e serviços estão a esbater. A Rolls-Royce já não vende motores a jato, vende as horas que cada motor é realmente utilizado por um avião através do céu.

Os serviços que o produto gera são a base da sua relação com o cliente substituindo o modelo da propriedade do produto pelo cliente.

É neste paradigma que temos de entender a Mudança, mais do que uma Mudança de objetivos empresariais, estamos perante uma Mudança de cultura de consumo e de relação entre o consumidor e o produtor.

Qual o Caminho que Queremos?

Este governo sempre foi péssimo a escolher vencedores e cada vez será pior.

Se por um lado temos municípios que investem na oportunidade e no apoio a pequenas “start-ups” com legiões de empresários e “pensadores” a trocar projetos *on-line* e a transformar projetos caseiros em serviços de nível mundial, então não podemos ter um governo que vive amarrado a conceitos de subsidiação e apoio a modelos de negócio assentes nas ideologias da primeira revolução industrial e do protecionismo do conceito do emprego em vez da mentalidade da iniciativa.

Isto porque esta revolução tem ainda menos de intervenção e iniciativa governamental/institucional que as anteriores.

Esta não é uma revolução das massas mas sim do indivíduo, como também não é uma revolução para as massas mas sim para o diferente, o individual.

A quarta revolução industrial é caracterizada por três dimensões diferenciadoras: a velocidade, o alcance e impacto nos sistemas. A velocidade dos avanços atuais não tem precedente histórico. Quando comparado com as revoluções industriais anteriores, a Quarta está a evoluir a um exponencial em vez de um ritmo linear. Além disso, está a promover uma disrupção de todos os setores em cada país. E a amplitude e profundidade dessas mudanças anunciam a transformação dos sistemas inteiros de produção, gestão e governança.

As possibilidades de bilhões de pessoas conectadas por dispositivos móveis, com um poder sem precedentes de processamento, capacidade de armazenamento e acesso ao conhecimento, são ilimitadas. E essas possibilidades serão multiplicadas por avanços tecnológicos emergentes em áreas como inteligência artificial, robótica, a Internet das Coisas, veículos autónomos, a impressão 3-D, nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia de materiais, armazenamento de energia e computação quântica.

Em Portugal temos um bom exemplo de “start-ups” que se têm implementado rapidamente em nos últimos dois anos. Para aproveitar e apoiar este crescimento urge criar condições para demonstrar que eles são um bom investimento, e criar um ciclo autossustentável de sucesso e apoio.

Estudá-las é fundamental já que seguem uma trajetória para o sucesso que inclui uma série de etapas, incluindo idealização/prototipagem, incubação (onde o conceito é validado), comercialização (onde o modelo de negócio é validado) e, finalmente, a escala para o crescimento. A taxa de progresso pode variar muito.

Estas etapas são também o modelo ideal para avaliarmos as medidas que podemos estabelecer para compreender o ritmo de evolução da dinâmica que pretendemos que se venha a gerar.

Já, a inteligência artificial está ao nosso redor, em carros de autocondução, em “drones”, em assistentes virtuais e software que traduz ou investe. Nos últimos anos têm sido feitos progressos impressionantes na área da Inteligência Artificial, impulsionados por aumentos exponenciais no poder de computação e pela disponibilidade de grandes quantidades de dados, desde criação de software para descobrir novas drogas ao desenvolvimento de algoritmos para prever comportamentos.

Diariamente, as tecnologias de fabrico digital integram com o mundo biológico. Engenheiros, designers e arquitetos conjugam design computacional, fabricação aditiva, engenharia de materiais e biologia sintética num movimento pioneiro potenciando uma simbiose entre micro-organismos, o corpo humano, os produtos que consumimos e até mesmo os edifícios que habitamos.

Portugal tem de potenciar o uso da tecnologia na indústria para assegurar uma nova posição na economia global. A Internet e o poder de computação permitem que empresas de tecnologia possam ser agentes de disrupção na economia global, levando a uma redistribuição das receitas e da riqueza.

À medida que esta revolução se vai desenvolvendo, o decisor político deve reforçar a aposta em melhor qualificação (e não o desesperante experimentalismo da importação de modelos escolares de outras culturas), melhores escolas para trabalho qualificado, regras claras e condições de concorrência equitativas para as empresas de todos os tipos.

O Estado deve ser um facilitador e regulador quando existem muitos interessados e um promotor, quando existem poucos interessados mas a área de intervenção é vista como estratégica.

No domínio da regulação importa destacar que os sistemas atuais de políticas públicas e tomada de decisão evoluíram com a Segunda Revolução Industrial, quando os decisores tinham tempo para estudar um tema específico e desenvolver a resposta necessária

ou quadro regulamentar adequado. Todo o processo foi projetado para ser linear e mecanicista, seguindo uma abordagem estritamente “top down”.

Essa abordagem já não será viável. O ritmo rápido de mudanças e impactos amplos levam legislador e regulador a serem desafiados a um grau sem precedentes ao mesmo tempo que a exigência de transparência e eficácia pode contribuir para a incapacidade de criar as condições necessárias ao sucesso.

Porque não tenhamos dúvidas, a incapacidade de orientarmos corretamente a nossa governação, aliada a um mercado de trabalho cada vez mais segregados em segmentos “qualificação baixa/ordenado baixo” e “qualificação elevada/ordenado elevado”, potenciará um aumento das tensões sociais.

Se queremos Portugal a liderar temos de descomplicar o processo regulatório, assegurar uma justiça rápida e potenciar o País como uma zona franca para o desenvolvimento de novas tecnologias e novos processos e soluções.

Temos de competir não na transformação de matérias-primas, não na produção de tecnologias mas apostar na criação de soluções e ofertas diferenciadas, de base tecnológica.

Temos de compreender que os paradigmas da Propriedade e do Emprego estão a mudar: por um lado a opção passa cada vez mais por alugar o serviço ao invés de deter propriedade sobre o bem que o gera, por outro lado o emprego deixa de existir numa relação hierárquica e passa a existir numa dimensão colaborativa.

Igualmente relevante é compreender que as grandes empresas começam a sofrer com a sua própria dimensão.

Isto começa a ser particularmente evidente na cadeia de valor de um produto, quando o custo financeiro do mesmo ou o custo de suporte da organização começam a representar uma fatia significativa do valor final do produto.

As novas empresas, baseadas no on-line e em serviços de proximidade, cada vez mais capazes de produzirem localmente o seu produto a valores reduzidos e, muitas vezes, à medida da solicitação do cliente são mais competitivas, mais capazes de reagir em tempo útil, mais adaptáveis.

Por tudo isto, Portugal não pode ficar, novamente, para trás. Temos de regressar “às praias do Restelo”, olhar o “velho” na cara e ter a coragem de embarcar novamente, rumo a novos desafios, a novos mares.

Coragem

E então onde nos devemos centrar? Como devemos desenhar uma estratégia adequada a captar e fixar estas oportunidades?

Aqui temos de recuperar a Coragem que nos caracteriza, que nos impele a ser diferentes, a ser inovadores, a liderar cá dentro como tantas e tantas vezes o português lidera lá fora.

Temos de ter a Coragem para olhar de frente o futuro que se avizinha e regressar “às praias do Restelo da Novas Epopeias”.

Temos de ter a Coragem de embarcar nestes Novos Desafios, deixando o em terra “os velhos do Restelo”.

E como?

Não podemos ter temas tabu e temos de estar disponíveis para discutir “os elefantes na sala”.

Torna-se claro que o desafio deste novo ciclo deve ser o de ter a Coragem para discutir o que realmente afeta o quotidiano das pessoas e o que perturba/condiciona a sua qualidade de vida e as suas aspirações futuras.

O crescente descontentamento que existe relativamente à classe política centra-se numa perspetiva específica: “Não resolvem os problemas”. Temos de inverter isso.

É que são as respostas fáceis que nos levaram a interromper a jornada difícil e ameaçam lançar o País num mar de descrédito.

É por isso imprescindível ter Coragem para Escutar, Coragem para Discutir e Coragem para Resolver.

Coragem para Escutar

Um dos grandes exemplos da falta de Coragem para Escutar está no recente conflito entre dois modelos de negócio em choque (violento), que são dois bons exemplos do choque entre um modelo tradicional e um modelo da Quarta Revolução: Taxis vs Uber.

É gritante a falta de capacidade deste (des)Governo para Escutar e compreender o problema. Conseguiram mesmo um feito notável: a falta de respeito e a incapacidade de compreender os taxistas levou o (des)Governo a achar que se resolvia tudo despejando dinheiro para cima deles, num claro ato ofensivo

de desrespeito sobre as reais preocupações manifestadas.

E claro, os taxistas responderam que não é do dinheiro dos contribuintes que eles precisam!

Então e os taxistas que investiram, às suas expensas, na sua formação pessoal? Que frequentaram, às suas expensas, cursos de línguas? Que modernizaram, às suas expensas, os seus táxis? Que integraram, às suas expensas, plataformas eletrónicas alternativas capazes de gerar a mesma confiança de serviço (o caso do My Taxi)?

Alguém acha mesmo que o problema é dinheiro? Eles já o gastaram/investiram! O problema não se resolve com dinheiro! O problema está na regulação diferente para um modelo que se tornou concorrencial... O problema está no facto de não terem tido Coragem para Escutar.

Mas Pior!

Tem sido o “assobiar para o lado” que tem potenciado a própria confrontação.

Será mesmo caso para dizer que este (des)Governo pretende travar o Tsunami da inovação que “os Uber da Vida” representam, gritando palavras de ordem e despejando dinheiro. A Uber não está ilegal e a Uber trouxe um novo modelo que confrontou um outro já existente sem que a concorrência salutar se pudesse desenvolver em pratos equilibrados, porque o legislador insiste em não colocar todos com as mesmas regras.

Isto vai-se repetir vezes sem conta nos próximos tempos e o PSD tem de estar capaz de se chegar à frente e adiantar essa agenda, antecipando os desafios e dificuldades com uma agenda própria e pública.

E, à semelhança do que a própria Quarta Revolução significa, não será uma estrutura central capaz de gerar essas oportunidades para Escutar, mas deve ser essa estrutura central capaz de facilitar essa oportunidade para as várias estruturas distritais ou concelhias (por exemplo). Porque o futuro não é da lógica das grandes e pesadas estruturas mas sim das pequenas e mais ágeis.

Só este (des)Governo é que, não sendo capaz de Escutar, entende que se trava a Evolução por Decreto ou Despacho...

Coragem para Discutir

Vários têm sido os temas que a sociedade Portuguesa pretende ver discutidos e dos quais os alguns decisores políticos se demarcam constantemente, evidenciando um mau serviço à população que servem. Um político que rejeita discutir as preocupações das pessoas não está a cumprir com a sua função.

A economia da partilha é um destes exemplos. Um exemplo de como em Portugal, regulam-se os tsunamis para não entrarem na costa. Aquilo que poderá parecer caricato, é constantemente identificado pelas pessoas como umas das razões para o afastamento entre eleitores e eleitos. Adopta-se uma postura defensiva e reativa invés de uma postura de resolução e de liderança.

Portugal tem condições únicas para se posicionar como líder na discussão dos temas que para desespero do público, tardam em ser analisados.

Se nos podemos posicionar como uma porta para a Europa, podemos também posicionar como porta para os países da CPLP. Porque é que nos demitimos constantemente das nossas potencialidades?

Chegou a hora de por os temas em cima da mesa, sem medos e sem receios. O mundo está a evoluir a uma velocidade estonteante. Se negamos a realidade e não discutimos o que nos rodeia, só aumentamos o fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos. Ou seja, o mesmo racional que utilizamos para nos distanciar negativamente pode ser utilizado para recuperar e até ultrapassar os países mais avançados. É preciso coragem!

O tempo é por nós utilizado em resistir e em negar a realidade invés de aceitar e encaminhar o interesse comum e a causa pública. Devemos ser os primeiros a fomentar a discussão seja qual for o tema e não ficarmos à espera de recomendações e/ou diretivas europeias.

Se o nosso país só funciona para transpor as leis europeias, qual é o papel da Assembleia da República?

Não podemos ser amordaçados por esta maioria que teima em não respeitar o pluralismo Parlamentar e a diferença de opinião.

Por exemplo, a economia da partilha tem um conjunto de particularidades que irão transformar os conceitos de propriedade e de relação laboral.

É também um modelo que assenta na perspetiva da otimização da gestão de recursos, promove uma re-

distribuição da riqueza e reforça laços comunitários.

Pode também ter outros impactos importantes, como por exemplo no âmbito da Mobilidade nas cidades.

A discussão não é portanto uma opção mas sim uma obrigação.

Coragem para Resolver

O Estado é constantemente acusado de limitar e prejudicar.

Quando existe algo que surge com o objetivo de resolver, é olhado com desconfiança. É necessário mostrar que existem homens e mulheres com coragem para resolver. O Estado tem de deixar de limitar para passar a potenciar.

A existência de um governo que potencie permite situar novamente o sector público no papel que realmente deve ter: de parte que une, de parte que credibiliza os vários atores da sociedade. Um interveniente que resolve e que mostra claramente que tomou a melhor decisão possível.

A transparência torna-se portanto, obrigatória. O estado só terá agilidade e será rápido quando conseguir mostrar cada passo que toma. Não devemos ter medo de levantar os problemas. Pois só quando os temas são colocados na mesa, é que poderão ser realmente resolvidos. Caso rejeitemos tal opção, iremos viver na ilusão.

Estratégia sem empreendedorismo leva a estagnação.

Empreendedorismo sem estratégia levará ao desastre.

Assim, teremos de conseguir criar um portfolio de inovação no Estado.

Não deveremos ter medo de assumir quais são os sectores que queremos com inovações incrementais nem quais são os que estamos dispostos a criar disrupção. Não poderemos é deixar de inovar.

Não será possível encurtar o tempo perdido se não estivermos dispostos a definir sectores estratégicos para o país e mantermo-nos focados nesse caminho. Deveremos fomentar e obrigar a decidir quais os 3 sectores estratégicos para o país.

Não podemos estar continuamente a definir centenas de sectores estratégicos. Isso revela dispersão e falta de foco. Temos de ter Coragem!

Coragem Para Começar hoje

Hoje tem de começar o nosso caminho diferenciador.

Hoje temos de criar condições para liderar.

Deveremos assim, propor:

Com o aproximar do enorme desafio autárquico, urge preparar tanto os nossos quadros políticos em funções, como preparar os futuros quadros políticos que queremos que possam responder ao desafio da nossa Comunidade, nomeadamente tendo adequado conhecimento e capacidade para fazer bom uso das várias realidades aqui brevemente explicadas e que integram a 4ª Revolução Industrial - como tema estratégico e prioritário na agenda do nosso partido.

Compreender estas ferramentas colaborativas, reforçando a proximidade e a partilha na gestão autárquica como foco de aproximação ao eleitor e transparência no ato de gestão, será determinante para conquistar a confiança deste e assegurar bons mandatos.

Esta formação pode ser assegurada envolvendo o aconselhamento de organizações que conheçam e trabalhem regularmente esta realidade, contribuindo assim para o reforço da qualidade dos nossos quadros autárquicos.

Importa igualmente promover uma forte interligação entre a Agenda do nosso Grupo Parlamentar e a Agenda da 4ª Revolução Industrial. É por isso fundamental aproveitar uma ligação entre os quadros políticos do nosso Grupo Parlamentar e estas Organizações que lideram esta Agenda, por forma a assegurar que é o PSD que lidera a iniciativa legislativa e parlamentar, dando nota pública do nosso enfoque nas ferramentas de transparência na Gestão Pública.

Queremos com isto:

- Liderar a discussão de melhores ferramentas de participação cívica.
- Liderar a discussão do impacto das novas tecnologias e paradigmas associados
- Liderar a discussão e definição dos 3 sectores com maior potencialidade para Portugal se diferenciar globalmente.

PROPOSTA TEMÁTICA

A1

“MAIS PORTUGAL NO INTERIOR E MENOS INTERIOR EM PORTUGAL”

1º Subscritor:

Carlos Peixoto

militante nº 105572

Presidente da Comissão Política Distrital da Guarda



1. Motivação para esta moção

O PSD está posicionado na sociedade portuguesa como um partido de poder, de serviço à Nação, reformista, de cultura humanista, capaz de entender o sentimento dos cidadãos e de participar no rumo mais acertado para Portugal.

A relação entre esta estrutura distrital da Guarda e o PSD nacional sempre foi de total solidariedade, de ampla contribuição crítica e de construtiva interação de ideias.

A veloz evolução do mundo exige que perspetivemos mudanças, interiorizemos soluções, pensemos em ações e mobilizemos o nosso país.

Compete-nos, pois, debater ideológica e doutrinariamente o partido, cujo trabalho político assentou sempre nos princípios democráticos do saber ouvir e do saber agir.

Um partido liderante e moderno, ativo e interventivo, tem de estar à frente do tempo, tem de ser capaz de prever em vez de remediar, tem de estar preparado para programar em vez de se ater à espuma dos dias, tem de protagonizar o futuro em vez de se aprisionar ao passado.

Projetar o futuro é, para além do mais, obter a inspiração necessária para implementar e propor receitas que enfrentem dois dos maiores e mais prementes desafios que se entrecruzam e com que o país em geral e o interior em particular se confrontam – **o declínio demográfico e os desequilíbrios territoriais.**

Esta moção corporiza, assim, o nosso firme empenho na busca de propostas de solução e da motivação para essas causas, que agora, mais do que nunca, devem ser elevadas à categoria de temas prioritários de interesse nacional.

Sem uma economia sã e competitiva o país retrocede; sem pessoas e sem um território equilibrado, o país repousa num enorme cemitério de memórias.

Como disse um dia Sá Carneiro *“para restituir a dignidade indispensável a todos, é urgente reequilibrar o espaço português, promovendo o desenvolvimento regional como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento nacional”*.

2. A promoção da natalidade como fator de povoamento e de sustentabilidade de Portugal

O panorama demográfico do país é desolador.

Com uma redução gradual desde os anos 80, em que o índice de fecundidade era de 2 nados vivos por mulher, em média, hoje, esse índice desceu para 1,21 por mulher.

Enquanto que há 5 anos nasciam em Portugal 100.000 crianças, agora nascem pouco mais que 80.000. Dados recentemente divulgados pelo Eurostat, relativos à natalidade e à fertilidade, colocam-nos como o país da UE com a maior queda de nascimentos deste século, com a mais baixa taxa de fertilidade em 2014, e muito acima da média europeia na idade média das mulheres que têm o primeiro filho. O resultado é que, num horizonte de poucos anos, assistiremos a uma drástica perda de população.

Se na Europa e nas zonas mais populosas do país esse fenómeno terá consequências muito relevantes, no in-

terior de Portugal, e no distrito da Guarda em particular, os seus efeitos serão devastadores.

Se um recente estudo prospetivo das Nações Unidas prevê que Portugal, em 2060, e com baixas migrações, terá pouco mais do que 6 milhões de habitantes, a dura realidade já demonstra que em 15 anos o distrito da Guarda perdeu quase 30 mil habitantes, isto é, cerca de 15% da sua população.

Ciente que este cenário é comprometedor para o nosso futuro enquanto país e enquanto região, o PSD assumiu como desígnio nacional atenuar e inverter esta tendência. Por isso mesmo, por decisão do seu atual Presidente, decidiu em 2014 criar uma *‘Comissão para uma política de natalidade em Portugal’*, que, após estudos e contributos vários, produziu um relatório com sugestões de diversas medidas a serem implementadas.

A situação económica do país e a enorme incerteza dos últimos anos não facilitaram essa implementação. Mas, ainda assim, alguns passos foram dados nesse sentido. Muitas e variadas políticas e boas práticas têm sido prosseguidas pelo poder central, pelo poder local, pelas empresas e IPSS ou outras organizações da sociedade civil, com o foco na atenuação dos efeitos do envelhecimento da nossa população.

O certo é que a decisão de ter um filho continua a surgir depois de outras que envolvem opções (respeitáveis, é certo, mas adversárias do crescimento da família) de valorização pessoal e profissional dos casais e de uma nova realidade sobre o papel social da mulher.

Travar a descida abrupta da natalidade e procurar recuperar os nascimentos para níveis próximos da reposição geracional (2,1 filhos por casal), tem de constituir um imperativo estratégico para Portugal.

Podemos ser tentados a pensar que as medidas já existentes de apoio às crianças e às famílias, como a atribuição de prestações de carácter pecuniário (abonos de família); licenças e apoios à maternidade e paternidade (abono pré-natal, subsídios parentais, subsídios por risco clínico de gravidez, subsídio para assistência a neto, subsídio por adoção e subsídio para assistência a filho com deficiência, entre outros); benefícios fiscais (deduções à coleta de despesas do agregado familiar), e outros (passes escolares com descontos sobre o preço da tarifa inteira para crianças e jovens que frequentem o ensino superior), esgotaram a capacidade de intervenção do governo e das autarquias locais nesta matéria.

Mas não! Há sempre outras soluções, outros tónicos, outros incentivos e outras ideias.

Nenhuma delas, porém, deve esgotar-se em si própria ou ter um carácter pontual e episódico.

Portugal precisa de políticas perenes, estáveis, coerentes, abrangentes e universais (contrariando a ideia de assistencialismo), mas ajustadas às necessidades específicas do país e de cada região, porque as realidades de ordenamento do território e de povoamento, as práticas empresariais, os hábitos culturais e o enquadramento de pontos de partida são diferentes de país para país, e de região para região.

Nesta lógica, e tendo sempre presente que o preço de não termos filhos é muito superior aos investimentos que possamos ter de vir a fazer para criarmos um contexto favorável à procriação, julga-se relevante a adoção de algumas das seguintes propostas, **sempre que possível com majorações ou diferenciações positivas no interior do país:**

1. Redução de 1% ou 1,5% nas taxas de contribuição para a Segurança Social dos trabalhadores que tiverem, respetivamente, três filhos ou mais;
2. Reforma antecipada em um ano por cada filho após o segundo;
3. Bonificação das pensões de reforma em 1,5% por cada filho;
4. Aumento do montante ou da percentagem de dedução à coleta por cada filho;
5. Redução da taxa de imposto sobre veículos e do IUC para agregados familiares com mais de dois filhos dependentes e não apenas para famílias numerosas;
6. Apoio à contratação de mulheres grávidas ou de pais e mães com filhos até aos três anos de idade através da isenção da TSU;
7. Alargamento do tempo de dispensa para amamentação ou aleitamento de 2 horas para 3 horas diárias,
8. Aumento do período de dispensa para amamentação / aleitamento dos 12 para os 18 ou 24 meses de vida do menor
9. Reposição do abono de família universal, sem sujeição a condição de recursos;
10. Reforço da capacidade técnica dos centros de estudo e tratamento de infertilidade existentes no país e integrantes do SNS, e aumento do número participável de tratamentos de fertilização de 3 para 5.
11. Acréscimo dos descontos das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos para famílias com agregado superior a 4 elementos;
12. Alargamento da rede de creches e ATL's durante as férias e fora dos horários escolares;
13. Atribuição de benefícios (renda de casa e IMI este a operar de forma automática, sem necessidade de deliberação dos órgãos autárquicos, ou outros) a jovens casais, seja de que nacionalidade forem, até aos 30 anos ou com mais de dois filhos menores;
14. Criação de uma equipa multidisciplinar e multipartidária no seio do Governo que pense de modo integrado e sugira a execução de uma política pública para a promoção da natalidade, criando um sentimento de inspiração e de confiança na generalidade dos atores sociais e da população;

15. Implementação de uma operação de marketing da criança, sob um lema cativador e agregador (por exemplo: *“em Portugal, as crianças estão à frente”*), que constitua um elemento de comunicação suscetível de transmitir capazmente um conjunto articulado de medidas e de esforço coletivo de décadas para a causa demográfica;
16. Estabelecimento de um ‘pacto geracional’ e duradouro, de várias legislaturas, entre todos os partidos políticos, para a definição de um Plano Nacional para a Promoção da Natalidade;
17. Definição de uma agenda semestral no Conselho de Ministros sobre as políticas de natalidade e respetivo impacto no território;
18. Realização de debates anuais sobre natalidade na Assembleia da República, nas Assembleias Municipais

país e nas Assembleias das Comunidades Intermunicipais;

19. Criação de um Portal da Família, focado na comunicação, informação e divulgação para a toda a comunidade, dos apoios, subsídios, ofertas de creches e outros benefícios, que constitua um alerta vivo e permanente da situação demográfica de Portugal.

O PSD da Guarda sabe que, quem semear estas políticas de forma sistematizada poderá não colher, no imediato, os seus frutos, porque os seus resultados não serão de curto prazo. Mas ninguém pode ter dúvidas de que, se tais políticas não forem acolhidas, seguidas e assimiladas por gerações, é não só o modelo de estado social de hoje que está comprometido, como é o país do amanhã que estará sacrificado.

3. O PSD no interior de Portugal (Coesão Territorial)

Ao longo de quase 30 anos de integração europeia e de mais de 40 de democracia, Portugal não foi capaz de equilibrar o seu território. A coesão entre regiões falhou e o país ainda não é capaz de ombrear nem entre si, nem no seu todo com o pelotão da frente dos países europeus mais desenvolvidos.

Apesar dos investimentos em acessibilidades e infraestruturas por todo o seu espaço, de norte a sul, do litoral ao interior, ainda que, quase nunca equitativamente, continua a existir um Portugal com esperança (na sua faixa mais encostada ao mar), e um Portugal em declínio e com o futuro em risco (na sua faixa mais interior).

O interior vive já mergulhado num preocupante despovoamento, com as suas terras abandonadas, com as suas atividades produtivas em queda abrupta, com perda notória de população e de massa crítica, com rarefação de serviços públicos e com um cenário de abandono inquietante.

O nosso território é assimétrico e a nossa população não tem as mesmas oportunidades e condições de vida, em termos gerais.

Este tema parece estafado, de tanto que se tem falado nele e de tão pouco que se tem feito com ele.

Porém, essa aparência não nos retira o apelo para aprender com os erros e com os fracassos do passado, nem a necessidade de persistir na busca de novos mo-

delos de organização territorial que permitam a desejável aproximação de índices de desenvolvimento entre estes dois ‘Portugais’.

O PSD tem, nesta matéria, uma responsabilidade histórica, enquanto partido fundador do nosso verdadeiro estado de direito, e um dever acrescido de assumir como sua esta causa, enquanto partido de governo e de poder.

Por isso mesmo, dedicou-lhe ampla atenção nos últimos tempos. Organizou, em 2011, umas jornadas parlamentares no Fundão subordinadas ao tema, os seus deputados apresentaram no Parlamento um projeto de resolução que recomendou ao Governo a elaboração e a implementação de um Programa Nacional para a Coesão Territorial e, mais recentemente, organizou um Conselho Nacional em Ansião (um concelho do interior) centrado nesta temática. Tudo boas iniciativas, mas, até agora, insuficientes nos objetivos que se propõem.

Mesmo assim, e não obstante o período crítico de ajustamento económico-financeiro que condicionou Portugal, entre 2011 e 2013, o nosso Governo instituiu ainda algumas medidas que simbolizam uma ideia de mudança relativamente à macrocefalia que se enraizou em Portugal.

Criou uma equipa interministerial dos assuntos do território e o conselho de concertação territorial; imple-

mentou programas como o 'Valorizar', o 'Descentralizar' e o 'Aproximar'; aprovou um código fiscal de investimento, com o aumento das majorações para investimentos nas regiões de baixa densidade; desenhou um regime mais favorável para a obtenção de autorizações de residência no interior para cidadãos de fora da UE; aprovou medidas para a fixação de médicos nestes territórios através da concessão de suplementos remuneratórios; reduziu o custo da água nestas regiões; lançou o Programa "Mais Superior", com a atribuição de bolsas a alunos do ensino superior que optassem por estabelecimentos sediados no interior, e organizou o 'Portugal 2020' por forma a favorecer projetos a desenvolver fora das regiões mais favorecidas do país.

O certo é que, apesar destes passos, **há ainda um caminho muito longo e corajoso para percorrer.**

Podemos defender que é racional encerrar Centros de Saúde à noite, porque não há utentes; que é racional encerrar Escolas do Ensino Básico, porque não há alunos; que é racional encerrar Tribunais, porque não há processos; que é racional encerrar postos da GNR ou da PSP, porque não há índices de insegurança que os justifiquem; que é racional encerrar serviços da Segurança Social ou outros serviços públicos, porque não há pessoas suficientes a procurá-los. Uma coisa é certa - **a soma de todas essas racionalidades constitui uma irracionalidade a toda a prova e deixa o país fraturado como um puzzle e com patologias que ameaçam e contaminam a própria coesão nacional, o país no seu todo, a sua competitividade e o seu futuro.**

Feito este diagnóstico, já mais que repisado, urge pensar nas terapias e nas prescrições.

As dinâmicas regressivas do interior de Portugal podem e devem ser combatidas, não só com uma presença mais cuidada e reforçada da Administração Central nos seus territórios, por via da descentralização e da desconcentração de poderes enquadradas numa nova política de desenvolvimento regional, mas também com a valorização económica dos seus recursos endógenos, criando e fixando valor e emprego.

Esta nova política impõe arrojo e planeamento para duas décadas, à semelhança do que aconteceu em França nos anos 40.

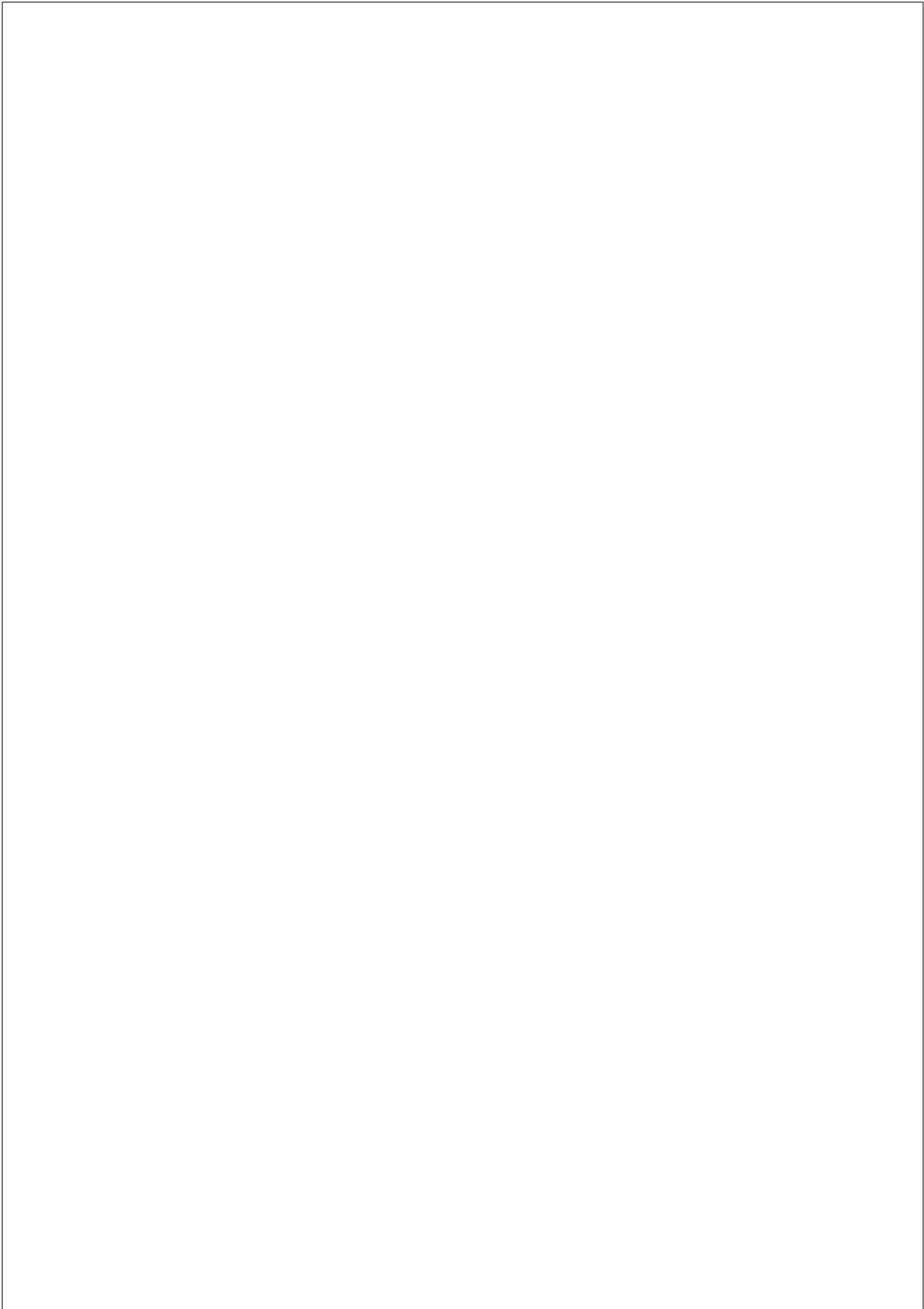
O emprego é a chave do sucesso, é o motor da economia e é o melhor e mais eficaz antídoto contra o despovoamento. Entre muitas outras opções que se encontram (e bem!) corporizadas no relevante documento que o nosso partido produziu em 2015 e denominou "*Territórios de baixa densidade, Territórios de elevado potencial*"; julgamos que nenhum avanço relevante pode ser atingido sem que o Governo da Nação, seja ele qual

for, coloque especial enfoque em:

1. Criar condições para que as médias e grandes superfícies comerciais, as empresas do ramo segurador e os Bancos passem a liquidar os seus impostos nos domicílios fiscais onde têm lojas ou estabelecimentos ou agências, e de acordo com os resultados obtidos nesses locais (e não apenas nas sedes respetivas), para que os Municípios passem a poder beneficiar desse novo regime de tributação;
2. Criar um Órgão Interministerial destinado a pensar a coesão do território, avaliar o impacto das várias medidas sectoriais de governação no interior do país, e elaborar um Plano Nacional de Coesão Territorial, que possa ser respeitado durante várias legislaturas;
3. Descentralizar as suas competências nas CCDR's, como órgão capaz de preparar, coordenar, articular e implementar a componente regional desse Plano de Coesão;
4. Confiar às CIM (comunidades intermunicipais) as competências em matéria de planeamento sub-regional do plano e de gestão de equipamentos e infraestruturas da sua área de intervenção;
5. Consagrar um pacote fiscal em sede de IRS, IMI e IRC (neste caso do IRC recuperando e melhorando o Estatuto dos Benefícios Fiscais na parte respeitante à redução de taxas) suficientemente atrativo de novos investimentos reprodutivos e criadores de emprego ou de deslocalização de atividades económicas para as regiões mais desfavorecidas;
6. Transferir uma percentagem razoável de organismos públicos situados no litoral e nos grandes centros para as regiões do interior, desde gabinetes especializados, aos institutos públicos;
7. Eleger como destinatárias preferenciais essas regiões na criação de futuros *call centers* de empresas públicas;
8. Implementar, no plano da Segurança Social e do Trabalho, um plano de majoração dos apoios concedidos pelos vários programas de estímulo ao emprego e à formação profissional nestas regiões;
9. Reforçar a rede de Ensino Superior e de Investigação nas cidades de média dimensão, potenciando ainda mais o ingresso de estudantes no interior, através do melhoramento do Programa 'Mais Superior', do alargamento da base de recrutamento e do aumento do número de vagas nas Universidades e Politécnicos destas regiões, com a correspondente diminuição nos restantes;

10. Incrementar o papel da Saúde na estratégia de desenvolvimento para a coesão nos territórios de baixa densidade, promovendo o Turismo de Saúde como fator de competitividade e de diferenciação desses territórios;
11. Incentivar a criação de unidades de comercialização de produtos agrícolas e semitransformados da agricultura e de produtos artesanais, bem como de promotores turísticos regionais capazes de potenciarem o setor do turismo;
12. Definir como prioridade da AICEP a promoção e valorização dos produtos endógenos regionais e a sua internacionalização;
13. Implementar medidas com especial incidência no tecido empresarial do interior, através da redução do valor das portagens nas autoestradas A25 e A23, de forma a promover a equidade necessária para atenuar custos de contexto da interioridade.
14. Desburocratizar o licenciamento e a certificação de produtos regionais.
15. Reduzir ou isentar da taxa de IMT, na aquisição de imóveis em zonas do interior, para fixação de casais que pretendam domiciliar-se nestas regiões.
16. Isentar de IMT empresas que adquiram imóveis no interior onde pretendam instalar as suas sedes e prestar os seus serviços.

São estas, em suma, algumas das propostas reformistas que, sobre os temas em apreço e no entender do PSD Guarda, devem orientar a atuação do Partido nos próximos anos.



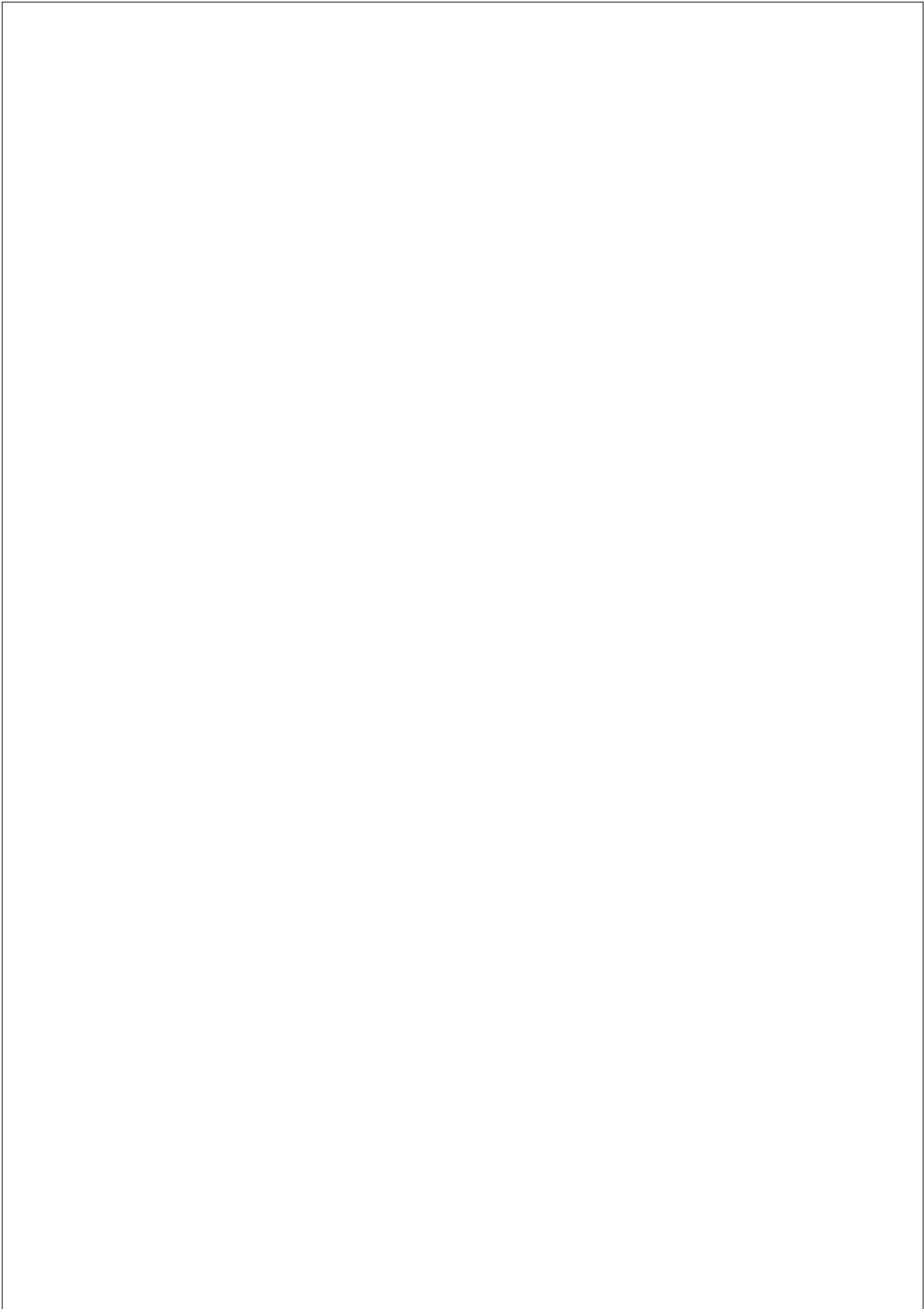
PROPOSTA TEMÁTICA

B1

“O LUGAR DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA DEPOIS DE 30 ANOS”

1º Subscritor:

Grupo Europeu de Deputados do PSD



Preâmbulo: o lugar da integração europeia depois de 30 anos

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia – e, por conseguinte, na futura União Europeia – é o acontecimento político mais importante da história portuguesa depois do 25 de Abril de 1974.

É certo que a adesão não teria sido possível sem alguma maturidade e a plena «democratização» do regime operada em 1982.

Mas a chamada Revisão de 82 é já um resultado evidente do processo político de adesão, espoletado no final dos anos 70, pelos partidos do arco constitucional.

E, por outro lado, o Tratado de Adesão de 1985 antecipa, no plano substancial, as reformas da constituição económica e social, consignadas na Revisão de 1989.

A partir do momento em que Portugal acede ao então Mercado Comum abdica das excentricidades da sua constituição económica (ainda de vazo marxista) e torna inevitável a dita Revisão de 89. Numa palavra, o ingresso nas Comunidades Europeias constituiu o autêntico eixo do desenvolvimento político e económico do Portugal democrático.

Assumir e sufragar esta perspectiva – a perspectiva da primazia do significado político e constitucional da adesão à União Europeia – não é coisa de somenos.

A maioria dos balanços destes 30 anos da integração de Portugal na vida europeia acentua a dinâmica do desenvolvimento económico, e social e a notável abertura territorial do país ao exterior.

E não restem dúvidas de que o surto de progresso infra-estrutural, a montagem dos fundamentos (ainda que frágeis) de uma economia de bem-estar, a explosão do potencial de qualificação e a abertura «existencial» da sociedade portuguesa são sucessos largamente imputáveis a estas décadas europeias.

Mas, muito ao contrário do que se tornou um lugar-comum, a principal razão de ser – razão de ser que é também razão de existir e de permanecer – da União Europeia é a razão política, e não a sempre lembrada racionalidade económica.

A Europa nasceu no pós-guerra por motivos eminentemente políticos e a Europa alargou-se por necessidade política.

Celebrar os 30 anos da integração de Portugal no espaço político europeu é, por isso e antes do mais, celebrar uma nova etapa da «vida política ea té constitucional» portuguesa. A Europa faz hoje parte do coração da Constituição Portuguesa. Diríamos mesmo que faz parte do coração dos Portugueses. É bom – e é prudente – não o esquecer.

1. Liberdade e Segurança: Segurança Interna da União e Política Externa da União

1.1 Espaço Schengen de livre circulação de pessoas

O euro barómetro assinala significativamente que a grande maioria dos cidadãos europeus quando perguntados sobre qual o maior sucesso do projecto europeu respondem que é a liberdade de circulação e o espaço Schengen.

Quer sob o ponto de vista simbólico da concretização da cidadania europeia, quer sob o ponto de vista do mercado interno (a ausência de fronteiras internas e a fluidez dos movimentos de pessoas, mercadorias,

serviços e capitais constituem importantes mais valias económicas) Schengen não pode soçobrar.

A preservação de Schengen passa sobretudo pela percepção da evidência que a fruição da liberdade de circulação e a ausência de controlos nas fronteiras internas pressupõe um firme e competente controlo das fronteiras externas que passam a ser, na prática, as fronteiras da União Europeia. A valorização e melhoria de instrumentos como o SIS (Sistema de Informação de Schengen) e o novo Mecanismo de Avaliação de Schengen devem ser prioridades na acção política da União.

1.2 Só uma segurança comum poderá garantir uma maior tranquilidade comum

Os recentes atentados terroristas reforçaram a percepção pública do valor da segurança e a imperiosa necessidade de melhor cooperação europeia na prevenção e combate aos fenómenos da criminalidade internacional.

Se é verdade que a UE dispõe de instrumentos como a Europol e o Eurojust para assegurar a cooperação policial e judicial, não é menos evidente que existe uma falta de colaboração, e por vezes falta de confiança mútua, entre diversas forças de segurança de diferentes Estados-Membros, com destaque para os serviços de informação. A análise dos atentados de Paris em 2015 – quer os de Janeiro quer os de Novembro – e dos recentes atentados de Bruxelas demonstraram sem sombra para dúvidas que, uma mais inteligente partilha de informações entre os serviços de inteligência teria contribuído para uma melhor prevenção dos actos terroristas, e uma melhor vigilância dos criminosos, cujas deslocações à Síria e a campos de radicalização eram conhecidas.

Igualmente, é importante utilizar plenamente os mecanismos europeus de que dispomos – como o Sistema de Informação de Schengen – para potenciar o controlo dos movimentos de jovens europeus radicalizados. A inscrição destes alertas no SIS deverá permitir otimizar o conhecimento de deslocações que, muitas vezes, redundam em actos terroristas.

1.3 Migrações, acolhimento de refugiados e Política de Asilo Comum

Quando o Papa Francisco, em Estrasburgo, perante o Parlamento Europeu, afirmou que não podemos permitir que o Mediterrâneo se transforme no maior cemitério da Europa ilustrou bem a dimensão da tragédia. E não é sério esperar que o problema diminua de intensidade no curto prazo. A situação na Líbia, a guerra na Síria, o terror do Daesh, a situação no Iraque e o conflito e instabilidade em diversos outros países vizinhos vão provavelmente manter ou até aumentar o fluxo de refugiados em direcção à Europa.

A UE deve, assim, colaborar com a Comunidade Internacional na resolução do problema nas suas origens mas deve procurar soluções europeias e solidárias na resposta à urgência humanitária. Decisões nacionais

marcadas pelo egoísmo prejudicam e comprometem a eficácia da ajuda europeia. Portugal tem sido um bom exemplo desde o início com as boas decisões tomadas pelo anterior governo (numa das poucas áreas em que o actual Governo não tentou marcar a diferença e tudo alterar).

Embora o sistema de recolocação, se mal conduzido, possa aumentar indesejavelmente os movimentos secundários não há, no imediato, outra solução para acolher os muitos milhares de refugiados que se encontram em solo europeu. A obrigação de todos os Estados-Membros deve ser assim de colaboração na proporção das suas possibilidades de espaço, riqueza, taxa de desemprego e população.

1.4 Acção Externa da União Europeia

Enquanto país europeu, lusófono e atlântico, Portugal deve empenhar-se na concretização prática da acção externa da União, através da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), seja no âmbito da participação em todas as acções promovidas pela própria União Europeia ou no âmbito das acções promovidas conjuntamente com a OTAN – desde que as condições logísticas, humanas e materiais do nosso país assim o permitam.

Para combater eficazmente os novos desafios de segurança e defesa, principalmente os ligados ao terrorismo (e ao ciberterrorismo); para credibilizar a acção externa da União e como única forma de concretizar o objectivo de Paz presente desde a fundação da UE (e recentemente reconhecido pela Fundação Nobel), consideramos ainda que devemos caminhar no sentido de uma Política de Defesa Comum e contribuir para que exista uma voz única na acção externa da União Europeia.

Consideramos ainda que as Políticas de Vizinhança e de Desenvolvimento da União Europeia, bem como a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises (e obviamente Migrações) deverão ser reforçadas e devidamente articuladas com a PESC, no âmbito do Serviço Europeu de Acção Externa, coordenado pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão. Portugal e o PSD deverão sempre defender esta maior coerência em termos da acção externa da União.

Deveremos ainda apoiar as acções concretas da União que visem uma gestão adequada dos fenómenos migratórios (como o Fundo de emergência para a África ou o Fundo de Apoio a refugiados na Turquia), que infelizmente e como consequência de um conjunto bastante complexo de factores, têm assumido nos últimos

anos proporções invulgares (diríamos mesmo catastróficas); os esforços de paz promovidos pela Comunidade Internacional nas zonas actualmente em conflito (v.g. no Médio Oriente), e a defesa do multilateralismo

e o desenvolvimento de soluções comuns e coordenadas para os desafios globais, como a acção política mais sensata, justa e adequada.

2. A União Económica e Monetária: os desafios próximos e a promoção do crescimento

2.1 Uma União Económica e Monetária (UEM) mais integrada, resistente e aprofundada

O PSD defende uma UEM mais integrada, resistente e aprofundada onde se assegure uma responsabilização da governação económica a nível europeu e nacional. Neste aprofundamento, pugnamos pelo «Triplo A» social, com o objectivo de combater a pobreza e exclusão social e preservar a economia social de mercado.

O reforço da transparência e da legitimidade democrática é essencial através da plena participação dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento Europeu. Consideramos que o Mecanismo Europeu de Estabilidade, o Pacto orçamental e outros mecanismos que venham a ser criados devem estar totalmente integrados no quadro comunitário.

Neste contexto, tal como defendido, de forma pioneira pelo governo liderado pelo PSD, reafirmado no programa eleitoral para as legislativas de 2015 e reforçado pela Moção de Estratégia Global que será votada neste Congresso, deveremos avançar com a segunda fase de reforma da zona euro, tal como descrito nesta última:

- a. Delimitação de um quadro mais coerente para as políticas estruturais, nomeadamente a reorientação e simplificação do Semestre Europeu, delimitação de mecanismos de coordenação fiscal e definição de orientações globais em matéria orçamental, que consubstanciem, não uma união orçamental, mas sim uma política conjunta e articulada;
- b. A realização de uma União Financeira para o Crescimento e a Estabilidade, o que requer, desde logo, que se complete a União Bancária, dando origem a um sistema bancário verdadeiramente integrado, que englobe um sistema comum de garantia de depósitos e um fundo único de resolução mas que justifica, também, a instituição de mecanismos adequados a combater os problemas provocados

pela flutuações económicas, (por exemplo, a instituição de um complemento europeu/substituto parcial do subsídio de desemprego nacional);

- c. A construção de um quadro orçamental e institucional estável e de confiança, que poderá passar pela instituição de um Fundo Monetário Europeu e pela atribuição de carácter permanente ao cargo de Presidente do Eurogrupo (devendo assim deixar de ser exercido em acumulação com o cargo de ministro das finanças de um Estado membro).

2.2 Um instrumento orçamental: o Quadro Financeiro Plurianual

Pedro Passos Coelho liderou com enorme sucesso as negociações do QFP 2014/2020, que nos garantiram mais de 11 milhões de euros por dia.

O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) garante a Portugal, um envelope financeiro da Política de Coesão (FEDER, FSE, FC) e da PAC correspondente a cerca de 30,5 mil milhões de euros.

O PSD defende a articulação destes fundos já garantidos com os outros fundos e programas e instrumentos financeiros geridos pela Comissão.

Até final de 2016, a Comissão vai apresentar uma repreciação/revisão do funcionamento do QFP, tendo plenamente em conta a situação económica, assim como as últimas projecções macroeconómicas disponíveis. O PSD considera que as dotações nacionais já definidas e acordadas não podem ser reduzidas. O PSD defende que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Tal também significa, nomeadamente, que o nível de dotações dos pagamentos para a Política de Coesão devem ser suficientes. Para além disso, consideramos que a Iniciativa de Emprego de Jovens deve prosseguir e defendemos o reforço da flexibilidade que permita fazer face a eventos imprevistos.

O regulamento QFP impõe que a Comissão apresente as suas propostas para o próximo ciclo de QFP até 01 de Janeiro de 2018. O PSD considera que o orçamento da UE deve financiar-se com verdadeiros recursos próprios, no respeito pelo princípio da neutralidade fiscal. Insistimos que a Política de Coesão e a Política Agrícola comum devam continuar no próximo QFP.

2.3 Uma alavanca para o desenvolvimento do pilar económico: o chamado Plano Juncker

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), também conhecido como «Plano Juncker», é um fundo aberto, ambicioso, inovador e desafiador. Visa superar a lacuna de investimentos na UE, tendo como principais objectivos criar emprego, reforçar a competitividade da UE e aumentar o crescimento económico. O PSD congratula-se com o facto deste fundo ter em conta a coesão territorial e a criação de emprego na selecção dos projectos.

O governo, os territórios, os beneficiários e interessados, para acederem ao fundo, têm de ser proactivos. É urgente definir o que se pretende e criar plataformas de investimento para a articulação de fundos, a procura de sinergias, a criação de valor acrescentado.

2.4 A Política Comercial da União como incentivo ao crescimento e como factor de aproximação política (CETA, TTIP e Mercosul)

O comércio internacional, e muito concretamente as exportações, têm que continuar a ser os grandes impulsionadores das economias portuguesa e europeia.

Enquanto competência exclusiva da União Europeia, a política comercial tem não só que promover a abertura de mercados externos, por via de Acordos de Comércio Livre como forma de impulsionar o crescimento e o emprego, mas também contribuir para a Protecção dos Direitos Humanos e Laborais, Preservação do Meio Ambiente, bem como promover a boa governação junto dos países com os quais firmamos estes Acordos Comerciais, como tem sucedido até hoje.

O PSD tem que continuar na linha da frente da defesa destes princípios, pois defendendo a sua implementação por parte das Instituições europeias, estaremos a avançar no combate às graves assimetrias económicas globais e a trabalhar na construção de um mundo mais próspero, mais justo e mais solidário.

No âmbito do reforço das relações transatlânticas lutaremos por um Acordo Comercial e de Investimento com os Estados Unidos (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) com vista à criação da maior Zona de Comércio Livre do Mundo, que seja o mais abrangente e o mais mutuamente vantajoso possível.

Além das vantagens directas para o crescimento económico e para a criação de emprego, acreditamos ainda que este Acordo, pelo efeito de *benchmarking* que terá, produzirá importantes efeitos de *spillover* à escala mundial no âmbito da definição de padrões qualitativos globais, no que se refere ao enquadramento legislativo das trocas comerciais entre diferentes países ou blocos comerciais.

Esperamos igualmente pela conclusão do processo final de aprovação do Acordo Económico Global Comercial EU-Canadá (CETA) e lutaremos pela rápida concretização de um Acordo Comercial com o Mercosul.

Consideramos a conclusão, e a entrada em vigor destes Acordos, uma prioridade para Portugal, pois além dos benefícios económicos evidentes, existirá uma re-centragem transatlântica europeia que inegavelmente colocará Portugal no centro de uma vasta Área Económica Comum.

3. O regresso às raízes: o mercado único

3.1 Aprofundamento do Mercado Único

O Mercado Único revelou-se, ao longo dos tempos, num dos maiores sucessos da Europa Comunitária. O aumento da concorrência, a livre circulação de pessoas e produtos, e a desregulamentação de normas proteccionistas conduziram a um aumento significativo do PIB europeu e à criação de cerca de 3 milhões de postos de trabalho.

O Mercado Único contribui igualmente para melhorar o acesso dos consumidores a mais produtos, com preços mais baixos e controlos de qualidade mais exigentes.

Mas, urge completar e melhorar o edifício legislativo e as condições de acesso ao mercado, de forma a pôr cobro a situações que não permitem explorar todo o potencial do mercado europeu. São exemplos de obstáculos a um mais eficaz Mercado Único o acesso das PME – o principal empregador da economia europeia – que sentem dificuldades acrescidas no acesso ao mercado internacional; o diferente-enquadramento legislativo regulamentar, como por exemplo no caso do IVA, que leva a que alguns produtos vejam o seu preço final mudar 8 ou 10 vezes consoante o país em que chegam ao consumidor – o que pode ser especialmente complicado em vendas online; os quadros jurídicos diversos sobre o direito das sociedades, incluindo as falências; e as dificuldades no acesso ao financiamento.

Igualmente na área dos serviços há um vasto campo de melhorias. Segundo a própria Comissão Europeia uma implantação mais ambiciosa da Directiva «Serviços» aumentaria o PIB da UE em cerca de 260 mil milhões de euros.

3.2 A caminho de um Mercado Europeu da Energia

Só um Mercado Europeu da Energia em pleno funcionamento permitirá maior segurança, independência e previsibilidade energética à União. A maximização dos recursos internos e externos, assim conseguida, quer em termos da proveniência e do tipo de fontes de energia usadas, quer em termos de utilização da infra-estrutura, fornecerá preços mais competitivos e um quadro geral de maior bem-estar para os consumidores finais (sejam eles particulares, empresas ou o próprio Estado) e de competitividade acrescida para a economia nacio-

nal e europeia, bem como para a protecção do Meio Ambiente.

O reforço das interligações energéticas (gás e electricidade) entre Portugal e Espanha e entre a Península Ibérica e o resto do continente europeu devem igualmente prosseguir a ritmo acelerado.

Enquanto Estado Membro, deveremos dar prioridade máxima a este objectivo político, no seguimento do impulso de que este processo foi alvo por força da acção do anterior Governo PSD/CDS-PP, junto dos Governos espanhol, francês e da Comissão Europeia.

Esta maior interacção energética de Portugal com o restante continente europeu trará benefícios económicos extremamente positivos, com reflexos concretos sobre a nossa competitividade intra-europeia e mundial.

3.3 A (nova) dimensão digital do mercado único

A UE não pode passar ao lado das grandes transformações que a Internet e as tecnologias digitais impõem na vida dos nossos dias. A Comissão estima que um Mercado Único Digital em pleno funcionamento tenha um impacto de 415 mil milhões de euros e centenas de milhares de novos postos de trabalho.

A verdade é que hoje ainda não temos um Mercado Único Digital, mas um somatório de 28 mercados digitais nacionais, fragmentados com regulamentações que limitam o crescimento das empresas e impedem os cidadãos de usufruir de diversos bens e serviços, como é o caso do *geoblocking* injustificado.

O Mercado Único Digital permitirá agilizar a internacionalização das PME – por razões de escala, apenas 7% das PMEs vendem fora das suas fronteiras nacionais – e, possibilitará uma melhoria da qualidade de vida e acesso a bens e serviços por parte de pessoas vulneráveis (idosos, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com baixo poder de compra).

A Estratégia para o Mercado Único Digital, de iniciativa da Comissão Europeia, que prevê 16 etapas, deve merecer o nosso apoio bem como as suas prioridades, para facilitar o acesso dos consumidores e das empresas a produtos e serviços em linha, apoiar o desenvolvimento de redes e serviços digitais e estimular o crescimento da economia digital europeia.

3.4 Transportes e mobilidade como pressuposto de um verdadeiro mercado único

Portugal encontra-se inserido no corredor Atlântico da Rede Transeuropeia de Transportes, onde ocupa uma posição estratégica, enquanto extensão da plataforma atlântica para a União e ligação com o continente africano.

Consideramos que a alavancagem da actividade económica portuguesa passa sobretudo pela existência de meios de transporte eficientes e competitivos. Neste sentido, entende-se como fundamental a criação de um sistema de transportes intermodais, com vista ao desenvolvimento de uma rede de transportes coordenada que responda às necessidades dos cidadãos e das empresas. Além disso, a aceleração do projecto ferroviário entre Portugal - Espanha - França é decisivo para aumentar as trocas comerciais com o mercado europeu.

Precisamos de uma Política clara para a competitividade e eficiência também dos Portos Marítimos, no contexto de afirmação global do nosso país, e aplicação concreta das Auto-Estradas do Mar, requisito chave para a continuidade territorial que reputamos, e de vital importância para Portugal e para as suas Regiões Autónomas.

Importa ainda desenvolver estratégias integradas de descarbonização dos transportes que tenham em conta os condicionalismos naturais de certas regiões da União, como as Regiões Ultraperiféricas da Madeira e dos Açores.

A importância da conectividade directa nos Aeroportos principais e regionais deve ser entendida como crucial para uma maior eficiência do espaço aéreo Europeu. Defende-se igualmente o fim de algumas medidas restritivas à circulação do transporte rodoviário de mercadorias à escala europeia, adoptadas por alguns Estados-Membros, nomeadamente a obrigação de um registo prévio para entrar na Alemanha.

4. Três prioridades portuguesas e europeias: coesão territorial e social, política agrícola e política de mar e pescas

4.1 Um desígnio fundamental: a Coesão Territorial

Consideramos que os objectivos da Coesão Territorial, e muito concretamente da Política de Coesão devem continuar a ser, respectivamente, um dos principais desígnios e a principal política de crescimento e desenvolvimento da União Europeia. Acresce que a Política de Coesão, através dos seus instrumentos de desenvolvimento regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu contribui decisivamente para os objectivos de coesão económica e social, bem como para a redução das disparidades entre Regiões (coesão territorial) e para os objectivos da Estratégia Europa 2020 para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

No caminho para a convergência regional, a Agenda Urbana e o Apoio aos Territórios de Baixa Densidade deverão ser as duas faces duma mesma moeda, significando que os objectivos de desenvolvimento territorial, apoiados em Estratégias de Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo para as nossas Cidades – e muito particularmente para as de média dimensão – e num âmbito mais lato, obviamente para as nossas Re-

giões, Sub-Regiões e Municípios, deverão ter em atenção simultaneamente quer as especificidades da realidade urbana mais central, quer as particularidades da malha urbana envolvente, mas também a necessidade de articular ou desenhar políticas específicas para o desenvolvimento dos territórios com uma baixa densidade urbana e demográfica, que se encontram mais afastados desses mesmos centros urbanos.

No âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020 e devido à sua importância no âmbito dos incentivos públicos à economia e no total dos investimentos públicos em Portugal, devemos lutar pela sua célere implementação no terreno e pela rapidez e agilização dos procedimentos de pagamento dos incentivos às entidades beneficiárias.

4.2 Um imperativo social e humano: o Modelo Social Europeu e as Políticas de Emprego

O Modelo Social Europeu apresenta-se como o principal veículo para a defesa da dignidade da pessoa hu-

mana, da promoção da coesão social, da solidariedade entre gerações, da liberdade, da igualdade e da protecção do cidadão, que se assumem enquanto valores fundamentais da União Europeia.

Frequente e indevidamente utilizado como corolário na justificação de desfasadas políticas populistas, nacionalistas ou eurocéticas, a sua potenciação requer uma abordagem sem eufemismos, reformista e sustentada face aos diversos problemas que o constroem, dos quais destacamos o desemprego, especialmente o jovem e de longa duração, o envelhecimento, a crise económica e os correspondentes efeitos sociais tais como, e os fluxos de migração massiva para a Europa, em especial de refugiados.

É por isso que defendemos que a sustentação do modelo social europeu e dos Estados sociais bem como, e de providência da própria União, requer a consolidação dos sistemas económicos e financeiros europeus; aliada a políticas activas para a criação de empregos de qualidade.

Na medida em que condiciona e regula as múltiplas dimensões de qualidade de vida dos cidadãos, a criação de emprego deve apresentar-se como um objectivo orientador das diversas políticas da União, constituir-se como indicador quanto à sua eficácia, e determinar a sua redefinição, sempre que necessário.

4.3 A coesão social: combater a exclusão social e a pobreza

Para os cidadãos em idade activa, o trabalho condigno constitui-se como o principal potenciador da integração social e do desenvolvimento individual, pelo que urge potenciar as suas competências, associadas às exigências do mercado laboral.

É por isso que defendemos a adequação da formação às efectivas necessidades da economia. Este desiderato constitui um desafio à escala europeia, face aos dois milhões de postos de trabalho vagos pelo não preenchimento de requisitos ao nível das capacidades laborais identificados como essenciais pelas entidades empregadoras.

A tendência de envelhecimento da população europeia, para além de trazer constrangimentos à sustentabilidade dos sistemas de segurança social, acarreta novos desafios na salvaguarda de condições de envelhecimento activo, saudável e socialmente integrador dos cidadãos, assim como a criação de medidas políticas de com vista ao estímulo da natalidade.

Acreditamos ainda que a protecção na infância e dos cidadãos com deficiência deve ser reforçada a nível europeu tendo em conta as fragilidades e potencialidades dos grupos-alvo abrangidos, o que exige um apoio social devidamente orientado. Numa lógica de construção de uma União orientada para o futuro, há que garantir o acesso a uma educação de qualidade, com expressão, desde logo, na primeira infância, que assume um efeito catalisador do sucesso escolar e do desenvolvimento social e económico a jusante.

A prossecução de condições que visem a integração social e evolutiva dos cidadãos não pode ficar somente confinada à acção governamental, por ser demasiado redutora e limitada no seu âmbito e espectro, pelo que julgamos que a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem, não só potenciar a intervenção pública, com resultados objectivos, mas também a privada na dimensão social, integrando as diversas associações e movimentos de cidadãos com experiência na área, inclusivamente quando em regime de voluntariado. Lutaremos por isso pela definição de políticas nacionais e Europeias que promovam a economia social, bem como o estímulo do empreendedorismo social.

De forma a garantir a articulação das diferentes entidades e a adequação local das políticas e da intervenção social, defendemos o reforço do diálogo social a nível nacional e europeu, que não se pode restringir à mera legitimação da acção governativa, mas assumir um papel integrador de análise, proposição e avaliação, que lhe reconhecemos.

4.4 A Política Agrícola Comum e o Mundo Rural

Para além de se constituir como um relevante factor de coesão territorial, fixando e dinamizando as populações dos meios rurais, a Agricultura assume um papel fulcral no desenvolvimento económico europeu, quer a nível do mercado interno, quer do externo.

Acompanhamos com especial preocupação os actuais constrangimentos ao desenvolvimento do sector, nos quais o termo das quotas leiteiras, a crise no sector da suinicultura e o embargo russo têm particular relevo, e defendemos a definição e implementação de novos mecanismos que protejam o rendimento dos produtores, potenciem a colocação nos mercados dos produtos agrícolas europeus e possibilitem a abertura de novos destinos de exportação.

Defendemos que as revisões da PAC e do POSEI, que decorrerão nesta legislatura parlamentar europeia, devem traduzir-se em mecanismos que, reforçando a

acção das organizações de produtores, protejam o pequeno agricultor e imprimam dinamismo ao sector. Defendemos ainda o investimento na Agricultura, aliando a investigação à melhoria da eficiência da produção e da transformação, criando valor acrescentado aos produtos agrícolas europeus, condição necessária para garantir a sua competitividade no mercado global.

Daremos especial atenção à análise prévia dos impactos que as decisões políticas noutras áreas, tais como as resultantes das relações diplomáticas europeias, dos acordos comerciais, entre outras, podem causar no sector, lutando pela inviabilização de qualquer medida que lhe possa causar prejuízos, não podendo a Agricultura assumir-se como um agente preterido, de compensação, por eventuais ganhos noutros sectores.

Neste sentido, o acompanhamento do Acordo de Comércio Livre e de Investimento com os Estados Unidos assume particular relevância para a Agricultura.

4.5 A Política Comum de Pescas e o Mar visto como “economia azul”

A Política Comum das Pescas evoluiu muito desde a sua criação, sendo fundamental que Portugal tenha um papel activo na preservação das artes da pesca tradicional e contribua para a renovação, modernização e aumento da competitividade da frota pesqueira em geral.

Deverá igualmente garantir a correcta gestão negocial das possibilidades de captura dos recursos biológicos marinhos nas águas da União e em águas de países terceiros, salvaguardando os interesses nacionais.

Importa ainda diversificar a actividade da pesca permitindo novas formas de rendimento. A diversificação no

sector das pescas deve passar pela venda directa aos consumidores ou pequena produção de produtos procedentes da pesca. No entanto, pode também incluir a possível conciliação da actual actividade piscatória com novas actividades ligadas a outros sectores da actividade económica como é o caso do turismo, desportos náuticos ou biologia marinha.

A União Europeia possui nos sectores da Economia Azul um enorme potencial económico para alavancar o crescimento económico e a criação de emprego.

A Comissão Europeia apresentou a estratégia da Política Marítima Integrada assim como diversas políticas transversais e sectoriais para as bacias marítimas. Todas estas estratégias, desenvolvidas à escala europeia, têm uma relação directa com Portugal, devendo ser acompanhadas e estudadas novas oportunidades económicas e sociais. Neste contexto, importa salientar a Estratégia Nacional para o Mar, desenvolvida pelo Governo PSD/CDS, na qual foram enquadradas e definidas as prioridades nacionais.

Com uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas do mundo, Portugal deve continuar a trabalhar afinadamente para garantir o alargamento da plataforma continental e assegurar uma nova área continental com múltiplas oportunidades de exploração.

É assim necessário avançar para a concretização de acções centradas no alargamento da cooperação no domínio da investigação oceânica, na satisfação da procura crescente de instalações de energia *offshore*, na melhoria do ensino e da formação nos sectores marítimos tradicionais e emergentes, bem como no desenvolvimento do mercado do turismo marítimo e costeiro.

5. O desenvolvimento sustentável e as oportunidades da economia verde

5.1 Uma nova visão do ambiente: economia verde como desenvolvimento sustentável

O crescimento esteve assente, durante demasiado tempo, em modelos económicos de exaustão dos recursos naturais, comprometendo-se a própria sustentabilidade dos recursos. É por isso que é importante

desenvolver estratégias de crescimento sustentáveis e mais alicerçadas na «Economia Verde», enquanto elemento de competitividade, de sustentabilidade e de solidariedade e de compromisso inter-geracional.

Esta opção baseia-se numa visão de preservação do ambiente, da produção e uso da energia e do desenvolvimento sustentável como uma oportunidade económica e um factor de competitividade acrescida. Acreditamos contudo que isso não acontecerá sem que

sejam tomadas políticas nesse sentido pelo recurso a incentivos económicos para promover alterações de comportamentos, pela utilização da economia em favor de um futuro sustentável e criando riqueza sem danificar irreparavelmente o ambiente.

Os objectivos do crescimento verde são coincidentes com os grandes desafios colocados às economias portuguesa e europeia: o crescimento económico, a criação de emprego de qualidade ou a redução dos desperdícios e da dependência exterior. É importante, através de um novo ciclo de reformas, aproveitar os bons resultados obtidos no passado e impulsionar níveis mais adequados na eficiência na utilização de energia, água e materiais.

E esta oportunidade traduz-se na protecção do património natural, na utilização sustentável e eficiente dos recursos, no combate às alterações climáticas, no desenvolvimento de tecnologias limpas e, na promoção da eficiência e autonomia energéticas.

Apoiaremos por isso todas as alterações que simplifiquem a regulação, que criem incentivos para utilizar mais matérias-primas secundárias recicladas e, que encorajem também o investimento em modelos de negócio circulares. Para isso, é imperativo definir uma visão clara e ambiciosa de longo-prazo. Julgamos ainda que é importante também criar medidas que incidam sobre os obstáculos de mercado em sectores específicos, tais como resíduos alimentares, matérias-primas críticas, construção e demoli-

ção, biomassa e produtos de base biológica, bem como medidas horizontais, em domínios como a inovação e o investimento.

Numa área em que deveremos pensar e agir numa macro e micro escala, O PSD apoia todas as políticas de incentivo económico para a concepção de produtos mais facilmente recicláveis e reutilizáveis, a adopção de vantagens a troco de determinadas actividades de preparação para a reutilização de resíduos, e medidas com vista à utilização de contratos públicos ecológicos.

Sobre os resíduos, o PSD apoiará em termos europeus o estabelecimento de metas mais ambiciosas para o tratamento e reciclagem dos resíduos, reduzir a deposição em aterros, garantir maior controlo sobre as transferências ilegais de resíduos para países terceiros; a revisão das regras europeias relativas aos adubos para facilitar o reconhecimento dos adubos orgânicos e baseados em resíduos; e ainda, quando os resíduos não podem ser evitados nem reciclados, apoia que a recuperação do seu teor energético é, em termos ambientais e económicos, preferível à deposição em aterros.

Consideramos ainda especialmente importante criar um ambiente geral na sociedade portuguesa em que se possa maximizar o aproveitamento do «Plano Juncker», Fundos do Horizonte 2020, COSME, entre outros, por forma a promover o crescimento verde e a economia circular, principalmente através da atracção do investimento privado, indo desta forma ao encontro dos objectivos da Estratégia Europa 2020.

6. Alguns nichos temáticos de relevante interesse nacional

6.1 As Regiões Ultraperiféricas - Açores e da Madeira

O PSD defende o aprofundamento da cooperação na estratégia de participação das Regiões Autónomas nos processos de decisão europeia e na consagração do regime específico das ultraperiferias.

Além do potencial de desenvolvimento económico e da contribuição significativa para o património natural europeu (essencialmente ao nível da preservação da biodiversidade e da zona económica exclusiva), os Açores e a Madeira detêm um relevante capital de investigação e de inovação em variadas áreas, como a vulcanologia, a astrologia, a sismologia ou ainda, a exploração energética e dos recursos oceânicos. Con-

ferindo uma maior dimensão geográfica à União, deve ser estimulado o seu potencial e aproveitada a proximidade que detêm relativamente a outros continentes de particular interesse económico para a União, com especial enfoque no Americano.

O artigo 349.º do Tratado de Lisboa reconhece as limitações particulares das RUP e prevê a adopção de medidas específicas, que se deverão materializar nas diferentes políticas e programas europeus direccionados para estas regiões.

O PSD lutará por um enquadramento legislativo europeu adequado à realidade das RUP, quer seja para o sector primário e para os sectores mais tradicionais da economia, como para os sectores mais inovadores ou para a produção de novas formas de energia.

Continuaremos a apostar em medidas estruturantes para as economias Regionais – como a recente liberalização das ligações aéreas entre o Continente e os Açores protagonizada por um Governo liderado pelo PSD, com um impacto positivo estimado em 20% para o Sector do Turismo – e a trabalhar conjuntamente com os protagonistas políticos regionais e nacionais na busca das melhores soluções para as RUPs.

6.2 Privilegiar as PME e o empreendedorismo

As PME constituem a espinha dorsal da nossa economia, representando 99,9% do número de empresas, mais de 80% do pessoal ao serviço e 58% do volume de negócios. O emprego e o valor acrescentado gerados pelas PME portuguesas são superiores à média da UE.

O sucesso da Portugal está intimamente ligado ao sucesso das nossas PME. Precisam de ser mais competitivas e de tirarem pleno partido das oportunidades que o mundo global e, sobretudo, o mercado interno da UE proporcionam. Neste domínio, há custos de contexto que devem diminuir, barreiras a eliminar, regras e condições de financiamento a uniformizar, para que haja uma sã e justa competição.

No acordo de Parceria denominado Portugal 2020, o Governo português, então sob a liderança de Pedro Passos Coelho, deu uma forte atenção às PME, direccionando-lhes mais de 6 mil milhões de euros. Aliás, dos 28 acordos de parceria, Portugal 2020 é o que mais apoia as PME.

O PSD defende o reforço da capacidade de financiamento e a agilização no acesso aos fundos comunitários e programas de apoio para as PME.

Utilizando os fundos, programas e instrumentos financeiros disponibilizados pelo orçamento da UE apostamos nos 3 E's - Emprego, Empresas e Empreendedorismo, apoiamos as empresas, suscitamos uma cultura empreendedora e o nascimento de novas empresas, premiamos o mérito e o risco.

6.3 Dar relevância ao turismo

O Turismo enfrenta enormes desafios que devem também ter uma resposta à escala europeia, respeitando as singularidades de cada Estado Membro e das suas regiões. Contudo, em matéria de promoção conjunta, quando nos referimos aos mercados de Países terceiros e ao trabalho que deve ser feito para a atracção de mais

turistas em mercados fora da União, há ainda enormes desafios a considerar, como o «Destino Europa», a política de aviação ou a política de vistos.

O sector, maioritariamente composto por PME, enfrenta enormes desafios, cuja solução deverá ser procurada igualmente a nível da União, nomeadamente no que respeita à digitalização do tecido empresarial, ao surgimento de novos modelos de negócio da Economia de Partilha – que necessita urgentemente de possuir um quadro legal que lhe permita coexistir com negócios tradicionais –, promover mais e melhor qualificação e formação, e facilitar a informação e acesso ao financiamento da Europeia.

6.4 “Europeizar” a natalidade

Em Portugal, debatemo-nos simultaneamente com uma das mais baixas taxas de fecundidade do mundo e com o envelhecimento progressivo da população.

Respostas nacionais e europeias são necessárias, com a partilha das melhores práticas e recomendações para uma Política de Incentivos à Natalidade, respeitando as diferentes realidades e competências nacionais nesta matéria.

Neste âmbito, a busca de soluções para o envelhecimento demográfico, a valorização do papel da família e a remoção dos obstáculos à natalidade têm sido, nos últimos anos, objectivos sobre os quais se tem centrado a acção do PSD.

Defendemos igualmente que a União deve avançar com uma Política clara de Apoio à natalidade, que deve passar pela sua transversalidade, abrangendo outras Políticas. Consideramos ainda que os Estados Membros deverão reatar as negociações no que diz respeito à proposta de Directiva da Licença de Maternidade e de Paternidade.

6.5 Juventude e Educação: a caminho do futuro

Enquanto futuros membros da sociedade do amanhã, Os jovens devem assumir um papel activo na definição e no acompanhamento das políticas de juventude através de um verdadeiro e reforçado «diálogo estruturado».

A União Europeia tem assumido uma posição cada vez mais activa na área da Juventude, desenvolvendo políticas de promoção de mobilidade europeia ao nível da educação e do emprego – é por exemplo, a única ge-

ração que está presente nos 5 objectivos da Estratégia Europa 2020.

A Educação, enquanto factor determinante para a igualdade de oportunidades e como uma das principais ferramentas para a progressão social, deverá continuar a ser uma aposta estratégica da União e centrar-se na resolução dos problemas comuns dos Estados-Membros.

A União Europeia prevê nos seus programas de juventude, «Erasmus +» e «Garantia Jovem», cerca de 20 mil milhões de euros, que visam promover a mobilidade europeia nas áreas da educação, formação ou emprego. Para além dos programas existentes, importa promover a partilha de boas práticas existentes ao nível do Erasmus para Jovens Empreendedores e da Rede Europeia de Emprego – EURES dado que ambas são iniciativas pouco conhecidas pelos jovens europeus.

No Parlamento Europeu, os deputados do PSD, continuarão a bater-se para que a juventude seja uma das grandes prioridades da UE. Foi, aliás com propostas do PSD que hoje temos programas como o «O teu primeiro emprego EURES».

Julgamos ainda que a União Europeia deve criar mais oportunidades para a Juventude, sendo que deverão passar, desde logo, pela promoção de novos programas de emprego jovem. Importa também continuar a aprofundar e ampliar no espaço da União o reconhecimento mútuo de diplomas universitários e qualificações profissionais.

Queremos que Portugal garanta condições para que as novas gerações olhem para o nosso país como um espaço privilegiado no contexto europeu para concretizar os seus projectos de futuro, sejam profissionais e ou de vida.

6.6 A mais-valia que representam a Lusofonia, a Cultura e a Diáspora Portuguesas

A Lusofonia e as Comunidades Portuguesas que vivem fora de Portugal tornam o nosso país e a própria União Europeia maiores. Consideramos por isso que a Cultura, a Língua Portuguesa e os interesses da nossa Diáspora deverão estar sempre presentes, em termos transversais, na defesa dos interesses nacionais junto das Instituições europeias. Por outro lado, o lastro europeu pode sempre inspirar a nossa conduta política, no sentido da busca de um horizonte ainda mais vasto.

Embora não seja uma realidade exclusivamente portuguesa, a verdade é que os Países Lusófonos são absolutamente vitais nas relações europeias com o conti-

nente africano – por exemplo, no âmbito do Acordo de Parceira ACP-UE, assinado em Cotonou, em que 7 dos 79 países ACP são membros da CPLP – e com o continente americano – em especial na América do Sul.

Por isso, os representantes de Portugal junto das Instituições Europeias deverão promover junto destas a Lusofonia nas suas diversas vertentes, bem como uma maior aproximação aos países de língua oficial portuguesa, em termos culturais, patrimoniais ou económicos; as possibilidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento, seja em actividades económicas especialmente a indústria extractiva, a pesca e a agricultura ou em actividades de educação, formação ou de investigação e desenvolvimento; a ajuda humanitária ou a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; através da criação de grupos formais ou informais (v.g. como o Grupo Parlamentar para as relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa no Parlamento Europeu, do qual o PSD foi um dos promotores); promoção de eventos culturais ou artísticos; de reuniões bilaterais, Seminários ou palestras para abordar temas de interesse comum.

Porque ser português é ser europeu e ser europeu é também ser português, necessitamos que o PSD faça reverberar as especificidades e a diversidade cultural nacional na sua acção junto das Instituições comunitárias, lançando as necessárias pontes para uma identidade europeia, também ela portuguesa.

No que diz respeito à nossa Diáspora, e muito concretamente à comunidade de portugueses que habita fora das fronteiras externas da União, é importante garantir o conhecimento dos benefícios decorrentes da cidadania europeia, nomeadamente, os referentes à protecção consular e diplomática, bem como o acompanhamento, a nível do Serviço Europeu de Acção Externa, de situações específicas em que portugueses residentes em determinado país (terceiro) possam estar a viver problemas concretos, especialmente naqueles países onde não existe rede diplomática portuguesa.

Dentro das fronteiras da União Europeia, parece-nos fundamental lutar pela concretização do mercado único, nomeadamente no que diz respeito à livre circulação de pessoas e outras questões relacionados com esta matéria, tais como o reconhecimento mútuo de qualificações e direito ao exercício de certas profissões, autorizações de residência, benefício de regimes de segurança social, acesso à saúde ou utilização de veículos com matrícula de outro Estado Membro.

Como forma de melhor articular a defesa dos interesses nacionais, deveremos prestar apoio institucional à criação de uma rede portuguesa de funcionários europeus.

Para um maior conhecimento da realidade quotidiana, vivenciada pelos portugueses que vivem no estrangeiro, deveremos ainda promover uma maior aproximação dos eleitos pelo PSD ao Parlamento Europeu aos eleitos pelos círculos da emigração na Assembleia da

República e aos organismos representativos das comunidades, principalmente o Conselho das Comunidades Portuguesas, mas também junto de outros *fora* com representatividade e reconhecido papel activo junto da nossa diáspora.

7. Prospectiva institucional: o futuro da União Europeia

7.1 Lições da crise

O PSD é um partido que acredita convictamente na construção europeia e vê o projecto europeu como um instrumento único de reforço da segurança e da prosperidade de Portugal, dos portugueses e dos restantes Estados e povos europeus – no actual quadro das relações globais e dos seus evidentes desequilíbrios e riscos. A gravidade da situação presente, fora e dentro das portas da Europa, não se compadece com a adesão mera a divisas simplistas do tipo «mais Europa, melhor Europa» ou à defesa tautológica da «integração pela integração». Não. Exige uma visão estratégica e prospectiva, capaz de identificar um ou mais desígnios comuns aos povos europeus, traçar metas e calendários, fixar meios e instrumentos de os atingir e de os cumprir. Só assim se responderá aos desafios críticos em presença e se relançará a confiança na ideia e no valor da Europa e da União Europeia.

A crise bancária, na origem da crise das dívidas soberanas, pesou na vida de todos os cidadãos da União, com particular agravo para o quotidiano dos portugueses. Sabemos hoje que a crise bancária, e a crise das dívidas soberanas, não podem ser imputadas exclusivamente ao despesismo de certos Estados-membros, mas que a própria arquitectura da Moeda Única e da União Económica e Monetária favoreceu os ataques especulativos dos mercados, lançados a vários países da zona euro. Por um lado, os critérios de Maastricht, na sua generalidade, não foram cumpridos, possibilitando o endividamento crescente de todos os Estados da União; por outro, a inexistência mecanismos de solidariedade que pudessem apoiar os países sobre-endividados, plenamente, e em tempo útil, favoreceu o pânico dos mercados que, conscientes da assimetria entre Estados e bancos, e dos seus riscos, lideraram uma irrefreada fuga de capitais, no contexto do mercado europeu livre e ainda sem regulação adequada. Numa palavra, a crise bancária não teria tido nem a intensidade nem a estrutura que a caracterizaram, não fossem a Moeda Única e a livre circulação de capitais no espaço europeu. Não pretendemos com esta análise desonerar

os Estados da responsabilidade que lhes é devida na disciplina orçamental e na política de endividamento, queremos apenas ilustrar que o futuro da Europa estará relacionado com o seu presente e passado recente, isto é, com o preço a pagar pela falta de respostas intrinsecamente políticas para problemas políticos (o de criar uma União que assuma obrigações financeiras pelas consequências das suas competências reguladoras, e de estados que se comprometam *de jure e de facto* aos regulamentos a que aderiram voluntária e democraticamente).

Nas lições extraídas da experiência da crise está o capital sapiencial para desenhar a nossa resposta política. Uma resposta que não receia as questões reiteradamente adiadas da agenda política, como seja a articulação plena do projecto da União Económica e Monetária que, até ao presente momento, é bancária, fiscal, e não poderá ser fiscal sem ser económica, o que será o mesmo que dizer: política. O debate sobre a natureza da integração europeia, adiado *sine die* desde a criação da Moeda Única, é agora incontornável. E não menos incontornável é o debate que lhe sucede, a respeito da estrutura institucional da União, do seu método de governança e da saúde da legitimidade democrática e do dever de prestação de contas no seio da União.

O contributo do PSD passará por garantir o apoio futuro ao gradualismo da integração europeia e, no presente, por reconhecer a força dos Tratados celebrados para dar resposta à crise, na certeza de que o carácter transitório dos contornos jurídico-institucionais vigentes (Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança na UEM e o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade) em nada limita a força da sua aplicação e o mérito do seu uso. Não obstante, de futuro, a União Europeia deverá regressar paulatinamente ao método comunitário, superando as limitações intrínsecas das soluções *ad hoc* formuladas à mesa do Conselho.

A integração não pode estar somente dependente do intergovernamentalismo, este que, na aparente eficiência e celeridade das soluções apresentadas, esconde a sangria política própria das negociações entre

líderes à porta fechada. É necessário restaurar o balanço institucional perdido na verticalização do processo de tomada de decisão, induzida pelo desiderato de resolver a crise económica e financeira. Para tal, será indispensável um reforço de poderes da Comissão e do Parlamento.

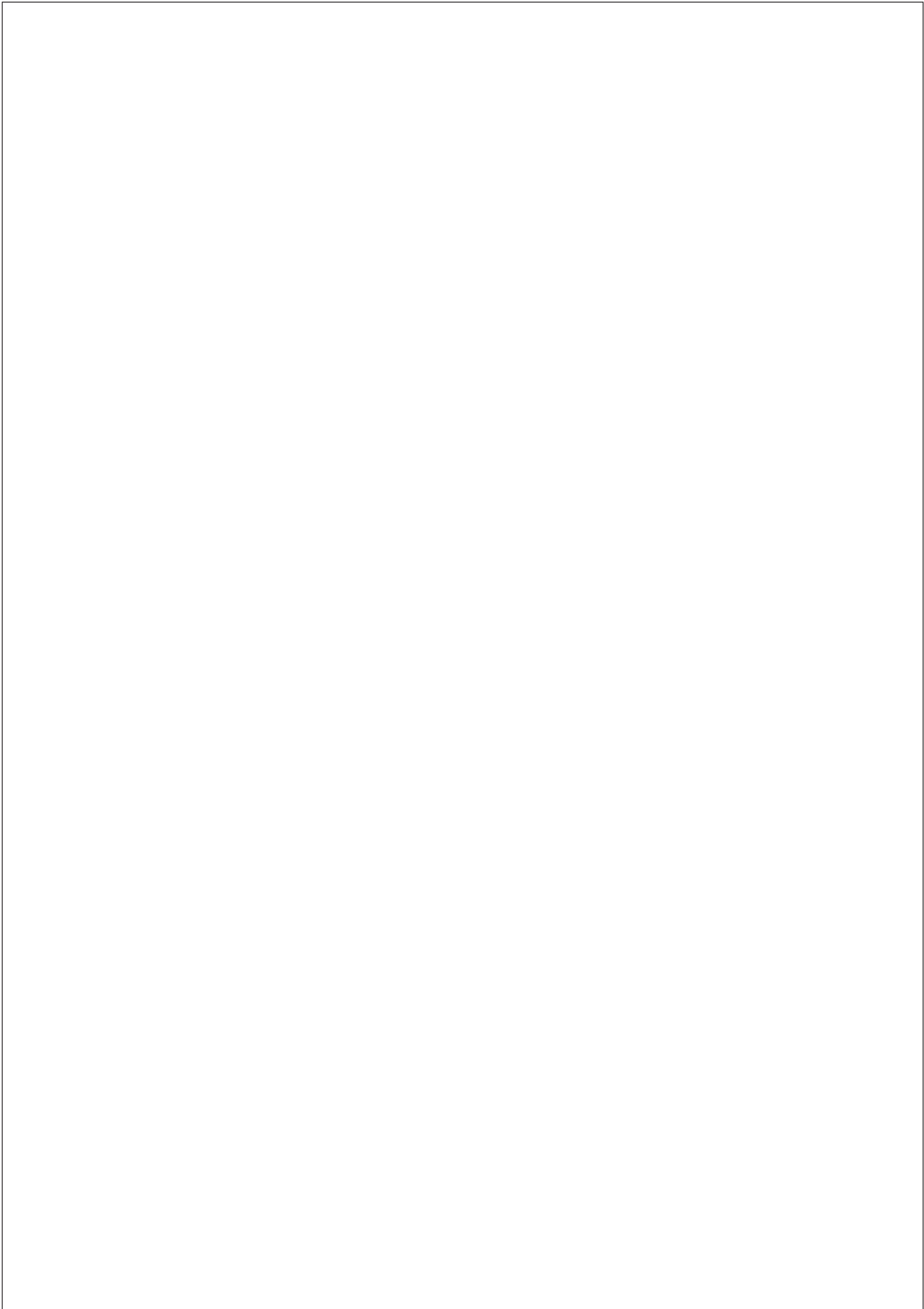
7.2 Um quadro institucional que faça funcionar eficazmente a União

Grosso modo, a legitimidade democrática da Comissão saiu reforçada pelas últimas eleições europeias, com a introdução dos *spitzenkandidaten* (candidatos a Presidente da Comissão). Esta inovação granjeou um incremento das dimensões política e democrática na eleição do presidente da Comissão, ampliando significativamente a ressonância e o escopo do debate eleitoral, ao passo que, internamente, abriu caminho para o reforço da legitimidade democrática e o relevo político da Comissão. Contudo, a Comissão Europeia está ainda longe de ser o executivo de que a União necessita. O novo arranjo institucional que brotará desta crise, deve internalizar as lições aprendidas, e assumir que a União Europeia só será verdadeiramente democrática quando tiver, à cabeça, um executivo robusto, dotado de marcas distintivas. O PSD considera que o orçamento da UE deve caminhar no sentido do financiamento por recursos próprios e no respeito pelo princípio da neutralidade fiscal, de forma a garantir. Uma Comissão forte carece de um orçamento forte.

Apoiamos, neste âmbito, a instituição de um Fundo Monetário Europeu e a atribuição de carácter permanente ao cargo de Presidente do Eurogrupo.

Grupo Europeu do PSD

Paulo Rangel,
Fernando Ruas,
Sofia Ribeiro,
Carlos Coelho,
Cláudia Monteiro de Aguiar,
José Manuel Fernandes



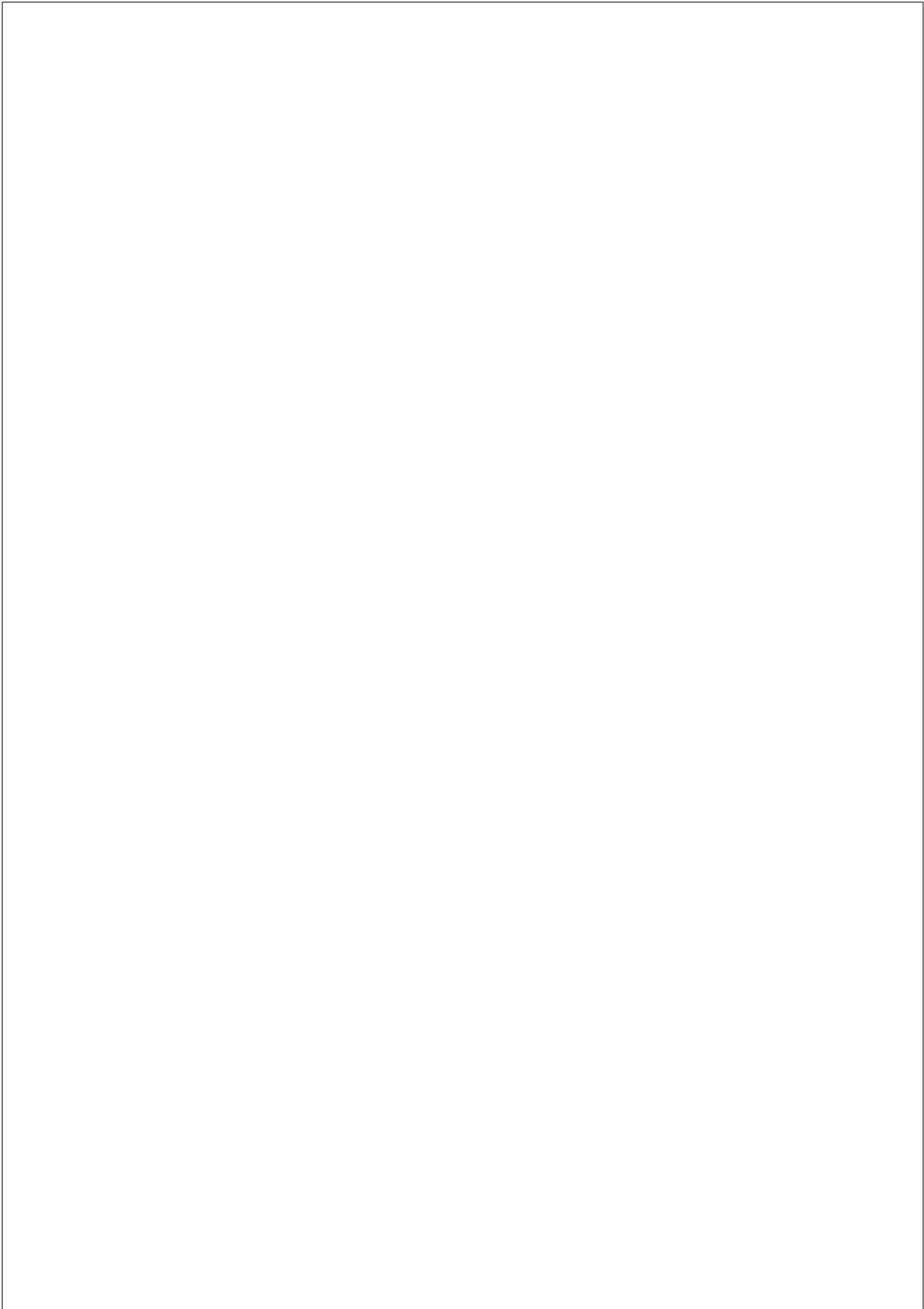
PROPOSTA TEMÁTICA

C1

“PORTUGAL COM MAIS E MELHOR AGRICULTURA”

1º Subscritor:

Nuno Serra



A *agricultura* tem de ser reconhecida como um sector vital para a economia, coesão territorial, ambiental e social.

A *agricultura e produtores nacionais* são geradores únicos de externalidades positivas como a preservação da paisagem e do ambiente e têm um papel fundamental no combate à desertificação dos solos e das regiões.

A multifuncionalidade da agricultura permite um desenvolvimento regional integrado das comunidades locais e da valorização do território; em simultâneo com a produção de alimentos que, por serem de bens transacionáveis, contribuem para a economia nacional aumentando exportações e reduzindo importações.

O crescimento do sector agrícola

O potencial de crescimento do sector agrícola, onde se inclui a silvicultura e o desenvolvimento rural, é no nosso entender bastante diversificado e elevado.

A especificidade da atividade agrícola exige uma regulação eficaz e instrumentos de política que permitam a coexistência de vários tipos de explorações agrícolas no nosso território: os sistemas de produção agro-comercial, que são economicamente eficientes e competitivos, visam o mercado; os sistemas de produção agro-ambiental e agro-rural mantêm os projetos socialmente sustentáveis e viáveis.

Ambos os sistemas de produção têm a sua margem de progressão e são fundamentais para a dinâmica do setor, observando-se claramente que:

- O défice da balança agro-alimentar, embora tendo registado um decréscimo nos últimos anos, mantém, ainda, margem para ser reduzido em valor (M€) e em quantidade (ton.). O ritmo de crescimento das exportações nos últimos dois anos (7%/ano) comprova a capacidade das empresas agroalimentares nacionais em contribuírem positivamente para a economia nacional;
- A adesão de promotores aos programas comunitários de apoio ao investimento, em que a execução a 100% do Proder (ver dados abaixo assinalados) e a continuação do elevado volume de candidaturas ao PDR2020 comprovam dinamismo e investimento que vão refletir-se na economia nacional, a médio e longo prazo (em 2015, o VAB do ramo agrícola, silvícola e pescas teve o maior crescimento homólogo, 6.3%, o dobro do registado em sector como o turismo).

Execução PRODER 100%

- *Recuperou-se o atraso inicial de execução do PRODER para se concluir o PRODER a 100% em N+1,5 anos (ie junho de 2015) enquanto anterior programa AGRO só conseguiu fechar em N+2,5 anos.*
- *Entre 2012 e 2014 foram pagos 2.153 milhões de euros de despesa pública de PRODER, a que corresponderam 326 milhões de euros de OE, o que se traduz num **valor investido acumulado** superior a 4 mil milhões de euros no sector agrícola.*
- *Acordado envelope financeiro de **€500 milhões**, sem comparticipação nacional.*
- *Instalação de 9 mil **jovens agricultores**.*
- Vale a pena recordar que a taxa de execução do programa passou de 28% em 2010 (três anos após o suposto começo) para 42% em 2011. Para este impulso contribuiu o Subprograma 1 (Promoção da competitividade), que passou de 18% para 35% e o Subprograma 3 (dinamização das zonas rurais) que face a 2010 subiu de 5% para 19%.
- Esta vontade de investir e o empenho da administração na análise e na disponibilização dos fundos, permitiu que em 2013, o programa português descolasse em cerca de 4.5% acima na média da União Europeia em termos de execução.

Execução PDR 2020



- Na importância crescente que os consumidores atribuem às regras de produção, seja em termos biológicos, tradicionais ou a produtos específicos.

- Na procura, também crescente, de ambientes rurais preservados ao nível do turismo e do lazer.

Por tudo isto, consideramos importante continuar a investir ao ritmo dos últimos quadros comunitários de apoio.

É essencial incentivar o investimento como meio de alcançar uma maior diferenciação, renovação das explorações agrícolas, dos próprios empresários agrícolas (nomeadamente através dos jovens agricultores) e em estruturas coletivas de produção, como é o apoio ao regadio ou a infraestruturas de suporte à comercialização.

O que defendemos

O sector agrícola necessita de continuidade no seu dinamismo, solidez no seu crescimento e previsibilidade das políticas públicas nacionais e comunitárias, que influem direta e indiretamente nos sistemas produtivo e na viabilidade das explorações agrícolas.

Portugal precisa de uma política agrícola nacional (cumprindo as orientações da PAC) assente na produção de bens transacionáveis e competitivos, sem contudo esquecer as condições fundiárias do País, onde predominam as explorações que nunca serão competitivas no mercado, pelo que se devem manter pela sua viabilidade social, ambiental e económica em termos regionais ou locais.

Defende-mos por isso, políticas públicas que incentivem a produção agrícola nacional, através da fiscalidade, redução e simplificação burocrática.

É essencial uma política agrícola comum forte, que procure nivelar o rendimento dos agricultores com a remuneração média do resto da economia (recorde-se que o rendimento agrícola é de apenas 40% face à média dos restantes setores) e que procure equidade nos apoios unitários entre os diferentes estados-membros, em particular maior equidade nos apoios ao rendimento.

É importante garantir apoios comunitários ao rendimento, que acautelem as diferentes realidades agrícolas e visem, entre muitas outras coisas, minimizar o abandono agrícola, particularmente relevante em Portugal.

Os produtores agrícolas devem ter liberdade de escolha nas opções de produção, mas defende-mos que o apoio ao investimento privilegie os projetos mais rentáveis, diferenciadores e criadores de mais-valias, que possam ser geradores de riqueza e emprego. Como

tal, defende-mos que as discriminações positivas, em termos fiscais, para os investimentos agrícolas de sucesso são um fator de incentivo à competitividade.

As nossas medidas

A nossa agricultura, como grande parte da economia, tem duas formas de ser competitiva: pela rentabilidade ou pela diferenciação.

A rentabilidade só é possível se alcançarmos economias de escala que, associadas a baixos custos de contexto, permitam estarmos em igualdade competitiva ao nível global.

A diferenciação, devido à dimensão do nosso território, é um imperativo de futuro. Atualmente, muitos dos nossos produtos endógenos são referência global e o veículo preferencial para um acréscimo significativo das nossas exportações. Este é o caminho que a produção nacional deve continuar a seguir: inovação, qualidade e reconhecimento externo.

Não esquecendo que a nossa diferenciação deve ser, tal como já acontece em muitos produtos, sobretudo pela qualidade intrínseca dos alimentos, ou seja, reconhecer o excelente valor nutricional dos alimentos, promovendo os seus benefícios.

Contudo, é essencial continuar a aprofundar a abertura de mercados externos, através de mais e melhor diplomacia económica, para além de uma maior regulação e fiscalização nos canais comerciais internos.

Consideramos que para que nossa produção agrícola possa continuar a crescer e a contribuir para mais exportações e menos importações existem medidas prementes como:

1. Medidas que aumentem a transparência das relações comerciais entre produtores e distribuidores e que visam colmatar o desequilíbrio negocial entre as duas partes;
2. Maior transparência para os consumidores sobre a origem da produção agrícola e alimentar, assim como a composição dos transformados;
3. Melhorar a relação entre os produtores/ indústria e distribuidores, aumentando a regulamentação através de contratos escritos obrigatórios com cláusulas específicas para cada tipo de produção;
4. Promoção de mercados de proximidade como forma de escoar as produções regionais que por falta de dimensão ou condições contratuais não possam ou não queiram integrar os sistemas da

grande distribuição.

5. Promoção de produtos agroalimentares Portugueses, publicitando-os em conjunto com as entidade do turismo de modo a que sejam associados a um local ou região. Potenciar os pequenos segmentos e os nichos de mercado.
6. Desenvolvimento do regadio através de apoios ao investimento, procurando culturas alternativas e rentabilidade das explorações agrícolas.
7. Apostar na ciência e investigação aplicada que estude medidas de combate às crescentes patologias vegetais, bem com à escassez de água e alterações climáticas, apoiando as Universidades e Centros Tecnológicos existentes.
8. Incentivar a investigação e procura de novas variedades mais resistentes e rentáveis, através de mais parcerias entre os centros tecnológicos e empresários, permitindo uma maior competitividade no setor.
9. Incentivar a certificação da gestão florestal e promover o incentivo à profissionalização no domínio florestal e favorecendo o emparcelamento através do apoio à criação de ZIF's.
10. Estimular a operacionalização completa do novo regime de estruturação fundiária e dinamizar a bolsa de terras.

11. Promover a criação o aparecimento de Organizações de Produtores Florestais, permitindo uma maior organização e concentração da oferta.

O PSD deve, pois, com objetivo claro de se assumir como o partido mais bem preparado para defender Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, promover debates setoriais alargados com as instituições do ramo agrícola, recolhendo o contributo das suas estruturas, para que os desafios permanentes do sector sejam conhecidos, estudados e preparadas as melhores soluções para minimizar ou resolver os mesmos.

No mesmo sentido, aprofundar as políticas adequadas aos territórios de baixa densidade para que estes possam abandonar uma caracterização de abandono e se apoiem na multifuncionalidade da agricultura como meio de renovar esses territórios e as regiões onde estes se inserem.

Com a importância demonstrada pelo setor primário no desenvolvimento económico nacional deve o PSD privilegiar a pasta da Agricultura como matéria de relevo acrescido em futuros governos.